Abílio Wolney Aires Neto

O DIÁRIO DE ABÍLIO WOLNEY

Editora Kelps
Goiânia
2006

Copyright © 2006 by Abílio Wolney Aires Neto

Capa: Weslley Rodrigues

Coordenação Gráfica: Editora Kelps
Rua 19 nº 100 - St. Marechal Rondon
CEP 74.560-460 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3211-1616 Fax: (62) 3211-1075
E-mail: kelps@kelps.com.br
homepage: www.kelps.com.br

CIP. Brasil. Catalogação na Fonte
BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIETTA TELLES MACHADO

A255d Aires Neto, Abílio Wolney.
O diário de Abílio Wolney / Abílio Wolney Aires Neto --
Goiânia: Kelps, 2006.
344p.

ISBN: 85-7690-087-5

1. Wolney, Abílio - biografia. I. Título

2006 - 012 CDU: 929WOLNEY

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2006

Projeto Gráfico e Capa: (A capa será a fotografia de Abílio Wolney de pé, sobre a qual virão o nome do livro, do autor etc.
Revisão Lingüística: (a ser feita)

2002(ou 2005?)

FICHA CATALOGRÁFICA

Constar o seguinte, se for possível:

Agradeço à Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL, na pessoa do Exmº. Sr. Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, ao Presidente da Agência, Nasr Fayad Chaul e ao Diretor de Ação Cultural José Eduardo Siqueira de Morais.

Agradeço ao jornalista e historiador Euler Belém pelo valoroso empenho na publicação desta obra.

T. Dias
BAHIA

Thr 16 Segunda

Pernoitaram comnosco diversos amigos que vêm prestar-me seu apoio.
Janjão e Anna Custodia retirando-se tambem para o Acude pernoitam aqui.
A Villa está ficando deserta.

Thr 17 Terça

Pelas 8 horas meu Pai passa para o Dias para trazer alguns trens que lhe faltam e de volta por aqui vai com elle Janjão e Anna Custodia.

Thr 18 Quarta

Tres Franceldino e Confucio desejam ir ao encontro do Juiz, vem consultar-me e em approvo.

Thr 19 Quinta

Acham-se em nossa casa diversos amigos em minha defesa.

Thr 20 Sexta

Minha filha Alzira da a luz um filhinho a que o pai deu o nome de Wolney Bisneto, pai Vila e a minha Mãi que tiveram o punho direito.
Despertaram-se hoje os nossos amigos.

Thr 21 Sabbado

No Assude pela manhã resolvo ir os Barreiras passar telegramas a cerca do caso do Duro; volto ao Bonacão, preparo-me e parto a tarde junto com Voltaire e Alexandrino Pernoitamos na Duas Pontes.

Thr 22 Domingo

Continuo viagem indo pernoitar na cafeeira do Rio Li

Dedico este modesto trabalho aos meus pais Zilmar Póvoa Aires e Irany Wolney Aires e à memória de Maria Margareth Wolney Aires, irmã que nos deixou na metade do caminho desta existência.

Ao meu irmão Voltaire Wolney Aires, escritor e acadêmico, autor, dentre outras, da destacada obra *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores*. Ele que me passou as cópias do Primeiro *Diário de Abílio Wolney*, intitulado *Razão e Lembranças*, franqueado pela minha querida tia-madrinha Doralina Wolney Valente.

Agradeço à estimada prima Maria Póvoa Leal, neta do protagonista, que me deu os próprios originais do Segundo *Diário de Abílio Wolney*, hoje em meu acervo.

Agradeço ao escritor, Prof. Jacy Siqueira, pelo livro *Expedição Histórica nos Sertões de Goiás*, na reedição que fez da obra do Escrivão da *Comissão do Duro*, Guilherme Ferreira Coelho, com atualização ortográfica, do qual faço transcrições neste *Diário.*

A Luiza, minha esposa, com todo amor.

Prefácio de Irany Wolney Aires (Fotografia aos 43 anos).

SUMÁRIO

Dedicatória.....05
Sumário.....07
Prefácio.....09
Introdução.....13
I – Mina dos Tapuias e Mata Grande.....21
II – Surge Abílio Wolney – O Primeiro Mandato de Deputado.....37
III – O Diário em Biografia.....55
IV – Eleito Deputado Federal e Depurado.....65
V – O Segundo Mandato de Deputado Estadual.....85
VI – O Terceiro Mandato de Deputado Estadual.....95
VII – Na Presidência da Assembléia.....107
VIII – Fim do Mandato. Quarta Eleição e Depuração. A Volta e os Problemas 113
IX – O Diário da Vida Real.....141
X – O Assassinato de Vicente Belém.....153
XI – A Audiência no Inventário – *O Barulho*.....171
XII – A Comissão de Inquérito é Nomeada.....199
XIII – A Expedição Sai da Capital – A Viagem.....209
XIV – A Expedição Chega a Arraias.....223
XV – A Chegada da Comissão no Duro.....233
XVI – Abilio Wolney Narra a Chacina de 1918/1919 e Faz Outros Registros Históricos.....251
XVII – Abílio Wolney e o Combate à Coluna Prestes. A Coluna

Caiado e a Coluna Abilio Wolney.....
XVIII – Até a Revolução de 1930. O Amigo Pedro Ludovico Teixeira.....287
XVIII - A 4ª CIA. DE POLÍCIA É TRANSFERIDA PARA SÃO JOSÉ DO DURO.....

XIX – A Origem do Nome Dianópolis.....301
XX – O Longo Mandato de Prefeito em Barreiras–Bahia.....
XXI – Prefeito em Dianópolis.....
Homenagens.....281
Bibliografia.....291
Síntese Biográfica do Autor.....295

PREFÁCIO

Prefaciar o Diário do meu pai é uma oportunidade maravilhosa, que me vem justamente do meu filho dele homônimo, redobrando-me a satisfação em poder contextualizar esse momento, ainda a caminho.

Não vivi os dias mais difíceis da primeira quadra da vida dele, já que passei ao seu convívio efetivo em 1946, quando ele já se aproximava dos 70 anos de idade, ainda bastante lúcido e determinado. Até então eu morava com minha mãe Filomena Teles Fernandes de Miranda, natural de Conceição do Norte, que também era parenta dele por parte de sua mãe Mariazinha, filha de Custódio José de Almeida Leal e de Ana Benedita Teles Fernandes Leal, meus bisavós paternos.

Me recordo que naquele ano ele estava prefeito em Dianópolis, e, findo o mandato, retomou suas atividades de farmacêutico licenciado, sempre trabalhando, inclusive advogando para quantos o procuravam, alguns vindos de cidades vizinhas.

Antes, em 1934, estivemos muito próximos em Barreiras-BA, quando ele era o prefeito daquela cidade, local onde nasci naquele ano, gozando da companhia de minha avó materna, já viúva, que também morava em Barreiras com seus dois filhos, Filomena e Herculino.

Ele me queria desde logo, todavia o amor de minha mãe foi maior, além de que, estando ele recém-casado com Eufrosina Santos (D. Goiana), minha mãe não a conhecia para me confiar.

Com o falecimento de minha avó Josina Teles Fernandes de Miranda em 1937, minha mãe viajou para a Cidade da Barra-BA me levando aos quatro anos de idade, e ali fui alfabetizada por ela mesma, que me ensinou a ler e escrever.

Mas o tempo se incumbiu de tudo. Meu pai se preocupou com a distância que nos separava e foi até a casa de seu primo José Anísio, sabendo que ele estava de viagem para Salvador-BA e que na volta passaria na Cidade da Barra em barco à vapor. Entraram em combinação, ficando acertado que tio Zuza me traria com minha mãe e meu irmão para morarmos em Dianópolis.

No município de Dianópolis, distante 18 quilômetros da Cidade, me pai fez a sede da Fazenda Poço Verde, com muito gado e plantações de cana, mandioca, milho e feijão. Lá crêsci ajudando na fábrica de queijos e oficina de fazer farinha, sempre lembrando de minha mãe, a quem um dia o destino me uniu de volta, pois, sabendo-a doente, meu pai mandou buscá-la para morar conosco na Fazenda, onde faleceu em 1949, deixando-me a saudade como um elo que nos unirá até o reencontro.

Lembrança viva também dele. É como se o visse lendo os seus livros de medicina nas horas vagas e viajando para as outras fazendas. Na garupa da sua mula, muitas vezes fui ao Açude e ao Jardim.

Na época dos festejos do padroeiro São José, ele procurava ficar informado do dia que a procissão ia passar na sua porta, pois acompanhado de sua cadeira, ajoelhava-se ao lado desta em reverência ao padroeiro da Cidade das Dianas.

Não me lembro de tê-lo visto deitado numa rede a balançar. Apesar de sua idade avançada, ele estava sempre envolvido em qualquer tipo de atividade. Era um político apaixonado, a relembrar o seu currículo na vida pública parlamentar, não obstante as peças e peripécias que a vida lhe aprontou. Nada o fazia abaixar a cabeça.

Nossa casa vivia repleta de visitas de parentes e amigos. Suas palestras agradavam muito às pessoas inteligentes, principalmente quando se tratava de mineração.

Ele não gostava de relembrar os fatos da Chacina de 1919, pois se emocionava e por uma vez me disse que ainda ouvia a voz do seu pai gritando por socorro no canavial da Fazenda Buracão.

Tive seis filhos com o meu querido esposo Zilmar Póvoa Aires, com quem estou casada há quase 45 anos. São eles: Voltaire, Pery, Abílio, Zilmar, Norman e Maria Margareth. Assim que o terceiro nasceu, meu pai pegou nas mãos da criança e, fitando-a, disse-me:

"– Este é dos troncos velhos. Que bom que você se lembrou de mim! Espero que o meu nome não traga para este menino a mesma sina, com a sorte dos sofrimentos que já padeci".

Entendi, desde então, em ensinar aos filhos um caminho que não fosse o da política, mas ensinando-os a cultuar a memória do avô e os seus feitos honradamente.

Embora sem ensino superior, meu pai sabia se portar como uma pessoa de cultura avançada. Vão nesse livro registros importantes de sua existência, relatados de próprio punho do protagonista, e assim o leitor terá um panorama da história dele.

Em Goiás Velho, comovi-me ao caminhar pelas ruas de pedra da época da escravidão e ali defrontar com o palácio Conde dos Arcos, a Assembléia Legislativa, vivendo a retrospectiva de todos os anos do percurso do meu pai na vida pública até o compasso de espera em 1918, no Barulho da vetusta São José do Duro.

Dianópolis, dezembro de 2002.

Irany Wolney Aires[1]

[1]**Irany Wolney** é autora e compositora das canções religiosas *No Horto das Oliveiras*, *A Vinda de Jesus*, *Três* canções a Nossa Senhora e da poesia *A Natureza em Festa*, esta musicada e interpretada no CD *"Meu Deus é Rei"*, gravado por Mônica Póvoa. Tem dezoito composições em estilos que variam de valsa e bolero, todas no seu livro *"Meus Versos e Canções"*.

INTRODUÇÃO

Na história, aquilo que foi escrito de próprio punho por Abílio Wolney veio a livro, selecionados nos seus Diários, apontamentos e cartas, os trechos mais pertinentes com os fatos de que cuida, tendo sido feita, tanto quanto possível, a atualização ortográfica.

Propus-me a deixar que os participantes dos episódios que adiante desencadeariam as ocorrências de 1918/1919 contassem, eles próprios, os fatos pertinentes à proposta do livro, na pretensão de ser um trabalho narrado por quem viveu os acontecimentos, como é o caso do Escrivão Guilherme Ferreira Coelho, do Escrivão Aristóteles Leal, do Coletor Sebastião de Brito, da viúva Rosa Belém e de outros personagens, alguns com depoimentos trazidos do processo judicial, cujos autos estão transcritos na íntegra em nosso livro *O Barulho e os Mártires*, ainda no prelo.

A crítica não me perdoará, se não me é pretensão supor despertá-la. Começo a escrever na certeza de que minhas palavras serão recobertas de preconceito, por ser neto do

protagonista, a quem devoto amor e admiração profunda, como se tivéssemos vivido juntos, se é que não estivemos na esteira dos tempos que constroem o espírito da consciência humana.

Todavia, a par dos diários do protagonista, trago à colação documentos oficiais e textos de autores respeitáveis, que se aprofundaram no estudo dos movimentos políticos ocorridos em Goiás, principalmente entre 1894 e 1930, com o crivo acadêmico que a pesquisa lhes exigiu.

Aos que virem em nosso estudo uma mera justificativa da atuação de Abílio Wolney (antes e depois da vida pública) lanço o repto para que apresentem argumentos fundamentados em fontes fidedignas, com o condão de demonstrarem a propalada acusação de que *"os Wolney no Duro eram mandões, acostumados a ver suas ordens acatadas, a ter privilégios e a cometer arbitrariedades"* – a não ser que os acusadores se baseiem no fato isolado de 1919 e nos recontros decorrentes, quando a força da Polícia dos Caiados geraram o desforço, que culminou numa *chacina oficial* e na seqüente reação dos atores da lei de sobrevivência, diante da 4ª Companhia de Polícia, sob o esbirro do Capitão Siqueira, achacador e comissionado pela oligarquia Caiado para matar Abílio Wolney e despoja-lo de todos os seus bens.

Reconheço que não posso esculpir Abílio Wolney num monumento aos heróis sem jaça. Da mesma forma, todavia, não posso sonegá-lo à história, deixando-o alhures, à mercê da parafraseada crônica dos vencedores na arena política da época, que a rigor não sobrepõe-se ao que há de verdadeiro na maior parte da literatura a respeito. Apenas quero mostrá-lo como Godoy Garcia: "*uma voz, uma única voz se levantou, de forma aberta contra os impulsivos sátrapas, a do Deputado do norte de Goiás, Abílio Wolney, o que foi, nesse dia, um ato heróico(...)."*

Suponho não esteja ele nas esferas dos céus

imarcessíveis da *Divina Comédia*[2], nem no inferno – territórios mitológicos dos maniqueístas. Sua alma firme e magnânima não estacionaria nas trincheiras do ócio contemplativo, nem do mal pelo mal ou da covardia. Acho também que não habita o *Purgatório*, alegoria medieval das antigas crenças, na lentidão dos que trafegam a encosta da montanha almejando *o Paraíso*.

Vejo-o vivo no bronze, nos logradouros, querendo me dizer que o tempo não o corrói. Mas também aí não o vejo vitorioso. O tempo danifica as glórias e enxota as notoriedades, nas palavras de Pedro Ivo. As honrarias do plano dos homens são tão provisórias como eles próprios.

Melhor enxergá-lo então em reflexos luminosos a me seguirem os passos, na existência de agora, *mas os nossos espíritos se encontram unidos pelos laços mais fortes da vida maior e o sentimento afetivo que me impele para ele tem suas raízes na noite profunda dos séculos."*[3]

E à nossa frente desdobra-se a eternidade ...

Apesar da sua trajetória magnífica no Parlamento e dos seus anos no Executivo em Barreiras, depois em Dianópolis, sofreu – em conseqüência – toda sorte de revezes nos embates de poder do mundo, onde vigoram as grandezas efêmeras, que duram por um dia fugaz! Com algumas glórias, a história não registra um só ato seu de violência durante a sua atuação na vida pública. Os que o viram em pessoa recordam-lhe os passos lépidos, uma certa benemerência e bondade até o apagar em 1965. Olhar curto sob os óculos nos janelões do *Casarão*, no mesmo ângulo da praça do largo, onde plasmava-se o retrato assombroso da *Chacina de 1919*. *Do mesmo Duro onde viveu*

[2] Obra de Dante Alighieri.
[3] Emmanuel.

tanto, sofreu mais ainda, onde amou, foi traído e amou novamente".[4]

A verdade é que Abílio Wolney veio de tempos que não chegaram ainda e viveu como uma história que se entendesse sobre a vida...

Grande orador de sua época, soube exercer a política como um apostolado.

Na Tribuna e na Imprensa, arrostou o império de sangue e impunidade que reinou no início do século XX, fazendo-se a vibração sagrada de resistência aos desmandos da ditadura oficial instalada em Goiás, cujo ocaso se deu com a subida de Pedro Ludovico ao Poder na Revolução de 1930. O mesmo Ludovico, que também se viu obrigado a armar-se com homens contra aquela gente que veio da aristocracia ancestral e encarnava as elites em Goiás.

Justo, honrado e destemido, Abílio Wolney dignificou Goiás e o sempre Tocantins numa legenda de lutas oposicionistas às oligarquias, gravando-se na memória dos justos como o grande defensor da sua região esquecida.

O perdemos para a história aos 89 anos de idade, não em face das baionetas da chacina oficial. Morreu naturalmente no *Casarão.* É como se ouvisse o povo contar: Lá ia o cortejo no seu último itinerário... *Coberto de flores, desceram-lhe à tumba molhada com o pranto dos que o amaram*[5]*.*

Em Anápolis, cidade à qual deu o nome em 1900, reponta o seu crânio num busto, entre as flores do paço municipal, por onde passo ao cair da tarde, quando deixo o prédio anexo do

[4] Trecho da carta do jornalista José Leal a Nertan Macedo.
[5] Paráfrase de Shakspeare.

Fórum, na certeza de que ele continua também aqui, distribuído na praça pública, como semente de multidões...[6]

Anápolis, dezembro de 2002.

O autor.

[6] Praça Deputado Abílio Wolney, no cruzamento das Avenidas Brasil e Goiás em Anápolis-GO.

– **O Paço Municipal de Barreiras-BA** ostenta destacada a sua fotografia na galeria dos ex-Prefeitos. Em Dianápolis há o Grupo Escolar Cel. Abílio Wolney e a Rua Cel. Abílio Wolney. A praça principal de Novo Jardim-TO leva o seu nome. Em Águas Lindas de Goiás temos a biblioteca pública Dep. Abílio Wolney, com destacada fotografia do seu patrono.

– **Em Palmas-TO**, o Museu Histórico do Estado do Tocantins, conhecido como *"O Palacinho"*, registra com grande destaque em uma de suas paredes internas a seguinte inscrição, ao lado da fotografia de Abílio Wolney e dos Nove mártires no *tronco*: *"No abandonado nordeste goiano, hoje sudeste do Tocantins, mais precisamente em São José do Duro, surge no começo do século a liderança de Abílio Wolney, jovem Deputado que fez tremer o chão de Vila Boa com seus discursos em defesa do povo dessa região. Temendo o poder político dos nortenses, os velhos coronéis de Vila Boa apelaram para a violência, enviando a São José do Duro uma tropa fortemente armada para subjugar as famílias Aires, Póvoa, Rodrigues, Costa e Leal, culminando com uma chacina oficial de nove nortenses, filhos dessas ilustres famílias que apoiavam Abílio Wolney".* (Acredita-se que a iniciativa foi do Des. José Liberato Costa Póvoa e do Des. Marco Villas Boas)

– **Na entrada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins**, em Palmas, estampa-se, num grande painel cerâmico, o drama vivido pelos nove reféns na *Chacina Oficial de 1919*. Nele se vêem os pés dos mártires na presilha de madeira do *tronco* e a cavalaria da milícia goiana. A construção do painel foi por ordem e na gestão do então Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Marco Villas Boas (Veja fotografias livro *O Duro e a Intervenção Federal, do autor)*.

Para Carlyle, *"a história do mundo não é senão a biografia dos grandes homens"*.

Pois há homens que já nascem póstumos...

Praça Dep. Abílio Wolney, no paço municipal, Av. Goiás, esquina com a Av. Brasil, Anápolis-GO.

I

MINA DOS TAPUIAS E MATA GRANDE

São José do Duro veio de um passado remoto. Teve o seu começo num arraial que repontava a nordeste da província de Goyas, distante 906 quilômetros da cidade de Vila Boa, a vetusta Capital goiana, fundada por Anhanguera. Na cartografia da época, o minúsculo povoado das lavras próximas à falda da Serra do Duro, teve sua origem na descoberta de ricas minas de ouro pelos índios Acroás e Xacriabás.

O ponto, infiltrado de veeiros fartos, seria nominado *Mina dos Tapuias*, dentro da *Mata Grande* ou *Grande Mata,* local de caça dos nativos, onde uma índia fazia as necessidades fisiológicas, com tempo para prestar atenção numa pedra de tênues fagulhas douradas, cintilando ao reflexo dos raios do sol, a mostrar ignota riqueza nela incrustrada. Daí surgem as lavras do ouro e passa a se chamar São José do Ouro.

O lugar chamou a atenção e o Governador da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, anuindo reclames da nascente população, enviou ao sertão uma Comitiva composta de padres jesuítas e homens experientes em

catequizar índios bravios.[7] Em razão disso, foram fundados dois aldeamentos, separados 12 quilômetros um do outro: O primeiro, destinado aos Acroás, com mais ou menos seiscentas criaturas, foi erigido nas proximidades do sopé da Serra do Duro, trecho ocidental da Serra Geral, nas margens do riacho Sucuriú, nominado Aldeamento do Duro ou *Missões*, onde hoje está o povoado *Missão*. O segundo foi localizado nas margens do córrego Formiga, com uma população de Xacriabás em torno de 250 tapuias. Nesses locais o homem branco aglomerava os aborígines, com a finalidade de serem educados, evangelizados e servirem de mão-de-obra na exploração da Mina.

Os padres jesuítas resolveram construir uma capela, entronizando num nicho a imagem de São José, *razão porque o Aldeamento do Duro passou a ser também chamado Aldeamento de São José do Duro*. Como a finalidade dos aldeamentos era evitar que os índios continuassem atacando os arraiais de mineração do norte da Capitania, buscou-se evitar o confronto com a mediação dos chefes das tribos. Todavia, os aldeamentos restaram inexitosos, porquanto entre os próprios missionários havia dissensões, além das desinteligências entre eles e o tenente-coronel Venceslau Gomes da Silva, a despeito da intervenção do Governo.

[7] Palacin, 1995.

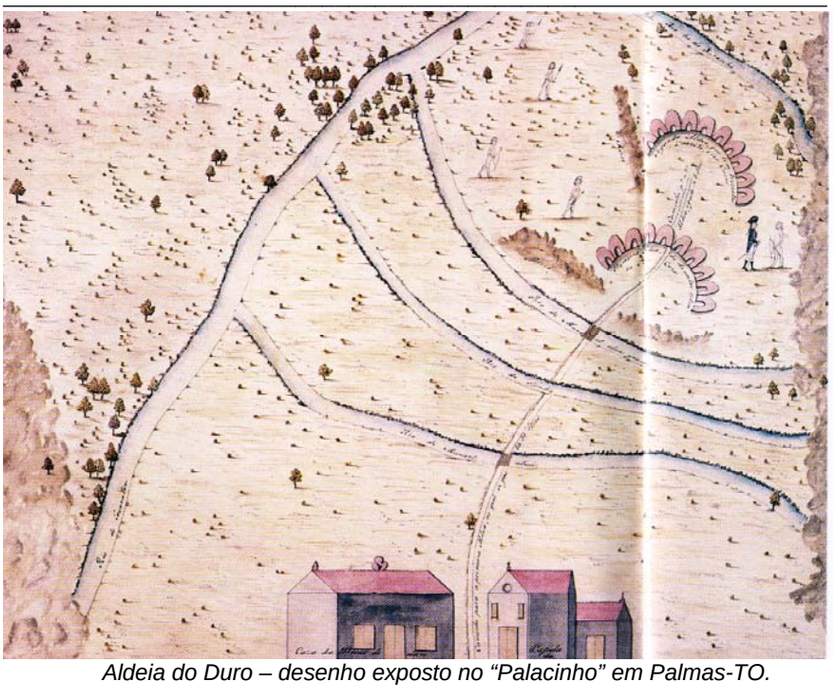
Missões em época ignorada (Fotos Voltaire Wolney) .

Igreja das Missões reestruturada. Acredita-se que dentro dela esteja sepultado um padre.

Os jesuítas tentavam assumir o controle total dos aldeamentos, obrigando o conde D. Marcos de Noronha a intervir, inclusive pelos prejuízos com as despesas das missões que vinha *causando ao Tesouro Real. Para agravar a situação, uma epidemia de sarampo ocorrida em 1753 fez esvaziar o Aldeamento dos Acroás, que ficou reduzido a quase nada com a morte de alguns índios e a fuga da maioria para as matas, além de lançarem a culpa das mortes nos brancos.*

"Quando esteve na Província de Goiás, em 1840, a caminho de Natividade, George Gardner, botânico inglês que esteve no Brasil estudante a flora nativa, passou pela Aldeia do Duro, que ainda mantinha alguns índios descendentes do primeiros habitantes da aldeia primitiva jesuítica, fundada em 1751. Assim a aldeia foi descrita: "(...) tem cerca de vinte casas, todas do mais mísero tipo. A maior parte é feita com armação de estacas cobertas de palmas e muitas se acham de tal maneira avariadas pelos efeitos unidos de anos e intempéries, que já nem sequer servem de abrigo contra o vento; outras, construídas de varas barreadas (pau-a-pique), estão ainda em piores condições. São dispostas de modo a formar um quadrado irregular, mas dois lados ainda permanecem quase abertos; do lado oeste há uma pequena igreja quase em ruínas (...). O total da população, no tempo de minha visita, montava a umas duzentas e cinqüenta almas. Conquanto a maior parte dos habitantes seja de puro sangue índio, há alguns mestiços de pretos, geralmente escravos fugidos, que de tempos em tempos ali se vieram estabelecer entre os primeiros (...) A parte principal do alimento desta gente é de natureza vegetal: frutas silvestres que buscam nas matas. O pouco de sua alimentação animal é obtida pela caça, ocupação em que os moços se comprazem muito mais que no trabalho das plantações".[8]

[8] Texto exibido em parede interna do *"Palacinho"*, O Museu Histórico do Tocantins, em Palmas-TO.



Aldeia do Duro – desenho exposto no "Palacinho" em Palmas-TO.

Muito ouro encantado nessas cercanias. Os índios, quase todos afugentados, de longe davam conta de sua riqueza ao perceberem o interesse do colonizadores do lugar. Então começaram a fazer cerco, querendo guerra! E ela foi feita, proveniente de muito ódio, pois embora não soubessem explorar as riquezas do seu chão, eram os donos do lugar, vendo-se acotovelados pelos brancos, pela peste que os espalhou. Vendo o tempo passar, surgir a criação de gado, as plantações, os seus terrenos sendo cercados.[9]

[9] Informações constantes de mensagem do livro *Mensagens e Poemas do Além*, de Voltaire Wolney Aires.

Sob o titulo *Conflitos*, em texto datilografado, narra Abílio Wolney:

"A parte dos índios Xerentes que retirou-se do aldeamento de Missão, alguns anos depois, munidas a seu modo, voltou e atacou os aldeados, os quais tinham como Cap. o possante Lázaro e já possuíam armas de fogo.

"Sob seu comando entrincheiraram-se na Igrejinha e mais numas casinhas cobertas de telhas, donde se defendiam a tiros, mas os atacantes eram numerosos; o cerco já demorava três dias, os viveres e água já esgotavam, quando Lázaro se lembrou de subir a torre da Igreja, donde avistou o Cap. dos atacantes com suas vestes de comando, dando ordem de avançar. Dali do alto, com um tiro certeiro prostrou-o, e bastou. Os atacantes correrem conduzindo o cadáver do chefe e nunca mais voltaram.

"Lázaro, que ainda conheci, veio a falecer em 1888 deixando sua aldeia incorporada à nossa civilização – não teve mais sucessor". [10]

Com os jesuítas, os índios aprenderam a adorar a imagem de São José no aldeamento *Missões*. A uma outra imagem da Igrejinha deram o nome de *São Lalau*[11], que passou a ser o deus das suas tribos.

---

[10] Parte do documento redigido por Abílio Wolney em 1940, transcrito na íntegra no Capítulo XVI.

[11] A imagem do *São Lalau* foi vendida por volta de 1952/3 a alguém que a levaria para um museu em Florianópolis-SC. Um sacerdote a teria negociado por um valor de Cr$ 3.000,00, conforme me informou o primo Napoleão Ribeiro Póvoa. Tem ela quase o tamanho um homem, talvez um dos Santos da Igreja Católica (São Nicolau?). Talhada em madeira, traz nas mãos uma pia batismal, naturalmente para o batistério dos fiéis e índios catequizados em Missões *(Duro)*.

Como visto, já armados pelos brancos, que os ensinaram para suas defesas, agora os tapuias empunhavam as armas de fogo contra os seus próprios catequizadores, e porque não eram bem compreendidos na tradução de sua linguagem, pertencente à família jê, tronco macro jê, não tupi-guarani,[12] foi fácil se porem em guerra também contra os jesuítas e outros exploradores de ouro.

Assim, *em 1757,* novamente, *os índios se rebelaram provocando um grande morticínio, matando os soldados e o missionário José Nrª. (Nogueira?). As hostilidades se prolongaram por alguns anos causando a morte de duzentas pessoas, ficando muitas feridas, trazendo sérios prejuízos à Capitania.*[13]

A rigor, e no final das contas, queriam mesmo eram as imagens dos seus Deuses e baterem em retirada, quase extintos, cheios de rancor e em busca de outras terras...

Os índios Xerentes e Gueguês[14] são também confluentes na origem histórica do Duro. Os documentos se referem a eles noutra parte do embrionário Vilarejo. Com efeito, em meados do século XIX esses silvícolas aterrorizavam a região dos gerais de Goiás, nos limites com a Bahia.

---

[12] Em Goiás, os acroás eram oriundos das margens do Rio Balsas.
[13] Marivone de Matos Chain, em *Os Aldeamentos Indígenas da Capitania de Goiás*, pág. 116.
[14] Povo indígena extinto, também de filiação lingüística jê, tronco macro-jê, que habitava originariamente a região do rio Itaim e a nascente do Rio Parnaíba -PI).

Foto de Índios Xerentes de outra região, para se ter um idéia do biotipo deles.

Grupo de indígenas da região em frente à Igreja Sagrada Família, após o ano de 1900 (Fotografia e anotação constantes do livro *Colégio João d'Abreu, Amor História Educação*, de Voltaire Wolney

Aires).

O povoado nascente a umas duas léguas para o outro lado das *Missões*, que muito depois seria chamado de São José do Duro, nome emprestado do aldeamento, adotaria o santo como padroeiro, formando-se à distância dos aldeamentos e ao lado de um garimpo, onde a tapuia encontrou a pedra tauxiada de ouro pela natureza.

Mina dos Tapuias, na parte leste da Cidade. Está abandonada (Foto de Voltaire Wolney Aires)

Então, o futuro nome *Duro*[15] seria em razão da localização, primeiro do aldeamento *Missão* e depois da Vila, em território próximo à Serra do Duro, parte da Serra Geral, encosta da Serra da Mangabeira, que mais não é que uma das muitas denominações do Sistema Central ou Goiano, constituído por uma cadeia de montanhas que *"centraliza um horizonte vasto de serranias fracionadas em morros de encostas indistintas que se amplia, até que em plena faixa costeira do alcantil baiano, o olhar, livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e abreviam, se dilata em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra ampla lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas esplêndidas, imitando cordilheiras*[16] até o andar onde começa o Estado da Bahia, soerguendo dali em altiplanos e perdendo-se no horizonte azul até os contrafortes do maciço central do Brasil.

A Serra Geral *"afigura-se cortina de muralha monumental que termina em crista altíssima, com sulcos de erosão que as retalham em cortes expressivos. Píncaros centralizados, que originam quadros naturais imponentes em região alpestre num tumultuar de morros. Há séculos as fortes enxurradas fizeram vales em declive, muramentos desmantelados de coliseus em ruína, desabando-se, que desaparecem de todo em vários pontos".*[17]

Voltando as vistas, caindo para os lados de cá, o paredão desdobra-se em cavernas, abrindo-se em ravinas e falhas geológicas para em seguida formar grande depressão estendida dos penhascos, descendo em planícies vastas pelos vértices dos albardões, que se distanciam em paisagem expandida nos chapadões ondulantes – grandes tablados cheios de brejos, onde o gado pasta na seca. O observador pode se deleitar com o

[15] *Cf. Quinta-Feira Sangrenta*, obra citada.
[16] Paráfrase de Euclides da Cunha em *Os Sertões*.
[17] Idem.

contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas.

Muralhas outras, em blocos de pedras, aformoseiam o cenário ecológico nos seus baixios, lembrando ruínas íncas, que se alteiam dominando, majestosas, toda a região em torno e convergindo em largo anfiteatro, entre outras muralhas a pique. As esculturas geológicas espetaculares são a herança dos fenômenos físicos, balizas fincadas nos pródromos da vida na matéria em ignição e que ainda presidem ao ciclo e performance do nosso planeta.

Depois vão-se esboçando as paisagens que se aclaram a leste, fixando a luz solar despejada num próspero teatro de evolução e vida até o retorno à Terra das Dianas.

Por ali a luz da lua beija, em silêncio, a beleza melancólica das amplidões naquelas crostas solidificadas em espaços ilimitados que se miram. Faz o homem viajar na intuição de uma realidade de milênios, plasmada num laboratório de crateras, talvez de vulcões irrompidos na origem da criação planetária.

Geograficamente, o futuro município englobava a região montanhosa, com economia baseada na agricultura e a região do vale do Maranhão, onde predominava a pecuária, maior destaque na época.

No ano de 1839, Manoel Lourenço Cavalcante, ascendente da família Ayres Cavalcante, arrematou em hasta pública a Fazenda Nova Colônia[18], vizinha ao local, que já era

[18] A Fazenda Nova Colônia ficava no município de Santa Maria de Taguatinga e hoje as suas terras são sede do município de Novo Jartim-TO.

conhecido como *Duro*, depois *Lavras do Duro*, com o qual mantinha intercâmbio direto.

Em 1852, a vizinha vila de Conceição do Norte[19] foi emancipada e a partir daí o arraial do *Duro* passou a seu Distrito com o nome de *São José do Duro.*

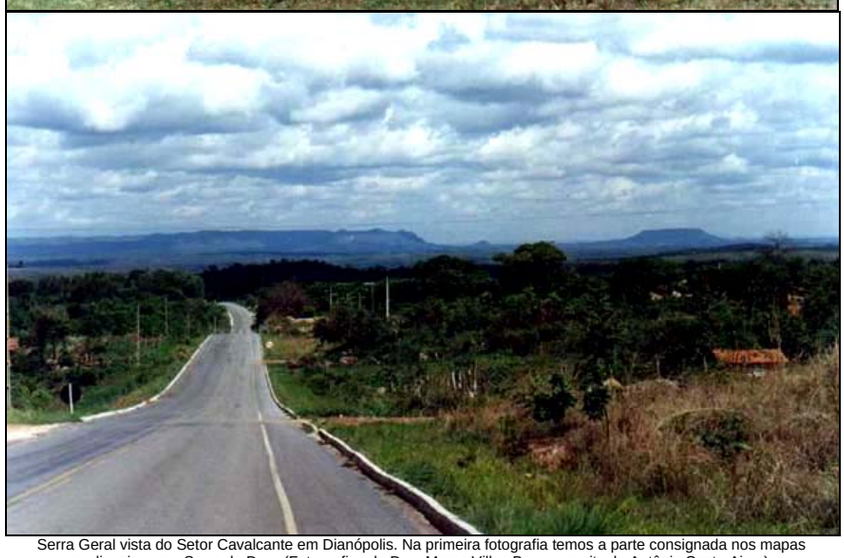
Coube ao Major João Nepomuceno de Sousa – minerador no local desde 1840 – a honra da fundação da localidade, bem como a organização do Distrito de Paz e ainda, por sua influência, a emancipação política ocorrida em 24 de agosto de 1884, pela Resolução nº 723, da Câmara Provincial de Goiás, tendo sido instalado o município de *São José do Duro* em 1890, sendo o fundador o seu primeiro Intendente.

Banhada pelos rios Palmeiras, Duas Pontes, Gameleira, Manuel Alvinho, Manuel Alves e Peixe, que têm suas nascentes na Serra das Vertentes e pertencem à bacia do Tocantins, geograficamente a região englobava a parte montanhosa, com economia baseada na agricultura e a parte do vale do Maranhão, onde predominava a pecuária, maior destaque da época.

Adiante seria a sede da mesa de Rendas do Norte e da Comarca do Rio Palmeiras. Colocada ali, na fronteira oriental da antiga Província de Goyas, fazia comércio de importação e exportação com os portos de Barreiras e São Marcelo no Estado da Bahia, distando 252 quilômetros do primeiro e 192 quilômetros do segundo.

Na sociedade da época, podia-se distinguir dois grupos, que se diferenciavam no modo de se relacionar com a política e que exerciam grande importância no quadro social: os que estavam com o Governo e os que não estavam.

[19] Hoje Conceição do Tocantins.



Serra Geral vista do Setor Cavalcante em Dianópolis. Na primeira fotografia temos a parte consignada nos mapas medievais como Serra do Duro (Fotografias do Des. Marco Villas Boas, em *site* de Antônio Costa Aires).

II

–SURGE ABÍLIO WOLNEY–
O PRIMEIRO MANDATO DE DEPUTADO

Em agosto de 1876, surgiu Abílio Wolney[20], nascido na Fazenda Taipas, município de Conceição do Norte, vindo nos primeiros dias da infância para São José do Duro, onde atingiu a adolescência nas fazendas do pai Joaquim Ayres Cavalcante Wolney.

O Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney nasceu em 07 de abril de 1854 na Fazenda Colônia, do distrito de Santa Maria de Taguatinga, então pertencente ao município de Arraias. Filho de Alexandre José Ayres e Maria Veneranda da Conceição, tinha como avós, Manoel Lourenço Cavalcante e Izabel Maria de Moura, que inicialmente vieram de Pernambuco para o Piauí, onde se fixaram por alguns anos em Parnaíba indo depois para o Corrente. Com eles vieram a mãe de Manoel Lourenço Cavalcante e os filhos do casal, parecendo que a filha Maria Veneranda da Conceição nasceu em Pernambuco.

[20] O seu nome original seria Abílio Ayres Leal Cavalcante, conforme um Documento Escolar Primário e informal. (Contou-me isso o Prof. Osvaldo Rodrigues Póvoa). Abílio teria passado a usar o nome Abílio Wolney ainda adolescente e prosseguiria utilizando-o na vida pública, no exercício da advocacia provisionada, em Escrituras, documentos oficiais e nos atos civis.

A família, por razões de natureza política, veio para a fazenda Registro, no município de Campo Largo, da província da Bahia. Conta-nos Osvaldo Póvoa que *o sobrenome Wolney foi adotado a pedido do avô Manoel Lourenço, que tendo lido o livro As Ruínas de Francisco Constantino Chassebauf de Volney, que foi um homem de origem nobre, par de França, membro da Academia, nascido em Craon, sede do Condado de Mayenne, em 1757, gostou muito, tais as especulações filosófico-religiosas. Outro filho de Maria Veneranda também teria adotado o sobrenome Wolney. Tratava-se de Salustiano Ayres Cavalcante Wolney, que morreu sem deixar descendentes.*

Os Cavalcanti têm sua história desde *Guido Cavalcanti, chefe-de-escola de Florença (1265-1300), protegido de Dante Alighieri, contra quem se insurgiu quando galgou posição de mando. Séculos depois, foi Felipe Cavalcanti, filho do nobre João Cavalcanti e Genebra Magnelli, que se envolveu numa conspiração contra o poderoso Conde de Florença, cujo poder e prestígio obrigaram-no a fugir para Portugal e ainda, receoso de ser alcançado pelo braço do Conde, veio para Pernambuco, no ano de 1558. É desse florentino que descedem os Cavalcanti de Pernambuco, que vieram para o Duro.*

Em 1801, os irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois Barão e Visconde de Suaçuna, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Luis Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foram presos por conspirar contra o governo e tentaram a instauração de uma república com o possível apoio de Napoleão Bonaparte. Eles foram presos. Em Olinda, onde está Manoel Lourenço Cavalcante, estava um dos focos da conspiração. Temeroso de ser preso, Manoel Lourenço fugiu para o corrente do Piauí, já casado com Isabel Maria de Moura, onde devem ter nascido seus filhos. Em 1839 ele entrou em ligações conspiratórias com os Balaios do Maranhão, sendo por isso denunciado ao governo do Piauí. Fugiu para Campo Largo, na Bahia, onde fixou residência. Nessa

ocasião veio até esta região para arrematar a Fazenda Colônia[21]*. Regressando a Campo Largo, doou parte da fazenda a Maria Veneranda da Conceição, sua filha, casada com Alexandre José Ayres. O casal veio morar na Fazenda Colônia onde nasceram todos os seus filhos.*

Por volta de 1853/1854, já na Fazenda Colônia, Manoel Lourenço Cavalcante esteve em constantes atritos com religiosos da Missão do Duro, por questões de terra. Sua mulher Izabel Maria de Moura Cavalcante morreu em seus braços no dia 15 de abril de 1854 em São José do Duro. Ainda na década de 1850, Manoel Lourenço voltou para o Corrente do Piauí, onde morreu". [22]

[21] Hoje, cidade de Novo Jardim-TO.
[22] Veja o prefácio do prof. Osvaldo Póvoa no livro *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores*, de Voltaire Wolney.

Manoel Lourenço Cavalcante - 1837[23]

[23] Pintura extraída do livro *Os Cavalcante do Corrente*, de Socorro Rocha Cavalcanti Barros, Grafiset, Teresina, 2003, pág. 14vº.

O Cel. Joaquim Wolney carregava no sangue aquela inquietude, aquele espírito do bom aventureiro em busca de novas emoções, de novos horizontes, que sempre foi o estigma dos Cavalcante. Herdou boas extensões de terra a nordeste da província de Goiás, deixadas pelo seu avô Manoel Lourenço Cavalcante para os seus pais, e adquiriu outras durante a sua vida de homem muito trabalhador, pontuando as fazendas com casas-sede. Deu a elas, em número de quinze, os nomes de Sucupira, Porto Franco, Caetana, Buracão, Açude e Duro, no município de São José do Duro; Morro Branco, Jardim Colônia, Monte Alegre, Cabeceira Verde, Barreiros dos Timbós, Caraibal, Fundão, Jardim e Terezina, no município de Santa Maria de Taguatinga, nas largas extensões fronteiriças com os gerais da Bahia. Registros dão conta de que as fazendas ocupavam uma área de 124 quilômetros quadrados.

Nelas, relata Álvaro Mariante que, *"a par da agricultura, explorada na região, fazia-se grande criação de gado bovino, que abastecia à própria zona e parcialmente o Estado da Bahia. Era avaliado em 16.000 (dezesseis mil) o número de reses de propriedade de Joaquim Ayres Cavalcante Wolney. Traços da operosidade deste velho sertanejo faziam-se notar não apenas em suas propriedades como também ao longo dos caminhos que o viajante percorriam. Em suas fazendas a indústria agrícola da região tinha já um certo cunho de adiantamento que não se encontrava nas outras. Nelas se produzia tudo que os hábitos e necessidades do sertão exigiam, de sorte que seu proprietário, além de dispensar o concurso dos outros produtores da zona tornou-se-lhes grande fornecedor. Valados limitando propriedades, grandes e sólidos currais, encanamentos de água para labores agrícolas e domésticos encontravam-se exclusivamente em suas fazendas".*[24]

[24] Relatório Federal do Major Ajunto do Estado-Maior, Álvaro Guilherme Mariante, com pequenas alterações pelo autor na conjugação dos verbos para o pretérito. A respeito, temos no prelo o livro *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra.*

Alma de bandeirante, o velho Wolney era semeador de fazendas, vivia na montaria tocando o gado, fincando currais em suas terras naquele obscuro sertão, que pouco interesse despertava aos latifundiários goianos, fosse pela distância e pela falta de estradas, fosse porque em razão disso as terras eram praticamente doadas pelo Império, bastando para adquiri-las formular requerimento ao setor da Província de Goiás, que de resto procurava alguém suficiente para representante na região, assegurando o domínio do decadente império português-brasileiro.

Instalado o município de São José do Duro em 1890, em virtude da morte de João Nepomuceno de Sousa, o Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney ocupou a chefia da administração como segundo Intendente (Prefeito) do recém-criado município.

Teve os seguintes filhos: Abílio Wolney, as gêmeas Josina e Josiniana, Ana Custódia e Joaquim Ayres Cavalcante Wolney Filho, o Wolneyzinho.

Historiadores atribuíram-lhe o mito de um senhor dono de feudo, com restolhos escravocratas, um suserano, enérgico senhor de muitas terras e gados, um capitão-mor que gostava de andar encourado como um vaqueiro qualquer. Tinha sala de armas e um velho canhão de bronze para sua defesa na Fazenda Buracão, *sua muralha, sua torre de domínio e de comando*. Nos tempos do Império, era liberal, de Partido. Seguiu sempre a direção política do coronel Joaquim Fernandes de Carvalho. Na República, fez parte da dissidência de 1895 e lutou contra o domínio bulhônico até 1909. *Gostava da caça. Tinha uma saúde de ferro, só mais tarde abalada por uma úlcera.*

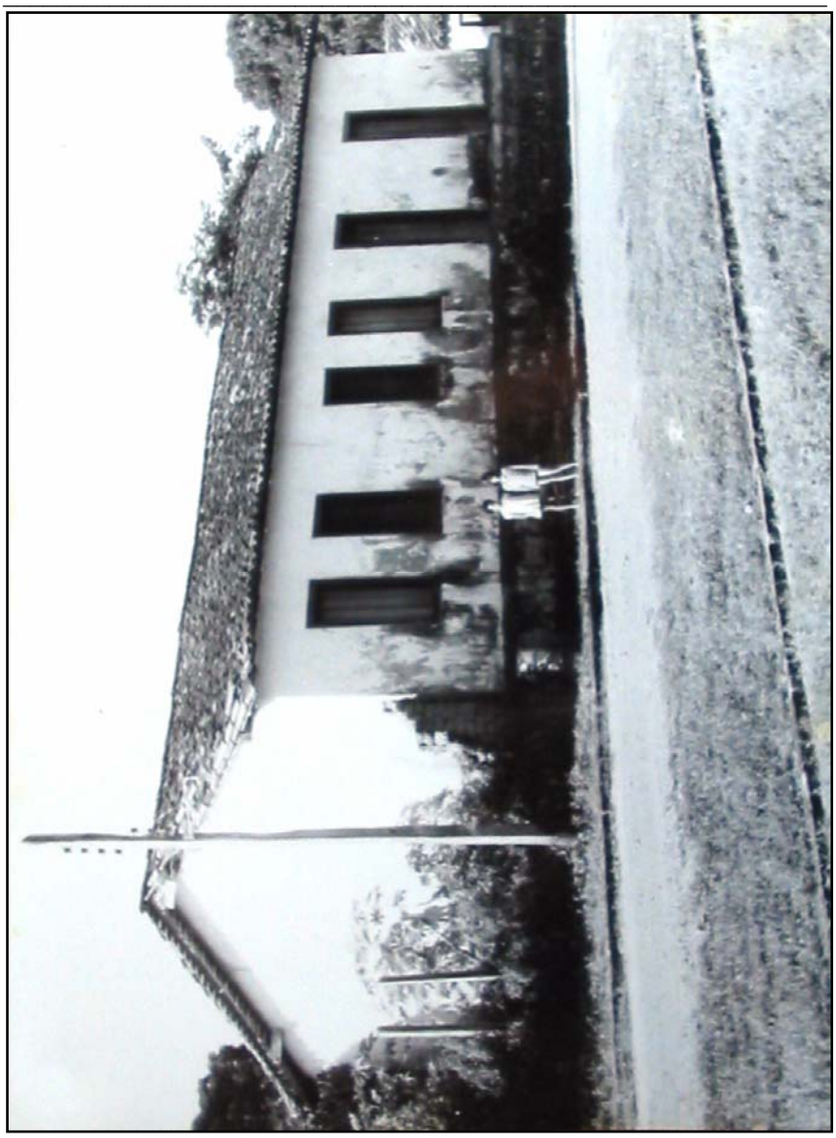
Apesar de suas ligações políticas, por nada deixava o torrão onde vivia, onde projetou-se e onde se fez criador de gado apascentado nas vastidões nativas dos sertões, das

gerais. Mantinha, por outro lado, forte vínculo com a Bahia, onde tinha amigos e muito prestígio.

Prova disso é que ele mesmo, e por conta própria, construiu em 1891, 300 quilômetros de estrada, ligando a Vila do Duro a Barreiras-BA, por onde os homens da região trafegavam com seus carros de boi, levando mercadoria para venda e comprando outras e gêneros para a subsistência.

O Cel. Wolney era mesmo um apaixonado pelo trabalho. Não respeitava nem mesmo os dias santificados. Quando lhe diziam: “Coronel, hoje é Quinta-Feira Maior” ele respondia:

- Melhor. Pode-se trabalhar mais.



Casarão dos Wolney. Foi construído pelo Cel. Wolney e seu filho Cel. Abílio Wolney.

Perspectiva lateral direita do *Casarão*, na Rua Cel. Abílio Wolney em Dianópolis-TO. A sua frente está para a atual Praça Cel. Wolney, antigo largo da Vila do Duro.

Por suas qualidades morais, longamente apuradas na existência patriarcal do sertão, o velho já havia sido Juiz Municipal, Delegado de Polícia e em 1890 exerceu o cargo de Conselheiro Municipal[25] em São José do Duro. Em 1894 foi efetivamente eleito Intendente[26] do município, cuja sede não passava de uma Vila com aproximadamente 30 casas. Nessa gestão, promulgou a Lei Orgânica nº. 1, de 15 de setembro de 1894, e outras revolucionárias para a época.

Casado com Maria Jovita Leal Wolney, filha do Cel. Custódio José de Almeida Leal e Ana Benedita Teles Fernandes, foi morar na fazenda Taipas, do município de Conceição do Norte, de onde mudou sua residência para o distrito do Duro, ainda pertencente ao citado município, tornando-se rico fazendeiro. O Cel. Joaquim Wolney era ligado aos Teles Fernandes de Conceição do Norte e um cidadão sério, inteligente, dinâmico, comandante, consultor, de uma visão extraordinária, o que fez dele um homem rico, algo venerável nas barbas brancas que lhe davam um ar paternal, sempre cercado de familiares e homens também muito ricos.

Basta dizer que em Conceição o Coronel José de Almeida Leal, irmão de sua esposa, era um homem rico e político de prestígio, assim com seu cunhado João Batista Leal, também grande fazendeiro, que adiante vai se casar com sua neta Anna Custódia Wolney. No distrito de S. José do Duro, para onde mudara sua residência, tinha como amigos e confidentes, além de parentes mais próximos, Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa e João Rodrigues de Santana, igualmente ricos fazendeiros.

De sociedade com o filho Abílio Wolney e às suas próprias custas, construiriam depois em 1897 *um conduto de água com bicas de coqueiro, numa extensão de 1.400 metros,*

[25] Hoje, vereador.
[26] Prefeito.

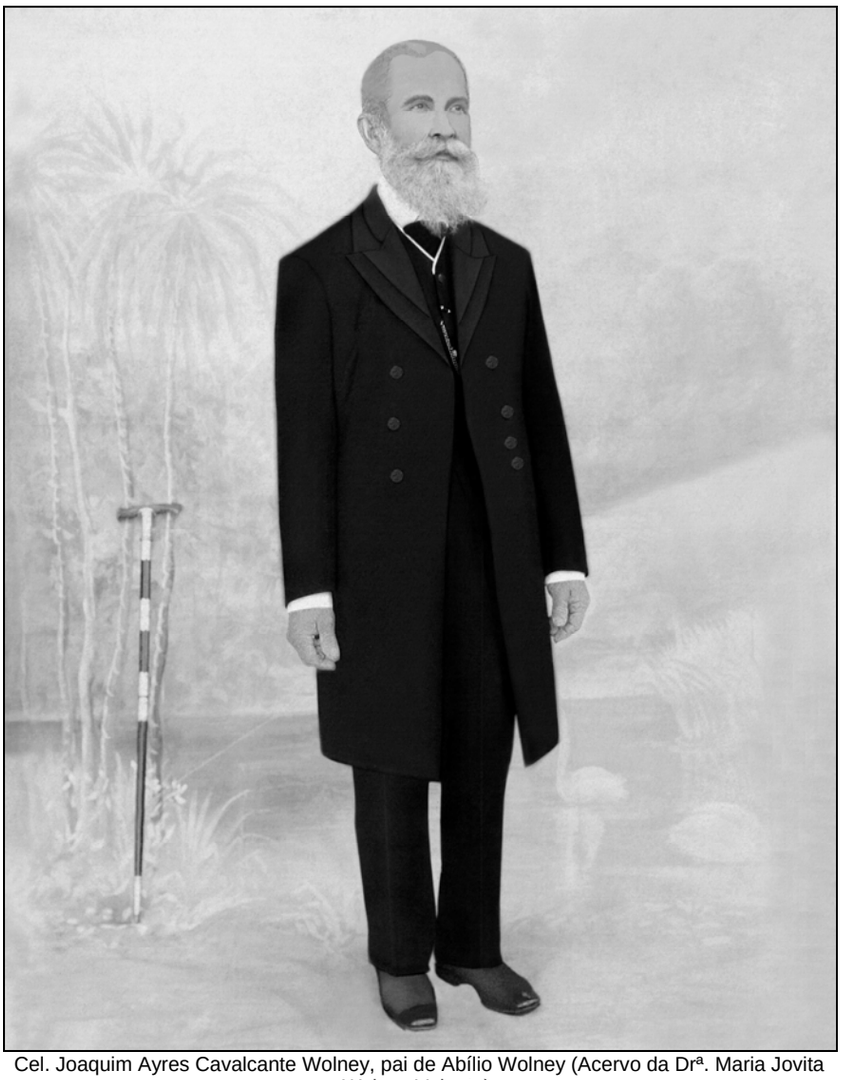
tendo utilizado postes de até dezesseis metros de altura, posteriormente substituindo as bicas por encana-mento de metal, com o que os postes perderam sua utilidade, mas permaneceram durante meio século como testemunhas da fibra do seu construtor.[27]

A sua patente de Coronel veio com o Decreto 4.527, de 30 de agosto de 1902, do Presidente da República Campos Sales, que o nomeava Coronel Comandante da 4ª Briga-da de Cavalaria da Comarca da Palma, com sede em São José do Duro. A patente respectiva foi expedida e assinada pelo Presidente Rodrigues Alves no ano seguinte.

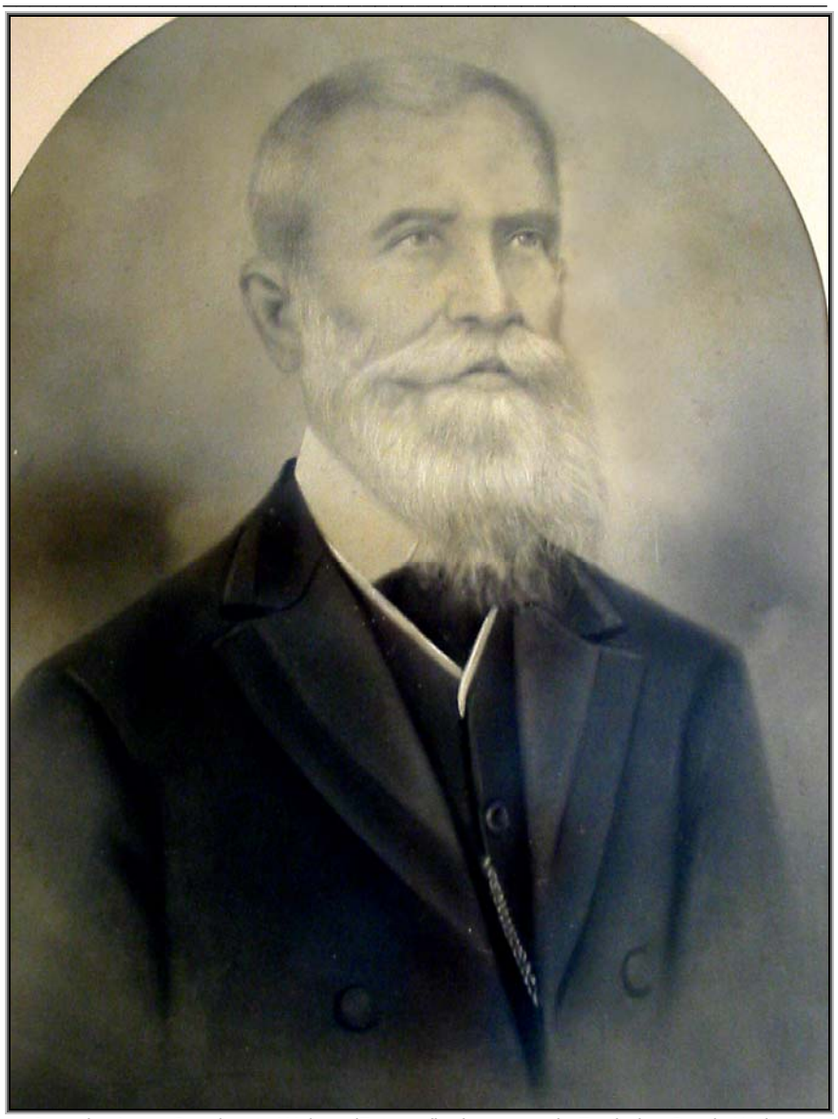
A fazenda Buracão, situada a 02 léguas da Vila, é um vale cercado por morros, verdadeira fortaleza do Coronel, o dono do *Casarão*, uma das principais edificações da Vila.

Para o Duro veio na companhia dos irmãos Eliseu, Manoel Ayres Cavalcante e Alexandre José Ayres Júnior, tendo o segundo construído outro *Casarão* no lado oposto do largo da Vila. Tinha outros irmãos, Salustiano, Belina, Orminda e Isabel Ayres Cavalcante, que tudo indica ficaram na companhia do seu pai, que morreu na Fazenda Colônia[28] em 14 de julho de 1887.

[27] *Quinta-Feira Sangrenta*, edição comemorativa do Centenário de Dianópolis.
[28] A antiga Fazenda Colônia passou a Fazenda Jardim, onde Abílio Wolney tinha parte e herdou outro tanto do pai. Hoje aquele território é o município de Novo Jardim-TO, como já anotamos. Outra curiosidade é que Fazenda Taipas, que também pertenceu a Abílio Wolney é hoje a cidade de Taipas-TO e as terras do município de Porto Alegre-TO, de igual modo foram de Abílio Wolney.



Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, pai de Abílio Wolney (Acervo da Drª. Maria Jovita Wolney Valente).



Joaquim Ayres Cavalcante Wolney (Fotografia do acervo de Frederico Garcia Wolney, cedida pela neta Mariazinha Wolney Cavalcante).

E se o velho Wolney vivia naqueles cafundós, no deleite da paz, tranqüilo na felicidade de um sertão quase virgem, absorto da problemática da civilização, o seu filho começava a dar sinais dos pendores para a política. Aos 16 anos de idade, Abílio Wolney inscreveu-se eleitor e se faz um articulador nato, com um discurso fácil, carismático e pedindo ao pai que o levasse a conhecer a capital do Estado.

Repontava um autêntico autodidata, *de uma voracidade sem limites quando se tratava de leitura. Mandava buscar livros em toda parte civilizada, e ainda tinha tempo de corresponder-se com o poeta Augusto dos Anjos.* Lia muito, diariamente, até alga madrugada. *Carpinteiro, veterinário, filósofo, gostava muito de agronomia e veterinária e dos cálculos matemáticos. Era seleiro, sapateiro e requintado faze-dor de gibões e perneiras. Tudo ele sabia fazer e fazer bem, embora jamais houvesse alisado bancos de escola ou de academia.* [29]

Estava evidente que o menino era precoce, um homenzinho conversador, loquaz, que vocacionado e embalado pelo pai, aos 18 anos de idade, candidatou-se e foi eleito para o primeiro mandato de Deputado Estadual em 1894, rumando para a Capital de Goiás, a fim de assumir e exercer as funções inerentes ao cargo.[30]

O danado do menino foi mesmo e foi contando vantagem, agora sonhando com uma carreira, que lhe acenava com os albores de Chefe do Poder Executivo no novel Estado, todos vendo que não passavam de arroubos do jovem Deputado, que tinha o pai pasmado de admiração e orgulho. Era mesmo muita pretensão para um pequeno sertanejo empolgado, mas não

[29] *Abílio Wolney, Um Coronel da Serra-Geral*, de Nertan Macêdo.
[30] Em 1894 nasceu o seu irmão Joaquim Ayres Cavalcante Wolney Filho, o Wolneyzinho, que em 1918 aparecerá na arena de um grande fatídico.

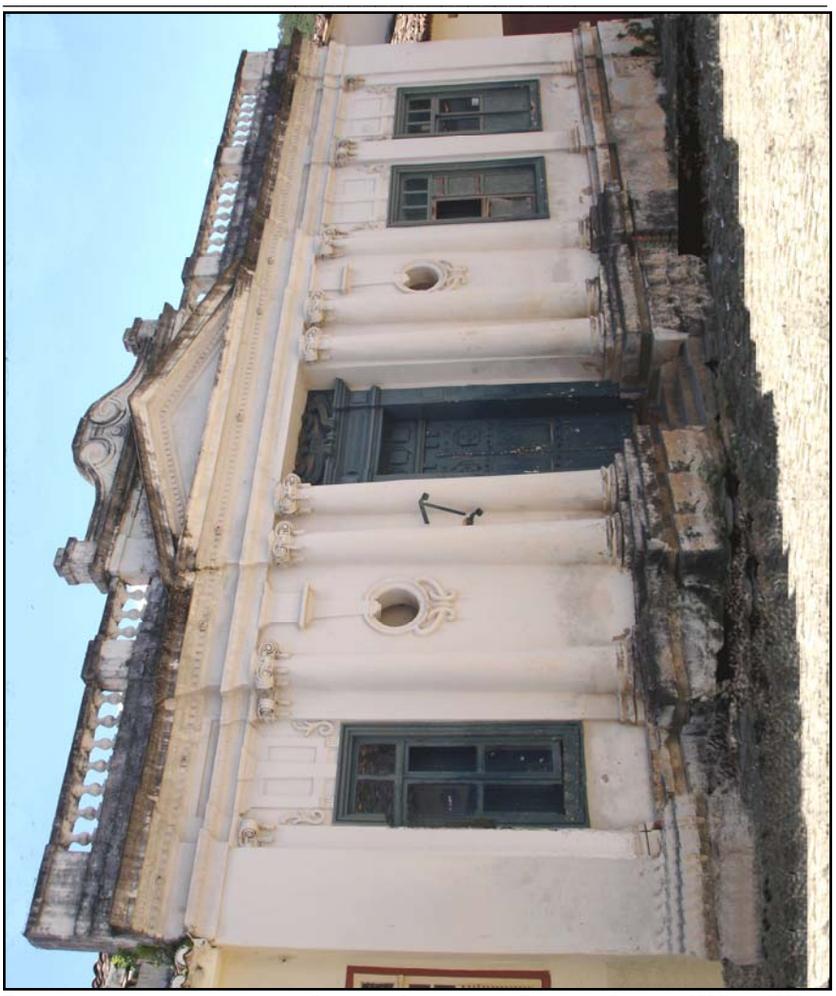
seria dos temperamentos da sua ordem que se formavam os diretores de povos, os líderes políticos?

Abílio Wolney não tinha formação escolar além da primária e tudo o que aprendeu a mais foi como autoditada. Contudo, ousaria. *Ouvia do povo que era político, que nasceu feito.*[31]

Construiria ao longo da vida uma biblioteca de mais ou menos 20 metros de armários e estantes de livros, com cerca de 3.000 títulos, em idiomas como inglês, francês e espanhol. *Teve que aprender sozinho pelo menos o básico desses idiomas para ler os livros de História, Direito Comparado, Medicina, Agrimensura, Farmácia, Poesias e Romances que não estavam no vernáculo*[32]

E lá se foi caminho afora, arrebatado por aquela idéia, impressionando pela firmeza, nunca abalada, e seguindo para um objetivo fixo, com finalidade irresistível.

[31] Colocações de Coquelin Leal Costa (Coque).
[32] Conforme noticia Nertan Macedo em texto avulso de 1975.



Fachada do prédio onde funcionou o Congresso Legislativo do Estado de Goiás de 1891 até 1930, na Cidade de Goiás, antiga continuação da Rua da Abadia. Aqui Abílio Wolney exerceu os seus mandatos de Deputado. (Foto do acervo do autor)

Não demora e vamos vê-lo um homem de

palavra, que seria muita coisa na vida, capaz de morrer por um parente ou um amigo, pois era leal e incapaz de traições.

Deixava o Duro, onde ele e o pai Joaquim Wolney eram os conselheiros consultados por todos que os procuravam, cujas opiniões eram regra seguidas ao pé da letra.

Debutava no parlamento. Ao chegar na Capital, fez prova na Ordem dos Advogados do Brasil, tornando-se advogado sob o nº. 33 de inscrição. Como Evaristo de Morais e outros grandes, foi um dos poucos advogados provisionados pela Ordem que não eram formados. Suas peças jurídicas seriam, como o foram, de redação escorreita, profundas no conteúdo jurídico de base doutrinária e jurisprudencial, embaladas na eloqüência do seu patrono, que advogaria por toda a vida.

Dizia sonhar com a Faculdade de Direito em São Paulo ou Medicina no Rio.

Não se divertia. Gostava de caçar e não tinha tempo para isso. Gostava de pescar, mas não pescava. Adorava os seres humanos, os animais, os cães, principalmente, e tinha verdadeira devoção pelas crianças.

Com os seus pendores de polímata, atuava com brilho nas diversas áreas do conhecimento, reunindo diversas qualidades, como se colocasse para trabalhar em harmonia áreas distintas do cérebro, que a melhor psicanálise hoje explica.

Foi assim que obteve licença dos Conselhos de Medicina e Farmácia para atuar nas áreas, depois de fazer cursos práticos na Bahia, inclusive para pequenas cirurgias, montando uma farmácia na Vila, onde dava consultas e passava remédios manipulados na farmácia que fez com aquisições em Barreiras, Salvador e no Rio de Janeiro, sendo o único médico e parteiro naquele ponto esquecido do Estado, cujos ofícios deixou em razão

da eleição, ficando a farmácia com o primo Sebastião de Brito Guimarães.

A política era a sua paixão maior, e seria também o seu calvário. O nordeste goiano não tinha um representante no plano da política estadual, composta que em tese seria pelos chefes políticos regionais, elo entre o município e o Executivo Estadual. Era clara a inexpressividade do norte, o seu abandono pelos poderes públicos, vocacionados ao domínio político da Capital.

Emergido de uma região esquecida, ligada economicamente ao sertão baiano, também pobre, Abílio Wolney exercerá dois ou três mandatos de Deputado Estadual na Cidade de Goiás – Goiás Velho – na sua antiguidade bandeirante, a Vila Boa imperial, fundada por Anhanguera, *irreverente cidade, impostora e sempre vivente à sombra do poder.*

Pagaria caro por ter chegado tão longe...

O primeiro golpe veio em 1900, no intercurso da sua vida pública, quando foi eleito Deputado Federal, por Goiás e pela Bahia[33], todavia depurado numa conspiração de inimigos políticos.

Depois, em 1913, teria sido eleito para um quarto mandato de Deputado Estadual em Goiás, mas também depurado por fazer oposição ao grupo de Totó Caiado e seu cunhado Eugênio Jardim, encerrando a faina político-parlamentar, após escorchado pelos donos do novo regime.

De volta à sua Terra, vamos vê-lo em 1918 nas trincheiras da resistência à oligarquia Caiado, no meio do "*Barulho*"

[33] A eleição pela Bahia é uma informação obtida por tradição oral.

com as autoridades prepostas do Governo em São José da Serra do Duro.[34]

Em junho de 1919 ingressa na Ordem da Estrela do Oriente, loja maçônica na cidade do Rio de Janeiro, onde frequentava nas viagens que fazia à Capital Federal.

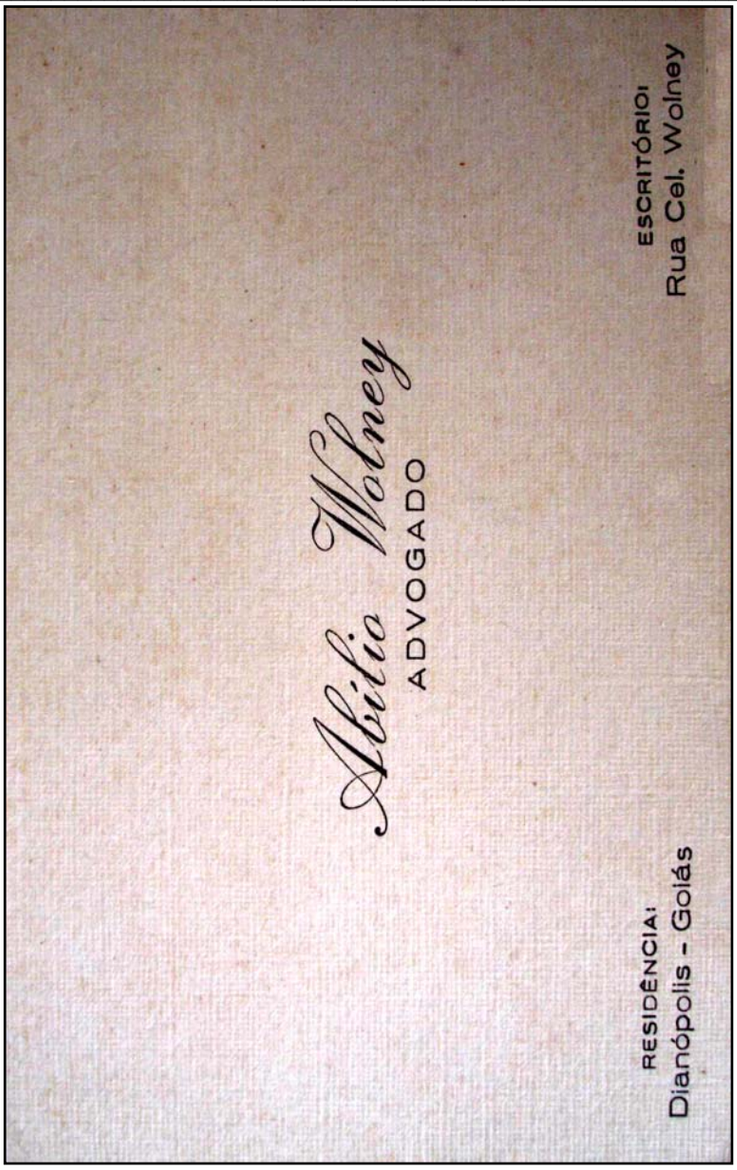
É assim que viaja o nosso personagem embalsamado em livro, nos seus lances heróicos, entre esplendores e tribulações, certo que as coisas assumem maior relevância quando relacionadas com acontecimentos de destinos humanos.

E o tempo, esse escritor intempestivo, gravou, no decorrer da sua estrada, o registro da sua história...

Daí ser preciso reescrever a história do legendário Abílio Wolney, dando-lhe a grandeza que reclamava e merecia, convertendo em obra de arte a existência desse monstro sagrado; obra lírica, humana e épica, como épica, humana e lírica foi a sua passagem pelo dorso terrestre.[35]

[34] Em nosso livro *O Barulho e Os Mártires*, ainda no prelo, constará a explicação das expressões "*ali tem barulho"* usadas pelas testemunhas nos autos do processo e demais pessoas, que das janelas e das portas de suas casas viram ou ouviram a alteração de vozes e a movimentação na porta da Casa de Audiências, no dia 16 de maio de 1918, no caso do inventário de Vicente Pedro Belém, conforme narrativa à frente.

[35] Metáfrase da carta do jornalista José Leal no prefácio do livro *Abílio Wolney, Um Coronel da Serra Geral*, de Nertan Macêdo.


Abílio Wolney
ADVOGADO
RESIDÊNCIA:
Dianópolis - Goiás
ESCRITÓRIO:
Rua Cel. Wolney

III

O DIÁRIO EM BIOGRAFIA

Estamos por volta dos anos de 1896 a 1900, quando Abílio Wolney, mal saído da adolescência, toma o seu *Livro de Lembranças*, o primeiro Diário.

Ei-lo, pela sua própria mão:

"Sou filho legítimo de Joaquim Ayres Cavalcante Wolney e Maria Jovita Leal Wolney. Nasci na fazenda Taipas do Termo da Vila da Conceição do Norte, numa terça-feira de 22 de agosto de 1876.

"Fui batizado na Vila de Conceição do Norte pelo padre João de Deus Gusmão, sendo testemunhas do batismo meu tio Coronel José d'Almeida Leal e minha prima Joaquina Fernandes d'Oliveira.

"Aprendi a ler e escrever em casa com meus carinhosos pais; fui à escola quando já escrevia bem, lia e fazia as quatro operações fundamentais da aritmética. Foi o professor

Anselmo Cecílio Ceciliano[36] *que me ensinou outras regras e por mim mesmo aprendi o Sistema Métrico Decimal. Com este estive quatro meses, que aproveitei bem. Foi ele substituído por meu tio Salviano de Mello que me encontrou decorando a gramática do Dr. Abílio. Por esse tempo aqui chegou de muda procedente de Santa Rita do Rio Preto, o hábil advogado Francisco Liberato da Silva Costa, que me aplicou alguma cousa na parte de lexicologia. Infelizmente faleceu logo e com isso retirei-me da escola e devo gravar neste meu livro de lembranças que o muito pouco que conheço de gramática e de aperfeiçoamento e minha instrução devo àquele bom homem e por esse respeito presto-me no que puder à sua família.*

"Entreguei-me então a toda sorte de serviços de meu pai. Trabalhei a princípio na manga que ele fez e tomei por costume toda noite ler um dicionário de medicina do Dr. Cherneviz, único livro de ciências que encontrei e afoito fiquei que já era uma das minhas ocupações imprescindíveis.

"Em falta de práticas, tive necessidade de fazer algumas aplicações e demonstrações, nelas alguma curiosidade. Meu pai mandou vir para mim algumas drogas simples cujas receitas importou em 400 e muitos mil réis.

"Fui qualificado eleitor deste município dia 5 de maio de 1893. Eu tinha apenas 16 anos, mas os amigos entenderam de assim fazer, fizeram. Fui nomeado secretário do Conselho Municipal desta vila por portaria do presidente do Conselho em data de 7 de julho do mesmo ano. Fui nomeado Agente do Correio desta localidade por portaria do administrador dos correios deste Estado, em 18 de setembro de 1893, a 27 de outubro do mesmo ano prestei compromisso e entrei em exercício do referido cargo.

[36] Há quem diga que os primeiríssimos estudos ele fez com o Ce. José Estanislau, que lhe teria ensinado a carta de ABC)

"Fui qualificado jurado deste Termo a 2 de dezembro de 1893.

"*Fui eleito Deputado Estadual pelo 12º círculo eleitoral em 31 de dezembro de 1894, tendo obtido nessa eleição 1.160 votos. Em cumprimento desse mandato, tive de partir para a Capital de Goiás dia 24 de março de 1895, tendo deixado o emprego de Agente do correio a 1º do mesmo mês de março.*[37]

"Cheguei à capital de Goiás dia 1º de maio de 1895 e dia 8 tomei parte nas sessões preparatórias. Fui reconhecido e proclamado Deputado em Câmara Plena dia 14 do mesmo mês e, sem falta de um dia de sessão, lá estive até o encerramento dia 20 de julho. Dia 21 parti em demanda de meus pátrios lares, onde com saúde cheguei dia 20 de agosto de 1895.[38]

"*Dia 14 de abril de 1896, tive de partir 2ª vez para a capital lá chegando a 8 de maio às 8 horas do dia e nesse mesmo dia fui à câmara e tomei parte na 1ª sessão preparatória. Como da primeira vez, hospedei-me com meu velho amigo Coronel Joaquim Fernandes de Carvalho, que tratou-me como filho.*

"02 de maio de 1896. Meia noite:

"Oh! Já não existe Manoel Ayres que me compreenderia também!... Uma lágrima de saudade por ti amigo leal, eu não te esqueço. Por tua memória adoro tua filha e amparo teus filhos, teu espírito seja meu guia.[39]

---

[37] Início da vida parlamentar aos 18 anos, na 2ª Legislatura do Estado de Goiás (1895-1897).

[39] O tio Manoel Ayres, esposo de Joaquina Fernandes (que será no futuro sogra também de Sebastião de Brito), havia morrido deixando um desejo em testamento oral – o de que Abílio Wolney se casasse com sua filha Josepha Ayres, mormente

"Morreu deixando 8 filhos que têm a infelicidade de serem alistados no rol da orfandade. Amigo leal, cujo retrato tenho em meu coração e cujos rostos (filhos) serão por mim sempre adorados. As lágrimas jamais secarão em meus olhos sempre que tiver essa recordação; e a dor penetrante que sofro em registrar semelhante notícia me impede de fazê-la mais longa."

"Dia 25 de julho do mesmo ano parti às 11 horas do dia, da capital de Goiás, sendo acompanhado até a chácara do Perillo por meus dois especiais amigos, Coronel Fernandes e Desembargador Jayme e mais o Major Augusto Alves, e Major Sócrates e o ourives Joaquim Xavier dos Santos Guimarães. Ao despedir-me desses amigos não pude conter algumas lágrimas de saudades.

"Enfim, dia 27 de agosto, às 6 horas da tarde, cheguei em casa de meus queridos pais.

"Dia 23 de abril de 1896 fui eleito Juiz adjunto deste Termo. Dia 14 de fevereiro de 1897 casei-me com minha prima Josepha Ayres Wolney, sendo testemunhas desse ato meus tios Alexandre e Ana Francisca. Dia 22 de agosto de 1897 mudei-me para minha casinha.[40]

---

porque ele estava doente e temia deixar a numerosa família desamparada. Viveu os últimos dias sob os cuidados e remédios receitados pelo sobrinho, até que este fosse para Goiás Velho, conforme este trecho de uma carta: *"Abílio, continuo à toa, pois os sintomas que de quando em vez sofro faz-me acautelar de tudo. Ainda continuo tomando as pílulas que você me deu. Deixei o uso do cigarro e bem inclinado a deixar também o café; tudo isso são preocupações que vou tomando a ver se tão depressa não sobrecarrego alguém de enorme peso de minha família".* Nove meses depois casaram-se Abílio Wolney e Josepha Ayres.

[40] Há referência histórica da nomeação de Abílio Wolney para Juiz Municipal, que por sua vez teria nomeado o primo Sebastião de Brito para o cargo de Escrivão do Judicial e Notas.

Aqui um breve *hiato* para inserir o fragmento de um texto escrito por Abílio Wolney em 1898, onde ele expressa num voto o seu desejo de edificar na Vila uma igreja para o padroeiro São José, nestes termos:

"Meu Senhor Jesus Cristo! Sou ainda bem jovem, pois conto apenas 25 anos e meses de idade[41]*e é esta a vez primeira que faço um voto, e o faço de coração. Jamais o faria a não ser impelido por um poder oculto como julgo-me achar, cujo poder dá-me força para conhecer que eu, meus parentes e enfim todos os durenses desprezamos completamente o que é mais sagrado; desprezamos a religião, a base sólida de todas as coisas. Assim, Senhor, o meu voto, o meu rogo é para que me concedais as faculdades necessárias para bem me haver neste mundo com meus irmãos. Tenho grande desejo, Senhor, de construir um templo a S. José, Patriarca deste lugar, em cuja obra de já não ponho mãos por falta de recursos e de companheiros que me auxiliem; assim, humildemente rogo-vos que conserveis os que me destes neste mundo como Pai e Mãe e que guie-me à procura de bons maridos para minhas irmãs, guiai-me a procurar homens justos e tementes a Deus, que me auxiliem nesta grande obra, junto com meus primos Confúcio, Nicésio e Manoel. Confiado, pois, Senhor, em vossa infinita bondade, designo o dia 1º de janeiro de 1902 para por mãos à obra. Segunda vez rogo-vos que me dê o tino necessário para bem desempenhar-me, conservando-me na vossa graça. Vila de São José do Duro, 5 de março de 1898."* [42]

[41] Como ele nasceu em 22 de agosto de 1876, parece que a idade indicada está errada.
[42] Cópia dos originais em nosso arquivo.
-Os primos mencionados por Abílio Wolney no texto são Confúcio, Nicésio e Manoel Ayres Cavalcante, todos filhos de Manoel Ayres Cavalcante Wolney, irmão do Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, pai de Abílio.

O próprio Abílio Wolney assegurava em vida que João Nepomuceno de Sousa havia construído em 1830 uma capela a São José, parecendo ser essa a *Igreja da Povoação de São José do Duro* a que se refere o seu bisavô paterno Manoel Lourenço Cavalcante em 1854, quando menciona que sua esposa Isabel de Moura Cavalcante teria sido sepultada na Capela-Mor do pequeno templo[43].

Já passados mais de 60 anos da primeira construção, desaparecida no tempo, estavam os planos para a edificação de uma nova, que segundo o próprio Abílio Wolney terminou sendo feita por ele com recursos próprios e em parceria com seu pai Joaquim Ayres Cavalcante Wolney no ano de 1900 doando-a à paróquia do município. E lá está ainda a igreja, hoje nomeada como da *Sagrada Família*, no antigo largo da Vila, atual Praça Cel. Wolney.

[43] Idem.

Antiga Igreja São José, construída pelo Cel. Wolney. Atualmente Igreja da Sagrada Família, na Praça Cel. Wolney.

Voltemos ao Diário:

"03 de outubro de 1898 às 3 horas da tarde faleceu, vítima de uma síncope cardíaca, meu sempre lembrado tio e amigo Elizeu Ayres Cavalcante. Deixou testamento feito em notas instituindo sua universal herdeira, sua mulher Mariana Alves Cavalcante. Seu enterro teve lugar no dia 4, às 3 horas da tarde. Segurei na alça de seu caixão, lado esquerdo, até o cemitério. Lá depositei-o na sepultura, onde desci, consertei o caixão, coloquei um pedaço de tábua sobre o caixão de modo a privar a terra de cobrir-lhe o rosto. Disse-lhe o último Adeus, pela última vez vi seu rosto que conservava os traços naturais. Saí e deitei-lhe as primeiras enxadadas de terra. Faço votos para que Deus o tenha

como servo e quanto a mim desejo honrar sua memória.

"14 de fevereiro de 1899, Terça, às 10 horas e 8 minutos da manhã. Casou-se minha irmã gêmea Anna Custódia Wolney com nosso primo João Batista Leal. Presidiu o ato o 2º suplente de Juiz adjunto Manoel Felipe d'Almeida, foi escrivão Anselmo Cecílio Ceciliano e testemunhas Tenente-Coronel Fulgêncio da Silva Guedes e Elsane Olímpio de Souza, residentes em Conceição. Considero, pois, ter hoje mais um irmão e peço a Deus que o mesmo seja um bom marido, conservando os seus santos mandamentos.

"Quarta-feira, 5 de março de 1899. Às duas horas e três quartos da madrugada, nasceu minha filha Alzira Wolney. É a primeira filha que tenho a qual entrego a Deus confiando que dela fará uma boa filha, boa esposa e boa mãe. Registrei-a dia 10 do mesmo mês. Foram testemunhas do registro João Batista Leal e Rosendo Archias Leite. Escrivão que tomou o registro – Anselmo Cecilio Ceciliano."

O casamento de Anna Custódia Wolney, aos 13 anos, com o fazendeiro e parente João Batista Leal, gerou alguma desilusão no primo Sebastião de Brito Guimarães, que desejava esposar a bela moça rica, filha do Cel. Wolney com sua tia Maria Jovita Leal Wolney – Dª. Mariazinha. Mas Anna Custódia o recusou, porquanto Brito veio para o Duro expulso de Conceição do Norte, encaminhado por uma carta do irmão de Dª. Mariazinha, onde contava ter ele deflorado a prima Serafina, querendo a família a desforra diante do caso escandaloso em que a lubricidade de um devasso maculara ingênua donzela, deixando-a...

Apesar das escorralhas e dos antecedentes, Sebastião de Brito havia sido recebido pelos parentes na Vila, onde continuava empregado da Farmácia do primo Abílio Wolney, agora Deputado na Capital.

E na Capital estava o Governo – da Capitania à Província de Goyás, passando por Vila Boa, depois Cidade de Goiás, a Goiás Velho do Poder das dinastias.

Ali, no crepúsculo do século XIX e ao longo do século XX, destacaram-se, pela manutenção do poder político, três grupos– os Bulhões, os Ludovico de Almeida e aquele que para a história passaria como a oligarquia Caiado, notável pela presença alongada no Poder, e pelo que fez dele.

Desde o antigo período da mineração, o casal Manoel Caiado, egresso de Portugal, e Brígida Almeida instalou-se nas matas da *Paciência* e lá construiu a *Fazenda Europa*, em 1776.

Durante a fase colonial, que foi até a proclamação da independência do Brasil em 1822 e entrando pelo Império (1822-1899) eles prosperam, mais ligados à pecuária e à agricultura, dando-se o mesmo na política, desde o final do Império.[44]

Já em 1883, a 1ª vice-presidência da Província de Goyás estava com Antônio José Caiado, que assumiu a presidência em outubro de 1883 a fevereiro de 1884. Retornou ao governo do Estado em outubro de 1884, *tendo sido exonerado em novembro deste mesmo ano, quando os conservadores assumiram a direção da política nacional e, consequentemente, da provincial*. Membro da terceira geração, integrante da elite local, foi também Tenente-Coronel pela Guarda Nacional.

[44] Da obra *Família e Poder em Goiás*, Vol. 6, de Mirian Bianca. Veja também o livro *Caminhos de Goiás*, de Nasr Fayad Chaul.

Como observa Miriam Bianca[45], *"ao longo de toda sua história, os Caiado representaram os interesses políticos, econômicos e sociais das elites agrárias. O caráter conservador de sua prática política fundamentava-se na defesa de suas posições como grandes proprietários de terra, vinculados, especialmente, à pecuária. Como elite dominante, ao longo do tempo articulou-se politicamente para se fazer representar nas sucessivas conjunturas, consideradas as bases materiais e classistas desta sua intervenção, de acordo com os interesses de uma parcela minoritária da sociedade, como proprietários dos meios de produção".*

No final da década de 1880, já faziam parte da política goiana três gerações da família Caiado, do tronco citado: o Tenente-Coronel Antônio José Caiado, seu filho Torquato Ramos Caiado e os filhos deste, liderados por Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado).

Egressos do período colonial, atravessaram a fase imperial e se fortaleceram muito mais durante a República. Antônio José Caiado compôs a diretoria do Centro Republicano, sendo o terceiro mais votado, mantendo-se articulado a Leopoldo de Bulhões nas disputas pela direção política travada em Goiás.

Veremos que na fase adiante de 1909 a 1912 o quadro se fez mais favorável aos Caiado, com o declínio dos Bulhões, que na mesma fase se viam nos estertores como frente de liderança em Goiás, ao tempo em que os Caiado se firmavam como hegemonia política. O governo estadual estava com Urbano de Gouveia, bulhonista, mas enfraquecido com o afastamento dos Bulhões, que tinham uma tradição de bacharéis, desafiada pelo poderio econômico dos Caiado, que não exerciam os cursos feitos no Rio e em São Paulo para dedicarem-se às fazendas, como latifundiários e tropeiros.

[45] Idem.

Os Caiado prosperaram muito à custa do trabalho escravo da época colonial-imperial e depois dos trabalhadores braçais que, por não possuírem os meios de produção, alugam, ainda hoje, sua capacidade de trabalho, ou melhor, sua força de labor em troca de salário ou menos que isso.

Com firme base material a garantir-lhes os pleitos e arranjos políticos, os sucessivos governos do Estado, a integração do Legislativo na Capital e a representação federal no Congresso Nacional foram sedimentando-se sob a égide – e depois o tacão – de Totó Caiado, que, entre 1912 e 1930 se fez o chefe maior do *Partido Democrata*, fundado em 1909, do qual seria o Chefe da *Comissão Executiva*, juntamente com o cunhado, Cel. Eugênio Rodrigues Jardim, que adiante será eleito Presidente do Estado e depois Senador da República.

Nessa quadra, as facilidades do Poder e os "casamentos programados" de familiares com pessoas de destaque político ou financeiro, somados à herança dos ancestrais e à a inteligência de Totó Caiado, ajudaram-no na aquisição de muito mais riquezas.

Depois da reviravolta no Movimento de 1909, jornal *O Democrata* foi a imprensa a seu serviço. Os colunistas insistentemente o aclamam como *"nosso grande líder"*, *"líder máximo"* e *"chefe maior"*.[46]

Nesse período estão em palco os seus quatro irmãos – Antônio Ramos Caiado, Arnulfo Ramos Caiado, Leão di Ramos Caiado e Brasil di Ramos Caiado –, filhos de Torquato Ramos Caiado e netos do Tenente-Coronel e Senador da Republica Antônio José Caiado. A esse tronco familiar estavam unificados pelo casamento, quatro irmãos da família Alves de

[46] Idem, ibidem.

Castro com quatro irmãs Caiado – o Des. João Alves de Castro, Abílio Alves de Castro, Joviano Alves de Castro e Agenor Alves de Castro.

Foram intendentes da Capital a partir de 1914: Abílio Alves de Castro, Dr. Lincoln Caiado de Castro, Dr. Agenor Alves de Castro e Dr. Arnulpho Ramos Caiado.

"*Os componentes das sucessivas legislaturas estaduais e federais, quando não ligados por laços de parentesco aos Caiado, eram submetidos às alianças que os tornavam componentes do grupo hegemônico, no âmbito do Partido Democrata.*

Ao longo de quase 30 anos, durante a chamada República Velha (1889-1930), os Caiado dirigiram o Estado de Goiás apoiados na prática política conhecida como 'coronelismo', como forma de concentrar o poder político regional.

O 'coronelismo' propriamente era marcado pela força política e econômica de um chefe local, que se articulava a um chefe regional, que, por sua vez, se articulava com o poder central. Assim, um processo eleitoral, por exemplo, era decidido antes mesmo de as eleições acontecerem. Isso porque, em âmbito nacional, predominava a força das oligarquias mineiras e paulistas que se revezavam na presidência da República, através do acordo das elites brasileiras que ficou conhecido como 'política do café com leite'.

O poder central na esfera nacional trocava favores e cargos com o chefe político regional, que por sua vez comandava o 'voto de cabresto' em cada 'curral eleitoral' de sua região. Em Goiás, a força política dos Caiado aglutinava as elites agrárias.

Para manter esse poder montou-se uma

engrenagem política formada pela Comissão Executiva do Partido Democrata, sob domínio dos Caiado, pelo poder Executivo (presidência do Estado) e pelos deputados estaduais e federais do Partido Democrata.

Como chefe maior do Partido Democrata, Totó Caiado e a Comissão Executiva do Partido praticamente dirigiam o Estado, posto que o Congresso só funcionava dois meses por ano. Esse foi o período de maior poder concentrado pelo grupo político-familiar Caiado".[47]

Foi assim até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas retira os Caiado do poder em Goiás e surge o vulto inquebrantável de Pedro Ludovico Teixeira, do qual tratamos no Capítulo XVIII.

[47] BIANCA, Miriam. *Histórias de Goiás*, Vol 6., p. 13 a 17. (O texto em itálico) Veja também a obra *Coronelismo em Goiás*: *estudos de casos e famílias*, coordenada por Nasr Fayad Chaul.

Senador Estadual Custódio José Leal Filho (Custodinho), cunhado do Cel. Wolney.[48]

[48] Fotografia exposta no *Museu Histórico* de Dianópolis-TO.

IV

ELEITO DEPUTADO FEDERAL E DEPURADO

Chegamos ao ano de 1900, raiando o sol no dealbar de um novo século.

Há referência histórica de uma das diversas passagens de Abílio Wolney por Anápolis-GO[49], cidade à qual sugeriu o nome e onde era querido e bem votado. Zoroastro Artiaga, relatou a respeito, *verbum ad verbum:*

"Em 1904, num artigo publicado no jornal "LAVOURA & COMÉRCIO", de Uberaba, Minas Gerais, o jornalista Moisés Augusto de Santana, usou pela primeira vez, carinhosamente, a palavra ***Cidade de Ana*** *– ANÁPOLIS – nome que lhe foi sugerido e a outros ANTENSES, inclusive no Plenário da Câmara na cidade de Goyaz, pelo então Deputado Estadual Abílio Wolney,*

[49] **Amador Abdala** – ambientalista bem conhecido em Anápolis – foi dos primeiros a nos informar a respeito de um diálogo mantido com Abílio Wolney em Anápolis, onde o mesmo lhe comentou sobre o nome da cidade. O encontro entre ambos foi num auditório local, com direito a discurso do ex-deputado Wolney. O ex-Prefeito Raul Balduíno disse-nos ter atendido Abílio em seu consultório médico em Anápolis, em década mais recente, com quem confabulou a respeito de muitas coisas da comuna.

quando de sua passagem por Santana das Antas, na campanha para Deputado Federal, em 1900. O nome agradou de tal forma que a Lei n.º 320, de 31 de julho de 1907, assinada pelo Presidente do Estado de Goiás, Miguel da Rocha Lima, rezou em seu único artigo: 'A Vila de Santana de Antas fica elevada à categoria de cidade, com a denominação de Anápolis, revogadas as disposições em contrário'." (Zoroastro Artiaga, História de Goyaz, Goiânia, 1945).

A ressalva do texto supra, quando diz que o nome ANÁPOLIS foi sugerido *"inclusive no Plenário da Câmara na cidade de Goyas, pelo então Deputado Estadual Abílio Wolney"* diz respeito ao seu primeiro mandato legislativo, iniciado em 1894. Ou seja, antes mesmo de 1900 ele já sustentava a mudança do nome da Vila de Santana das Antas.

Haydée Jayme, no livro *Anápolis, Sua Vida, Seu Povo,* faz remissão ao artigo citado relatando que *"em 1904, em artigo publicado no 'Lavoura e Comércio", de Uberaba, Moisés Augusto de Santana chamara a vila, carinhosamente, de Anápolis, cidade de Ana".*[50] Deveras, a escritora menciona exatamente a mesma matéria jornalística, mas no momento de citar o Deputado Abílio Wolney, o texto é simplesmente amputado, como se vê do cotejo entre a transcrição de Zoroastro Artiaga e esta última, que se limita a uma referência em três linhas.

Nos Dicionários Biobibliográficos de Goiás[51] e do Tocantins[52], do escritor e acadêmico Mário Ribeiro Martins, consta

[50] *Anápolis, Sua Vida, Seu Povo*, de Haydée Jayme Ferreira, Brasília, 1981, pág. 30.

[51] O Escritor **Mário Ribeiro Martins** é Procurador de Justiça aposentado e tem se notabilizado pelas dezenas de livros que escreveu, entre os quais "Gilberto Freyre – O Ex-Protestante", "História das Idéias Radicais no Brasil", "Filosofia da Ciência", "Sociologia Geral & Especial", "Escritores de Goiás", "Letras Anapolinas", "Dicionário Biobibliográfico de Goiás, de onde transcrevemos as págs. 15 a 19 (um verdadeiro comboio de registros sobre quem é quem na história da literatura em Goiás)", "Estudos Literários de Autores Goianos", "Dicionário Biobibliográfico do Tocantins" e mais recentemente lançou o livro "Coronelismo no

a mesma referência, e ainda hoje circula em Minas Gerais o Jornal *Lavoura & Comércio*.

Braz de Pina, em seu livro *Goiás, História da Imprensa*, Departamento Estadual de Cultura, Goiânia, também fez essa observação.

Ainda sobre Anápolis, historiadores goianos contam que, *"no início do século XIX, viajantes percorriam o vale do Araguaia e o roteiro de Vianópolis/Corumbá de Goiás, entre eles, a cabeceira do Ribeirão das Antas, conhecido também por Campos Ricos, graças à excelência de seu solo e à abundância e variedade de caças existentes no local. Enfatiza-se a contribuição do Sr. Manoel Rodrigues dos Santos, que fazia realizar em sua fazenda, novenas e orações, aglomerando já em 1859 um total de 15 casas e uma escola. Conta a tradição que, por essa época D. Ana das Dores, quando trafegava pela região, viajando de Jaraguá para Bonfim, viu se desgarrar da Comitiva, no Sítio das Antas, um de seus animais, o que conduzia, entre outros pertences, uma imagem de Nossa Senhora de Santana.*

"Efetuadas as buscas e localizada a alimária, deitada com a carga, não conseguiram os camaradas levantar a canastra que transportava a imagem da santa. Interpretando assim a ocorrência como um desejo de Santana de ali permanecer, prometeu Dona Ana então, ofertar a primeira igreja que se erigisse no local. Aos 17 de maio do mesmo ano, foi redigida a licença para a construção de uma capela com a invocação de Santana.

Antigo Fundão de Brotas", onde dedica Capítulo à História de São José do Duro(Dianópolis). Mario Martins é membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil, da Academia Pernambucana de Letras e Artes, da Academia Goiana de Letras e da Academia Tocantinense de Letras (Cadeira 37), estando vinculado a diversas outras Instituições Literárias, inclusive do Exterior. Foi através de Mário Martins que pela primeira vez tivemos notícia do Jornal Lavoura & Comércio, onde Abílio Wolney sugeriu o nome Anápolis.

[52] *Dicionário Biobibliográfico do Tocantins*, pág. 18 a 23.

Construiu-se, então, a capela sob a orientação do Sr. Gomes de Souza Ramos, filho de dona Ana das Dores, e nela foi entronizada a imagem da Santa."[53]

Uma homenagem a Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, avó de Nosso Senhor Jesus Cristo e padroeira do lugar e a Ana das Dores, mãe de Gomes de Souza Ramos e devota da Santa, que estava na origem histórica do lugar[54] – foi assim que surgiu a idéia de se renomear a vetusta *Santana das Antas* para *Cidade de Ana – Anápolis*, que ao se aproximar dos seus 100 anos de emancipação política, é o segundo maior potencial econômico e tributário do Estado de Goiás e um berço de religiosidade cristã de diversas denominações.

Em 1907, com a intervenção do então Deputado Zeca Batista, a Vila de Santana das Antas foi elevada à categoria de cidade e passou a se chamar Anápolis, o nome sugerido por Abílio Wolney.

Em 1999 foi renomeada a Praça do Ancião para Praça Deputado Abílio Wolney. Em expediente que gerou o projeto da lei 2.636/99, sufragado por unanimidade dos edis votantes, o Legislativo local adotou como justificativa condutora da lei a de que *"É sabido, em nossa história, que políticos valorosos só são reconhecidos por seu caráter, por seu dinamismo, por sua coragem e por seus feitos grandiosos postumamente, quando o são. Dessa forma, não podemos deixar de fazer justiça, lembrando e homenageando uma personalidade, o Deputado Estadual Abílio Wolney, que apesar de possuir base política em outro município do Estado de Goiás, levantou sua voz para sugerir-nos o nome de*

[53] Conforme Joana Maria Rocha e Silva e Editorial do 3º Caderno do Jornal *Folha do Estado*, de 31.07.01, em Anápolis.

[54] **Sant'Ana** é hoje padroeira do Estado de Goiás, da cidade de Anápolis, da Diocese e da Primeira Paróquia instalada. Vila Boa de Goiás (Goiás Velho, hoje Cidade de Goiás), onde Abílio exerceu a vida parlamentar, foi em tempos remotos conhecida como arraial de Sant'Ana.

'Anápolis', no Plenário da Câmara dos Deputados na cidade de Goiás e ainda, quando de sua passagem por Santana das Antas na campanha para Deputado Federal, em 1900. Daí a necessidade de homenagear aquele político, atribuindo à praça do Ancião o nome de Praça Deputado Abílio Wolney, pois que foi o responsável pela denominação da segunda maior cidade do Estado de Goiás. Esse projeto se reveste de grande importância história e política para Anápolis"

Centro da Praça Dep. Abílio Wolney – Anápolis-GO.

Cidade de Ana – Anápolis-GO. Vista da Praça e Igreja Sant'Ana. Aqui começou Anápolis.

Voltando ao ano de 1900, vamos ver que Abílio Wolney, aos 24 anos de idade, foi mesmo eleito Deputado Federal por Goiás, com grande apoio em Arraias, Anápolis e Pirenópolis, cujo resultado foi publicado no dia 08 de abril daquele ano. Imensa alegria invadiu-lhe a alma. Parecia ter chegado a um patamar bastante razoável na sua trajetória política pelo sufrágio universal do voto.

Deixando a esposa Josepha Ayres Wolney prestes a dar à luz, demandou o Rio de Janeiro, antiga Capital do País, viajando pelos sertões de Goiás e da Bahia, montado a cavalo e adiante tomando barco a vapor.

Ignota ventura luzia-lhe no olhar.

Na viajem passou por Rio Grande, São Francisco, Juazeiro, Queimadas, Vila Nova, Alagoinhas e chegaria a Salvador a 29 do mesmo mês, mas no trajeto teria "*sofrido febres intermitentes que o prostraram vários dias*", como escreveu.

Doente, repousou na casa de um amigo em Salvador. Passou alguns dias na *Pensão Mozart*, na mesma cidade e ali mesmo recebeu a notícia de que inimigos políticos ligados a Totó Caiado conspiraram contra ele, se valendo do instituto parlamentar da *depuração*, que consistia em excluir um representante congressista, mesmo que eleito pelo voto popular.

Instituído no governo federal de Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), a depuração era feita por um Órgão responsável por fiscalizar as eleições – uma espécie de Tribunal Superior Eleitoral da época – chamado de Comissão de Verificação de Poderes, formada por cinco Deputados. Para compô-lo, eram indicados sempre aliados do Governo, o que impedia qualquer oposição de se instalar. Sob a sua égide, as votações eram denominadas "eleições a bico-de-pena", vez que a Comissão fraudava qualquer resultado favorável à oposição.

Era uma fraude eleitoral institucional, que para a história restou apelidada como *"degola"* para os adversários.

Para tranqüilidade de sua administração, o Presidente da República Campos Sales organizou a chamada *"Política dos Governadores"*, que consistia no seguinte: os Senadores e Deputados correligionários dos Governadores dos Estados teriam amplo prestígio junto ao Governo Federal. Este receberia em troca o apoio dos Governadores estaduais na execução da política geral do país. Diminuía assim, naturalmente, a importância dos Partidos, ao mesmo tempo em que se

consolidavam as oligarquias locais. Foi nesse período – a que nos referimos antes – que se inaugurou o chamado *voto de cabresto*, através dos currais eleitorais.

Estava visto: mandava o valente, dono de gado e gente...

Abílio Wolney havia que ser valente, não propriamente pela patente de Coronel da Guarda Nacional, mas para sobreviver nas relações de poder. Todavia, era um solitário nortista, no berço de Goiás Velho e a sua coragem encenada na Revolução de 1909 só teria mesmo vazão adiante – nas reações à *Chacina Oficial de 1919* e nos movimentos que se sucederam nas trincheiras da resistência à Polícia dos Caiados.

Para Villaça,[55] o coronel, muito mais que o médico, bacharel ou padre, era produto do seu meio e de seu tempo, capaz de usar com maestria os recursos da linguagem e os valores próprios da 'sociedade matuta'. Goiás, como o nordeste, vivia os valores cultuados da valentia e a brabeza. Não foi à toa que Totó Caiado ficou conhecido como 'Totó Brabeza'.

Segundo Carone, *"um dos maiores atentados daquela época foi a expulsão de Abílio Wolney, eleito e diplomado por Goiás para dar entrada a Ovídio Abrantes. Logrou o Sr. Wolney um voto em separado de Fausto Cardoso, mas nada conseguiu no plenário, que aceitou o parecer do Sr. Manoel Fulgêncio."*

"Eleito Deputado Federal foi 'degolado' porque a oligarquia dominante assim o quis, para proteger a Ovídio Abrantes, filho de um chefe político da Capital e cunhado de Antônio Ramos Caiado. De 1900 em diante em cada eleição

[55] Do livro *Coronel, Coronéis*, de Marcus Vinicius Villaça e Roberto Cavalcante Albuquerque.

Federal, as minorias vêem seus membros serem vetados ou 'degolados".

Ovídio Abrantes era casado com Diva Caiado, irmã de Totó Caiado. Adiante Diva fica viúva e casa-se com o Cel. Eugênio Rodrigues Jardim[56], que no seio da oligarquia será muita coisa daqui a pouco.

Elém de muito rico por herança, trabalho e facilidades do Poder, Totó Caiado havia sido Vice-Presidente da Província de Goiás de 1892 a 1895. Era formado em Direito e já havia sido Deputado Estadual em 1897 e Prefeito de 1899 a 1902, aprumando-se para muito mais, na esfera federal.

A mais do Deputado Federal Ovídio Abrantes, outros amigos e parentes de Totó exerciam mandatos na esfera estadual e federal, de modo que ele conseguia influenciar diretamente para a depuração de Deputados na Assembléia Legislativa do seu Estado ou no Congresso Nacional.[57]

No Judiciário, além do cunhado João Alves de Castro, teria o primo deste, Des. Ayrosa Alves de Castro, depois o Des. Xavier de Almeida, a quem adere, e em meados dos anos 20 Totó Caiado vai conseguir compor o Tribunal do Estado com 05 Desembargadores aliados, contra 04 imparciais.

---

[56] Eugênio Rodrigues Jardim era natural de Goiás Velho. Depois que entrou na família Caiado foi eleito Presidente do Estado para o mandato de 1921 a 1923, sucedendo o concunhado Des. João Alves de Castro. Por fim foi Senador Federal por Goiás para o mandato de 1924 a 1926. Morreu em 1926, aos 70 anos, num acidente de automóvel no Rio de Janeiro, desfalcando a oligarquia.

[57] Adiante entrará em cena o Des. João Alves de Castro, casado com uma irmã de Totó Caiado, e que tinha como irmãos Joviano, Agenor e Abílio, também casados na família Caiado, como anotamos, os quais iriam estar presentes na representação federal.

Quanto a Abílio, *depurado* naquele ano de 1900 pelas hostes da oligarquia, só restava anotar: "*Voltei da Bahia, partindo dali a 26 de maio".*

Atormentadas vigílias agoniavam-se-lhe o espírito, traumatizado de pavorosa dor num pesadelo de revolta por aquilo que reputava traição e medidas contra a sua ascenção. Tinha um nome em Goiás e em sua Capital. Havia batido nas portas do Parlamento no Rio de Janeiro, antiga Capital e Distrito Federal.

Contudo, não havia como reagir. Era carregar para sempre um sonho morto. Ademais, restava evidente que a insurreição contra o Poder geraria todas as conseqüências contrárias, como também era um óbvio suicídio arrostar a situação política dominante no Estado, que dispunha da máquina do erário, *com o cofre das graças e o poder da desgraça*, do nepotismo, da sinecura, da força policial, podendo arrimar o adepto ou eliminar de todas as formas o ousado inimigo, logo tachado de subversivo.

O então governo do Estado não parecia ter participado daquela tramóia na Câmara de Verificação de Poderes do Congresso Nacional. Mas a mão canhestra da família Caiado, em processo de subida política, se espalmara com Ovídio Abrantes, marido de Diva Caiado.

Qualquer impertinência só lhe traria desvantagens, pois a época requestava boas relações entre o cidadão e o poder instituído. O amigo Leopoldo de Bulhões era então correliginário dos troncos dos Caiados, o que ficava mais difícil. Era somar-se ao centro das influências de poder ou recolher-se silencioso. Mas já havia despertado as atenções das correntes políticas. Irrompiam-se as impressões sobre o moço, perfilhado do velho Coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney.

Afinal, o crescimento vertiginoso de Abílio

Wolney gerava rumores de que ele pudesse pretender em breve a Presidência do Estado, pois mal saía de primeiro mandato de Deputado Estadual, inaugurado aos 18 anos, ali estava aos 24 eleito Deputado Federal, bom de voto e levado numa conspiração de forças políticas que o alavancavam. Então foi pisoteado e se recolhia de volta a São José do Duro, onde trabalharia com desvelo nas terras do pai, montando o primeiro engenho de ferro da região.

Adiante seria um dos idealizadores da divisão do Estado do Tocantins, quando em edição do seu Jornal, *"O Estado de Goiás*", onde também almejou criar o Estado de São Francisco, englobando parte de Goiás e da Bahia e ideava algo mais, como anota Luiz Palacin:

"Uma finalidade última, sempre presente na atuação política em Goiás, foi a de incorporar Boa Vista[58] *ao Maranhão e de conseguir a revisão das monstruosidades existentes na Carta geográfica do Brasil.*[59] *Esta mesma era a opinião de Abílio Wolney, em editorial do seu jornal O Estado de Goiás, de 12.06.1913, que anos mais tarde via na ação premeditada, primeiro de Leitão, e depois de Leão Leda, uma tentativa de incorporar o norte de Goiás ao Maranhão, tentativa só frustrada pela enérgica resposta de José Dias e do Padre João.*[60]

---

[58] Boa Vista denomina-se hoje Tocantinópolis, extremo norte do Estado do Tocantins.

[59] A Esfinge do Grajaú, p. 253, citada por Palacin.

[60] Jornal *Estado de Goyas* de Abílio Wolney, Editorial de 12.06.1913. Leitão e Leão Leda foram coronéis e chefes políticos maranhenses de grande influência no cenário da época. José Dias e Padre João foram guerrilheiros que aliciaram forças paramilitares e combateram as hordas daqueles caudilhos, que por sua vez também eram teleguiados por poderosos políticos (...). Veja o livro *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás*, de Luiz G. Palacin, pág 48, 1ª ed., Loyola, 1990 e o livro *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores*, de Voltaire Wolney Aires.

Por estarmos nos reportando a 1900, diga-se que foi nesse ano que nasceu a segunda filha de Abílio, Mirêtta Wolney, em 14 de setembro, e no dia 30 de outubro morria de diabete a sua irmã de nome Custodiana, aos 15 anos de idade.

No ano seguinte, Abílio mudou-se para sua nova casa no Duro, onde entalhou prateleiras provisórias e montou com mais arrojo a sua farmácia. Dizem que o seu nome já atravessava as fronteiras de Goiás, Bahia e Piauí, ganhando aporte. Correspondia com muita gente importante.

Não parecia colimar um interesse de mando local no esquecido arraial, onde, por suas qualidades, era respeitado por uns e invejado por outros. Mirava a Capital e não barganhava arranjos coronelísticos no que seria uma *carta branca* para o domínio da Vila ou do nordeste goiano. Fato é que estudos apontavam o seu prestígio em outras cidades Goiás, como Anápolis e Pirenópolis, inclusive fora dos limites do Estado, nas suas ligações com o Piauí e a Bahia.

O primo Sebastião de Brito, na sua desilusão passional por não ter angariado a simpatia de Anna Custódia Wolney, irmã de Abílio, contraiu esponsais com a outra prima de nome Auta Ayres, irmã de Josepha (esposa de Abílio), em 13 de maio de 1902, passando a residir temporariamente na casa da sogra. Dava tréguas no problema sentimental, sem o quitar no coração. Ele mesmo que guardava algum ressentimento de cinco anos atrás, quando Abílio fora o advogado de D. Joaquina Fernandes no inventário do marido Manoel Ayres, sogro de Abílio e dele Sebastião.

Segundo Voltaire Wolney, "*concluída a leitura, Sebastião reclamou contrafeito: - Abílio acho dispensável a inclusão de bagatelas na divisão do inventário do nosso sogro. Arrolar bancos, arreios velhos, bruacas furadas e outras quinqüilharias é como se estivéssemos a mendigar vinténs. A mim se algum des-*

ses objetos tocar dispenso-os desde já!"[61]

Morando com a sogra Benedita Fernandes Cavalcante, Sebastião de Brito fará de tudo para gerar intrigas e dividir a família deixada por Manoel Ayres Cavalcante, tio a quem Abílio estimava mais que aos demais. Formará opinião contra Abílio e seu pai Joaquim Ayres Cavalcante, inculcando na viúva a idéia de fatos mentirosos, por isso mesmo indignos de serem reproduzidos aqui. Será uma questão de tempo...

No dia 2 de julho de 1901, Josina Wolney, irmã de Abílio, casava-se com Cândido Nepomuceno de Souza, neto do Major João Nepomuceno de Souza.

[61] *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores, de Voltaire Wolney Aires.*

Josina Wolney Nepomuceno, irmã de Abílio Wolney (Fotografia do seu neto Flávio Araújo).

Em 22 de agosto de 1902, Abílio proporcionava ao povo durense uma surpresa: fundava uma modesta biblioteca, constituída de 200 livros, os mais variados, os quais doou em sessão registrada na Ata da solenidade onde estavam presentes o Tenentes-Coronel Serafim José Leal, Francelino Teles de Farias, Alexandre José Ayres, Candido Nepomuceno de Sousa, Sebastião de Brito Guimarães, Confúcio Ayres Cavalcante, Justino José Leal, Nicésio Ayres Cavalcante e Manoel Ayres Cavalcante Júnior.[62]

Fato é que o eclipse da depuração não o levou ao ostracismo político. Tinha ele suas ligações, porquanto havia no último mandato de Deputado perolado na ribalta de líder do governo na Assembléia, e também tinha vulto a ponto do Presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Sales, outorgar-lhe a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional, por decreto presidencial, também em 1902, assumindo o comando do 3º Regimento de Cavalaria com sede em São José do Duro, ano em que nasceu a terceira filha Custodiana, homônimo em homenagem à finada irmã.

A patente e o encargo o estimularam a novas andanças. As regiões de Pirenópolis e Formosa conheciam Abílio Wolney, um viajante solitário em franca atividade política.

O primo e concunhado Sebastião de Brito mudou-se da casa da sogra, passando a morar com a mulher Auta Ayres em residência no largo da Vila, nas imediações da igreja, onde nasceria a filha Antonieta em 1903. Apesar dos pesares, foi Abílio quem intermediou o casamento do primo com a cunhada.

Vamos a 1903. Corria o ano no trivial do *Duro*. No calendário, 22 de agosto, data do natalício do agora Coronel

[62] Em Águas Lindas de Goiás existe a Biblioteca Pública *"Deputado Abílio Wolney".*

Abílio Wolney. Era noite. Modesto candelabro à mortiça claridade da vela de cera e um desabafo no Diário:

"Completo hoje 27 anos de existência, 6 de casado e emancipado, e 3 de lavrador. Ainda não posso interrogar do passado sobre o que tenho feito. Lanço as vistas para ele e nada vejo que mereça atenção, muito embora se diga que sou inteligente, trabalhador e perseverante. Se essas qualidades tenho não sei o que me há impedido de trilhar numa carreira menos tortuosa, pisando em caminhos menos escabrosos. Dei uns passos na medicina para recuar pouco depois tomando um largo caminho na política, e tão largo foi este que me confundi saindo derrotado, depois de uma vitória pouco vulgar!... Oh! Por maior que fosse meu poder de vontade não deixaria de sentir no fundo d`alma essa derrota, de ver baldados minhas esperanças, perdidos os meus primeiros passos!

"Que fazer? Perguntei a mim mesmo. Prosseguir era a solução natural. Não se haviam fechado as portas da carreira encetada; não se havia extinto em mim a necessária coragem para demandar novas posições, mesmo que em obediência a lei natural, tornasse a começar de degraus inferiores. Se essa profissão não era segura, era como todas as outras: tudo pode fracassar.

"Meditei sobre o futuro meu, sobre as dificuldades que porventura eu teria que criar a minha família, dificuldade que à vezes eu não poderia remediar.

"Por outro lado, pegou-me o mais que tudo o descontentamento que tal meio de vida causava a minha mãe. Consultando ao dever filial, colocando o bem estar de meus progenitores acima dos meus, e das vantagens que porventura eu poderia colher, tive que me resignar a recuar nos primeiros passos dados nessa carreira e pensar sobre uma nova, mas qual?"

"Meditei e muito, pois, primeiro que tudo teria de conciliar a minha nova profissão com a vontade de minha mãe, muito suscetível de contrariar-se. Compromissos de gratidão me privaram do exercício da medicina lucrativamente neste lugar. E mudar-me para outro, ao menos temporariamente, era ingratidão com minha boa mãe, por cuja atenção eu havia desprezado a minha verdadeira vocação – a política. O comércio, a advocacia e ramos da indústria a que poderia dedicar estavam nas mesmas condições para com ela. Para mineração e empresas de manufaturas em que pudesse manter a posição conquistada me faltava o capital, assim como para a criação de gado vacum. Sobretudo, o meu desastre político me deixou complicado. Circunstância que muito tem influído em quaisquer planos meus.

"Afinal entendi de experimentar a lavoura, profissão única que achei compatível com meu estado de privação e de recursos. Era empresa que poderia ser começada com pequeno capital e exercida aqui mesmo. Iniciei os meus primeiros trabalhos em outubro de 1900. E forçoso é confessar que estou descrente. Buscava um passatempo, e que o dever filial me mandava sepultar no mais íntima d'alma.

"Bem difíceis me foram esses dias em que tive que sujeitar meus ideais, meus sonhos, e a humilde posição de pequeno lavrador. Alimentou-me, porém, a idéia de que mesmo por esse caminho eu poderia chegar a grandes coisas para o futuro e, se não me faltasse a inteligência, poderia ser mesmo um grande homem, tanto maior quanto me faria a custa de meus próprios esforços, sem comprometer minha família, nem ter que sobrecarregar o compromisso deixado pela política".

"Começou destarte a surgir no escuro horizonte de minha vida uma nova senda de luz, uma estrela que pensei que me conduzisse, como os Magos ao ponto desejado. De então, sem mais vacilar, concentrei toda minha atividade na carreira que abraçara. Voltei minha fraca inteligência para o problema da

agricultura e assim fixei o meu ser social, se tal posso dizer.

"Julguei-me novamente feliz ao lado da esposa e das queridas filhinhas. Por conselhos de meus pais, resolvi fixar trabalhos na Água Limpa para onde me transportei com 23 homens e denominei então Palmira o local em que assentei meu acampamento.

"31 de janeiro de 1904 – Domingo.

"Passei a semana na Palmira. Como de costume, tinha ao lado minha mulher e filhinhas que tanto prezo. Gozei boa saúde e trabalhei o quanto pude. Esta semana tive de dar caça às capivaras que procuravam me destruir as culturas. Caça difícil e penosa, que se faz andando nu dentro d´água.

"Desenganado que sem eu nada faziam, tomei a frente de 5 homens, que não eram meus amigos, e embrenhei-me com eles em lugares terríveis, poucas vezes pisados pelo homem! Lembrei-me que era mortal e que esses homens não eram meus amigos. Vacilei, mas...tive vergonha de recuar, prossegui. Lembrei-me das filhinhas que ficaram sem meu amparo. Lembrei-me de minha boa mãe que me choraria enquanto vivesse! E meu pai? Disse comigo mesmo: esse não terá mais prazer na vida. Mas, se estes miseráveis me tirarem a existência, ele será o amparo de minhas filhas e me vingará.

"Tive saudade de meu pai. Meu amor por ele, parece que se é possível, cresceu. Tive desejo de deixar a caçada e voltar a cavalo, vir abraçá-lo e dizer-lhe o que sentia. Mas o que diriam de mim? Naturalmente, que tive um acesso de loucura e meu próprio pai não me consentiria voltar a meu trabalho. Depois dessas conjecturas, cobrei novo ânimo, evoquei o do meu pai e disse: Eu sou um pedaço dele. Se desagregam-me dele, nem por isso deixará de ser o mesmo. Meu corpo se abate e o dele encarnará meu espírito, que por sua vez está fundido em Alzira.

"Suportei, enfim, dificilmente a saudade, e só por vê-lo, vim Sábado, à noite, não o encontrei! Tive disso muito pesar. Cheguei a verter uma lágrima. E como não o encontrasse para conversar e receber dele o alento, que sempre me dá todos os finais de semana, alento que já me habituei a receber, passei o dia de Domingo enxabidamente, e não vou hoje vê-lo, para não ser tomado por fraco ou adulador. Diriam que só o fiz porque meu pai é rico. Não o tendo encontrado, como de costume, deixo disso a impressão de meu fundo pesar e volto aos meus trabalhos que ele abençoa.

"Oh! Já não existe Manoel Ayres que me compreenderia também!... Uma lágrima de saudade, por ti amigo leal, eu não te esqueço. Por tua memória. Adoro tua filha e amparo teus filhos. Teu espírito seja meu guia.

"26 de fevereiro de 1904.

"Além dos muitos presentes que meus pais têm me feito, fizeram-me hoje um que apesar de ser inferior em valor foi superior em merecimento. Imploro longa vida e felicidade a meus bons pais, julgando-me muito bem por ter nascido deles. Trabalho para honrar e satisfazer seus desejos. Ainda não tenho religião, o culto que os outros rendem a seus Deuses que não conhecem eu rendo à terra que faz viver tudo e a meus pais de quem procedo.

"Rendo culto também à lembrança de Manoel Ayres, meu querido tio e a amizade que consagro ao desembargador Jayme, meu protetor e espírito elevado ao qual me curvo. Obedeço aos conselhos de meu pai por ver que vem dum coração que me deseja todo bem e as do desembargador Jayme por entender que me estima e deseja ver-me em prosperidade, sendo esses conselhos ditados por um espírito elevado e amigo.

"É bem curto o período de uma existência. O homem que teve um cérebro capaz de elaborar grandes idéias, ou cujo corpo revestiu um espírito esclarecido e bem intencionado, raramente chegará a executar uma pequena parte do preconcebido. Quero me explicar e que linguagem devo adaptar? A do positivista? É boa até certo ponto, mas não explica tudo. Devo recorrer ao cristianismo? É melhor, mas não quero tratar somente da moral.

"Ao espiritismo? Sim. Ali encontro explicação para tudo. Encontro a definição do musgo e do carvalho secular; da ostra que se agarra ao rochedo até o grande cetáceo e ao homem atual dominador do universo, do globo em que habitamos até os milhares de mundos que nos cercam. Vejo a razão de ser do acanhamento de uns e desenvolvimento e audácia de outros. A razão da tibieza e do heroísmo, da apatia, da perseverança e do trabalho. As doutrinas, as mais divergentes se conciliam em alguns pontos e assim o positivismo e o materialismo concordam em que o homem tem a faculdade de agir e criar para si o bem ou o mal estar. Em tese, assim é o mais materialista depois de esquadrinhar clinicamente o cérebro de um Victor Hugo e do seu criado: acabaria por declará-los iguais. Entretanto, não o eram.

"O espiritismo vem nos dizer que um espírito abalizado veio tomar aquele invólucro para servir de modelo à humanidade. Como se explicariam os primeiros conhecimentos de astronomia e grandes descobertas por humildes pastores? É que as forças que regem o universo e impelem-no para o progresso carecem de um doutrinador e levantam em qualquer parte tirando-o freqüentemente das condições mais humildes, porque é justamente onde o vício penetrando menos tem corpos em bons estados (instrumentos) capazes de receberem e reproduzirem vibrações. Os espíritos adiantados e que se apresentam em condições estão inseparáveis, parecem terem acanhamento de se manifestarem. Vencida essa primeira dificuldade, vem a modéstia roubar-lhe mais tempo. Vencidos os primeiros obstáculos, tem que con-

quistar a confiança do homem com quem convive e se é feliz que chega a consegui-lo já ele resta pouco tempo para desenvolvimento de idéias, grandiosas às vezes. A rivalidade, o amor próprio de outrem ofendido, são, entretanto, obstáculos no caminho da vida progressiva do homem, mesmo vulgar. O coração mais terno, mais brando e leal é tomado por duro e traidor se não condescendessem parar na marcha que lhe está traçada para ceder posição a outro que em preparo, sem serviços julga-se com direito a elas. Oh! Pudesse eu mostrar meu coração aos meus e ao mundo, enfim se convenceriam do bem que desejo aos meus conjuntos e à humanidade. Mereceria confiança e então realizaria idéias (...) Já estarei perto da conclusão da trajetória da vida? É provável. Entre outros pesares que tenho, sobressai o de não ser compreendido e por muitos tido como um interesseiro vulgar, quando só busco um meio de concorrer para o progresso da zona em que nasci.[63]

[63] Fazia pouco tempo que o francês Allan Kardec havia recebido o ditado do Livro dos Espíritos, na codificação espírita de 1857. Vem dali as considerações de que "*O homem tem o pensamento instintivo de que nem tudo se acaba quando cessa a vida. Tem horror ao nada. Ainda que teime e resista inutilmente contra a idéia da vida futura, quando chega o momento supremo são poucos os que não se perguntam o que vai ser deles; a idéia de deixar a vida e não mais retornar é dolorosa. Quem poderia, de fato, encarar com indiferença uma separação absoluta, eterna, de tudo o que amou? Quem poderia, sem medo, ver abrir-se diante de si o imenso abismo do nada onde se dissiparão para sempre todas as nossas capacidades, todas as nossas esperanças, e dizer a si mesmo: "Qual o quê! Depois de mim, nada, nada mais além do vazio; tudo acabou; daqui a alguns dias minhas lembranças serão apagadas da memória dos que me sobreviverem; daqui a pouco não restará nenhum traço de minha passagem pela Terra; o próprio bem que fiz será esquecido pelos ingratos a quem servi; e nada pode compensar tudo isso, nenhuma outra perspectiva além do meu corpo roído pelos vermes!" Esse quadro não tem alguma coisa de apavorante, glacial? A religião nos ensina que não pode ser assim, e a razão o confirma. Mas essa existência futura, vaga e indefinida não nos dá nenhuma esperança, sendo para muitos a origem da dúvida. Temos uma alma, sim, mas o que é nossa alma? Ela tem uma forma, uma aparência qualquer? É um ser limitado indefinido? Uns dizem que é um sopro de Deus; outros, uma centelha; outros, uma parte do grande Todo, o princípio da vida e da inteligência, mas o que tudo isso nos oferece? O que nos importa ter uma alma se depois da morte ela se confunde na imensidade como as*

gotas d´água no oceano? A perda de nossa individualidade não é para nós o mesmo que o nada? Diz-se, ainda, que é imaterial; mas uma coisa imaterial não poderá ter proporções definidas e para nós equivale ao nada. A religião ainda nos ensina que seremos felizes ou infelizes, conforme o bem ou o mal que tivermos feito. Mas em que consiste essa felicidade que nos espera no seio de Deus? É uma beatitude, uma contemplação eterna, sem outra ocupação a não ser a de cantar louvores ao Criador? As chamas do inferno são uma realidade ou símbolo? A própria Igreja as entende nesta última significação, mas quais são aqueles sofrimentos? Onde está esse lugar de suplício? Numa palavra, o que se faz, o que se vê, nesse mundo que nos espera a todos?". (O Livro dos Espíritos, pág 87).

V

O SEGUNDO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

Em 12 de agosto de 1901, foi eleito Presidente do Estado de Goiás o jovem Des. José Xavier de Almeida, graças ao decidido apoio dos Bulhões, por seu líder maior, o Senador de República José Leopoldo de Bulhões, chefe do recém criado *Partido Centro-Republicano*.

A ascensão política do novo Presidente, com mandato para 1901-1905, foi decorrência da sua habilidade de inteligente articulador nos dois últimos governos anteriores, nos quais foi Secretário do Interior e Justiça e Secretário Geral do *Partido Republicano de Goiás,* o que despertou a amizade e admiração de Leopoldo de Bulhões, que já o tutelava desde os tempos dos seus estudos universitários, preparando-o para ser um aliado forte e promissor.

O Deputado Abílio Wolney se fizera coligado a Xavier de Almeida, porquanto referendado por Leopoldo de Bulhões, seu amigo e correligionário de sempre.

Acontece que Xavier de Almeida, já no poder, havia ingressado pelo casamento na família Lopes de Moraes, formada por ricos fazendeiros de Morrinhos, que se fizeram aliados de Totó Caiado, que por sua vez tinha no grupo o seu pai Torquato Ramos Caiado os seus três irmãos referidos, Arnulfo Ramos Caiado, Leão di Ramos Caiado e Brasil di Ramos Caiado, netos do Tenente-Coronel e Senador da Republica Antônio José Caiado. A esse tronco familiar estavam unificados pelo casamento outros políticos influentes, a exemplo de João Alves de Castro, os irmãos deste, o cunhado Ovídio Abrantes, Deputado Federal, filho do Marechal Braz Abrantes, além de políticos de expressão como Luiz Gonzaga Jayme, S. Fleury Curado, Luiz Guedes de Amorim, Miguel da Rocha Lima e Hermenegildo Lopes de Moraes.

Almejando o controle máximo da política goiana, Xavier de Almeida vai aos poucos se afastando dos Bulhões, que o elegeram, e com eles se rompe definitivamente. Através da *"política do congraçamento"*, Xavier de Almeida coliga-se com os antigos adversários, com os quais cria em março de 1904 o *Partido Republicano Federal de Goiás*.

Para outra Secretaria do Governo, Xavier de Almeida nomeia o então advogado João Alves de Castro, que será cunhado de Totó Caiado.[64]

Em maio de 1904, reuniu-se um grupo de chefes políticos em Natividade[65], que queriam fazer oposição ao presidente Xavier de Almeida. Abílio e o seu tio, Cel. Francelino Teles, foram barrados na entrada do cômodo da reunião, havendo o rompimento, pois Abílio apoiava Xavier de Almeida e não era cabível naquela conspiração.

---

[64] Ver o Jornal *A Imprensa* e o *Semanário Official* nº 226 de 20/l02/1904 e nº 228 de 7/3/1904, citados por Itami Campos (op. cit).
[65] Natividade, hoje Tocantins..

Dali, Abílio e o tio dirigiram-se *incontinenti* à Capital Goiás Velho, aonde chegaram em julho hospedando-se na casa do Desembargador Gonzaga Jaime, que também havia se aliado aos novo grupo xavierista. No mesmo dia Abílio foi recebido pelo Presidente Xavier de Almeida. Conversaram e tomaram decisões importantes. Integrava-se o chamado grupo "Gonzaga Jaime", cuja influência seria levada ao norte de Goiás.

Nomeado Administrador da Mesa de Rendas do Norte de Goiás, com sede em Santa Maria de Taguatinga, Abílio retornaria trazendo instruções e correspondências para serem distribuídas a todos os chefes políticos do interior.

Formando uma imponente caravana, o Presidente Xavier de Almeida, seu secretariado, desembargadores e amigos influentes, acompanharam o Cel. Abílio Wolney até meia légua fora da Capital, dispensando-lhe pompa e solenidade, como se tratasse de um chefe de estado.

Algo constrangedor, porém, incomodava Abílio. Dentro na caravana do Presidente estava Antônio Ramos Caiado (Totó), que fora oposição na eleição de Xavier, e estava ali integrando o Governo, nomeado pelo próprio Xavier de Almeida em 1904 como Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Traindo Leopoldo de Bulhões, que o elegera, e amarrando-se à família Caiado, Xavier de Almeida cria novo grupo que vai consolidar o seu mando em Goiás construindo alianças vantajosas também em nível federal, durante o governo de Rodrigues Alves. Com o Executivo em suas mãos e contando com o apoio das principais forças políticas de Goiás – organizadas na nova agremiação partidária – procurou Xavier de Almeida assegurar seu domínio elegendo com a influência da máquina administrativa a maciça maioria dos Deputados Estaduais nas eleições de 1904, cujos parlamentares seriam outra base de

sustentação do grupo pelo menos até 1909.

Vamos adiante.

Para novo Presidente do Estado no mandato compreendido entre 1905-1909, Xavier de Almeida consegue eleger seu sucessor o Cel. Miguel da Rocha Lima.

Nessa época o Senador Leopoldo de Bulhões está no Rio de Janeiro como Ministro da Fazenda no governo Rodrigues Alves, por sua força e prestígio federal, onde consegue diversas nomeações para correligionários, que passam a exercer cargos no âmbito federal.

Vendo protrair-se o grupo de Xavier de Almeida, Leopoldo tentou o reconhecimento dos seus candidatos junto ao Congresso da República, ao tempo em que forjou uma grave crise política em Goiás, promovendo a duplicação dos Poderes Executivo e Legislativo, com o objetivo de promover uma intervenção federal no Estado, derrubando os situacionistas.

A crise ficou conhecida como o *"Caso Goyas"*, que é apreciado no Congresso Nacional e o governo de Rodrigues Alves recusa-se a intervir no Estado, graças ao prestígio que também tinha Xavier de Almeida. A recusa do Presidente da Republica faz com que Leopoldo de Bulhões peça exoneração do Ministério da Fazenda.

O jornal *A Imprensa,* no qual Antônio Ramos Caiado atuava como redator, *era o porta-voz do então Partido Republicano Federal, que se tornaria o instrumento central da derrocada dos Bulhões. A perda de influência dos Bulhões no Estado se efetivou com a negativa do Congresso Nacional em*

promover a intervenção federal em Goiás, a pedido do então Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões[66].

Por esse tempo Abílio Wolney teria empreendido campanha ao lado de Xavier de Almeida pelo Partido Republicano Federal, visando o pleito eleitoral para Deputado Estadual.

No dia 14 de agosto de 1906, engrossando uma lista de 12 homens importantes de Bela Vista, o prestigioso Antônio Ribeiro da Silva concitava ao sufrágio o nome de Abílio Wolney do seguinte modo:

> CIRCULAR. Os abaixo assinados, membros do Diretório do partido Republicano deste município, de acordo com as deliberações tomadas pelo Diretório Central do mesmo Partido na Capital, em reunião efetuada no dia 14 do corrente, resolveram apresentar ao sufrágio do eleitorado na eleição que terá lugar no dia 15 de novembro próximo futuro, para um deputado por este 4º círculo o nome do senhor CORONEL ABÍLIO WOLNEY, fazendeiro, residente na Vila do Duro (...)[67]

Abílio foi reeleito para o segundo mandato, na 5ª Legislatura que iria de 1905 a 1908. Segundo o escritor, doutor e professor Itami Campos, em parceria com o escritor Arédio Teixeira Duarte, esta informação foi colhida em Atas do antigo Parlamento Estadual na cidade de Goiás Velho, por ocasião de minuciosa pesquisa encomendada há poucos anos pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para a redação de uma séria de publicações oficiais sob o título *"O Legislativo em Goiás".* No Volume 1 – *História e Legislaturas*, consta, *ipsis litteris*:

---

[66] Veja a obra citada de Miriam Bianca.

[67] Jornal "Folha do Sul", a. 3, n. 90, p. 1, Bela Vista, 15/6/1907. Acervo da Biblioteca L.A.R. da Profª. **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**, a quem agradecemos e consignamos a gentileza.

"5ª Legislatura – 1905 – 1908 (maio de 1905 a agosto de 1908). Senado Estadual-Mesa Diretora-1905 (omissis). Mesa Diretora-1907(omissis). Câmara dos Deputados Mesa Diretora 1905-1906(omissis). Mesa Diretora 1907 (omissis). Mesa Diretora-1907 (omissis). ***Mesa Diretora – 1908*** *– Presidente Olegário Delfino Rodrigues; 1º Secretário José Licícino de Miranda; 2º Secretário Arthur Loyola. Composição 01. Abel Coimbra Ramos – PRF:* ***02. Abílio Wolney – PRF****; 03 Antônio Augusto de Carvalho (...)(Grifei).*[68]*"*

Já no cumprimento deste mandato, o jonal *Folha do Sul*, de 08/06/1907, noticiava:

> CEL ABÍLIO WOLNEY. Por uma carta da capital, dirigida ao prestimoso cavalheiro Sr. Honestino Guimarães, com que nos honramos de manter a mais estreita solidariedade política, soubemos lque, tão logo terminem os trabalhos do Congresso Estadual, virá a esta cidade, a passeio, o Sr. Cel. Abílio Wolney, talentoso Deputado por este círculo. Intimorato propugnador da indústria pastorial e importante criador do norte do Estado, o Cel. Wolney deseja conhecer o excelente gado vacum que enriquece o nosso município...Que se realize tal viagem para que o Cel. A. Wolney conheça de perto as necessidades do círculo que o elevou á cadeira na Câmra Estadual, é o nosso ardente desejo. Bela Vista, 8 de junho de 1907.[69]

Em 15/06/1907, o mesmo jornal publicava o seguinte:

---

[68] Veja o livro *O Legislativo em Goiás, Volume 1 – História e Legislaturas*, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Mesa Diretora 1995/96, pág. 74 e 78 e o livro *O Legislativo em Goiás*, Vol 2, Perfil Parlamentar I, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, pág 31, ambos dos autores Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte. **Entretanto, causa-nos espécie o fato do próprio Abílio Wolney referir-se num escrito posterior (1940) a apenas dois mandatos parlamentares, quando vimos que, além deste, tivemos os de 1895-1897 e 1909-1912.**

[69] Jornal "Folha do Sul", a. 3, n. 90, p. 1, Bela Vista, 15/6/1907. Acervo da Biblioteca L.A.R. da Profª. **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**.

> A Imprensa transcreveu na íntegra o projeto do ilustre deputado Cel. Abílio Wolney, criando duas fazendas-modelo, sendo uma no norte e outra no Sul de Goiás. É trabalhando, por sua forma, produzindo cousas úteis ao povo, é assim que desempenha dignamente o mantado aquele que o voto popular elevou à Câmara. Constitue isso um ato louvabilíssimo e praza aos seus que outros representantes do povo sigam o belíssimo exemplo do Cel. Wolney(...)[70]

Imagine-se em que situação se viu Abílio Wolney: eleito pelo Partido Republicano Federal de Goiás, fundado por Bulhões, que o meteu ali com Xavier de Almeida, que trai Bulhões e se aninha com Caiado, já então adversários de Leopoldo. Abílio naturalmente teria ganhado prestígio e conquistado eleitorado ao longo dos anos com o grupo situacionista. Demais, as eleições de Deputado eram feitas de lutas solitária, cada qual querendo se eleger, e com certeza nenhum voto lhe teria sido destinado pelos cabos da capital, que timbravam na familiocracia. O PRP, apossado pelos 'oportunistas' que se uniram a Xavier teria servido a Abílio tão somente de legenda partidária.

Nas eleições proporcionais de 1906, Xavier de Almeida é eleito Deputado Federal, enquanto Leopoldo de Bulhões, candidato à reeleição para o Senado, é derrotado, e com ele os demais candidatos do Partido "Centro Republicano".

Crise parecida os Bulhões haviam sofrido na dissidência de 1897, quando os mesmos Caiado, Alves de Castro e Abrantes afastaram-se do grupo bulhônico iniciando ferrenha oposição à política de Leopoldo. Era de lá que vinham os adversários, agora fortalecidos e donos da situação.

Voltemos ao Diário do Dep. Abílio Wolney, na simplicidade da sua vida como ela era:

"Duro, 6 de março de 1906.

[70] Idem, todas com atualização ortográfica.

"Acabo de ouvir em casa de minha boa mãe um terço em cumprimento duma promessa que a criada então fez implorando a Nossa Senhora da Conceição para guiar-me durante as empresas políticas em que andei de 1904 até hoje. Ouvi toda a oração comovido, pois um espírito amigo fez súplica por mim e súplica desinteressada, depois influiu para que em meu beneficiamento mãos se alcançassem ao entoar do cântico singelo, mas enternecedor da ladainha.

"E que direi eu desse voto que por minha prosperidade fez uma criada? Posso estar iludido, mas persuadido de que ela foi impelida pelo mais leal sentimento de amizade. Devo, pois, consignar nessa pessoa simpatia ou caridade, talvez. Esta pobre criatura deve a meus pais e muito talvez, serve bem a minha mãe e não fora temer levar uma ligeira nuvem de desgosto a esse ente sagrado que foi Deus servido dar-me como autora material de meus dias e eu resgataria o débito dessa criatura que, não podendo fazer ofertas nem oferecer jantares ou bailes, ofereceu-me mais que tudo isso: Pediu a Deus por mim.

"10 de abril de 1906.

"Só à 1 hora da tarde, estando na repartição da Mesa de Rendas, tive outro acesso mais forte, o sangue fugiu-me do rosto e das extremidades. Senti um certo desequilíbrio que para não cair debrucei sobre a mesa em que escrevia e passado o acesso voltei a casa. Vomitei um pouco e tomando um vomitório vomitei mais. Hoje dia 11 sinto-me bem, mas a morte implacável já certificou por duas vezes ter me intimado para deixar o invólucro material que me reveste. Tenho me recusado a obedecê-la, mas ela, à sombra, fará a citação com violência e me levará sempre, apesar de não ter desfrutado do mundo em que vivo e estimo e muito especialmente a certas pessoas com quem eu convivo. Lamento deixar meus bons pais que me estimam tanto, meus queridos irmãos e alguns amigos bons. Estes, por isso, terão de

mim saudades, e minhas filhinhas?

"Que será delas sem o pai que as sustentava e por cujo bem faria tudo? A mãe moça e inexperiente que fará?... Creio que ela está grávida. Se o filho for homem quero que se chame Jayme. E quanto a meu pai, que o tome a si e a minha mulher, que se for mulher, deixo a minha mãe o direito de dar-lhe o nome e na mesma idade tomá-la. Peço aos mesmos e a meus cunhados para não deixarem minha mulher ao desamparo e que auxiliem-na a fazer um casamento bom.

"O Sobrado que estou construindo pertencerá ao caçula se for homem e se não for deve pertencer a Alzira, esta que é minha imagem e que d'alguma forma terá gravado alguns sentimentos meus.

"Atualmente tenho pequena dívida com a fazenda, se não dá-la peço a meu pai que faça pagando-se com os melhores animais que tenho, à exceção do da sela de Josepha.

"Para meus pais deixo meus filhos, para meus filhos um nome."

Abílio Wolney nem imaginava que só morreria muitas décadas adiante.

Retornemos ao cenário político.

Afastado de Goiás Velho e do Senado, Leopoldo de Bulhões, entretanto, começa a recobrar na esfera federal o seu prestígio, assumindo em 1907 a Diretoria do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, quando prepara para 1909 nova candidatura ao Senado Federal.

Em 1907 o Dep. Abílio Wolney se encontrava na cidade de Goiás, cumprindo 'esse' segundo mandato e retoma os

contatos com Leopoldo de Bulhões, oferecendo-lhe apoio assim que ele voltasse ao ambiente político da Cidade de Goiás, de onde se afastara quase que completamente, deixando os amigos entregues à própria sorte. Wolneyzinho, irmão de Abílio de 13 anos de idade estava a passeio na Cidade de Goias, onde entregou a Abilio uma carta da mãe dando-lhe notícia do nascimento de seu filho Jayme, em 6 de junho de 1907. Josina, também, escrevia-lhe comunicando o nascimento de sua primeira filha Custodiana. Tais notícias trouxeram-lhe alegria, notadamente a primeira. E foi emocionado que buscou seu *Livro de Lembranças*[71], escrevendo:

"É o primeiro filho varão que tenho e peço a Deus que o proteja com inteligência e critério.

"Que falta não terá sentido minha boa Josepha de seu marido nessa quadra? Ela que já teve quatro partos assistidos por mim!

"Deixei-a arrastado pela execranda política, que premia sempre tão mal seus melhores servidores. Enfim, se continuar com saúde e assim estiverem os meus, volto ao lar coberto de glórias por haver conquistado para o Duro uma porção de territórios igual aos que ora têm a sede do Poder Judiciário da Comarca".

No dia 08 de setembro desse ano, Abílio parte para o Duro visando selar um acontecimento, para o qual articulou na Capital – esperava o Dr. Luiz do Couto, que a seu pedido foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Palmeiras com sede no município do Duro.

[71] O livro manuscrito em forma de Diário está numa capa de couro sob o título *"Razão e Lembrança"*.

Parecia premonição. Foi justamente nessa fase da vida parlamentar que más línguas apontaram o primo Sebastião de Brito como invasor da alcova de Abílio.

Conta-nos o escritor-acadêmico Voltaire Wolney Aires que *"na Vila do Duro Sebastião de Brito continuava nas lidas da farmácia, tornando-se um competente auxiliar de Abílio. Este chafurdado nos dédalos políticos, a pouco e pouco, esquecido dos compromissos conjugais. Josepha sofria a fria soledade, seu coração sensível de mulher mal saída da adolescência toldava-se de tristezas e desilusões. A saudade do esposo, quando por vezes era insuportável, impelia-a a exteriorizar seus sentimentos através de longas cartas, em que solicitava-lhe maiores responsabilidades.*

"Nada lhe faltava no lar, exceto a presença do marido que chegava a ausentar-se longos meses. Nas noites frias de inverno adormecia na alcova aquecida pelas filhinhas menores, que espantavam-lhe, em parte, o terrível fantasma da solidão. Porquanto na Capital, sempre que Abílio planejava retornar a penates, novos compromissos surgiram jungindo-lhe ao cepo politico.

"O relacionamento afetivo do casal esfriava literalmente. Josepha, desiludida, passava a maior parte do tempo, ora cuidando dos filhos, ora conversando trivialidades, na farmácia. Entretanto, tais visitas tornaram-se freqüentes a ponto de Sebastião começar a espichar os olhos no corpo da cunhada, demorando em desejos inconfessáveis.

"Dominado pelos apetites carnais, o auxiliar lançava-lhe flertes furtivos e insinuantes. Nenzinha, abrasada por avassaladora paixão, pouco a pouco, deixava-se aprisionar na redoma magnética do sedutor. Então, certo dia, não lhe resistindo aos assédios, a filha de Manoel Ayres Cavalcante sucumbira aos filtros sedutores do cunhado, sorvendo o cálice capitoso do adultério.

"Aflorados seus aleijões morais, Sebastião de Brito repetia o crime perpetrado em Conceição do Norte, donde chegara foragido. Se dantes deflorou a prima Serafina, agora cometia crime maior: desonrava e pejava de vergonha a família que outrora estendera-lhe a mão e o teto protetor.

"(...)Quem mais sofria era Nenzinha. Padecia de insônias sucessivas, atarantada, soluçava e desvairava pelos cantos da casa, nos paroxismos do desespero. Era o prelúdio de sua via-crúcis...".[72]

[72] Josepha Ayres Wolney (Nenzinha), veio para a Terra parece que com o projeto espiritual do que chamamos de *expiação e prova*. Dizem que era uma criatura de uma humildade ingênua, que parecia fazê-la distraída. Passou pela vida dentro do *Sermão das Bem Aventuranças*, proclamado pelo Cristo. Depois do *Barulho* de 1919 foi para a Bahia. Morou em Barreiras, de onde retornou décadas depois, já velha e bastante doente, quando passou a ser cuidada mais diretamente pelas filhas e pela ama *Tereza Preta*. Abílio Wolney chegou a enviar gêneros alimentícios e remédios de Barreiras para a mãe dos seus primeiros filhos, embora os filhos nunca deixassem nada lhe faltar. Filhos que muito honraram pai e mãe e que deram famílias tradicionais. Josepha desencarnou em 1932, morando numa das diversas casinhas de sua propriedade na *Vila do Duro* (Naquela que ficava no beco ao lado da atual Biblioteca Municipal de Dianópolis – Hoje praça Cel. Wolney). Trafegou pelos caminhos doridos da Terra, nos fazendo lembrar que a dor foi sagrada no *Horto das Oliveiras*... Sim, ela deu filhos ao mundo, foi vítima do mundo, quase foi esquecida pelo mundo, mas ressuscitou na Vida Maior, galgando mais um degrau na escadaria da nossa evolução. (Nota do autor).

Josepha Ayres Wolney, esposa de Abílio Wolney (à direita), e sua irmã Auta Ayres de Brito, esposa de Sebastião de Brito Guimarães (à esquerda).

No dia 10 de agosto, Abílio deixa na Capital sua filha Alzira e seu irmão Wolneyzinho e, junto com o tio Custodinho e o Dr. Luiz Ramos de Oliveira Couto, partem a São José do Duro, aonde chegam no dia 8 de setembro e são recebidos a uma légua de distância da Vila por mais de 30 cavaleiros. Neste mesmo dia, às 12 horas, o Magistrado Luiz do Couto instalou a Comarca e deu posse ao Promotor Público, coronel Francelino Teles de Farias.

A 27 de outubro, escreveria:

"Segui para São Miguel e Almas para entender-me com os homens dali, por ocasião da festa de São Miguel que os atrai àquela localidade. Fui bem sucedido, pois todos os eleitores presentes manifestaram por escrito sua aprovação ao ato do governo, anexado aquele território ao Duro".

Constrangido, separa-se da esposa Josepha e segue o seu caminho, cônscio de que a prima era uma vítima na história, passando ela a morar em casa próxima à da mãe e Abílio com os pais, nos intervalos que retornava da Cidade de Goiás.

No flanco norte do largo da Vila estruturava-se um *Sobrado* em edificação. Estacas de aroeira sublevavam um segundo piso em tablado, com janelões no frontispício. Paredes de adobes, rebocadas e caiadas, rompiam em fachada ousada no conjunto de habitações independentes e dispostas de modo a formarem a praça interior do vilarejo. Abílio Wolney fez e cedeu provisoriamente o prédio à administração da Vila, que o destinaria a mercado e cadeia pública. Na reviravolta da história, o *Sobrado* será o subterrâneo e o sótão dos bastidores de uma chacina que horrorizou o Estado e o País.

"1908. Segunda-feira, 18 de maio. Alzira batiza-se na capela de Goiás na igreja da Boa-Morte. Celebrante padre Joaquim Confúcio D'Amorim. Padrinho Desembargador João Alves representando o (...) e Joaquim da Silva, Madrinha D. Maria Au-

gusta Jayme. Assistiram o ato o desembargador Jayme e tio Custodinho.[73]

Findando o segundo mandato, em aberta campanha política, Abílio Wolney era candidato à reeleição para Deputado Estadual, cujo pleito eleitoral se daria em 1909. Dividir o Estado de Goiás era um projeto acalentado desde o primeiro mandato e propagado nas campanhas, onde dizia vindicar melhora para o nordeste goiano, que era o futuro e promissor Estado do Tocantins, então colonizado por Goiás, cujo norte sempre relegou ao esquecimento. Almejava ainda criar o Estado do São Francisco[74] composto de parte de Goiás e parte da Bahia, como dizia e até faria impresso em jornal o seu projeto, anos depois.

De Goiás Velho a Pirenópolis e daí a Bela Vista, Arraias e ao norte do Estado trafegava Abílio em montaria, adiante em barco pelo Rio Tocantins, fazendo-se presente em reuniões, visitas, em palanques improvisados nos comícios com a verve do seu discurso de orador nato.

[73] Adiante vamos ter o Des. João Alves de Castro na presidência do Estado e em facção política diversa.
[74] Hoje, quase 90 anos depois, está reaberta no Estado da Bahia a discussão sobre a efetiva criação do Estado do São Francisco, no oeste baiano.

Marechal **Braz Abrantes**, com quem Abílio Wolney correspondeu, nos dias mais difíceis do *Barulho*, sem êxito. Apesar da amizade, Abrantes era casado com Diva Caiado, irmã de Totó e vai ficar com os parentes da mulher (Foto do acervo do jornalista Marco Antônio Veiga de Almeida).

VI

O TERCEIRO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

Em 1909, depois da árdua campanha política na Capital e no interior do Estado, Abílio Wolney foi reeleito para o terceiro mandato de Deputado na 6ª Legislatura do Estado (1909-1912), não constando dos anais do antigo Congresso Legislativo a sigla partidária pela qual foi eleito.[75]

A sua própria reputação de homem probo e de cultura autodidata – acima do normal nos homens ilustres da sua idade e de sua época – impôs-se ao geral respeito desde moço. Temperamento infenso ao ócio, todo inclinado à disciplina, ao trabalho e agora muito mais à política, praticava, na palavra escrita ou falada, a precisão, a nitidez, às vezes mordaz na delação, dentro dum vernáculo quase perfeito.

De estatura meã, com aproximados 1 metro e 60 centímetros, e constituição delicada, embora saudável e resistente,

[75] Veja o livro oficial *O Legislativo em Goiás-História e Legislaturas*, Assembléia Legislativa do Esado de Goiás, Vol. 1, de Itami Campos e Arédio Duarte.

mormente nos braços[76] e no torso, Abílio Wolney tinha o rosto meio pálido na fronte vertical arredondada ao alto, erguida sobre arcadas orbitárias proeminentes, com sobrancelhas destacadas e escuras. Cabelos castanhos escuros, lisos, repartidos, na frente, da esquerda para a direita, sem topetes, confundidos, nos temporais, com barbas aparadas – só mais tarde grisalhas – que lhe desciam até o lóbulo das orelhas e roçavam, na nuca, o colarinho da camisa, da couraça ou do paletó.[77]

Olhos castanhos, pequenos e afundados, com olheiras. Nariz adunco e ponta afinada, com narinas largas entre rictos finos, pouco arqueados e austeros. Bigodes cheios, aparados à borda do lábio e desbordando pontiagudo nas extremidades. Barba fechada e aparada no queixo fino que lhe realçava o semblante sério quando lia, discursava ou admoestava, mas cheio de vivacidade amena e sedutora quando palestrava em reuniões.

O que nele mais impressionava era o olhar misterioso, cativante pela brandura das pupilas, autoritário pela penetração a fundo na alma do interlocutor. Quando atribulado ou refletindo a sós, fitava abstrato para o vago.

E o que mais personalidade lhe dava era a voz, clara e firme, de tonalidade oracional, que podia mesclar agradavelmente desde o conselho até as explosões de eloqüência parlamentar. Sua gesticulação era contundente, mas educada. Conversando com correligionários ou amigos, algumas vezes

[76] Mesmo quando já ancião, colocava razoável quantidade de pesos nos pratos da balança e os erguia com um dos braços, demonstrando vigor.

[77] Muito adiante, na velhice, vieram-lhe os cabelos grisalhos, ralos por toda parte, falhos atrás (onde alguns fios mal encobriam a larga coroa calva da madureza). Depois, a calva só deixaria os cabelos das têmporas, encanecidos, num rosto chupado, de zigomas salientes e pele castigada com as rugas e os sulcos fundamentais de quem se deixou ser – como se a história da sua vida se desenhasse em seu próprio rosto.

apunha a destra no ombro do ouvinte, num gesto de familiaridade, quase sempre precedido de um forte e sacudido aperto de mãos.

Mantinha venial delicadeza diante das damas.[78]

Eis o homem, que agora consolidava uma solitária liderança e era o representante do nordeste goiano.

Em 05 de outubro, recebeu a notícia da morte da irmã Josina Wolney, que morreu queimada, depois de ter dormido em altas horas, quando fazia flores, famosas pela beleza natural. O candeeiro incendiou-lhe o tule e o vestido.

Na Assembléia Legislativa em Goiás Velho, logo nas primeiras sessões plenárias alcançou a posição de líder do Governo e em seguida a de Presidente do Poder Legislativo de Goiás.

Uma arrancada triunfal. Era um virtual futuro Presidente do Estado. A imprensa da época dava-lhe a nota, inclusive em Jornais do Rio de Janeiro, antiga capital da República. Inebriado nesse sonho, anelava uma futura realização dessa magnitude.

A legislação tributária passaria pelo Congresso Legislativo, onde desde 1901 Abílio Wolney deputava entre os parlamentares da base de apoio ao Governo Xavier de Almeida e ao seu sucessor Miguel da Rocha Lima (1905-1909)

Como tal, Abílio e os congressistas aprovam todos os projetos de lei dos Governos entre 1901-1909, visando moralizar a arrecadação fiscal em Goiás. *"As grandes fronteiras do*

[78] Ao longo da sua vida, inclusive depois do primeiro casamento, Abílio Wolney deixaria para a posteridade numerosa prole, fruto de alguns romances e outros amores. Todos os seus filhos – e nenhum ficou sem ser reconhecido – se orgulharam de assinar o patronímico do pai. E os netos também.

Estado, a falta de vias férreas ou de uma navegação fluvial regularmente organizada e a antiga prática de condescendência, a que se habituaram exatores e contribuintes, constituiam sérias dificulda-des para o governo"[79]

Os interesses particulares de Abílio e seu pai, donos de terras e muito gado no nordeste goiano, pareciam não sobrepor-se ao interesse público. Diriam outros que era em razão das terras do norte quase nada valerem, pois vinham do regime de concessões, sesmarias do período colonial, cujas áreas virgens, esquecidas ou abandonadas, terminavam loteadas gratuitamente a homens ligados à região, que poderiam cultivá-la e gerar alguma riqueza para o Estado. Os Wolney, dos pioneiros no norte, eram a maior produção pecuária, cujo gado também tinha pouco valor pela distância de uma região sem estradas que ligassem São José do Duro ao eixo de exportação ou mesmo à Capital. O comércio da região era feito com Barreiras-BA, onde o gado saía no câmbio com gêneros alimentícios e tecidos e onde era fatalmente tributado na fronteira com o outro Estado.

Os Caiado, contudo, donos das terras da capital e redondezas, inclusive do sul, desde meados do pretérito governo de Xavier de Almeida vinham contrariados com a política de combate à sonegação fiscal, que aumentava o imposto de exportação do gado, desagradando também grupos aliados, que se fizeram situação com eles no jogo dos interesses políticos.

Desde 1908 o grupo caiadista se articulavam em razão do Governo Rocha Lima prosseguir na política fiscal de vigilância na arrecadação...

A par das disso, agigantava-se o poder de Xavier de Almeida, candidato ao Senado Federal nas eleições de 1909 e já

[79] Mensagem do antigo Congresso Estadual, em 1902, pl. 4 e 40, transcrita por Itami Campos, obra citada.

lançando o seu cunhado Hermenegildo de Moraes como candidato à presidência do Estado, para o mesmo ano, na sucessão do Cel. Miguel da Rocha Lima.

A indicação de Hermenegildo para o mandato presidencial de 1909-1912 contrariou sobremaneira os interesses de Totó Caiado, preterido na indicação de candidato do seu grupo familiar.

Surgem as mais graves dissidências nas fileiras xavieristas. Os Caiado, outrora oposição, depois aliados, em seguida contrariados com a bendita política fiscal e agora com a tentativa de protração do poder de Xavier de Almeida, rompem-se com a situação.

Do Rio de Janeiro, Leopoldo de Bulhões acompanha as últimas de Goiás e contata com Abílio Wolney. Quer o seu apoio, a velha consideração de amigo. Compreendia que Abílio tivesse se mantido ao lado de Xavier de Almeida, pois foi Bulhões quem o havia eleito e deu no que deu. Abílio precisava sobreviver politicamente no seu Estado, de onde os Bulhões pareciam definitivamente afastados.

Leopoldo está novamente candidato a Senador para o pleito de 1909 e a Cidade de Goiás tem apreço pela tradição do filho da terra que retorna ao berço, num belo aprumo. Totó Caiado e seus perfilhados querem unir-se a Leopoldo de Bulhões para vencerem os xavieristas.

Não que um homem intelectual e de projeção federal como Leopoldo de Bulhões, praticamente sem terra nem gado em Goiás, compactuasse com o inimigos da racionalização e moralização da cobrança de impostos sonegados pelas elites no seu Estado, mas por necessidade de coalizão de forças na oposição.

E Leopoldo, que tinha motivos de sobra para não se aliar aos Caiado, aceitava a adesão do grupo, mas para derrubar Xavier de Almeida, que o traiu e quase o aniquilou politicamente em Goiás.

Reeleito em 1909, o Dep. Abílio Wolney está Presidente e líder do Governo Miguel da Rocha Lima no Congresso Estadual, mas não pensa duas vezes em apoiar o inigualável e veterano amigo Leopoldo de Bulhões. Embora contando com amigos e aliados como o agora Des. João Alves de Castro e o Marechal Braz Abrantes, também xavieristas, mas ligados a Totó Caiado por laços de casamento na família, era por este último antipatizado, fosse porque não pertencia ao clã, fosse pelo golpe sofrido em 1900 ou muito mais por sustentar no Congresso Estadual desde 1901 a política fiscal, empreendida por Xavier e seu sucessor.

Assim, Leopoldo de Bulhões e seu novo grupo fundam em 1909 o *Partido Democrata*, tomando para a si os mais poderosos aliados de Xavier de Almeida, sendo Bulhões lançado ao Senado, ao lado de candidatos de partido, que pleiteavam uma cadeira de Deputado Federal. Para o Executivo Estadual, os democratas lançam Urbano Coelho de Gouvêa.

O Dep. Abílio Wolney está com eles...

Acontecem as eleições proporcionais de âmbito federal e a majoritária estadual em 1909, depois de acirrada disputa. Leopoldo de Bulhões é eleito Senador da República, mas para o governo de Goiás é eleito o candidato de Xavier de Almeida, contra todas as expectativas.

A vitória da situação no Estado é impugnada. *Houve dupla junta apuradora e, consequentemente, dupla composição da representação federal. A instabilidade política foi a conseqüência natural levada pelas duplicatas de poderes e o*

rompimento da ordem foi o resultado de toda a movimentação desenvolvida.[80]

Eclode, daí, a chamada Revolução de 1909 – *de enorme importância e significado para a política de Goiás, não pelos acontecimentos em si, mas pelas composições e articulações nela estabelecidas, bem como pelo despontar de lideranças que vão marcar os próximos decênios*[81]*.*

O grupo democrata, liderado por Leopoldo de Bulhões, resolve, então, tomar o poder pela força, deflagrando um movimento sedicioso. Os rebeldes organizam tropas com mais de 1.400 homens, agrupados em duas legiões: a dos políticos do norte (600 homens) e a dos políticos do sul (800 homens). A Força Pública Estadual contava com apenas 276 homens. [82]

A Fazenda *Quinta*, nos arredores da Capital, foi escolhida para ponto de concentração das forças.

Sabedor do levante, o Presidente Miguel da Rocha Lima entregou o governo do Estado ao primeiro Vice-Presidente, que dias depois o repassou ao presidente do Senado Estadual, Cel. Joaquim Rufino Ramos Jubé.

O Dep. Abílio Wolney está na retaguarda do movimento com os homens do norte.

A legião do sul vinha com a retranca do Cel. Eugênio Jardim, escolhido pela experiência tática de militar da reserva, o qual era cunhado de Totó Caiado, mas até então desconhecido no meio político. A par desse grupo estavam os guiados por Totó Caiado, João Alves de Castro, o Marechal Braz

[80] Texto em itálico de Itami Campos, obra citada.
[81] Idem.
[82] ASSIS, Wilson Rocha, *Estudos de História de Goiás*, p. 94.

Abrantes, pai do Deputado Federal Ovídio Abrantes, que é casado com uma irmã de Totó e outros aparentados e aliados.

Os revolucionários, cognominados *Legião Rubra*, traziam um lenço vermelho no pescoço.

Na vanguarda se alinhavam as tropas com o arsenal bélico...

E todos marcham sobre a Capital, numa entrada triunfal no 1º. de maio de 1909, sem qualquer reação da Força Pública, intimidada com a superioridade do Movimento.

Estava derrubado o governo dos xavieristas, para gáudio de Leopoldo de Bulhões.

A Presidência do Estado é assumida pelo Cel. José Baptista da Silva[83], terceiro Vice-Presidente, influente político da cidade de Anápolis e um dos componentes da Legião do Sul. As demissões e exonerações que se seguiram marcam e registram as mudanças na ordem política.

E a 24 de julho de 1909, toma posse na Presidência do Estado o Major Urbano Coelho de Gouvêa[84], militar de carreira e cunhado do Senador reeleito Leopoldo de Bulhões, reconhecido por um Congresso Estadual sob a presidência do Dep. Abílio Wolney, que faz um belo discurso na recepção do novo Chefe de Estado.

Era a primeira e única tomada do poder pela força por um grupo político estadual em todo o período republicano.

---

[83] O prestigioso político, Dep. Zeca Batista, que elevou Anápolis à categoria de Município em 1907(Lei 320), utilizando o nome sugerido pelo Dep. Abílio Wolney – *A Cidade de Ana – ANÁPOLIS*.
[84] CAMPOS, Itami, *Coronelismo em Goiás*, 1987, p. 73.

E assim o grupo bulhonista retomava o poder tradicional na capital de Goiás e brilhava, por sua estrela maior, no Congresso Nacional e na pasta mais importante da presidência da República.

No nível federal, o Senador José Leopoldo de Bulhões volta a ser ministro da Fazenda, durante o governo de Nilo Peçanha, de quem era amigo pessoal.

O Cel. Abílio Wolney, forte como nunca, quer o Governo de Goiás na próxima eleição, pois o seu terceiro mandato de Deputado, Presidente do Congresso e agora líder do Governo bulhonista de Urbano de Gouvea vai até 1912 e com ele o Congresso Estadual segue aboletado em nova carruagem.

No senado estadual está o seu tio materno Custódio José Leal Filho(Custodinho), de Conceição do Norte, eleito juntamente com Abílio naquela arrancada triunfal de 1909. O norte quer chegar lá com mais um filho do sertão

Todavia, a alegria dura pouco.

Em dezembro de 1909 mesmo surgem indícios de ruptura da coalizão vitoriosa em 1º de Maio. Não era para menos. O Partido Democrata, liderado por Bulhões, formou-se, como vimos, a partir da aliança de grupos antagônicos, que haviam se unido para derrubar Xavier de Almeida. Bulhões queria retomar a hegemonia da tradição familiar. Os Caiado, incomodados com a política fiscal e desejando o Executivo da Capital se unem aos democratas por conveniência. Abílio Wolney era amigo de Leopoldo de Bulhões e de outro lado contava com o seu apoio para futura empresa política. Enfim, era um casamento por interesses, sem afeições pessoais, agravado com o fato de cujos elementos terem se digladiaram num passado próximo.

E de novo Goiás estava a caminho de uma nova composição nos quadros políticos.

Avultavam-se as pretensões de poder futuro e a heterogeneidade do grupo democrata faz com que o Deputado Abílio Wolney seja o primeiro alvo das dissidências que se encaminham para nova oposição a Leopoldo de Bulhões, pois estava visto que Leopoldo não apoiaria Totó Caiado e sua *familiadagem*, por tudo o que aconteceu anteontem.

Depois do Movimento de 1909, o Cel. Eugênio Jardim havia nomeado pelo Governo Urbano de Gouvea para o cargo de Chefatura da Polícia do Estado – hoje Secretário de Segurança Pública, pela razão de estar com os democratas revolucionários.

Cunhado de Totó, Eugênio passa a ser cogitado pela família para futuro Presidente do Estado ou Senador da República, ameaçando Leopoldo de Bulhões, que almejava o terceiro mandato no Senado e queria o Dep. Abílio Wolney no Executivo Estadual.

No cenário nacional, desenvolve-se uma das campanhas mais disputadas de toda a República Velha, opondo Hermes da Fonseca e Rui Barbosa na disputa pela presidência da República. Os democratas–bulhônicos seguem Leopoldo e apóiam oficialmente Hermes da Fonseca, apesar de nos bastidores Bulhões apoiar tacitamente Rui Barbosa.

Hermes da Fonseca sai vitorioso inaugurando uma política intervencionista nos Estados, derrubando oposições. Os bulhonistas estão na mira, diante da dubiedade de apoio que Leopoldo deu a Rui e a Hermes, este que quer grupos mais afinados com sua política.

Totó Caiado e Eugênio Jardim, bulhonistas de

ocasião, apoiaram Hermes da Fonseca e vêm hostilizando Abílio Wolney, que na presidência do Congresso Estadual faz tramitar uma lei que previa uma espécie de reforma agrária em Goiás, em cuja *Justificativa* acusava os latifundiários *como culpados pela miséria da classe operária e desperdício de grandes faixas de terras sem efetiva utilização.*

Abílio, que desde 1901 votava pela política fiscal no Estado e agora em 1909, na presidência do Congresso, propugnava pela reforma agrária, trazendo o apoio dos demais Deputados e Senadores Estaduais, faz surtir desentendimentos recalcados entre os democratas-caiadistas.

Ao deixar o Partido Republicano Federal de Goiás para assumir a legenda Democrata de Bulhões, Abílio havia estruturado em sua terra São José do Duro o Partido Democrata, mas já agora se recolhia para retomar o Partido Republicano Federal de Goiás.

E por aí segue o vórtice do redemoinho, varrendo as áreas para a oligarquia vindoura, que se fará notória pelo caráter autoritário e truculento daquele que em breve será o seu protagonista e que fará por merecer de setores da imprensa a alcunha de *"Totó Brabeza"*.[85]

Num depoimento em livro, narra Zoroastro Artiaga:

"Conheci o Deputado Abílio Wolney em 1909, de lenço vermelho no pescoço, dirigindo uma coluna revolucionária, que veio do Norte acudir ao apelo da revolução de Eugênio Jardim. Esse piquete ligou-se a dois outros, que entraram sob o comando de chefes de Corumbá. Vi-os a cavalo, formando uma

[85] ASSIS, Wilson Rocha, Estudos de História de Goiás, 2005, p. 97.

força, armada com rifles, tomando o caminho da Quinta[86], que tinha sido escolhida para Q. G. da revolução. Acabada a refrega, Eugênio Jardim se fez forte, e reivindicou, para si, o poder; instalando-se no comando-geral como chefe supremo da política de Goiás, prestigiado pelo Marechal Hermes da Fonseca.

"Ramos Caiado[87] não se conformou com esse gesto do seu companheiro, e entrou com ele no páreo. Muito hábil no manejo do processo em voga do marechal Hermes foi derrotando, um a um, os seus competidores! O próprio Eugenio Jardim aceitou uma senatoria, que nada mais era do que o bilhete-azul oferecido pelo seu cunhado, Senador Ramos Caiado! Os outros foram postos na lista da desconfiança.

"Formou-se uma fila para a degola paulatina: Jaime, Emílio, Abrantes, Olegário, Alves de Castro, Abílio Wolney e outros que ofereciam possibilidades de substituí-lo na chefia numa qualquer surpresa vinda do Rio de Janeiro.

"Escolheu com imensa habilidade o seu estado-maior, composto de diversos personagens que deveriam prestigiar a política que iria instituir para um domínio de 20 anos!

"O Jornal 'Estado de Goiás'[88], que havia servido à Revolução, orientado pela pena fulgurante de Abílio Wolney, e dirigido pelo inolvidável jornalista goiano Moisés Santana, passou inesperadamente a hostilizar a Eugênio.

"Caiado quis, então, pelo fato de Abílio ser muito amigo de Emílio e Jayme, afastá-lo da Presidência da Câmara dos Deputados, por um golpe de Deputados, por um golpe de astúcia.

---

[86] A *Quinta* seria um local, sede de uma Fazenda, conforme fotografia adiante.
[87] Totó Caiado.
[88] Jornal de Abílio Wolney.

Wolney reagiu, energicamente; do que, resultou Eugênio Jardim passar a prestigiar os adversários dos Wolneys, em São José, que hoje se chama Dianópolis.

"Continuando a luta, Wolney enfrentou o novo diretório que se constituiu com elementos das famílias Brito e Hermano[89]; diretório esse que recebeu ordens para desmontar a máquina eleitoral do chefe norte-goiano Abílio Wolney".[90]

Discorrendo acerca dos acontecimentos de que cuidamos, narra Abílio Wolney, de próprio punho, outros detalhes, que esclarecem alguns pontos não compreendidos:

"*Em 1904 presidia o Estado o Desembargador José Xavier d´Almeida, moço dos seus trinta e pouco anos, eleito pelo Partido Centro-Republicano, chefiado pelo Dr. Leopoldo de Bulhões que protegia esse moço desde sua saída da academia de S. Paulo.*

"Desinteligências entre o jovem Presidente e Chefes importantes do Partido, e mais que isso, o desejo do supremo mando, da chefia do mesmo Partido, provocaram o rompimento de Xavier com o seu chefe benfeitor. Não demora a convencer-se de sua inferioridade, busca o apoio do Desembargador Jaime, chefe oposicionista de grande prestígio e conceito, e com esse valioso concurso triunfa sobre Bulhões, mesmo como Ministro da Fazenda que era no Governo de Rodrigues Alves. Bulhões continua Ministro e depois Presidente do Banco do Brasil, deixando-se ficar no Rio.

"Xavier termina o seu período governamental, é eleito Deputado Federal e vai para o Rio também, ficando no

[89] Referência a Sebastião de Brito e o seu companheiro e empregado José Hermano.
[90] História de Goiás, Zoroastro Artiaga, 1945.

Governo do Estado, como Presidente, o Cel. Miguel da Rocha Lima[91] *e na direção do Partido o Desembargador Jaime.*

"Em 1907, cogitando-se de candidaturas ao Congresso, Rocha Lima levanta a de Jaime para Senador e quase todos os chefes políticos do Estado aceitaram-na, indicando-a ao Diretório Central.

"Por meados de 1908, Xavier volta a Goiás, é recebido triunfalmente, recebe de Jaime o Partido arregimentado e forte e julga-se senhor de Goiás. Influi no Diretório do Partido Republicano e este, por sete votos recusa a candidatura Jaime e lança a de Xavier.

"Jaime, ofendido em seu amor próprio de político de valor, e sem incompatibilidade com Bulhões, encontra-se com este no ostracismo, arregimentam suas forças e lançam a candidatura Bulhões contra a de Xavier.

"Trava-se a luta a 30 de janeiro de 1909 e o Partido Democrata triunfa galhardamente por mais de 1.000 votos.

"A este se segue o pleito de 2 de março deste ano, para Presidente e Vice-Presidente do Estado e o Partido Democrata (assim chamado o Partido chefiado por Jaime e Bulhões) tem novo triunfo.

"Reúne-se a junta apuradora das eleições federais, o governo tem maioria nela, e sem apurar os resultados de muitos colégios que nos davam ganho de causa, suspende seus trabalhos, expedindo diplomas ao Drs. Hermenegildo de Morais, Alves de Castro, Eduardo Sócrates e Ramos Caiado para Deputados e Xavier d´Almeida para Senador.

[91] Nota do autor: Miguel da Rocha Lima foi Presidente do Estado em dois mandatos: 1905-1909 e 1923-1924(Aqui como 2º Vice).

"Parte da junta eleitoral julga ilegal este procedimento, elege um Presidente, continua a apuração e expede diplomas aos legitimamente eleitos, isto é, para Senador Bulhões e para Deputados Ramos Caiado, Alves de Castro, Marcelo Silva e Eduardo Sócrates.

"Diante desse procedimento incorreto da junta governista, a oposição vê que o fato vai reproduzir-se na Verificação de Poderes[92] *do Estado e prepara-se para sustentar seus eleitos pelo direito da força, uma vez que não vale a força do direito.*

"Rocha Lima, homem fraco diante das derrotas sofridas, passa o expediente ao Coronel Chico Bertoldo, 2º. Vice-Presidente.

"O Partido Democrata reúne gente e começa a cercar a cidade, a polícia começa a desertar e unir-se aos sitiantes, até que a 27 de abril, Bertoldo, vendo a causa perdida, passa o Governo ao Secretário do Senado, Senador Joaquim Rufino Ramos Jubé, correligionário do Partido Democrata, até a chegada do 3°. Vice-Presidente, a 1°. de maio.

"Nesse dia, o Cel. José da Silva Batista, nosso chefe e amigo, assume o Governo e entram as forças libertadoras na cidade, constando de 800 homens a cavalo, seguramente.

"Rocha Lima e Bertoldo renunciaram respectivamente aos seus lugares.

"A 13 de maio instala-se o Congresso Estadual, a 14 é eleita sua Mesa e Comissões e a 15 toma-se conhecimento

[92] Comissão de Verificação de Poderes, onde os Deputados de cadeira excluíam os adversários com a *degola* ou *depuração*, pura e simplesmente (Nota do autor).

das renúncias. A 19 de maio é reconhecido Senador o Dr. Bulhões. A 24, são reconhecidos Deputados os Drs. Ramos Caiado e Marcelo Silva, democratas, Hermenegildo de Morais e Eduardo Sócrates, republicanos.

"Foi depurado o Desembargador João Alves de Castro, o candidato mais votado. Apesar de ser ele de outro Partido, sinto a injustiça que sofreu, ocupando-lhe o lugar o Dr. Hermenegildo."[93]

Formado em Direito em São Paulo (1896), com todas a regalias de um burguês, veremos que em 1909 Totó Caiado assumirá objetivamente um papel central na vida política do Estado, quando é eleito Deputado Federal(1909-1911), graças ao poder político e econômico da sua família em Goiás e ao cunhado Cel. Eugênio Jardim, tutelado do Presidente Hermes da Fonseca. O quadro lhe era favorável. De posse de boa parte do capital político acumulado durante a hegemonia dos Bulhões – pois inicialmente ganhou prestígio foi com eles – e do período do Des. Xavier de Almeida, de quem foi Secretário de Governo, *Totó Caiado via-se na iminência de tornar realidade o projeto desenvolvido desde o século anterior, quando já era oposição dos Bulhões. Alie-se a isso o fato que já destacamos: as grandes alianças estavam consolidadas com os casamentos Caiado-Alves de Castro, Caiado-Jardim*[94](Diva Caiado-Eugênio Jardim, certo que este não era dos Jardim de Leopoldo), Caiado-Abrantes e nos anos seqüentes entrelaçados com outras famílias de destaque político e renome.

[93] Documento transcrito do livro *Quinta-Feira Sangrenta*, de Osvaldo Rodrigues Póvoa. Vê-se a solidariedade humana de Abílio Wolney ao lamentar a provisória situação do compadre e adversário politico, Des. João Alves de Castro.
[94] RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral, Família e Poder em Goiás, Vol. 6.

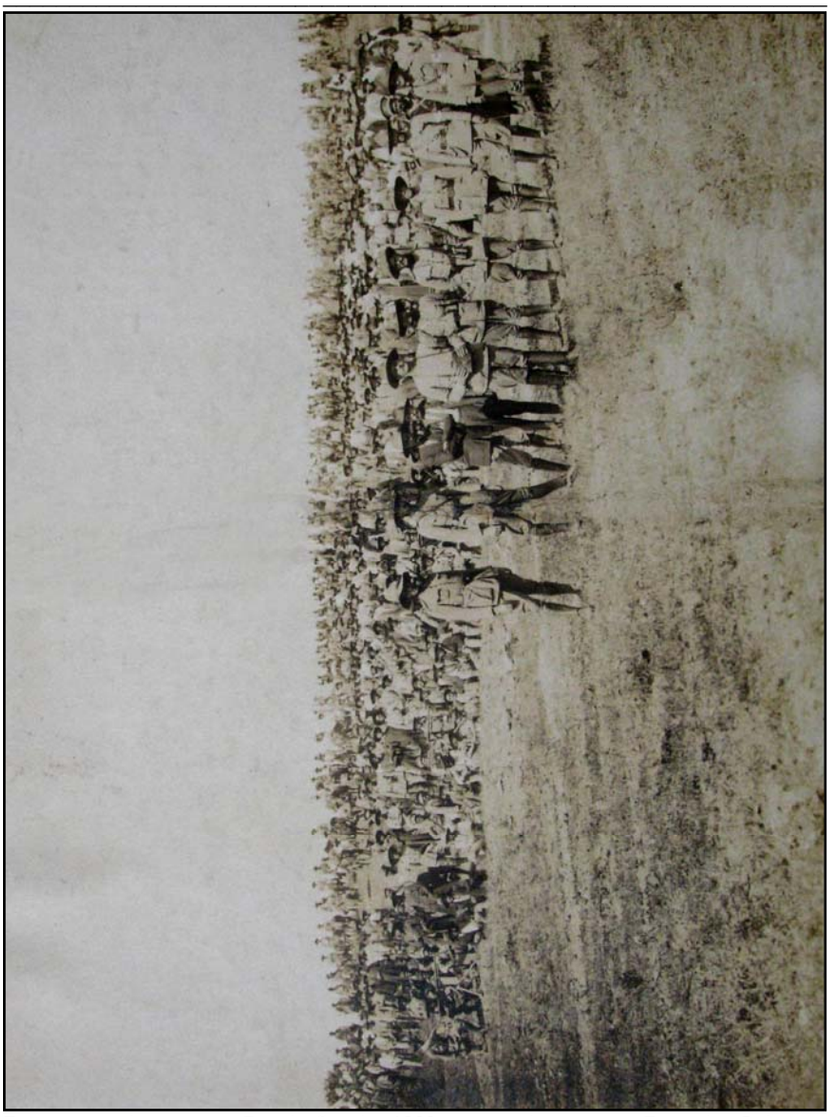
Rumo à consolidação da oligarquia, depois de 1909-1912, Totó seria reeleito para mais dois mandatos de Deputado Federal e dois outros de Senador, como veremos.

E se Abílio lutou de peito aberto para a vitória na Revolução de 1909, ganhou mais prestígio no meio político-eleitoral. Todavia, passou a ser um estorvo para Eugênio Jardim e Totó Caiado, que sedentos de poder, viam definitivamente nele o perigo de ser eleito Presidente do Estado no pleito vindouro de 1912, o que seria outra guindada ao poder das lideranças de Leopoldo de Buhões.

Casado com uma irmã de Totó Caiado, o já Desembargador João Alves de Castro tornara-se padrinho de Alzira Wolney, filha de Abílio. Alzira estivera morando uns tempos em casa de Alves de Castro, em Goiás Velho, por onde também andou Wolneyzinho. Desde 1908, todavia, o Des. Alves de Castro, havia se afastado do velho amigo Abílio Wolney.

A respeito, Álvaro Mariante relata que as relações políticas de Abílio *"com o Sr. Dr. João Alves de Castro transformam-se, por motivos privados, em fortes laços de amizade pessoal. Em mil novecentos e oito, porém, interesses políticos divorciam os dois correligionários, cujos laços de amizade pessoal resistem por algum tempo à divergência partidária. O ano seguinte (1909) assinala-se pela revolução triunfante chefiada pelo doutor Leopoldo de Bulhões e com ela se acha Abílio Wolney em plena atividade".*[95]

[95] Do livro do autor, no prelo: *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra*.



Frente armada para a Revolução de 1909, provavelmente na Fazenda *Quinta* – imediações do centro urbano da Cidade de Goiás (Foto Marco Antônio Veiga de Almeida).

Fazenda *Quinta*, local escolhido para Q.G. da Revolução de 1909 na Cidade de Goiás.

Não era de ver – pensava Abílio – como pôde emergir o até ali desconhecido Cel. Eugênio Jardim, a reboque e depois rebocando o cunhado Totó Caiado? Leopoldo foi o gênio da Revolução, mas os artilheiros foram as cabeças que repontaram nos chefetes após a derrocada de Leopoldo de Bulhões nos sucessos que se seguiram ao Movimento de 1909.

Em matéria a *posteriori*, o jornal *Goyas* publicava:

> (...) Eram os chefes dos principais municípios do sul (e norte) do Estado que num levante de brio e dignidade, vendo os seus direitos espezinhados por essa gente que dirige o Estado hoje, aumentada de alguns trânsfugas, reuniram-se e vieram a esta Capital num belo edificante movimento cívico restabelecer o regimenda lei. Infelizmente, porém, em má hora, o comando destes dignos cidadãos foi confiado ao cel. Eugênio Jardim, tendo para lugar tenente o Dr. Ramos Caiado, homens que não estavam na altura de chefiar um movimento de tão elevado efeito moral não compreendendo o belo gesto do povo goiano, tanto que, na ocasião azada, traíram o Partido que os elevou escalaram o governo pela traição e hoje se entregam os mesmos processos políticos contra os quais pegaram em armas, atirando seus dedicados companheiros de jornada a pecha de assassinos, cobrindo de opróbrio as memórias dos que já se foram...” Sobre crimes no Estado: “Assassinatos como os que se dão no Estado de há tempos a esta parte e que estão enxovalhando o seu nome lá fora, só por si definem uma situação”[96]

José Godoy Garcia parece explicar melhor, quando cuida da oligarquia recém instalada na Capital: “*Surgiu Totó Caiado, não propriamente pelo prestígio político, mas pelo golpe de 1909 (contra os correligionários da Revolução) dado pelo seu cunhado coronel Eugênio Jardim; surgiu pelo grito, pois que era uma personalidade desassombrada, violenta, em contraposição à índole dos adversários, sorrateiros, autênticos, mas suaves nas táticas.*

[96] Jornal *Goyaz*, ano xxxiv, n. 1568, p. 1 – 1°/03/1919.

"E agora vai procurar consolidar este seu mando, limpando as áreas, ora pela influência do poder em suas mãos, ora pela força bruta, em alguns momentos e lugares do extenso território goiano. Na capital concentrar-se-ão, ainda que rarefeitos, os elementos de oposição. No interior do Estado, qualquer pequeno movimento de reação, Caiado não permitirá e porá logo em ação seu sistema opressor."[97]

O momento era crucial para o Dep. Abílio Wolney. O seu prestígio de Presidente do Congresso Estadual soçobrava com os deputados aliados a Leopoldo no Movimento de 1909, pois no mesmo ano eles começaram a aderir aos Caiado, com aquele advento assustador do desconhecido Cel. Eugênio Jardim, escolhido a dedo pelo Presidente da República Hermes da Fonseca como chefe maior da política federal em Goiás.

E Abílio pensava... Esteve com Xavier de Almeida desde que Bulhões lançou aquele em 1901. Permaneceu com Xavier e depois com Rocha Lima, dos quais apoiou a política fiscal moralizadora. Agora, em 1909, fazia tramitar no Congresso Estadual aquele ousado *Projeto* de divisão de terras para camponeses, contrariando os latifundiários da Capital e do sul, os donos da esmagadora riqueza Goiás.

O Cel. Eugênio Jardim é quem manda agora em Goiás e vai interferir. Totó Caído, Deputado Federal em 1909, não vai aceitar mais essa. Não era de ver a petulância do Deputado sertanejo, que deu cobertura ao grupo deposto de Xavier de Almeida entre 1901 e 1909 e agora projetava reforma agrária no Estado.

[97] GARCIA, José Godoy, Aprendiz – Estudos Críticos, Thesaurus, 1997, p. 52/65. O parênteses e a conjugação de verbos foram alterações inseridas no texto por adaptação do autor.

– É por que as terras dele e do pai não valem nada, como nada vale o gado curraleiro do norte! Onde fica São José do Duro?

O norte esquecido realmente só dava prejuízo para o Estado. São José do Duro tinha menos de 30 casas e não poderia mesmo cobrir sequer as despesas do Estado com a manutenção daquela localidade, erigida mui precocemente à condição de município.

Fiel aos Bulhões, assim que Leopoldo o concitou à oposição e à Revolução de 1909, lá estava Abílio, grato e leal, arrostando tudo, pronto para a retomada do grupo bulhônico, que venceu, colocando Urbano Coelho de Gouvêa no Governo até 1912.

Todavia, entre 1909 e 1912 o tempo nublava, prenunciando a tempestade que parece – vai cair junto com os Bulhões em 1912...

A *situação* ainda estava com Gouvêa no Executivo e Abílio na chefia do Legislativo, mas já agora contando com uma minoria apoiada pelo Des. Gonzaga Jayme, que fazia por merecer a simpatia do Des. Emílio Francisco Povoa, detestado pelos Caiado.

Nada de aderir a Eugênio Jardim e Totó Caiado – concluía Abílio – pois eles usurpavam o Partido Democrata, do qual fizeram a agremiação paratidária da oligarquia que pretendem instalar. Nem mesmo a amizade de Abílio com pessoas ligadas aos Caiado tinha o condão de agregá-lo às fileiras caiadistas, por questão de princípios, imperativos de consciência. E mágoas...

A infidelidade partidária dos Caiado era um insulto ao bom senso e a história estava cheia de façanhas oportunistas do grupo familiar, que vinha do século pretérito.

Bulhões sempre fora traído pelos Caiado, nas coligações pela hegemonia na Capital.

A diferença era uma questão de caráter. Eugênio Jardim vinha na caravana de Totó e este na dele, buscando legitimar os interesses privados, com o anelo de riquezas e facilidades de poder. O norte nunca seria socorrido, como nunca foi pelo grupo Caiado no poder. Poderia, talvez, ser dizimado – isso sim...

A não adesão do Dep. Abílio Wolney aos novos atores em caravana gera imediata divisão no Partido Democrata ainda em 1909. A vigília de bons dias e noites mal dormidas exigiram-lhe a opção pela facção dissidente e minoritária do Des. Gonzaga Jaime, amigo de sempre, de quem Abílio batizou o filho Luizinho.

Deste grupo fazia parte, discretamente, o estimado amigo, Des. Emílio Francisco Póvoa, sempre fiel à toga de magistrado, nunca trocada por mandato eletivo.[98] A posição de Emílio Póvoa quanto aos Caiado era mesmo sintomática. Dentre os pedidos de Intervenção Federal da União em Goiás, um deles foi lavrado por esse insigne Desembargador, cujas razões se fundamentaram no fato dos seguidores de Eugênio Jardim simplesmente descumprirem ordens judiciais no Estado a partir de 1909, confiantes no Governo federal de Hermes da Fonseca.

Aliado aos amigos mais corretos de antanho, Abílio Wolney é eloqüente na tribuna do Congresso Estadual, onde brada oposição à ala de Totó Caiado e de seus cunhados, Cel. Eugênio Rodrigues Jardim e Des. João Alves de Castro. Vivia o dilema do homem dependente do sistema injusto de poder:

[98] O Des. Francisco Emílio Povoa fez parte da Junta Governista instalada em Goiás com a Revolução Nacional de 1930, quando a oligarquia Caiado foi derrubada. A sua fugaz participação na Junta, mais como jurista do que como político, foi no curto período de 30.10.30 a 23.11.30.

arriscava a própria posição ao assumir a responsabilidade de insurgir-se ao novo sistema em gestação.

E vai cumprindo o seu terceiro mandato de Deputado e Presidente da Casa, onde era Líder do governo bulhônico de Urbano Coelho de Gouvea, mas já agora um problema para os chefes surgidos no contratempo que se seguiu ao Movimento vitorioso de 1909.

No recesso parlamentar de 1910 Abílio Wolney vai para a sua querida São José do Duro, engalanada por acontecimentos felizes, conforme editorial do seu jornal *Estado de Goyas*, na pena do jornalista Dr. Alípio da Silva:

> San José do Duro, 12-1910. Considerações do correspondente – A prosperidade do Duro – A posse das novas autoridades judiciárias.
>
> Não sei o que mais agradece à vossa elevada generosidade; se a escolha de meu nome para o vosso correspondente, ou se a benévola consideração dispensada a esta localidade, colocando-a entre os elementos não esquecidos em o vosso grandioso empreendimento.
>
> Antes de tudo, associo-me ao justo contentamento que deve pairar no espírito de todo goiano sensato e culto pelo aparecimento do “Estado de Goyaz” que nos promete se um valente batalhador na santa cruzada do nosso evoluir social.
>
> Dada assim, com toda reverencia, a minha barretada ao assomar aos pórticos da respeitável tenda de Guttenberg, passo a dar o recado de que me fiz mensageiro.
>
> O Duro, pequenino e atrasado, tantas vezes lembrado nas colunas da imprensa para receber os embates de acerbas agressões por parte de desafetos gratuitos, também sabe homenagear os acontecimentos que se impões a admiração de um poço que aspira um futuro em tudo compatível com o estado

da civilização hodierna.

Assim é que o dia 25 de novembro ultimo foi contusiasticamente festejado aqui, por ser este o dia aprazado pelo conselho municipal para dar compromisso as pessoas ultimamente nomeadas para os cargos de juizes municipais, distrital e seus respectivos suplentes.

Nesse dia, no pavimento térreo do edifício onde funciona a Mesa de Rendas, reunidos em sessão extraordinária os srs. Membros do Conselho Municipal e com a assistência dos srs. Intendente Municipal, juiz de direito, promotor público, delegado de polícia, coronéis Abílio Wolney e Custódio Leal, deputado e senador estaões e mais pessoas gradas foi aberta a sessão sob presidência do sr. Major Candido Nepomuceno, secretariado pelo capitão João Rodrigues de Sant'Anna.

O Sr. Presidente, após ligeira alocução alusiva ao ato deferido na forma da Lei o compromisso do estilo a cada um dos nomeados, mediante exibição do respectivo título, deixando de comparecer o sr. Josino Valente por estar fora do município a interesses comerciais.

Terminada a cerimônia de posse, o sr. Presidente usou novamente da palavra para encerrar a sessão e surpreendeu o auditório com a agradável noticia de que o Conselho em sessão anterior havia votado uma verba em auxílio ao professorado público primário. Sublime exemplo de patriotismo sabia e proveitosa lição aos srs. Legisladores estaduais, que, em sua última reunião, primaram pelo golpe de morte desfeichado sobre a instrução e consequentemente sobre a mocidade goiana, digna de melhor sorte.

Foi com esta chave de ouro que o sr. Presidente encerrou a sessão, finda a qual fomos pelo sr. Coronel Abílio Wolney levados ao primeiro andar do edifício, onde nos esperava lauto e suntuoso almoço.

Ao transpor o limiar do vasto salão, fomos agradavelmente

impressionados pela caprichosa ornamentação que ostentava destacando-se profusa variedade de flores naturais, que impregnavam o ambiente de suave perfume em nada inferior aos afamados produtos de Diver, Guerlain, Rieger e tantos outros perfumistas notáveis de Velho mundo.

Foi servido o almoço com a máxima correção ao alcance dos meios locais. E, se não tínhamos, como nos grandes centros o concurso da bem regida orquestra, impressionando os nosso sentidos com harmoniosos e escolhidas produções da Arte de Beethoven, trocávamos opiniões amistosas e concernentes a interesses públicos e à prosperidade local.

Ao findar o menu o dr. Luiz Couto leu uma bela oratória, brindando aos empossados e estimulando-os ao cumprimento do dever. A este brinde respondeu por parte dos manifestados o srt. Coronel Abílio, que em eloqüente improviso correspondeu à expectativa dos ouvintes.

Em seguida foi convidado o dr. Alípio Silva para erguer o brinde de honra ao sr. Presidente do Estado. O orador esforçou-se para dar cabal desempenho a honrosa missão de que estava incumbido o terminou o seu modesto discurso com vivas ao presidente do Estado, à república e a família goiana.

A noite houve animado soirée que se prolongou até a madrugada e na qual o belo sexo trajando elegantes toillettes e distribuindo graciosamente os atrativos de sua peculiar amabilidade, conquistava para si a nota predominante do baile.

E foi assim que passamos o dia, esquecidos das asperezas desta vida de marguras.

O correspondente
Pio Alino.[99]

[99] Jornal "Estado de Goyaz", Ano I, n. 7, p. 3 – de 19 de fevereiro de 1911. Consta a seguinte nota: N. da R. – Pio Alino – pseudônimo com que se subscreve a correspondência do Duro, tem a tradução de um nome digno de apreço. A correspondência é do talentoso clínico e estimável cavalheiro, sr. Dr. Alípio Silva. Na longínqua Villa do Duro, cujo

Retornemos à Capital do Estado, no reboliço das agitações políticas.

Era imperiosa a eliminação dos obstáculos à hegemonia Caiado. O pequeno gigante da tribuna, aquele Abílio que chegara tão alto era um perigo para as eleições de 1912.

Tinha o complicador de não ser casado no clã Caiado, fugindo à tradição dos *casamentos endogâmicos*. Vindos de um sertão esquecido, ele e o Senador Estadual Custodinho, seu tio, eram os únicos representante do Norte, que, como vimos, pouco gerava de impostos para os cofres públicos.

A sua queda era iminente, caso não retrocedesse, aderindo a Eugênio Jardim para protrair o seu prestígio de Presidente do Congresso Estadual e ir além, já que o mandato terminava. Mas por uma intuição heróica de resistência, não se entregaria.

E para complicar a sua situação, surgem outras graves desavenças entre Abílio Wolney e Totó Caiado, como veremos no Capítulo a seguir.

---

florescimento o seu bem lançado escrito nos evidencia, o ilustre médico fixou a sua residência, tornando-se um dos obreiros do progresso local e uma das figuras mais simpatias e respeitáveis do Norte. Devemos ao nosso talentoso confrade, sr. Deputado Abílio Wolney, o precioso concurso que o prezado correspondente nos vem dar a esse concurso é para nós de tal valor, satisfaz-nos de tal modo, traz tamanho brilho as colunas do "Estado" que sou Diretor, apanhando no ar, como um dos destinatários, a carapuça que se encontra numas quatro linhas, determinou a publicação integral da excelente missiva, ao mesmo tempo em que enviamos ao ilustre dr. Alípio Silva, como os nossos votos de agradecimento a excelente colaboração, as expressões da nossa simpatia e do nosso afetuoso apreço."

Praça do Palácio Conde dos Arcos na Cidade de Goiás em 1909 (Foto Alencastro Veiga).

VII

NA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA. A INVASÃO.

Desde 1911 vinha travada na imprensa uma briga entre Abílio Wolney e Totó Caiado por ter Abílio tomado as dores do Senador Estadual Gonzaga Jaime, então seu amigo, que vinha sendo alvo de Totó Caiado em jornal deste. O jornal *Estado de Goiás*, de Abílio Wolney, era ácido nos seus ataques a Totó, erguendo um muralho mais expressivo a proclamar a rivalidade política entre ambos, que tendia a se agravar.

Em 1912, no poente do último mandato do Dep. Abílio Wolney, vamos dar com um dia de sessão no Congresso Estadual.

Abílio Wolney abriu os trabalhos com a solenidade de praxe, quando viu dois homens adentrarem o pórtico da Casa de Leis. Era justamente o Deputado Federal Antônio Ramos Caiado (Totó), uma figura desassombrada, palaciano bem posto, semblante ariano, acompanhado de um mulato forte na retaguarda.

Ao vê-lo, num átimo Abílio trouxe as reminiscências dos recalques de 1900, quando, embora eleito Deputado Federal, fora depurado pela conspiração de forças ligadas a Caia-

do.

Acusando forte tensão de nervos, Abílio reviu o passado, recordou num instante a mãe no Duro, ela que nunca o quis naqueles confins da senda política.

Contudo não perderia a pose de presidente do Parlamento no Estado, ali a descerrar as suas portas brasonadas à dignidade e ao poder do cargo. Afinal, era o cabeceira da mesa.

Mas antes de dizer palavra, a voz firme de Totó quebrou o breve silêncio apreensivo como a empeçar um discurso. Erecto, dizia ter ido se avistar com o projeto em tramitação, pertinente à divisão de terras pertencentes à sua família, ou melhor, aos proprietários das terras rurais que realmente tinham valor e que se situavam nas regiões civilizadas de Goiás.

A entonação do verbo causava espécie no Plenário, por aquele modo de se por em frases rajadas.

E de fato, tramitava o Projeto de uma Lei revolucionária para a época, onde eram reconhecidos os direitos de camponeses, com mais de dez anos de posse na terra, fosse onde fosse no Estado. Uma espécie de reforma agrária. A matéria feria sobremaneira os latifundiários goianos ou, precisamente, a oligarquia Caiado.[100]

---

[100] Adiante, em 1919, quando estará na Presidência do Estado o Des. João Alves de Castro, tendo o irmão o seu irmão como Secretário de Terras, sob o título "Medida contraproducente", leia-se no Jornal *Goyas*, ano XXXIV, N. 1581, p. 1 – de 31/5/1919**,** o seguinte:

> Sabemos que o sr. D. Agenor Alves de Castro, Secretario de Terras e obras públicas, para se mostrar zeloso no exercício de seu cargo, acaba de tomar a enérgica medida de expedir circular aos delegados de polícia, solicitando-lhes o seu eficaz concurso, no sentido de serem despedidos das terras devolutas as pessoas que nelas se acham fixadas desde muito.A providência, ora levada a efeito pelo titular indicado, sobre ser odiosa e antipática, nenhum resultado prático vem trazer para o estado, que verá, por certo, a sua população diminuída, e a sua lavoura ainda bem rudimentar reduzida à expressão mais simples.Acresce ainda, que muitos dos locatários de semelhantes terras tem direito de posse já firmado, indo naturalmente defender

"Por esse tempo, havia uma trilha batida de desmandos, mas ninguém protestava, não se falava senão à boca pequena. Correligionários honestos, raros, da Oligarquia compactuavam pelo silêncio... Correligionários de Abílio, como Gonzaga Jayme, de Pirenópolis, e Emílio Póvoa, ambos oposicionistas, se contrapunham aos repetidos atos infamantes, mas às caladas dos dias e das noites goianas.

"Caiado, pela força política e pelo grito truculento e dominador, trazia a seus pés a cidade de Goiás, não se diga o resto do Estado, onde prepostos reinavam, gente naturalmente desfibrada por afeita ao lado pragmático do enxurro político, ou desavisada, ou por interesses de mando e desmandos.[101]

Mas Abílio foi firme e, tomando as rédeas na direção dos trabalhos, bradou que os Deputados Federais tinham voz no Congresso Nacional. No parlatório do Congresso Estadual, a palavra era concedida pelo presidente tão somente aos Deputados Estaduais com assento no Plenário, e concluiu decisivo e soberbo:

– Deputado Ramos Caiado, nenhuma palavra a mais! Em nome da ordem, retire-se desta Casa!

---

no judiciário o mesmo e talvez o estado tenha de despender grandes somas com o pagamento das custas, saindo o feitiço contra o feiticeiro. Enquanto em outras unidades da Federação nacional, os governadores procuram dividir em lotes grandes faixas de terras para serem distribuídas gratuitamente pelo povo, no intuito tão somente de incrementar a agricultura, em Goiás se dá o inverso, procurando despejar os lavradores de pedaços de terras que são pouco valorizados. É que os governantes se esmeram sempre em praticar atos de desacordo com o progresso, em tomar medidas absurdas que vem tolher a lavoura pondo em dificuldade a vida de nossos pobres patrícios, levando a ruína em muitos lares. (...) O pequeno estado do Espírito Santo fez a mesma coisa, há pouco tempo, e, pensamos, que não se arrependeu de ter dado esse passo, porquanto a lavoura ali vai pouco a pouco se intensificando e o progresso surgindo a olhos vistos.(...) Copiemos, pois, os atos do Governo do Espírito Santo e tenhamos um gesto absolutamente igual que lucraremos muito mais, em vez de despejarmos os pequenos agricultores das terras devolutas, já por demais desvalorizadas. (...) Recue enquanto é tempo o Sr. Secretário de Terras e Obras Públicas e deixe de executar o impensado ato que tanto protesto tem levantado, visto como intenso golpe será desferido sobre a lavoura e um grande mal sofrerá o povo que dela vive.

[101] GARCIA, José Godoy, *Aprendiz – Estudos Críticos*, Thesaurus, 1997, p. 52/65.

Totó deu passos para o desagravo. Investiu de punhos para a violência física, mas refluiu ao gesto de Abílio que levou a mão na gaveta da mesa simulando sacar de uma pistola, embora não a tivesse ali.

Caiado saiu, mas deixou claro:

– Isso não vai ficar assim!

Segundo Godoy Garcia, *"Totó Caiado era em Goiás a lei e a borracha. Uma voz, uma única voz se levantou, de forma aberta contra o impulsivo sátrapa, a do Deputado do norte de Goiás, Abílio Wolney. Foi, nesse dia, um ato heróico. Voz destemida que se levantava, todos reconhecendo a temeridade daquela resistência, no vigor da atitude política que viria colocá-lo no pelourinho, hoje ou amanhã.*

"Totó dominava também o poder judiciário e o legislativo; deste, arrancava leis a seu favor e chegou a criar uma lei que permitia requerer terras do Estado, sem pagamento."

Em Goiás Velho, *"Abílio Wolney usou da sua tribuna de Deputado e Presidente até quando ela durou para sempre denunciar e protestar".* Sempre que cogitava, concluía estar no meio de um sistema de luta em que a vida se revelava nas bases da fortuna ou da dominação política, onde os homens se apoiavam, respirando e transpirando aquele início de século. Não guardava a vocação de perder. Parecia-lhe claro que a realidade do poder temporal se media na aquisição de um lugar nos palacetes aristocráticos.

Abílio Wolney há mais de 10 anos estava no Partido Republicano Federal de Goiás, dele saindo momentaneamente em decorrência do Movimento de 1909 engendrado por Leopoldo de Bulhões, que criara o Partido

Democrata, legenda tomada meses depois pelos Caiado, os quais, com ela, seguiriam o seu percurso truanesco na história.

E como Abílio não tivesse aderido à hegemonia Caiado, prosseguiu no Partido Republicano Federal, fraco e fragmentado.

Logo nos primeiros anos de governo, os Democratas de 1912-17 mostraram a que vieram, degenerando o aparelho do Estado em meio aos interesses pessoais veiculados nas administrações, marcadas por uma assustadora alternância de personalidades no poder, conforme quadro a seguir:

Joaquim Rufino Ramos Jubé		Presidente Senado	30-03-1912	24-05-1912
Herculano de Sousa Lobo		2º Vice-Presidente	25-05-1912	10-06-1913
Joaquim Rufino Ramos Jubé		Presidente Senado	10-06-1913	31-07-1913
Olegário Herculano da Silva Pinto	(32)	Presidente	31-07-1913	06-07-1914
Salathiel Simões de Lima		1º Vice Presidente	06-07-1914	30-06-1915
Joaquim Rufino Ramos Jubé		Presidente do Senado	30-06-1915	06-05-1916
Salathiel Simões de Lima		1º Vice-Presidente	06-05-1916	13-10-1916
Aprígio José de Sousa		2º Vice-Presidente	13-10-1916	09-05-1917

Salathiel Simões de Lima		1º Vice-Presidente	09-05-1917	14-07-1917

"A oligarquia não dominava num ordenamento pacífico; Totó se arranjava sempre com os seus desmandos, com abertos crimes cometidos pelos grupelhos, lá nas cidades desamparadas de mínima garantia de vida social, política, jurídica. O atraso, o isolamento, a compulsão da violência, como norma natural nesse tempo no incipiente e insulado território de Goiás, de onde Hugo de Carvalho Ramos retirou suas páginas pungentemente reflexivas dessa canhestra época."[102]

Vivíamos a fase conturbada da primeira República proclamada em 1889. Consolidada a oligarquia do herdado ciclo do feudalismo, vamos ter a cultura do *policialismo, poder discricionário e sobas oficiais, o Estado a serviço dos grupos, o cinismo primário e burocrático, a truculência aberta contra o mais humilde cidadão e contra qualquer voz que reagisse à ordem discricionária* e sem justiça.

Depois de 1912, a primeira que pioraram foi a polícia*. Meteram nela soldados remanescentes das colunas que vieram de Mato Grosso, homens que foram aliciados pelos caudilhos de Vacaria, entre a escória desempregada e ociosa da fronteira da Bolívia e do Paraguai. Para o interior, foram mandadas armas obsoletas e desumanas, tais como as Comblains e as*

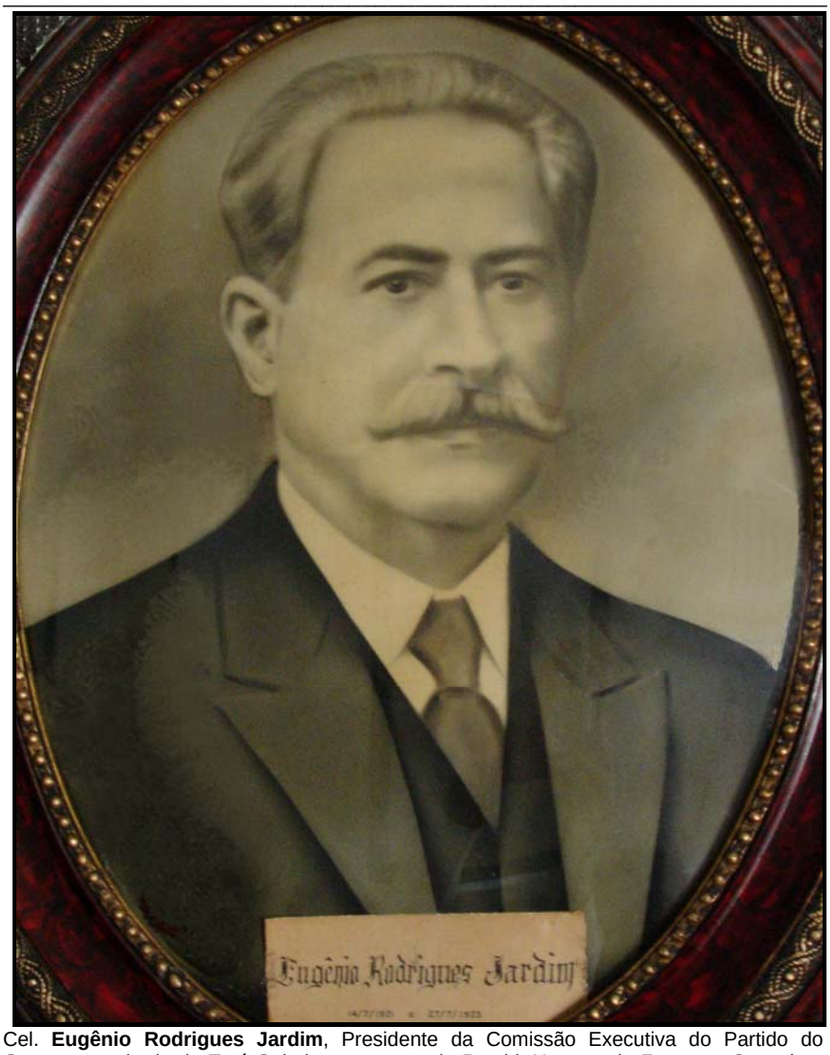
[102] Idem.

Mannlichers, que abriam tremendo rombo no corpo humano, tornando impossível a salvação do ferido.[103]

E nesse diapasão, até 1917 em daí por diante a coisa vai se agravar ainda mais.

[103] Conforme Godoy Garcia.

Cel. **Antônio Ramos Caiado (Totó)**, Deputado Federal e depois Senador, Chefe da Comissão Executiva do Partido Democrata em todos os Governos entre 1912 e 1930.(Reprodução)



Cel. **Eugênio Rodrigues Jardim**, Presidente da Comissão Executiva do Partido do Governo, cunhado de Totó Caiado e preposto do Presid. Hermes da Fonseca. Conspirou para a eliminação de Abílio Wolney, apoiando as autoridades do Duro. Adiante sucederia o concunhado Des. João Alves de Castro na Presidência do Estado (Fotografia exposta na galeria de ex-Presidentes do Estado de Goiás, no Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás. Diretor José Filho Costa)

VIII

FIM DO MANDATO. QUARTA ELEIÇÃO E DEPURAÇÃO. A VOLTA E OS PROBLEMAS

Em 1912 já vigorava no País a chamada *Política das Salvações* decretada pelo Presidente da República Hermes da Fonseca, que consistia em intervenções diretas nos Estados, ferindo as autonomias dos entes federativos.

Na esfera federal, Leopoldo de Bulhões critica a política intervencionista do Presidente Hermes da Fonseca. Foi a gota d'água... Urbano Coelho de Gouvêa, cunhado de Leopoldo, é *'convidado'* a deixar o Governo do Estado em março de 1912 e Hermes da Fonseca escolhe justamente o Cel. Eugênio Rodrigues Jardim para a direção política do Estado, ao lado do cunhado e Deputado Federal Totó Caiado, que cumpria o mandato de 1912-1914.

Os ex-militar e fazendeiro Eugenio Jardim não foi acolhido na família Caiado por acaso. Era uma peça importante na engrenagem política para manutenção do império da família. Ele teria sido colega militar do Presidente Hermes da Fonseca. Além disso, participou da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul ao lado do grupo que depois vai dominar a política gaúcha e que a partir de 1910 passa a ter muito peso na bancada nacional. Deste grupo fazia parte o senador Pinheiro Machado, de quem Eugênio

Jardim era amigo íntimo. Sem sombra de dúvidas, o homem forte do novo situacionismo goiano tinha incondicional apoio federal e fez-se o lastro por onde o caiadismo daria os passos definitivos.[104]

Um sem-número de exonerações e de demissões é feita em seguida, tanto de funcionários estaduais, como de federais. É o indício de mudança na ordem política estadual: sai o Presidente do Estado, mudam-se os Secretários, serão exonerados muitos Administradores de Recebedorias (postos de arrecadação de rendas), Deputados e Senadores são depurados no Gongresso Estadual.[105]

Assim, desde 1909 – em pleno governo bulhônico – estavam fincados os pródromos da futura oligarquia Caiado com a escolha de Eugênio Jardim para chefe do partido do Governo Federal, quando em Goiás marcava-se o mandonismo inicial do novo grupo com uma depuração no Partido Democrata, do qual se apossaram, reestruturaram e excluíram os elementos ligados ao seu fundador Leopoldo de Bulhões.

Ou seja, de lá vinha a oposição dos Caiado ao governo bulhônico de Urbano Gouvêa, de quem foram aliados na Revolução de 1909.

Em 1912, Abílio Wolney finalizava o seu último mandato de Deputado, presidente do Congresso e líder do Governo caído do presidente Urbano Coelho de Gouvêa, o último do grupo bulhonista, que declinava como o sol – brilhando solitariamente no fulcro do Deputado e Ministro Leopoldo de Bulhões, o único remanescente daquela tradição política.

---

[104] CAMPOS, Itami, obra citada, p. 78.
[105] Correio Oficial, coleções, 1912 e 1913, com remissão de Itami Campos, obra citada.

Havia chegado aos píncaros da glória, considerada a sua origem nortista.

Totó Caiado estava novamente Deputado Federal para o mandato de 1912-1914, articulando cada vez mais o estamento familiar, sob a bandeira do glorioso Partido *Democrata*, que cooptava adesões como a do Marechal Braz Abrantes, que havia governado Goiás no período de 19.02.1892 a 17.07.1892, cujo filho finado Ovídio Abrantes fora casado com Diva Caiado. Embora sem deixar de ser amigo de Abílio Wolney, vai dele se afastando como nunca. Nem mesmo o episódio de 1900, quando o seu filho Ovídio Abrantes, agora finado, havia usurpado o mandato de Deputado Federal na fatídica *depuração* os fizera separar como agora. Naquele tempo tudo se compreendeu, se tolerou dentro do jogo político, mas agora havia uma nova ordem política que os divorciaria.

O Cel. Eugênio Jardim, mandatário de Hermes da Fonseca no Estado, já casado com a viúva Diva Caiado, traz consigo o distinto Sebastião Fleury Curado para engrossar as fileiras da *situação* engalanada no Poder.

Sem mandato, Abílio sentia faltar-lhe o chão aos pés, virando os becos da Vila Boa imperial como que sem rumo, e todas as portas de velhos amigos se fechando. Voltar para o Duro parecia um retrocesso, ele que tinha eleitores fieis mesmo ali na capital de Goiás e que numa andança pelo sertão conseguiria voto como sempre – Pirenópolis, Boa Vista, Arraias... Não retorna à sua terra. Abre um escritório de advocacia em Goiás Velho e prossegue com o seu jornal *Estado de Goyaz*, erguendo-se em aberta oposição ao Partido Democrata.

Desde 1911 o Jornal vinha com suas edições de denúncias e protestos contra o grupo de Totó Caiado. A Imprensa de Abílio era atormentado diariamente por vários tipos de ameaças e as forças convergem para se inutilizarem as oficinas de

impressão do Periódico, uma tipografia inédita para a época. Contudo, seus editores resistem, malgrado advertidos do perigo de atacarem os inimigos dentro do próprio território onde aqueles reinavam.

Abílio Wolney tinha como companheiros e editores o Senador Gonzaga Jaime e o vibrante e corajoso jornalista Moisés Santana. *"Pessoalmente, Abílio era insultado, e insultado por uma gente refinada nas línguas da infâmia; era um viver em Goiás em permanente assédio da descompostura e de ofensas de biltres e jagunços covardes e de moleques bandidescos, filhoteira da familiocracia. Um tempo de dura resistência, talvez tanto cruel como foi a resistência posterior verificada no Duro. Mais de dois longos anos de jornalismo que comprovaram o espírito de luta do combativo jovem nortense.*[106]

Numa época em que se inaugurava o reinado absoluto a oligarquia Caiado, sem nenhuma perspectiva, senão a longo alcance de ser contida, Abílio só contava com a solidariedade prática de Moisés Santana e com o apoio silencioso de alguns raros políticos na Capital, além da reserva moral dos Desembargadores Gonzaga Jaime e Emílio Póvoa, este que magistrava acima dos interesses políticas.

E nem tudo era escuridão. Abílio Wolney tem prestígio e voto e abre-se em campanha buscando a eleição para o quarto mandato de Deputado Estadual pela recém criada legenda do Partido Republicano de Goiás.

As matérias jornalísticas são ácidas na oposição. Moisés Santana surde sem dó com a caneta e Abílio Wolney vai crescendo.

[106] Segundo José Godoy Garcia, *obra citada*.

Política se ganha no corpo a corpo, no lombo do burro, nas vielas, cidadelas, amigo por amigo.

E o relâmpago brilha maravilhoso, num instante fugaz de alegria para Abílio Wolney, com o Partido Republicano Federal de Goiás dando sinais de vida, erguendo-se das cinzas na boca muda das primeiras vítimas do regime da oligarquia entronizada com a queda de Urbano de Gouvêa em março de 1912.

Questão de meses e já haviam os cravejados pela intolerância e os excluídos pela soberba, pela borracha da polícia contra os adversários. Notícias do sertão chegavam em avisos de operações militares temerárias, terras sendo desapossadas...

Robustecia-se consideravelmente o partido do ex-Presidente do Congresso Estadual em Goiás, preocupando, sobremaneira, os novos situacionistas, que viam no ex-Dep. Wolney uma constante ameaça à hegemonia do novo e já renovado Partido Democrata.

Chega 1913. Abrem-se as urnas.

Abílio Wolney estava novamente eleito! Eleito para a 7ª Legislatura no Estado de Goiás.[107]

Mas a elegria do sertanejo durou pouco.

Assentada sobre a Comissão de Verificação de Poderes, a oligarquia Caiado impõe-lhe outra *degola*, e o manda para o cadafalso da depuração...

Abílio ganhava, mas não levava, e agora caminhava para o ostracismo ou para o país da morte, caso não

[107] *O Legislativo em Goiás*, ob. cit..

resistisse. Com efeito, nas tricas políticas, muitas vezes rematadas em tragédias criminosas, o seu bafejo faz do semelhante um rancoroso inimigo, sob o insulto das forças tenebrosas da ambição ingrata e injusta.

Estava morta a carreira política do Deputado nortista, iniciada com o primeiro mandato em 1894, aos 18 anos de idade.

Em documento, datilografado pelo próprio Abílio Wolney – até aqui inédito – ele escreveria mais tarde:

"Os Caiados dominavam então na política do Estado. Abílio Wolney havia feito contra eles forte campanha pelo "ESTADO DE GOIÁS", periódico de sua propriedade montado Capital do Estado, vendo, porém, que naquele tempo sua atuação seria improfícua quão perigosa, entregou a direção do periódico a seus amigos, fechou seu escritório de advocacia e voltou ao Município de sua residência abandonando a política por completo, voltando suas vistas para os problemas locais".[108]

Enfim, depois de admirável resistência jornalística, Abílio resolveu regressar à sua terra São José do Duro, onde sabia encontrar armado contra si um grupelho de aguerridos funcionários bem conscientes do papel que deviam desempenhar. Para trás, deixou a direção do Jornal com o jornalista Moisés Santana, que mais tarde seria assassinado em Uberaba, dentro da própria oficina de um outro Jornal, no qual passou a trabalhar naquela cidade de Minas Gerais, visto como também tivera que abandonar a Capital e Goiás.[109]

---

[108] Texto datilografado por Abílio Wolney em 1940, referindo-se a si próprio, na 3ª pessoa do singular. O inteiro teor do documento de onde foi extraído segue transcrito no Capítulo XXVI adiante.

[109] O jornalista **Moisés Santana**, segundo o escritor Ubirajara Galli *"dirigia o jornal Estado de Goyas, propriedade do então deputado Abílio Wolney...Seus escritos tinham a força de provocar a destituição de políticos poderosos e ao mesmo tempo plantar ódios incomensuráveis. O mais famoso empastelamento (quebra de máquinas) de jonal que ele*

provocou, aconteceu em uma das suas duas passagens frente ao jornal Sul de Goyas, na cidade de Catalão, precisamente no ano de 1916. Moisés Santana, depois de escrever um artigo ácido contra um grupo político local, lpara não perder a sua vida, teve que ser despachadonum trem rumo à cidade de Araguari, literalmente envolto, escondido no interior de um colchão. Infelizmente a mesma sorte ele não teve quando, alguns anos depois, em 20 de maio de 1922, foi mortalmente baleado, no interior da redação do jornal Lavoura & Comércio, da cidade de Uberaba (MG), pelo então presidente da Câmara Municipal, João Henrique Sampaio Vieira da Slilva, por causa de alguns versos satíricos lque escrevera contra esse vereador, no jornal Separação. O curioso é que seu assassino era médico e, três dias anes do crime, havia nomeado o próprio Moisés Santana para assumir o cargo de diretor da biblioteca da Câmara Municipal, a pedido do diretor do Jornal Lavoura & Comércio, Quintiliano Jardim".((A História da Indústria Gráfica em Goiás, Contato, p. 44). Moisés Santana teve grande influência política em Anápolis.

O vigoroso jornalista Moisés Santana (reprodução)

No final de 1913, estamos com o ex-Deputado Abílio Wolney, de retorno a São José do Duro, vencido nos prélios

da capital e relegado ao ostracismo político em Goiás. E ao chegar em casa, encontra realmente uma situação difícil. Os cargos do município, sempre preenchidos por indicação política, estavam entregues a desafetos do ousado Deputado, agora inimigo número um do Governo.

Como narra o Major do Exército Álvaro Mariante[110], Abílio, *"desiludido, talvez das lutas partidárias, volta para o sertão e torna-se lavrador. Não o aban-donam aí os ódios políticos nascidos na capital. Com eles fazem aliança as mesquinharias da politicalha do sertão. As autoridades locais, adversárias de Abílio, pois ele acaba de militar na oposição, criam-lhe todos os embaraços. Seus amigos não são alistados como eleitores; firmas dos Wolneys, de parentes e amigos seus, não são reconhecidas; requerimentos por eles apresentados não conseguem despacho.*[111]

Caiado e os cunhados Cel. Eugênio Jardim e o Des. João Alves de Castro haviam minado as bases políticas de Wolney fazendo com que nomeassem para postos administrativos diversos em São José do Duro, gente útil e capaz de executar sua política de destruição do desafeto, este que ali na capital foi uma voz inquebrantável e desafiadora.

Para a Coletoria Estadual do Duro, o Governo designou o primo e concunhado de Abílio, Sebastião de Brito Guimarães, agora Capitão-Cirurgião da Guarda Nacional, astuto e capaz de muita coisa, pois já gozava de prestígio, pois trazia no bolso uma carta do Cel. Eugênio Jardim. A carta, que ele exibia a três por dois, lhe entregava o mando político na comunidade do Duro como representante maior do Partido Democrata.

---

[110] NETO, Abílio Wolney Aires. *O Duro e a Intervenção Federal-Relatório ao Ministro da Guerra*, em cuja obra temos a íntegra do expediente do Exército na Intervenção da União em Goiás no ano de 1919.
[111] Idem.

O novo Juiz Municipal era Manoel de Almeida, velho inimigo dos Wolney, talvez herdando do velho Francisco José de Almeida, ferrenho adversário político dos Leal (Wolney e Cavalcante). Processos eleitorais não despachados, os cíveis não impulsionados. Agora estava difícil até para Abílio advogar e assim ambienta-se o palco dos futuros acontecimentos com os novos prepostos do Governo.

Abílio deplorava-se, perdido no atro recesso da desilusão. Sem cargo político e na oposição, via-se também sem a esposa. Restava-lhe dar subsistência aos filhos e voltar para as lides do campo ao lado do pai Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, com quem montou um empreendimento de exploração agrícola, com maquinário para beneficiamento de mandioca e o primeiro engenho de ferro da região. Tornara à poeira de onde havia se alçado por uns anos. É como se ouvíssemos dizer: *"Não amaldiçoeis a vossa terra sonhando com terra estranha. É para o azul que se olha e não para a poeira do chão. E o azul é o mesmo em qualquer terra.*[112]

Mas seria mesmo a sua terra o seu último refúgio? Ele a queria. Todavia, o destino o dirá...

Fora do círculo dos fiéis que o rodeavam, havia de outra parte a cumplicidade obrigatória dos que temiam ou amavam o poder da situação política.

E assim, os seus correligionários começam a se afastar, passando para as hostes do Partido do Governo no Duro, a cargo do grupo do seu primo e Coletor Sebastião de Brito e do juiz municipal Manoel de Almeida, onde vinham buscar os favores do situacionismo, como a tolerância na cobrança de impostos e a impunidade para os atos criminosos praticados na Vila.

[112] Frase do Deputado João d'Abreu.

Retomava-se o labor nas Fazendas Buracão, Açude e Jardim, que eram bem próximas da Vila, embora noutras terras também desenvolvessem lavoura e criação de gado, com riqueza para o *Duro*, onde sempre investiram tudo o que conseguiam.

A fazenda Jardim[113] era bela e misteriosa em alguns pontos. Ostentando-se numa serra de grimpas altaneiras, abria-se uma gruta de âmbito caprichoso semelhando a nave de uma igreja, escassamente aclarada, tendo pendidos dos tetos grandes candelabros de estalactites, prolongando em corredores inundados pela nascente que ali brota; e a lenda emocionante da onça cavaleira que morava no seu interior, onde deixou ossuário de alimárias e gado de que se alimentou.

O Jardim e o Buracão ficavam justo no trajeto de intercâmbio comercial com Barreiras-BA, cuja estrada foi aberta em 1915.

Foi como anotou Abílio Wolney mais tarde:

"Em complemento à idéia de estradas carroçáveis de seu pai entendeu (Abílio)[114] de abrir uma estrada de automóvel para Barreiras.

Organizou com seu dito pai uma sociedade para fins industriais e de lavoura.

Começou construindo em 1915 a ponte, sobre o Rio Ponte, com capacidade para passagem de veículos pesados; essa ponte construída sob sua direção pessoal ainda está perfeita, servindo ao público.

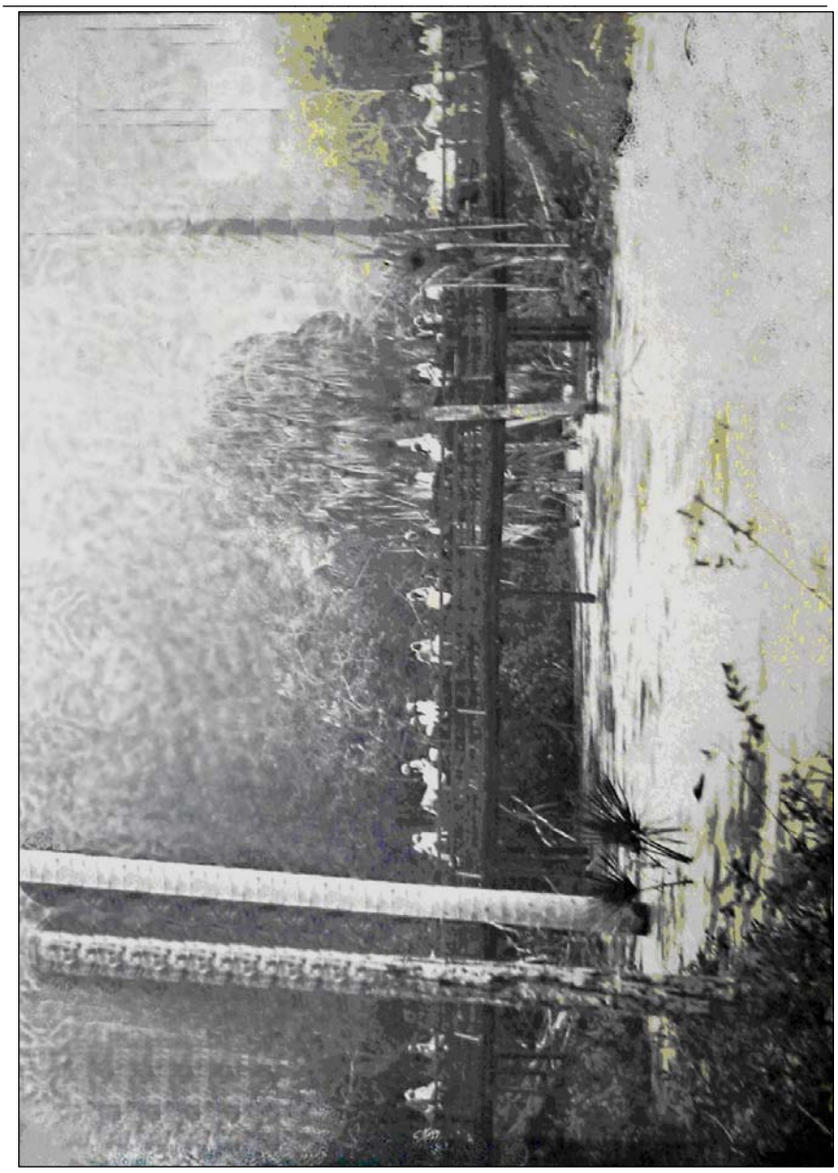
[113] Antiga Fazenda Nova Colônia. O local hoje é a cidade de Novo Jardim-TO.
[114] Parênteses inserido pelo autor para melhor compreensão do texto.

Depois fundou a fazenda de lavoura "Buracão", montando ali o primeiro engenho de ferro para moer cana de que fez grande plantação e sua lavoura prosperou."[115]

Como narra o já referido Major Álvaro Guilherme Mariante, em seu Relatório de Sindicância Federal de 1919, *"a maior ponte que atravessamos e a maior que há pela região, uma ponte de madeira com quarenta e três metros de comprimento e cinco de largura, sobre o Rio da Ponte, no município do Duro, é obra exclusivamente sua (Joaquim Wolney) e de seu filho Abílio. O mais curto caminho entre essa vila e a cidade de Barreiras, no Estado da Bahia, foi por eles aberta. Ao longo dele encontram-se vestígios do seu trabalho nos roçados da mata, nos cortes da rocha que impedia o trânsito. Por ele Cavalcante Wolney, único exemplo em Goiás, fazia marchar seus carros de bois até a citada cidade baiana. Uma estrada de automóveis que ligasse Duro a Barreiras, cujo intercâmbio comercial é intenso, constituía um projeto que brevemente seria pelos Wolney posto em prática."*[116]

[115] Texto datilografado por Abílio Wolney em 1940.
[116] Idem.

Depois de construída a estrada e a ponte, o Cel. Wolney e seu filho Abílio levam familiares e amigos para visitar Barreiras.



Na Capital do Estado, consolidado o mandonismo iniciado em 1912, os Caiado seriam soberanos por quase duas décadas na Primeira República, fase em que, já esmagados os adversários, a partir de 1920 passaria a existir um único partido em Goiás – o *Democrata*.

Como o Congresso Estadual legalmente só funcionava duas vezes por ano, os títeres da oligarquia legislavam por Decretos da presidência do Estado, emitidos de acordo as conveniências e interesses do grupo situacionista, que como vimos, até 1917 se revezavam no Governo quase que anualmente.

Goiás estava um feudo de régulos. As melhores terras do Estado eram doadas ou vendidas a preço mínimo para os Caiado, que colocavam no Governo e no Congresso Estadual os prepostos ideais para transições dessa ordem.

Narra Godoy Garcia que, "*entre outras aberrações e desmandos, o caso das terras se tornou deveras marcante: Totó Caiado retirou do patrimônio público a dádiva de 60 mil alqueires de terras que constituem as fazendas Tesoura, Aricá e Santo Antônio. A única exigência da famosa lei era que o beneficiário mandasse medir as terras às suas próprias expensas, o que Totó não cumpriu. A administração pós-30 exigiu-lhe tal obrigação, que foi constada, ficando a questão "sub judice". No governo Coimbra Bueno, quando os Caiados voltaram a ter mando, a contenda formal se resolveu a favor de Caiado; quando da ditadura militar de 64, com um sobrinho de Totó nomeado Governador, os Caiados saíram a campo, armados de metralhadora e expulsaram das terras velhos posseiros*."[117]

[117] Do livro *Aprendiz*, *Estudos Críticos*, Ed. Thesaurus, págs. 52 *usque* 65, de José Godoy Garcia.

Segundo Itami Campos[118], a partir de 1912, *sob a influência do 'novo grupo' são eleitos os dirigentes estaduais para a gestão de 1913-1917. O Partido Democrata, criado em 1909, foi agora reestruturado, sendo dele excluídos os políticos vinculados ao bulhonismo, que organizam, em oposição, o Partido Republicano de Goiás. Olegário Herculano assume a Presidência, cedendo o mandato de depuado federal ao médico e fazendeiro Francisco Ayres da Silva, chefe político de Porto Nacional, mais importante cidade do norte. Na próxima legislatura (1915-1917), o advogado e fazendeiro Hermenegildo Lopes de Moraes, chefe político de Morrinhos, importante cidade do Sul, retorna à política, sendo eleito deputado federal.* [119]

A oligarquia criava um triângulo político no Governo do Estado, formado pela Cidade de Goiás, centro intelectual e burocrático; Morrinhos, na rota de ligação com o centro–sul do país, via Triângulo Mineiro, centro comercial e capitalista, e Porto Nacional, o mais importante centro do norte, ligado comercialmente ao Pará, porto litorâneo e centro produtor de borracha.

Na administração do Estado *"vê-se Caiado fazendo Presidentes do Estado e os Presidentes fazendo o que o mestre mandava"*.[120]

Toda essa engrenagem, segundo Campos, estaria a serviço da manutenção do atraso do Estado, como forma de perpetuar o domínio político. Os chefes de Vila Boa se valiam conscientemente do atraso como forma de controle da situação.

---

[118] Do livro *O Coronelismo em Goiás*, de F. Itami Campos.
[119] CAMPOS, Itami, obra citada, p. 78.
[120] RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral, Família e Poder, Vol. 6, com remissão a texto de Joaquim. Veja igual menção no citado livro *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*.

Até a estrada de ferro do Governo Federal havia sido dispensada, colimando preservar o feudo da cidade de Goiás. Na tribuna do Senado, Totó Caiado dissera:

"– Goiás dispensa estrada de ferro"[121]

Enquanto isso, o norte do Estado era profundamente atingido. Na conjuntura econômica da época, o norte se constituía de um grande vazio demográfico e econômico, com uma densidade populacional inferior a 0,3 hab/Km². Além de uma ínfima arrecadação fiscal, o norte acusava o sul do Estado de abandono e este lhe retribuía com a acusação de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo, segundo Palacin.[122]

Retornemos a São José do Duro.

Era setembro de 1915.[123] Nas eleições municipais em São José do Duro, o novo Partido Republicano de Goiás, encabeçado pelos Wolney, lograra a Intendência da Vila com a eleição de candidato da oposição, repontando como uma ilha na nova realidade política, em evidente acinte ao Partido Democrata, que, aliás, não havia apresentado candidato.

Os caciques políticos da oligarquia goiana se estremeciam...

Na pequena cidade do *Duro*[124], tudo era combustível para a máquina política e Agenor Cavalcante, que perdeu a

---

[121] CHAUL, Nasr Fayad, *Coronelismo em Goiás*: *estudos de casos e famílias* (apresentação), p. 36. Fato é que, contra Caiado, o Governo Federal terminou fazendo a estrada de ferro em l912 mesmo.

[122] PALACIN, Luiz, *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás*.

[123] Estava presidente da República Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918).

[124] A população de São José do Duro era maior na zona rural, onde os próprios homens do lugar em regra viviam em suas fazendas. Por volta de 1915, a

eleição para Vereador, pelo Partido do Governo, seria uma peça na engrenagem.

Segundo depoimento do velho Wolney[125], há mais de um ano o Juiz Municipal Manoel de Almeida, o Coletor Sebastião de Brito e outros adversários políticos vinham incentivando Agenor a insultá-lo, e depois os próprios donos da aplicação da justiça local resolveriam a questão legal. A mais, da Capital vinha qualquer ajuda.

Mas porque Agenor, que era sobrinho do Cel. Wolney!? O nosso Voltaire Wolney Aires explica a razão:

"*Lembra-se do dia em que o tio o expôs a uma bruta humilhação no meio da praça?... Agenor, bêbado, apontava uma pistola a Edmundo 'Zói-de-Vidro' e discutia acaloradamente, quando o tio chegou por trás torcendo-lhe o braço e tomando-lhe a arma. Depois de repreendê-lo muito, disse que quando melhorasse da bebedeira que fosse buscá-la, mas conta-se que Agenor nunca foi pegá-la. Desse dia em diante Agenor passou a jurar-lhe de morte."*[126]

Os planos dos adversários estavam estabelecidos e acordados para a eliminação do Cel. Wolney. O complô passara discretamente a freqüentar as tabernas e ambientes que Agenor ia, ora travando diálogos discretos e insinuantes com ele, ora criticando-o com ironia sobre a

minúscula cidade do Duro se resumia a um largo ou praça cercada por casas, que somadas a outras esparsas na parte baixa chegavam a umas 40 residências.

[125] Autos do processo e citações constantes do livro *O Barulho* e *Os Mártires (no prelo).*

[126] Há uma versão de que Agenor teria se atracado ao tio e rolado pelo chão, quando Agenor conseguiu ficar por cima do velho já deitado.

humilhação que sofrera do tio. O assédio diário do complô começou a martirizar Agenor e induzi-lo ao crime e à desforra."[127]

E é assim que vamos dar com Agenor armado de revólver, publicamente tolerado pelas autoridades locais. O delegado José Martins foi avisado, contudo os Wolney eram adversários.

Agenor chamou o companheiro Joaquim Lino para a empresa da vingança contra o tio, mas o colega recusou-se, cheio de medo de enfrentar o velho Coronel. Agenor então chamou o amigo de copo José Antônio para o ataque. Zé Antônio custou, mas foi junto...

Era noite.

Depois de bons goles de cachaça na bodega de José Benedito, os dois criaram coragem e foram, mas antes arrombaram a porta e a janela da taberna e subtraíram as armas do dono.

E vêm na senda planejada.

Explendia o luar. No céu constelado, uma poeira de estrelas rajavam a *Via Láctea*, confundindo a vésper diamantina.

A solidão imponente do plenilúnio parecia delatar tudo e infundia um certo medo pela melancolia de sua majestosa beleza.

Agenor e o companheiro tornejavam um caminheiro buscando o ponto onde se puseram de frente ao *Casarão*

[127] Paráfrase de texto do livro *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores, de Voltaire Wolney Aires*, pág 36/37.

dos Wolney, mal se ocultando no espaço a céu aberto sobre o largo.

Empolgando as armas, ressumbravam aqueles maus presságios, tresandados aos licores alcoólicos, nos sintomas da perigosa aventura.

Dentro da casa, o Coronel Wolney se iluminava à luz do candeeiro. Estava avisado sobre as inconfidências de Agenor, que por vezes já o havia chingado, aos vapores do restilo, mas não aguardava Agenor àquela hora.

Preocupado e precavido, o velho saiu no rumo da porta do *Casarão*, ao aviso de que alguém bateu palmas chamando lá fora.

Ao sair, logo arrostou o sobrinho Agenor, plantado ali com um revólver e um rifle de tiro surdo, na companhia de José Antônio, que também apontava uma carabina contra o velho, tendo outra a tiracolo.

E gritando, intemperantes, os atacantes agiram de imediato:

– Morra, seu desgraçado!

Premindo os gatilhos, detonaram, faiscando tiros.

A resposta foi pronta. Mais ágil e portando uma pistola *mauzer*, o velho alvejou e matou Agenor Cavalcante, o que fez com que o outro companheiro saísse correndo acovardado.

Noite alta enluarada. No céu a lua *boiava imensa e amarela, navegando o azul do firmamento* e embranquecendo sobre o Duro a orla do céu estrelado sob a umbela de um firmamento luminoso e livre.

No largo, agora adensavam-se os poucos habitantes da Vila e rapidamente as autoridades tomavam as providências legais.

No outro dia, o féretro seguiu para o cemitério cortejado pelo Conselho Municipal[128], como se a conduzir um andor, apesar do defunto nunca ter sido vereador. Lágrimas entre os presentes em prol do finado, agora com o préstito, que lhe dava o prestígio nunca tido antes.

Concluída a peça investigativa do Inquérito Policial sobre a morte de Agenor, o delegado José Martins sugeriu integrasse o corpo de sentença o próprio indiciado José Antônio.

O Juiz Municipal Manoel de Almeida mandou intimar o Coronel Wolney a apresentar-se à delegacia para prestar depoimento.

Respondendo à intimação judicial, Abílio Wolney, advogando, dizia que o seu pai se reservava ao direito constitucional de só se apresentar depois de propiciada a defesa. Então corria o comentário de que o acusado se furtava de depor à Justiça, gerando uma situação para que o Governo mandasse ao Duro uma Comissão de Inquérito.

Expediram um telegrama da Estação Telegráfica de São José do Tocantins à Capital narrando que o Cel. Wolney assassinara pública e barbaramente Agenor Cavalcante, Conselheiro Municipal, acrescentando mentirosamente *que o cadáver foi arrastado pelas ruas e atirado na frente da casa da viúva (sic)*. E que agora o acusado arvorava-se em homem poderoso a embaraçar o procedimento da justiça. Para tanto, necessitavam do envio de forças para garantir a punição.

[128] Câmara de Vereadores.

Com as rédeas do poder, surgia a primeira oportunidade dos Caiado aniquilarem os Wolney, adversários raros do norte.

Desde 1913 estava Presidente do Estado Olegário Herculano da Silva Pinto, militar reformado e irmão da terceira mulher de Antônio José Caiado, avô de Totó, cujo mandato só vai até 06.07.1914, quando o Governo de Goiás é repassado para outro filhote do sistema, o 1º Vice Presidente Salathiel Simões de Lima, que fica menos de um ano (06-07-1914/30-06-1915), e na roleta das transições, Joaquim Rufino Ramos Jubé, parente de Antônio de Ramos Caiado(Totó) e presidente do Senado Estadual, assume a presidência do Estado entre o período fugaz de 30-06-1915 e 06-05-1916.

O Presidente Joaquim Rufino Ramos Jubé, premido por Eugênio Jardim e Totó Caiado vai ao couto de Abílio Wolney, cujo carisma e eleitorado preocupava. Demais, comissionar um juiz togado para apurar a morte de Agenor Cavalcante era uma questão do Estado de Direito.

Dias depois, recebia o Juiz Municipal Manoel de Almeida um telegrama do Governo comunicando-lhe a expedição de forças de Arraias à localidade, bem como a transferência de um magistrado comissionado para presidir o inquérito. As autoridades locais estavam assim afastadas de oficiarem no processo, gerando uma certa contrariedade, porquanto queriam o reforço, todavia sem afastá-las da oportunidade rara de, pelos caminhos da politicalha adquirirem a riqueza que os Wolney só conseguiram por trabalho – certo que nunca houve uma sequer vítima da espoliação daqueles coronéis.

Em dezembro de 1915, chegava a São José do Duro o Juiz de Direito José Brasílio da Silva Dourado, para proceder a inquérito e presidir o processo.

Em ofício dirigido ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goiás, o MM. Juiz, Dr. José Brasílio narra o avançar da comissão e mostra o seu perfil de imparcialidade e superioridade moral no exercício do cargo, cercando-se de cautelas, naturalmente alarmado por adversários dos Wolney:

Juízo de Direito da Comarca do Rio Paraná, aos 10 de janeiro de 1916. Exmº. Cidadão Coronel Luiz Guedes de Amorim Coelho. MD Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado.

Acusando a recepção de vosso ofício sob o n.º 233 de 9 de novembro último, acompanhado do decreto n.º 4.037 de 8 do mesmo mês em que vos dignastes comunicar-me que *ex vi* do art. 115 da Constituição, Sua Excelência o Sr. Presidente do Estado resolveu minha transferência provisória para o município do Duro, a fim de tomar conhecimento de fatos lamentáveis dados na vila desse nome, dos quais resultou o assassinato do Conselheiro Municipal, Agenor Cavlcante, auxiliando-me como Deleado de Polícia em Comissão o Alferes do corpo policial José Fraqncisco de Sales, sendo posta à minha disposição para tornarem-se efetivas as minhas deliberações no desempenho da missão, uma força policial de 30 plraças ao mando do oficial Napoleão Clemente de3 Faria, devendo seguir parte desta força comandada por este oficial àquele destino e a outra aguardar na vila da Conceição do Norte a minha chegada para chegar ao mesmo destino, cumpre-me dizer-vos lque nesta data aceitei a comissão, devendo partir no dia 20 deste ao destino, atendendo a que é a primeira desta espécie pelo governo me foi convidada, não obstante me não aproveitarem as vantagens estabelecidas no § único do artigo 115 da Constituição aludida, salvo o caso de aposentadoria, que é de pouco valor dado o limite de tempo dentro do qual há de perdurar provavelmente a mesma comissão e ser necessário afastar-me do lar em ocasião em que lurge minha presença.

No desempenho da comissão, certo como é manifesto do esp´lirito e letra de vosso ofício, de que a ação governatmental repele a etalolatria (?) invasora opresssiva e absorvente, assevero-vos que agirei escrupulosamente e dentro das normas do direito, esforçando-me para que no exame das ocorrências dadas vão em paralelo os interesses coletivos ou social e individual, espécie de binário que a máquina processual deve percorrer para chegar à meta.

A Comissão se me afigura espinhosa, somente devido à incompetência do juiz comissionado, sendo todavia para notar que atos violentos e irrefletidos poderão criar o fac-simile Pedro Afonso, dar origem a uma

conflagaração que é possível (não) cincrucunscrever-se ao Duro, aparecendo talvez uma aliança dupla ou tríplice e estedendo-se osmales a outros municípios ligados.

Contravindo por motivo superior às determinações do governo, altero o itinerário, seguindo por Taguatinga, termo de minha comarca; no entanto, entendi-me com o comandante da força à minha disposição, Alferes Napoleão Clementino de Faria, a fim de fazê-lo seguir por Conceição para unir-se à que segundo comunicação hoje recebida com data de 9 deste, está ao mando do delegado em comissão, Alferes José Francisco de Sales, lacompanhando-me apenas o 1.º desses oficiais como se mostrou desejoso.

Não apressei-me em dirigir-vos este ofício comunicando a aceitação da comissão porque só a 10 deste recebi o vosso ofício e cópia do decreto a que já me referi.

Apresento-vos os protestos de estima lê consideração. Saúde e fraternidade. José Brasília da Silva Dourado, Juiz de Direito.[129]

Pelo perfil do magistrado, parece que a oligarquia escolheu errado, pois no lugar do justiçador surge o aplicador da justiça, que por não atender ao assédio das autoridades da Vila, nem demonstrar espírito de facção, despertou suspeições, mas logo viram no seu aporte austero um magistrado, no verdadeiro sentido da palavra, o qual iniciou a investigação dentro de critérios legais e em dois meses dava como pronto o sumário de culpa, após ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

Em peça escrita, na defesa do pai, advogou Abílio Wolney, *in litteris*:

"Os depoimentos contestes das testemunhas deste processo e o direito mostram a justificativa do procedimento do Réu e reclamam a decretação da improcedência da acusação. Acima de todo o poder terreno, mais previdente que todos os Códigos elaborados pela ciência humana, mais vigilante que todas

[129] Povoa, Osvaldo Rodrigues, *Inconfidências de Arquivo*, Kelps, 2006, p. 34/36.

as organizações repressivas e mais reto que todas as justiças existe um Poder que só é negado pelos espíritos retardatários ou desequilibrados – DEUS! E não se diga que essa autoridade viva sempre oculta, que os seus decretos sejam incompreensíveis, toda confusão é da humanidade, ainda na sua puerícia e das escolas de direito penal, ainda na adolescência.

"Quem poderá afirmar qual das três escolas penais estejam com a razão se igualmente respeitáveis são os seus defensores? César Beccaria, o eminente fundador da Escola clássica que há um e meio século, nos dias de arbítrio, disse ao homem: conhece a justiça; Cesar Lombroso, na época em que se está aferrado às formulas clássicas do direito penal, diz à justiça: conhece o homem. Sem negar os serviços prestados à humanidade e ao direito penal pela escola clássica, nós repetiríamos da nossa obscuridade com Lombroso (a justiça: conhece o homem. Só o conhecimento do homem pode habilitar a justiça ao conhecimento da responsabilidade pessoal do criminoso; só o conhecimento das circunstancias em que a ação ou reação foi praticada podem esclarecer o Juiz na apreciação do ato do delinqüente em face do direito penal. Moniz Sodré, na sua obra 'As Três Escolas Penais', toma a Gonçalo Moniz as seguintes palavras: 'Não há espontaneidade nos fenômenos vitais: desde o simples movimento amebóide do protozoário até a mais elevada manifestação psíquica humana, até o ato voluntário, consciente e deliberado, tudo, como no mundo inorgânico, é o resultado, a reação fatal, mais ou menos próxima ou remota de determinadas provocações ou excitações, simples ou múltiplas' (obra citada, pág. 45). 'Os motivos, a necessidade determinam a vontade'.

"Ante o fato que estudamos temos que os motivos determinaram a vontade de Agenor matar o Cel. Wolney e a necessidade, o instinto de conservação e amor à família, determinaram a vontade deste na repulsa da agressão de dois homens moços e fortes, excessivamente armados.

"A denúncia do Sr. Sub-Promotor Público, os

depoimentos das testemunhas, a confissão do indiciado, nos fornecem elementos valiosos para o estudo da psicologia do agressor e do agredido.

"Agenor Cavalcante, moço dado ao alcoolismo e a leituras excitantes, mau marido, sem profissão, convivendo ora entre os ébrios e turbulentos como ele, ora entre políticos sem prestígio e ambiciosos de mando, em cujas deliberações todos os meios eram reputados lícitos, contanto que fosse atingido o fim colimado, foi se excitando até deixar-se empolgar pela idéia do extermínio do velho e prestigioso chefe local Cel. Wolney, obstáculo oposto às pretensões de mando exclusivo dos seus chefes; era preciso remover esse obstáculo. Talvez nenhum desses conciliábulos diabólicos tenha ficado assentado o extermínio do Cel. Wolney como incumbido dessa tarefa Agenor Cavalcante.

"E não fazemos injustiça ao círculo em que convivia Agenor; seus comparsas de taberna gabavam-lhe a destemeridade, a audácia, seus companheiros de política asseguravam-lhe a impunidade e lhe acenavam com prêmios e louros pelo triunfo!

"Para exemplo digno de sua imitação tinha ele os feitos do chefe supremo da sua parcialidade e para garantia do prêmio das suas façanhas a convicção da estabilidade desse chefe no poder absoluto.

"Era este o homem produto do meio em que convivia respirando sempre uma atmosfera saturada de paixões ambiciosas.

"O Cel. Wolney, filho de pais justos e honrados, educado na escola do trabalho, do respeito à sociedade e do amor da pátria fixou sua residência nesta localidade, então muito moço ainda; seu prestígio granjeou-lhe estima, apreço e consideração;

seu trabalho foi abençoado e seus bens multiplicaram-se; seus exemplos foram seguidos e o seu nome tornou-se conhecido como sua pessoa acatada. A organização deste Município lhe deve os maiores serviços e nenhum melhoramento ela possui em que não tenha ele colaborado material e moralmente. Esposo e pai de família exemplar, sua prole tem sido abençoada.

"Cultivando embora a melhor sociedade do lugar ele escusava-se sempre de reuniões festivas: não toma bebida alcoólica de espécie alguma e a estima de que goza se afere pelo número de amigos deste e de outros municípios, todos homens de importância que o cercam neste momento em que se dizia ter ele de ser injustamente punido. Feito este confronto moral apoiado nos depoimentos contestes das testemunhas dos autos, passemos agora

ao crime e ao criminoso

"Adaptando a definição de Garofalo e Ferri, notáveis defensores da escola antropológica, temos que o crime seja 'um ataque às condições naturais de existência do indivíduo e da sociedade'.

"No caso de que se trata o ataque às condições naturais do indivíduo Cel. Wolney, que se achava à noite tranqüilamente no aconchego do lar ao lado de sua velha esposa, cercado de suas netinhas, foi feito por Agenor que, levando um revólver à cinta e um rifle de tiro surdo na mão, era acompanhado a mais por seu camarada José Antônio conduzindo duas carabinas.

"Avisado momentos antes do ataque, o Cel. Wolney, por cautela tomara uma pistola e ia sair para procurar pessoas que o auxiliassem na sua defesa, quando ao chegar à porta encontra seus agressores e ouve a detonação do primeiro tiro.

"Recuar, esconder-se, não era mais possível; implorar e obter socorro de autoridades que residem a 3 e 5 léguas pior ainda, o dilema era – matar ou morrer.

"O nosso cliente já velho e enfraquecido por tenaz enfermidade que vem sofrendo a longo tempo, tendo pela frente dois moços vigorosos, superiores em forças e armas, não perdeu tempo em usar da única que levava contra o primeiro que se aproximara. Uma bala certeira prostrou-o e o outro vendo-o cair correu a todo dar conduzindo as duas carabinas.

"Fosse o Cel. Wolney um sedento de sangue mandaria persegui-lo, lhe não faltariam pessoas dispostas a vingá-lo e José Antônio foi encontrado minutos depois, mas o Cel. Wolney contentou-se em mandar tomar as armas que ele conduzia, armas que depois entregou à viúva de Agenor e nada tentou contra esse indivíduo que continua residindo nesta Vila tranqüilamente.

"Nem esta circunstância calou no ânimo dos rancorosos inimigos do nosso cliente, aqueles mesmos que naturalmente haviam tomado parte na deliberação do extermínio do Cel. Wolney, que pela mão homicida, sob o peso das próprias culpas e receosos da vingança merecida não perderam tempo, continuaram a agir nas trevas arquitetando então um plano mais amplo que devia dar resultado mais satisfatório à sua ambição de mando: era preciso aniquilar o velho chefe e seus leais amigos, mesmo que para chegar a este resultado tivesse de ser derramado muito sangue inocente e enlutado a família durense e quiçá de outros municípios vizinhos; o extinto teve honras de Conselheiro Municipal sem ter obtido um sufrágio para ocupar esse lugar. O procedimento do Cel. Wolney defendendo-se de uma agressão violenta à noite, agressão que lhe não permitiu invocar ao menos o socorro de seus parentes quanto mais do Delegado que reside distante 5 léguas ou do Juiz distante 3 léguas, foi atribuído ao

móvel partidário e desespero de causa pela derrota sofrida nas eleições municipais que seus adversários não disputaram com vergonha do número insignificante de votos que teriam de levar nas urnas.

"Um telegrama expedido na Estação de S. José do Tocantins deu o alarma, do ofício do Delegado odiento e cartas dos outros membros do 'complot' reclamavam força e mais força para a punição do nosso cliente que tendo sido "derrotado" no pleito de 20 de setembro ao ponto de "não fazer um único conselheiro", sete dias depois era o homem poderoso a embaraçar o procedimento da justiça!

"Não podem deixar de ser espíritos retardatários e desvairados os autores de tais contradições.

"Tudo isso ocorria debaixo do maior sigilo, enquanto nosso cliente procurava meios que demovessem os representantes da justiça ao cumprimento do seu dever, a fim de que pudesse ele promover sua defesa, até que um telegrama expedido do Rio por pessoa amiga via Bahia, lhe trouxe a notícia das providências do governo, da expedição de força para esta localidade e transferência de um Magistrado respeitável e íntegro para este termo, de acordo com o art. 115 da Constituição.

"A má impressão causada por essa medida de exceção dissipou-se logo com o conhecimento do Magistrado designado, restabelecida a calma ficavam leves receios da ação da força pública, receios que desapareceram com a presença dela e dos jovens comandantes, que bem depressa terão reconhecido os passos empregados.

"As medidas reclamadas pelos nossos adversários para chegarem ao extermínio do Cel. Wolney e dos seus converteu-se em beneficio, pois, em vez de seu sumário feito às escondidas, preterindo toda sua defesa, tivemos um Magistrado

ilustrado e reto, oferecendo plena garantia às partes e, em vez de uma força indisciplinada, a que se acha aqui vai se portando bem.

"Das sete testemunhas do sumário, cinco foram indicadas pelo Delegado de Policia local, Sr. José Martins Rezende, o mesmo que fez as representações alarmantes, e duas são referidas por estes, destas duas uma era o camarada e companheiro de Agenor, todas portanto suspeitas.

"Os termos da denúncia do Sr. Sub-Promotor Público, também insuspeito aos situacionistas, não deixam dúvida de que esteja ele convencido do império dos motivos que determinam o Cel. Wolney agir em legítima defesa.

"Agenor trazia esta localidade em sobressalto dia e noite; espancava a mulher, insultava a uns e outros, disparava tiros a qualquer hora do dia e da noite como que habituando a população para depois chegar a outros fins que podiam ser o assassinato como podia ser o roubo ou a desonra.

"Agenor era um tipo anômalo, sem ser anormal e mais ou menos insusceptível de adaptação à vida social.

"Um mesmo ato, conforme o móvel que o determina, pode ser considerado louvável, legítimo ou criminoso.

"Um homem mata outro, fê-lo por instinto da própria conservação, numa repulsa proporcionada à violência sofrida? Eis aí uma ação lícita, porque a todos cabe o direito de, em legítima defesa, tirar a vida a quem lhe quer dar a morte".

"Assim entende e proclama Moniz Sodré, assim dispõe o nosso código penal, art. 32, § 2º, uma vez que os depoimentos contestes das testemunhas provam que: o Cel Wolney foi agredido inesperadamente por Agenor, não lhe sendo

possível prevenir ou obstar a ação ou invocar e receber socorro das autoridades públicas que residem a 3 e 5 léguas de distância da sede da Vila; empregou o meio adequado para evitar o mal em proporção da agressão, sem ter provocado por qualquer forma a agressão.

"De acordo com o direito penal vigente e com os ensinamentos da Escola Italiana ou Antropológica o nosso cliente não é um criminoso, assim tem interpretado e decidido juízes e tribunais escudados nas lições dos grandes mestres, quer nacionais, quer da culta Europa. Listz, o grande criminalista alemão, nos diz: 'A medida da repulsa, ou da defesa necessária, é dada pela violência da agressão. Se não for possível repelir a agressão por outra, o mais insignificante bem jurídico pode ser protegido com a morte ao agressor'.

"O conceituado jurista, Dr. Virgilio de Sá Pereira, Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal do Rio de Janeiro, dando as razões da absolvência de um réu" pela justificativa art. 32, § 2º. Assim exprime:

'Considerando que a ação foi inesperada, não podia, portanto ser prevenida; e que só podia ser obstada se o apelante tapasse a boca ao injuriador, o que afinal resultaria em vias de fato ou fugisse. A lei, porém, não exige que o indivíduo sacrifique a dignidade própria ou afronte o perigo ou o desaire, para não usar a violência na defesa de um direito.

'O apelante podia ter fugido, mas ninguém de mediano brio haverá que não classifique de vergonha e covardia semelhante ação'. "A possibilidade de uma fuga vergonhosa, escreve Litz, não exclui a legalidade da defesa, mas a defesa deixa de ser legal, se é possível escapar à agressão sem ignomínia ou sem perigo.

"Não seria razoável exigir que um ancião respei-

tável e respeitado abandonasse à noite sua velha esposa e netinhas, entregando-as à sanha de um perverso para fugir e talvez morrer na fuga ignominiosamente. (Vid. Rev. de Direito Vol. 1º págs 207 usque 208).

"Alguns Magistrados deste Estado, interpretando ao pé da letra o art. 346 do Cód. de Processo em vigor têm se julgado incompetentes para tomar conhecimento das justificativas, nem do art. 32, § 2º do Cód. Penal, entretanto, essa interpretação não se compadece com o direito da parte a que possa aproveitar a justificativa nem pode ser sancionada pelo direito substantivo.

"Juristas de nomeada como Romero equiparam os casos dos art. 27, 28 e 32 do Cód. Penal.

"Ihering, o sábio professor alemão, diz que resistir à injustiça é um dever do indivíduo para consigo mesmo, porque é um preceito da existência moral: - é um dever para com a sociedade porque essa resistência não pode ser coroada de sucesso senão quando ela se torna geral.

"Aquele cujo direito é atacado deve resistir. (Vid. Dicionário de Direito Penal de Romero, págs. 62 e 211 usque 217).

"E não é somente em teoria que tais opiniões. Além de Virgilio de Sá Pereira podemos citar outros que pela mesma forma têm interpretado a justificativa do art.32, § 2º, do Cód. Penal e assim decidido pela impronúncia de indiciados a favor dos quais militem as circunstâncias do art. 34, §2º, do mesmo Código.

"José Bernardo de Medeiros, ilustrado Juiz de Caçapava (Rio Grande do Sul), assim se exprime:

'O Código Penal já não consagra a separação

anterior entre causas dirimentes e causas justificativas de criminalidade.

Ao Juiz da pronúncia incumbe reconhecer dos casos respectivos'.

"A defesa para ser legitimada precisa reunir os requisitos do art. 34 do Cód. Penal.

'A proporcionalidade dos meios e da repulsa devem ser feitos com critério relativo e apreciáveis em cada espécie'. (Vid. Rev. do Dir. de Bento Faria, Vol. 12. pág. 395).

"Pelo Acórdão da Segunda Câmara da corte de Apelação, de 30 de abril de 1909 se verifica que a jurisprudência firmada naquela Câmara é que para dar-se a legítima defesa do art. 32, § 2º do Cód. Pen. é mister o concurso simultâneo do art. 34 do mesmo código, concurso verificado no caso que ora advogamos. (Ver. Citada, 13 pág. 167).

"Almeida Rego, Juiz da Quarta Vara Criminal do Rio de Janeiro julgou improcedência de pronúncia dada contra Antonio Gonçalves de Araújo por ter ele cometido o crime em legítima defesa própria por ter-se verificado o concurso dos requisitos do art. 34 e seus §§ do Cód. Pen. (Rev. citada, 17 pág. 582).

"Também a Primeira Câmara da Corte de Apelação reconhece a competência do Juiz singular para decretar a improcedência da acusação nos casos de legítima defesa extremes de toda dúvida e plenamente provada em todos os seus requisitos, como se dá na instrução processual de que se trata a respeito do nosso cliente. (Veja-se ainda a mesma Rev. Vol. 20 pág. 367).

"As insinuações da 'Imprensa', órgão governista,

caem fulminadas ante os depoimentos contestes das testemunhas dos autos, o pseudoconselheiro municipal não passava de um tipo degenerado que se comprazia em perturbar o sossego público posto ao serviço de uma parcialidade que ele pretendia erguer pelo punhal homicida.

"Os direitos da sociedade hodierna devem triunfar contra os que são incapazes de viver em sociedade e tendo sido esse direito defendido pelo Cel. Wolney pede-se a sua impronúncia por ser de inteira JUSTIÇA."

O Magistrado presidente do processo terminou prolatando a seguinte sentença, confirmada em grau de reexame necessário pelo Tribunal de Justiça de Goiás, *in citando*:

"*Visto estes autos, etc.*

"A exceção consagrada na Constituição do Estado em seu art. 115, exceção aberta à regra das competências, estatui que dado o choque nos interesses locais, quando se tratar da repressão de crimes, o Magistrado estranho a seus interesses vá abrir inquérito e formar a culpa aos violadores da lei, levando para o município que está em situação anormal e para o qual se transporta, a liberdade de ação que falta às autoridades locais, sendo para ver, no entanto, quer nos fatos preliminares para investigação dos fatos delituosos, quer na fase da escritoria.

"(...) os acontecimentos dados no dia 27 de setembro do ano próximo findo nesta Vila repercutiram na Capital do Estado, sendo transmitidas as notícias com aproveitamento da via telegráfica de S. José do Tocantins; e não tardou a manifestar-se a ação governamental que com a solicitude, zelo e vigilância do chefe supremo do Estado, pela ordem, tranqüilidade e segurança expediu os Decs. n.º 4.037 de 8 e n.º 4.038 de 9 de novembro oficiando sobre o caso do Exmo. Sr. Secretário do Interior nesta última data.

"DE MERITIS. Passada uma revista sobre a prova testemunhal colhida, nota-se que a vítima, dada ao álcool e turbulenta, na noite de 27 de setembro do ano próximo findo, após seu desembaraço diurno em dirigir, como era costume, seus insultos e doestos ao indiciado, que nunca reagiu e do qual, embora sobrinho, se constituíra antagonista de longa data, ameaçando nesse dia a todos, expulsando Joaquim Lino que com ele cohabitava porque o não quis auxiliar em sua empreitada nefasta, e desvios, atraindo a si um camarada, José Antônio, testemunha neste processo que temeu-o e não ousou afastar-se dele, perambulando com este, ambos armados, pelas ruas desta Vila desembaraçadamente, sem intervirem as autoridades locais para impedirem o alarma produzido, o que poderia ser feito nos termos dos arts. 377, 397 e 184 do Cod. Pen., deitando abaixo porta e janela da casa apossando-se expulsou-o, fazendo-o correr apreendendo-lhe as armas para juntá-las às de que já dispunha, atirando a esmo, sem medida e ao acaso por todos os ângulos desta Vila, e ainda contra sua própria mulher que lhe repelia a sanha brutal, foi à casa dele indiciado, que estando ladeado por sua mulher e netos, mal recebia o aviso de que ia por ele ser atacado e apressava a sair para invocar o socorro dos amigos, sendo obstado, nesse seu intento, por ela vítima, que ao aproximar-se da casa atirou e apresentou-se em atitude hostil, empunhando duas armas de fogo e tendo ao lado o referido camarada José Antônio com outras duas.

"Foi nesse momento que o indiciado lançando mão da arma, que pelas cenas do dia trazia à cinta, deu três tiros dos quais resultou a morte da vítima; mas tudo isso mostra que não se trata d'um crime que, pela sua enormidade, atrocidade e concurso de circunstâncias, revolte, indigne, confunda e envergonhe. Ao invés disso, a circunstância de estar alarmada a população da Vila durante o dia, a surpresa feita ao indiciado; a noite procurada, talvez para mais facilmente levar a cabo a vida do indiciado, a superioridade em forças e armas, e aviso dado ao

mesmo indiciado em um tempo que lhe não deixou momento de reflexão, indicam o estado de agitação; a crise nervosa, a perturbação psíquico transitória, medida exata da irresponsabilidade do indiciado(...).

"(...) Não se poderá afirmar diante das provas colhidas nos autos que as ameaças da vítima constituem uma simples intemperança de linguagem, a vã jactância, as explosões formal e positiva de fazer mal.

"(...) Por estes fundamentos:

"Atendendo que da instrução criminal se deduz que o réu Cel. Wolney, pelas 7 horas da noite do dia 27 de setembro do ano próximo findo, à porta de sua casa, nesta Vila, matou Agenor Cavalcante em meio das ameaças deste que foi alvo, e que lhe determinaram o estado mórbido transitório da inteligência, da efetividade da volição; julgo nos termos dos arts. 27, § 4º do Cód. Penal, 346 do Proc. Crim. do Estado, improcedente a denúncia do Sub-Promotor Público do Termo contra o mesmo réu, assim julgado por me parecer impraticável e desnecessário o exame a que alude o art. 347 do último dos Cods. referidos. Dei este meu despacho na forma dos art. 115 da Const. do Estado, 483, § 1º, do Cód. de Proc. Crim. e 99, letra d, do Reg. Int. do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, recorro ex-offício para o mesmo Tribunal remetendo o Escrivão do crime estes autos ao respectivo Secretário. Custas afinal. São José do Duro, 7 de fevereiro de 1916. José Brasílio da Silva Dourado – Data e publicação: Aos 7 dias do mês de fevereiro de mil novecentos e dezesseis, nesta Vila de S. José do Duro, eu, em meu cartório, pelo Senhor Dr. José Brasílio da Silva Dourado, Juiz de Direito em Comissão, foi publicada a sentença supra do que para constar fiz este termo. Eu, Justino Camello Rocha, escrivão do crime, o escrevi."

A respeito desse assunto, a Sindicância Federal

de Intervenção, feita pelo referido Major Mariante ao Ministro da Guerra em 28.04.1919, relataria que *"uma acusação, aliás grave, que contra eles (Joaquim Wolney e Abílio Wolney) ouvimos, foi mais tarde por várias testemunhas demonstrada caluniosa. Dizia-se que Cavalcante Wolney, além de outros assassinatos, praticara o de um moço cujo nome não era declinado. Outros depoimentos comprovam ser inexata a acusação e que o referido moço, sobrinho do acusado, tentara contra a vida do seu tio. Por esse fato, Cavalcante Wolney foi impronunciado pela justiça que reconheceu a legítima defesa (número dois, página duzentos e um).*[130]

O juiz de Direito José Brasílio da Silva Dorado desagradou os chefes da cidade de Goiás, pelos quais foi reprochado por não ter condenado o Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, além dos vitupérios de Manoel de Almeida e Sebastião de Brito, que pretendiam esmagar o prestígio dos detestados conterrâneos e parentes do último.

Uma pronúncia contra o velho Wolney seria o suficiente. Mas no Superior Tribunal de Justiça do Estado havia homens como o Des. Emílio Póvoa, seguido de julgadores que ainda votavam com ele e a absolvição de Brasílio foi mantida na Corte de Apelação do Estado. Afinal, a oligarquia, há menos de três anos no poder, ainda não havia dominado todos os homens de consciência, que se mostravam resistentes ao suborno do medo.

Fim de etapa. Retoma-se a harmonia no Vilarejo, enquanto os homens se preparam para daqui a pouco...

[130] Do nosso livro *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra.*

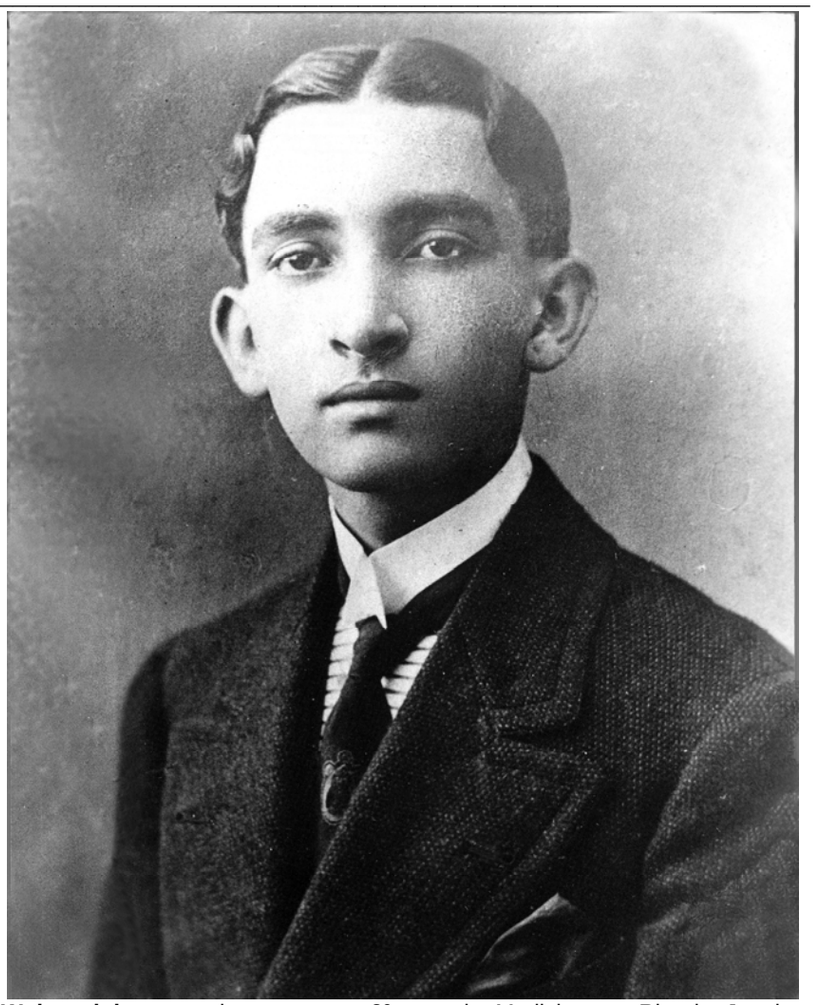
Uma página a mais e vamos dar com mais inimigos dos Wolney no poder local. Joaquim Amaro de Sousa na intendência (Prefeitura). Joaquim Martins Resende, perfilhado de José Martins, é o novo Delegado de Polícia, nomeado pela oligarquia Caiado.

Joaquim Ayres Cavalcante Wolney Filho, o Wolneyzinho, nasceu no dia 29 de novembro de 1894. Ao contrário do irmão Abílio Wolney, Wolneyzinho não era afeito à política, por nada trocava a sua paz... Nas férias regressava folgando com a família. Mas nas últimas férias, tudo seria muito diferente.

Dizem que ele, mal saído da adolescência, fazia lembrar o pai nos traços. Era uma criatura afável, de um semblante nazareno, que foi encaminhado pelo pai ao Rio de Janeiro para cursar, como de fato cursava o 3º ano da Faculdade de Medicina, tendo como colega de quarto Pedro Ludovico Teixeira, conforme narra este em seu livro de *"Memórias"*:

"Morei dois meses, também, na Rua Mariz e Barros, onde foram meus companheiros de quarto os goianos Otávio Abrantes e Wolney. Otávio era impetuoso, boêmio e corajoso. Wolney era calmo, delicado e de uma aparência Angélica. (...) O Wolney, terminados os seus estudos, seguiu para São José do Duro, hoje Dianópolis. Morreu golpeado a sabre, com oito membros da sua família, presos como reféns pela polícia de Goiás, eu estava em luta com o Cel. Abílio Wolney. Eram adversários políticos da situação dominantes, o Caiadismo. Nove pessoas foram assassinadas fria e cruelmente pelo tenente Uysses, Oficial da Milícia Goiana."[131]

[131] Memórias, Pedro Ludovico Teixeira, 2ª edição, Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.



Wolneyzinho, quando cursava o 3º ano de Medicina no Rio de Janeiro. Morrerá no *Tronco*, por ocasião de suas férias no *Duro*, do que trato no livro *A Chacina Oficial*.

IX

O DIÁRIO DA VIDA REAL

Vamos a 1917. Abílio Wolney debruça no seu novo Diário em anotações da vida como ela era:

"Março, 14 – Quarta-feira. Conclui-se a limpa de terra da roça da barra e começa-se a replanta da mandioca na encosta do tanque. Acabo as perneiras de meu Pai e começo trabalhar em um chapéu para mim, por um novo sistema, para depois fazer o dele.

"Março, 15 – Quinta-feira. Começa a planta de feijão na encosta do tanque. O Dr. Abílio, Janjão e Candinho vêm passear aqui e me dão notícia da estada do Sr. José Hermes, no Duro; e, havendo entre esse indivíduo e Zezinho certas intrigas, resolvi, no Duro, o que fiz, com efeito, junto com meu Pai que regressava das fazendas Jardim, Colônia, Cabeceira Verde e Monte Alegre. Chegamos no Duro ao entrar do sol e o tal homem havia saído para Conceição às 10 horas do dia, acompanhado por Sebastião e Joaquim Américo até a Beira d'Água.

"Março, 25 – Domingo. Com meu Pai, o Dr. Abílio e minhas filhas vamos passear na Beira d'Água e querendo os moços divertirem-se, a noite fiquei com as três filhas solteiras, e meu Pai, Alzira e o Dr. voltaram.

"Março, 29 – Quinta-feira. Podei a primeira videi-

ra que plantamos e que está agora com 18 meses; esta videira já estava com um cachinho. Janjão, o Dr. Abílio e Tezinho estiveram aqui, a passeio; José Martins passa (...).

"Março, 30 – Sexta-feira. Contrato com o Lotero a vaqueirice do Dr. Abílio na Fazendinha. Benta reconcilia-se com Martinho e volta à casa do marido. Derribo uma cangerana grossa para cocho de azedar garapa. Continuo a tirada da madeira para a latada das parreiras. Começam-se abrir os regos do terreno entre os canaviais. MÁXIMAS COMERCIAIS: Numa revista norte americana encontram-se, destinadas aos que se ocupam com comércio, as seguintes máximas, que passamos a mencionar: - A qualidade de um artigo fica mais gravada na mente do comprador do que o preço porque ele o pagou; - Quem deixa um bom negócio para ir atrás de outro melhor faz um grande erro; - O caminho que conduz à riqueza é o da inteligência e da honestidade; - Compra o que precisares e nada mais: existências acumuladas são dinheiro perdido. - Atividade é o melhor adubo do capital. - A prontidão, principalmente, nos pagamentos, é a força vital dos negócios. - Não gaste jamais o dinheiro ainda não ganho; - Cara risonha atrai clientela, cara sombria afasta-a; - Procura tu a clientela, não esperes que ela te procure; - As contas curtas prolongam a amizade; - O que deixa anunciar a sua loja porque as vendas são poucas, mata o cavalo porque coxeia; - Mais vale não vender que vender a mau pagador; - Nunca atribuas às suas mercadorias, ao vendê-las, valor que não tem, o comprador descobre a verdade e não voltará à tua casa; - O cliente pobre que compra pouco é um grão que junto a outros grãos faz um alqueire.

"Abril, 8 – Domingo. O Dr. Abílio veio aqui cedo resolver acerca da boiada do Pai e voltou para o Duro com Palmyra e Jayme, também as acompanhei até o Cedro e dali tornei para Água Boa a encontrar Benedito Pinto em casa do companheiro João Rodrigues. Almoçamos e depois viemos até a casa de Aureliano Azevêdo onde encontramos o Sr. Silva e João Rodrigues Cerqueira. Depois de pequena demora, com o

companheiro João Rodrigues e muitas pessoas de sua família seguimos para as Missões passando pelo Duro, onde demoramos, enquanto o Dr. Abílio e o Aprígio preparam-se e seguimos todos. Janjão e diversos já estavam nas Missões. Ali estivemos, fomos muito obsequiados, jantamos em casa do Ermínio e regressamos à tarde acompanhando a folia chefiada por João Rodrigues Filho até Bela Vista, residência do compadre Domingos Francisco. Este bando compunha-se de 107 pessoas, sendo 73 a cavalo. Na casa do compadre Domingos separei-me dos companheiros para vir para aqui, mas tendo sabido que Sebastião de Brito preparava companheiros para ir a Conceição voltei ao Duro onde pernoitei.

"Abril, 9 – Segunda-feira. Depois de tomar certas medidas vim aqui e voltei com minha filha Mirêta. Conseguimos dissuadir muitos companheiros do Sebastião.

"Abril, 10 – Terça-feira. Às 8 horas da manhã Sebastião seguiu com 2 camaradas e como não levasse grupo nada fizemos. Logo que ele subiu vim com o Dr. Abílio e Voltaire que daqui seguiram com Wolney Filho para a casa de Confúcio, nos Possões. Despachei Luis para o Morro-Branco para seguir com a boiada de Herculano.

"Abril, 12 – Quinta-feira. Continuo no preparo da oficina para moagem, e mestre Amâncio chega às 9 horas para tomar conta do serviço das fornalhas. Meu Pai chega ao meio dia de regresso das fazendas, almoça comigo e segue para o Duro às 3 horas. Já tendo contratado 5 milheiros de telhas com o Syriaco contrato hoje uns 5 com o José Patrício, para fazer aqui, na minha grade a 25$000 (Vinte e Cinco Réis).

"Abril, 14 – Sábado. Para ir à feira amanhã, com produtos da nossa lavoura pela 1.ª vez fiz hoje 14 rapaduras e 10 tijolos, matei uma vaca da qual levo uma banda e um pouco de farinha; pretendo concorrer à feira pontualmente aos domingos com o que tivermos de negócio, até ver se melhora o mercado.

Wolney chegou do passeio às 4 horas da tarde.

"Abril, 29 – Domingo. A feira foi bem concorrida, fizemos 67$ inclusive cobres. Voltando, já à noite, achei arranchado aqui o bando de folia, de que é alferes João Rodrigues Filho.

"Maio, 2 – Quarta-feira. Continua-se nos mesmos serviços. De viagem para o Estado da Bahia passam por aqui os Srs. Antônio Vianna e Veríssimo da Matta; também ia com eles até muito adiante o Sr. Aureliano Azevedo. Chega o Cyriaco para começar o trabalho das telhas.

"Maio, 10 – Quinta-feira. Continua-se a colheita do arroz e plantio de cana; enche-se pela primeira vez o cocho novo com 880 litros de garapa.

"Maio, 14 – Segunda-feira. Pela manhã atrelo os bois para carro. Meu Pai passa para o Duro e mais tarde eu sigo para ir com Janjão à fazenda Retiro conferenciar com Casimiro acerca de negócios políticos locais. Às 4 ½ (quatro e meia) da tarde partimos do Duro, Dr. Abílio, Janjão, Compadre João Rodrigues, Oscar e eu, pernoitamos no Pé da Serra em casa do José Dorothêo.

"Maio, 15 – Terça-feira. Às 3 ½ (três e meia) da tarde chegamos no Retiro, Casimiro e Coquelin chegaram às 6 horas.

"Maio, 16 – Quarta-feira. Assentamos em delegar poderes ao Coronel João Baptista d'Almeida para nos representar na Capital; mandamos convidá-lo para um encontro no Mirador e voltamos, pernoitando no Nogueira.

"Maio, 20 – Domingo. Fico aqui para fazer diversas arrumações. À tarde passa para Barreira a tropa de Candinho e com ela mando 2 cargueiros carregados de couro –

Girafa e Fadiga. Vem ficar aqui em uso de remédio o Sr. Vicente de Tal. [132] *O mercado correu frouxo, apurei 130$040 apenas.*

"Maio, 24 – Quinta-feira. Continua-se a derrubada até a hora do almoço, a essa hora sigo para o Duro com 8 homens para roçar a praça, capinar o quintal do Dr. Abílio.

"Maio, 29 – Terça-feira. De volta da Balança, onde foi a meu pedido medicar um filho do Salvador Nepomuceno, passou por aqui meu genro, Dr. Abílio, junto com o Aprígio. Logo que este se retirou chegou o Manoel Baptista, que veio à sua procura em busca de recursos médicos. Fizemos hoje 95 rapaduras.

"Junho, 1.º – Choveu copiosamente.

"Junho, 2 – Sábado. Sigo do Duro, ao meio dia, com Edmundo até a casa do companheiro João Rodrigues. Dali sigo com Affonso e João Rodrigues Filho. Na Beira d'Água reúnem-se também a nós Manoel Ayres e Joca Póvoa e fomos pernoitar na fazenda Sucupira.

"Junho, 3 – Domingo. Continuamos viagem; na Sant'Anna encontramos o Dr. Abílio, Casimiro, Confúcio, Coquelin e Constâncio Fernandes. Ali soubemos que minha prima Joaquina, mulher de Modesto, havia falecido no dia 31 de maio. Dali o Dr.

---

[132] **João Rocha**, honrado cidadão baiano, mostra emocionado o seu braço, tratado e curado por Abílio Wolney, apesar da opinião de outros médicos da época, para os quais o membro deveria ser amputado:

Abílio veio para o Duro e nós outros fomos para o Mirador, onde chegamos às 3 ½ (três e meia) da tarde. O Coronel Batista d'Almeida e seu irmão João Baptista d'Almeida chegaram às 4 ½ (quatro e meia).

"Junho, 4 – Segunda. Passamos o dia no Mirador acertando com Baptista o meio de ação que devíamos ter e lhe outorgamos poderes de nos representar na Capital em defesa (...) e defender nossos (...) À tarde concluí a estrada da Fazendinha e comecei riscar os currais.

"Junho, 29 – Sexta. Com notícias de Barreiras soube da entrada do Brasil na Guerra Mundial. Registrei no Correio 35x para assinatura da Revista do Brasil.[133]

"Julho, 14 – Sábado. Fizemos 82 rapaduras e deposito na estiva 126 ½ de 1ª e 47 de 2ª 173. Ao todo 1043 sendo 263 de 1ª e 7(...). Recebi hoje do Joaquim Nivaldo 40 tábuas que o mesmo me devia. Fez-se 2 garrafões de cachaça e um pouco de restilo.

"Julho, 16 – Segunda. De manhã até ao meio dia abri uma estrada para o carro até o Alegre. Pegam-se animais para a viagem de Barreiras.

[133] O Presidente Venceslau Brás, no fim do seu mandato, viu rebentar a 1ª. Guerra Mundial. O afundamento do navio brasileiro Paraná, obrigou o governo a romper relações com o Império Alemão. A opinião pública era positivamente a favor dos aliados. A França sempre gozou em nossas elites de grande prestígio e a monarquia imitou os modelos britânicos. Outros torpedamentos seguiram-se. Pouco depois (26 de outubro de 1917), com uma declaração de guerra, o Brasil oficialmente participava do conflito. Nossa ajuda aos Aliados consistiu sobretudo no fornecimento de gêneros e em transportes marítimos.

"Julho, 24 – Terça. Estiveram aqui, a passeio, o Dr. Abílio*, Janjão, Candinho, Anna Custódia, Diana Wolney, Dianinha e Theodulo Filho. Tiramos hoje uma camada de açúcar de forma especialíssimo.*

"Julho, 29 – Domingo. Vou visitar Benedito Pinto e seus filhos encontro Casimiro em casa deles e voltamos juntos até o Duro donde chego às 10 horas da noite.

"Julho, 30 – Segunda. Meu Pai passa de manhã para o Duro de regresso do Morro Preto, de cujo terreno trouxe-me 1 mapa. Vou levar Mirêtta no Duro a fim de que se prepare para ir a uma festa na Beira d´Água. Vicente Belém esteve aqui e foi comigo até o Duro. Wolney volta.

"Setembro, 2 – Domingo. Vou assistir no Corrente o casamento do meu amigo Manoel Felipe Gonçalves com uma filha de Paulina. Realizado esse casamento Compadre Domingos de acordo comigo resolveu casar o filho Plácido com uma irmã de Pedro Rodrigues e para isso conseguimos demorar Frei Salvador. Passa para Barreiras a tropa de Benedito Pinto e com ela vai um burro nosso para trazer uns medicamentos de Abílio. Emprestamos 6 cangalhas e 6 arrochos.

"Setembro, 5 – Quarta. Desmontei hoje e comecei carregar o caixão grande da Palmyra assim como roda, bolinete e outros utensílios de fazer farinha.

"Setembro, 13 – Quinta. Meu Pai voltou do Jardim pelo Posto da Canoa e hoje às 8 horas passou para ali novamente. Continua-se o trabalho da casa, moagem para cachaça e cerca de roça. Conclui hoje o transporte do material de roda, banco de marceneiro que tinha na Palmyra; desejo conservar metade da casa para uma venda mais tarde e sede da grande manga ali começada que desejo concluir.

"Setembro, 14 – Sexta. Pela manhã o Dr. Abílio me avisa que arribaram à noite o marceneiro Aprígio levando 1 rifle dele, Chico Lagartixa, Abílio Ferreira e José Rapadura camarada de Abílio. Fui ao Duro o despachamos atrás deles o mestre Amâncio, Benedito Nascimento, Hygino e mais dois companheiros.

"Setembro, 16 – Domingo. Meu Pai passa para o Duro pela manhã a tarde despacho 6 cargas para o Duro com 18 arrobas de açúcar para meu Pai. Os portadores voltam sem roteiro dos fugidos.

"Setembro, 17 – Segunda. Meu Pai passa e à tarde para o Açude encontrando aqui Vicente Belém a passeio. Despachamos o Mestre Amâncio e Benedito atrás do José Rapadura em direção a S. Marcelo.

"Setembro, 23 – Domingo. Vou ao Duro; encontrei minha mãe incomodada com os seus velhos achaques. Volto à tarde com Mirêtta.

"Setembro, 24 – Segunda. Deito algumas linhas na casa e faço experiências de envaramento. À noite vou ao Duro ver minha Mãe.

"Setembro, 25 – Terça. Concluo a colocação das linhas e começo a encaibrar a casa. Meu Pai passa para o Açude. Nesse mesmo dia, às 11 horas da noite chegaram o Mestre Amâncio Pedreiro e Benedito com José Rapadura que pegaram ao chegar em S. Marcelo auxiliados pelo destemido José Gomes e com apoio de Elpídio Araújo. Trouxeram também o rifle conduzido pelo Aprígio.

"Outubro, 11 – Quinta. Fui ao Duro pagar o dentista João d'Abreu 2.218 por trabalhos dentários em minhas filhas. Torrou-se 16 ½ quartas de farinha.

"Outubro, 13 – Sábado. Pela manhã fui à Vila ver minha boa e santa Mãe que continua a passar incomodada. Fizeram-se hoje 16 ½ quartas de farinha.

"Outubro, 25 – Quinta. Às 8 horas segui para o Duro a fim de fazer parte da banca de examinadores, concluídos os exames seguia-se animado baile na casa nova de Candinho. Terminado o baile à 1 hora da madrugada voltei, vindo comigo D. Constantina Gonçalves, a quem convidei para tomar conta da nossa casa, vivendo comigo como se fora casada, uma vez que motivos que não devo referir obrigaram-me a separar-me de minha mulher Josepha Ayres. Antes de convidá-la ouvi meu pai, irmãos e genro e só com o consenso de todos dei este passo dando a D. Constantina a minha palavra de cavalheiro.

"Novembro, 14 – Quarta. Mandei no Duro levar 2 cartas para o correio destinados ao Marechal Abrantes e Des. Emílio.

"Novembro, 15 – Quinta. Dia da Proclamação da República. Começa-se a limpar e replantar a cana paulista e a plantar árvores frutíferas ao norte da casa de morada.

"Novembro, 19 – Segunda. Começo capinar o terreno para o pomar. João Magalhães vem passear aqui com João Gomes. À tardinha chegam o Dr. Rodolfo Trimer, austríaco, e seu companheiro José Blacer, alemão, que fazem atualmente uma excursão zoológica pelo interior do Goiás.

"Novembro, 21 – Quarta. Planta-se milho branco no arrancador de mandioca do pontal. O Dr. Abílio recebeu de Barreiras umas batatas inglesas, que deu-me e plantei hoje.

"Novembro, 27 – Terça. Pela manhã fui ao Açude caçando pelo caminho e nada encontrei; ali chegando almocei com os estrangeiros e fomos à gruta que dá passagem ao riacho Açude, da qual o Sr. Baser tirou uma fotografia. Chegando na fazenda ele

tirou outra do nosso grupo. Às 4 da tarde despedimo-nos dos distintos excursionistas e voltamos.

"Novembro, 29 – Quinta. Wolney completa 23 anos a Maria oferece-lhe um baile. Chega Herculano de Farias e à tardinha Janjão, Anna Custódia, Voltaire, Edmundo e José Pedreiro; todos pernoitam.

"Dezembro, 05 – Quarta. Chega o João do Teté e arrancha-se aqui. À tarde recebi o recado dos vaqueiros do Açude dizendo estarem com uma onça na toca; imediatamente me dirigi para ali, chegando na toca às 7 ½ da noite e ali pernoitei. Pela manhã examinei a toca e verifiquei que a onça havia saído; dei um giro em torno e não pude ver rasto de onça. Chegando em casa às 5 horas encontrei meu Pai, que tendo sabido da história da onça da toca, ia à minha procura, tendo parado aqui por ter sabido que a onça não foi encontrada. Felizes dos que têm bons pais como tive a felicidade de ter e pelo prolongamento da existência deles faço ardentes votos.

"Dezembro, 11 – Terça. Fui ao Duro para a praça da casa na qual ninguém lançou publicamente não sendo, porém, impossível que da escrita conste algum lance. Palmyra foi comigo e de volta Josélia veio conosco. No comércio baixo encontramos meu Pai que ia chegando da Caetana e Posto Franco. Recebi cartas do Dr. Bulhões e do Cel. Leopoldo Jardim me noticiando da partida do Dr. João Alves, Presidente do Estado para o Rio.

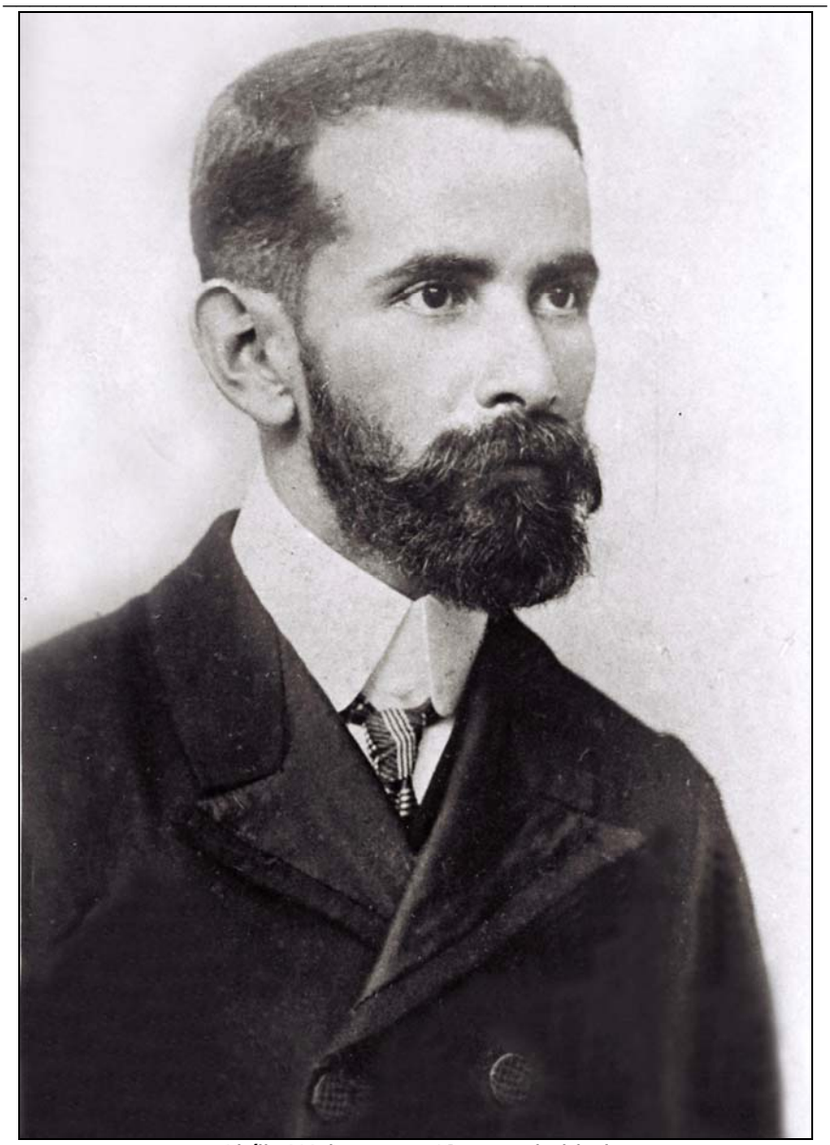
"Dezembro, 13 – Quinta. Fui ao Duro auxiliar a Candinho em um protesto contra a venda em hasta pública de uma casa sua e levei Josélia. De volta, encontrei meu Pai aqui que me deu notícia de rastos da onça que tenho caçado. Imediatamente segui para o Açude onde pernoitei com os meus companheiros Antônio da Carpina e Alexandrino.

"Dezembro, 14 – Sexta. Pela manhã fomos à caça

acompanhados pelo vaqueiro Bonfim. Às 7 horas demos no rasto da onça na tapera dos negros e às dez os cachorros acoavam-na no morro do Jatahy e o Antônio derribava-a com um tiro certeiro no meio da testa. A onça havia morto o meu estimado cachorro "cartucho" e feito carniça de um bezerro na véspera. Era um pintada verdadeira bonita; levei-a para a Vila, onde despertou grande curiosidade, dando a meu Pai muito prazer. Vibrou o coração do amestrado caçador que saudou a chegada do animal com uma salva de cinco tiros de repetição.

"Dezembro, 17 – Segunda. Chegou-se terra na cana plantada de novo. Assentou-se o cocho de salgar gado dentro do curral de cavalos, cocho de pau mulato. Joaquim Martins veio visitar o Major Teté e esteve aqui em casa. João Magalhães seguiu com pouco gado para o Barreiro. Começo trabalhar mais nas perneiras do Dr. Francisquinho.

"Dezembro, 18 – Terça. Continua-se a capina do milho do pontal para intercalar cana. Pernoita conosco de regresso da Conceição o Cel. Horácio Gonçalves. Meu Pai passa para o Duro de regresso do Morro Preto".



Abílio Wolney aos 42 anos de idade.

X

O ASSASSINATO DE VICENTE BELÉM

Um compassar e já estamos em nova etapa.

O dia 29 de dezembro de 1917 seria o marco inicial de uma nova fase na história de São José do Duro.

Por volta das 16 horas daquele dia nublado, que precocemente entardecia sem a beleza do crepúsculo vespertino, Vicente Pedro Belém cavalgava retornando do Duro para as suas terras na Fazenda Pedra Grande, que ficava logo depois da travessia do córrego Corrente, há uns 06 quilômetros da Vila.

Ia atravessar o riacho, cujas margens eram recobertas de um prado sinuoso e irrigado pela brejaria, no coleio de um buritizal. Do outro lado estava o sítio de Ana de Melo[134], por onde a estrada vicinal prosseguia dando tráfego a todos os que por aquelas bandas criava e plantava.

[134] Ana Messias de Valença, mulher de João de Melo.

Na passagem do córrego, justo na barra com o brejo que ali desemboca, o burro parecia ter amuado. Será que farejou algo estranho? Talvez, mas ao estancar o passo dilatou as narinas e enfiou a boca n'água, mal sorvendo os primeiros goles.

De repente, detrás de uma touça, formada da ramagem das árvores, aparecem armas – *winchesters* – que deflagram de três a mais tiros cadenciados.

O burro, assustado, deu um solavanco e Vicente Belém, ferido, susteve-se na sela para cair fulminado, poucos metros adiante, próximo a um pé de sambaíba[135], tisnando a outra margem do regato cristalino com o precioso líquido da vida.

Deixando o corpo do dono agônico, exangue, o animal em arrancada subiu a ribanceira e seguiu espantado, mancando, alvejado que também foi por um dos tiros.

Da tocaia, feita na moita, surgiram dois homens, os quais avançaram na direção de Vicente que, varado de balas e caído, ainda folguejava.

Ao vê-los, Vicente tentou, mas não teve forças para gritar. Os ladrões reviraram-lhe o corpo e saquearam-lhe dos bolsos razoável quantia em dinheiro.

Estava consumada a primeira etapa de um latrocínio abjeto. Prosseguindo na senda criminosa, os ladrões, não satisfeitos, fustigaram seus cavalos em desabalada carreira por um atalho no matagal e, friamente, tomaram a direção da casa da Fazenda de Vicente Belém, para onde foram com o intuito de roubar mais, assim que anoitecesse.

[135] Há quem diga que Vicente caiu foi próximo a um pé de "bananeira brava", nome com o qual o sertanejo designa um certo arbusto, típico da região.

Lá pela estrada vinha o burro de Vicente, num chouto claudicante, pelo mesmo trajeto de sempre. Só iria parar quando chegasse na Pedra Grande, pois era estradeiro, há anos fazia aquele trajeto.

Assim que o burro passou em frente ao sítio Corrente, num aclive aquém do córrego, Ana de Melo saiu na porta e estranhou que o animal[136] estivesse ensangüentado, com os arreios, mas sem o dono.

Ana estava com menino novo, de resguardo, e ficou muito nervosa. Tinha visto pouco antes alguém correndo, distante, no pantanal do brejo.

– Nesse leite tem água!

Não. Nessa terra tem sangue, e sangue de gente. Não ouviram os tiros lá pra baixo?

– Cadê Vicente, siô? Corre e vai avisar a muié dele!

A Fazenda Pedra Grande estava a pouco mais de um quilômetro do Corrente e o burro chegou primeiro que o aviso de Ana de Melo. Da parte superior da sua pata dianteira escorria sangue, descendo pelas pernas.

De ventas abertas, soprando, a alimária alcançou o alpendre à banda da casa da Fazenda Pedra Grande. Parou no mesmo lugar onde o seu dono sempre aportava – rente ao esteio que sustentava um dos lados do telheiro.

[136] O burro de Vicente era escuro, quase preto, ancas cheias, pelo liso e tinha até nome: “retroge”.

Os salteadores já haviam chegado e novamente estavam de atalaia, agora nas proximidades da casa do morto, onde a viúva D. Rosa Belém, alvoroçada, se movimentava, chamava por alguém, gritava, pois não bastasse a cena da chegada do animal sem o marido, notou que havia alguém nas proximidades da casa.

Seria miragem?

Não. Eram mesmo dois vultos na tarde escura e úmida.

– Cavalos!?

Ufa! Que sorte! Vinha chegando um positivo com o aviso do Corrente. É um moço, que dá o recado: Vicente estava morto no córrego. Foi Ana de Melo quem mandou avisar.

E vinha chegando mais gente...

Os assassinos perceberam a impossibilidade de despojar também a casa do finado e retrocederam pelo atalho para os lados da Vila do Duro, passando por fora, buscando a direção da Fazenda Beira d'Água.

Enlouquecida, D. Rosa Belém deixou alguém na casa e saiu em busca do corpo do marido.

Passou direto pelo sítio Corrente e foi descendo para o córrego.

Uma chuva fina e constante voltava a cair...

Atrás vinham os amigos.

– Manda avisar os irmãos de Vicente, pessoal!

Ganharam o córrego Corrente. Lá estava Vicente estirado, na beira, próximo ao arbusto. Torto, molhado, álgido, ensangüentado. Era apenas um cadávar na margem do riacho soturno, silencioso, lúgubre, no entardecer embaçado.

D. Rosa dobrou-se sobre o marido gritando aflita, soluçando, suplicando-lhe que voltasse. Qual nada! Estava morto mesmo.

– Quem matou? Por quê fizeram isso?

Os matadores foram José Nunes Viana – Zuca Viana – casado com uma irmã da mulher de Vicente, que fazia par com o irmão Antônio Viana, como ficariam sabendo no dia seguinte.

Um irmão e um sobrinho do morto chegaram e juntamente com alguns amigos, ensopados, ajudaram no transporte do corpo de Vicente até a Pedra Grande.

O cadáver seguia numa rede, alceada por uma vara, que vinha ombreada por dois homens. Pelo caminho, gotejava sangue por baixo, como que marcando o trajeto fúnebre.

A noite desceu de todo.

O corpo de Vicente foi posto sobre uma cama, na sala da casa da Fazenda, até que se providenciasse o caixão. Alguém trouxe uma candeia e pôs na mão do morto. Era um breve ritual. Vicente veria a luz do outro lado da vida...

Enquanto velavam o corpo, comentavam:

– Vicente já vinha sendo tocaiado. Não é de ver que no dia anterior ele disse que iria até a Vila resolver uns

negócios! Rosa lavou-lhe os pés e quando foi jogar a bacia d'água no terreiro parece ter visto vulto de gente correndo.

– Mas Rosa disse isso?

Tais afirmativas eram colocadas na boca da viúva, que recolhida num dos quartos da casa chorava desesperadamente.

Conjecturas e outros comentários atravessariam a noite triste.

Quanto aos matadores, iam longe. Haviam passado pela Fazenda Água Boa, pelo Santo Antônio e se aproximavam da Fazenda Beira d'Água, do Juiz Municipal Manoel de Almeida.

Entretanto, no mesmo trajeto, perto da Beira d'Água, estava a Fazenda Malheiro, de Josino Valente, onde os irmãos Viana chegaram e bateram na porta da casa chamando pelo Juiz Municipal Manoel de Almeida.

Noite nova, mas chuvosa, caliginosa. Josino havia se deitado ainda mais cedo e não quis se levantar, mas sua esposa D. Ana Rodrigues Valente levantou-se, olhou pela frincha, no batente da janela, e viu dois homens com seus cavalos, voltando de imediato para avisar ao marido, que disse não se chamar Manoel e nem ter compromisso com ninguém àquela hora.

E como não fossem atendidos, os assassinos apearam e foram armar suas redes no chiqueiro dos bezerros, por assim dizer invadindo a Fazenda.

Josino era um homem de bem e prole, grande fazendeiro, muito respeitado, e apesar de cunhado do Juiz, dele era adversário político.

A noite daquele sábado virou rápida. Rompeu a aurora plúmbea no Malheiro, tendo, no curral, o empurra das vacas leiteiras; no enxurdeiro, os bezerros apartados açoitavam.

Josino madrugou. Vinha tirar o leite, mas, para sua surpresa, deparou-se com Zuca Viana e o irmão, que impudentes, se adiantaram em justificar o erro ao terem pernoitado onde supunham ser a casa do Juiz. Depois foram direto ao assunto que os poria na berlinda.

Zuca foi quem começou a falar. Disse ter trocado uns tiros com Vicente Belém e que a história que contavam de Vicente ter bulido com sua mulher era inventada. Na verdade, Vicente o havia enganado na transação de um dinheiro. Nos estertores da morte, Cândido Ribeiro de Sousa, sogro de Vicente e de Zuca, deixaria razoável quantia em dinheiro ao morrer. Então, resolveram apropriar-se de antemão. Mas o concunhado Vicente não o devolveu a parte do dinheiro. A bem da verdade, se vingava disso e não daquilo – arrematava em palavras amenas e se justificando.

De fato, os boatos haviam. Se tinham algum fundo de verdade nunca se soube. Pareciam invencionices, patranhas alimentadas nos ódios políticos do sertão, as quais Vicente sempre negou. Não era homem para aquelas coisas.

A rigor, pelos acontecimentos que se seguiram, ficou foi a dúvida se o assassinato não tinha motivação bem diversa. Aquelas histórias malversadas, caluniosas, pelo menos para uma coisa serviram – dar alguma justificativa ao crime injustificável.

Prudente e sério, Josino encerrou a conversa sem mais delongas:

– Como vocês estão vendo, aqui não é casa de Juiz e nem fazenda Beira d'Água.

O domingo havia amanhecido sem Sol.

Os Viana reiteraram as desculpas pelo erro e rumaram para a Beira d'Água, logo adiante, onde chegaram em minutos. Num outeiro, perto de um pé de gameleira[137] e entre jaqueiras, estava a casa grande, feita de adobes e estacas de aroeira. Era a propriedade do Juiz Manoel de Almeida, que os aguardava ansioso, visto como se atrasaram em muito na chegada. E ali foram recebidos e hospedados...

O tempo se embruscava; o céu pardacento e carregado de nuvens como que se abaixava querendo afogar a terra. Pesado, tristonho, sombrio seria aquele dia, num chafurdar de mágoas no Vilarejo, sobressaltado e estarrecido com a notícia.

Todos comentavam a morte de Vicente. Os suspeitos do assassinato eram mesmo aqueles dois, que erraram pelo Malheiro e foram se esconder debaixo do teto do Juiz Municipal.

Aquele assassinato tinha as cores da cobiça, da cupidez sôfrega, da pilhagem banal, do interesse dos "vivos" no espólio deixado em 1913 pelo fazendeiro Cândido Ribeiro de Sousa, visto que Vicente morava bem na casa que foi do sogro, de quem, supunham, tivesse ganhado fortuna ainda em vida, pois dele era muito querido, além dos direitos hereditários que na partilha couberam à esposa e que poderiam se multiplicar com o esforço de Vicente Belém.

[137] A gameleira ainda existe no local. Quanto à casa, só há no local o aterro da sua base quadrangular, e alguns tocos de estacas de aroeira, que permanecem ligados à terra depois de cortados.

À boca miúda, os viventes de São José do Duro boatejavam: Zuca e o irmão eram apaniguados do Juiz. Deveras, partilhavam a facção do Partido do Governo, ao passo que Belém era gente de Abílio Wolney e seu pai. Aquilo cheirava a coisa bem planejada...

Cadê o Dep. Abílio Wolney?

Quando Vicente foi assassinado o Cel. Abílio não estava na Vila. Todavia ele chegou na manhã seguinte e rumou logo para a Fazenda Pedra Grande, como consignou em seu Diário:

"Dezembro, 29 – Sábado. Vou pernoitar no Açude. Nesse dia, às 4 horas da tarde aproximadamente, assassinaram de emboscada na passagem do riacho Corrente a meu dedicado amigo Vicente Pedro de Belém, que recebera três tiros de Winchester – 1 na região renal direita, outro no peito direito e um outro no punho direito. Devido a velha intriga que o mesmo tinha com seu concunhado Zuca Vianna, a opinião aponta este como autor do assassínio. Enquanto viver não esquecerei o amigo.

"Dezembro, 30 – Domingo. Chegando do Açude às 9 horas, tive notícia do ocorrido acima e imediatamente segui para fazer o enterro do meu saudoso amigo. Acompanharam-me João Teté, Antônio Carpina, Cândido, Alexandrino, João Francisco, Mestre Amâncio e Luiz da Cruz. Depois de estarmos na Pedra Grande, chegou um suplente de Juiz Mal. e escrivão (Nico e Justino) que fizeram o exame cadavérico. Às 5 da tarde teve lugar o enterro junto ao túmulo do meu saudoso amigo Candido Ribeiro. Deixei pessoas de confiança com a viúva D. Rosa, receosa de saque e regressei, chegando aqui às 7 ½ da noite, encontrando meu Pai que me esperava".

Na Fazenda Pedra Grande, após o velório na noite molhada e lamurienta, Abílio Wolney e os que o seguiam

somaram-se aos irmãos e chegados dos Belém, providenciando o ataúde e uma cova para o morto, que a viúva pediu fosse sepultado em frente à casa sede, há uns 50 metros, num plano sem mato, a céu aberto, ao lado da sepultura do seu pai Cândido Ribeiro[138].

Depois foi providenciado o *carneiro* de Vicente, um jazigo com um cruzeiro alto na frente. E assim, no subir e no declinar do astro-rei, a sombra do madeiro seria um relógio na monotonia de uma saudade sem fim...

Não tendo mais Vicente, D. Rosa havia levado para a porta da sua casa a catacumba do esposo, de modo que todas as manhãs o veria ao lado da do pai – dois seres tão amados. Ele estaria ali, mesmo que fosse num sepulcro caiado, como era, altaneiro, doloroso.

Nos dias longos, enxergá-los-ia ao lusco-fusco, no vulto tumular, e lá iria depor uns ramos silvestres, e flores, com a prece da Ave-Maria, de quem sempre fora mui devota.

Aquela cruz alta, de aroeira bem lavrada, era um estandarte ignominioso, como foi o do Cristo; era uma baioneta

[138] Cândido Ribeiro de Sousa era casado com D. Tereza e havia falecido por volta de 1913, na prévia mas antes da instalação da oligarquia no Poder Estadual. Era fazendeiro, com rozoável fortuna para a época. Provavelmente teria sido Agente Fiscal na Fazenda Matão – passagem de tropeiros para a Bahia e Nordeste – que ficava adiante do atual município de Rio da Conceição-TO. Estando assentado na porta da casa do seu Posto em Matão, quando conversava com alguém, de repente caiu da cadeira: Acabava de sofreu um infarto fulminante. Deixou os filhos Ana Ribeiro (casada com Zuca Viana), Maria Madalena Ribeiro (conhecida como Preta e casada com Cirilo), Josepha Ribeiro (casada com José de Marciano) e Rosa Ribeiro de Belém (casada com Vicente Pedro Belém). Tamanho era o prestígio do morto que, naqueles tempos, o Padre que vinha celebrar missa em Missões atendia ao pedido da viúva Tereza e se dirigia até a Fazenda Pedra Grande, onde rezava junto ao jazigo de Cândido Ribeiro, ao lado da qual, em 1919, foi feito o do genro Vicente Pedro Belém.

fincada na terra, ferindo-a para sempre, até quando Deus quisesse... E lá ainda está, para as noites de plenilúnio, frenteando as tumbas luarizadas, outrora alvinitentes, depois dobrando o tempo, impassíveis, na surdina merencória de uma tristeza que duraria até quando D. Rosa também partisse[139].

Vicente era bom; era do bem. Homem simples, correto, dedicado ao amaino da terra, à criação do seu gadinho. Ele, seus irmãos Mamédio, Theodolino e o sobrinho Olympio eram trabalhadores honrados, chegados dos Wolney, por quem eram tidos na consideração de parentes consangüíneos.

E a Justiça da Vila? Nada de prisão, nem de Inquérito para apuração do crime, pois da diligência do suplente de Juiz Municipal na Fazenda Pedra Grande – o Juiz mesmo estava na fazenda – nunca se soube se algum papel houve, tendo tudo sido apenas pró-forma.

Depois que nunca se teve notícias de diligência do Delegado Municipal, fiel cabo eleitoral do Partido Democrata e pronto inquisidor, desde que a vítima não fosse eleitor ou correligionário dos Wolney.

Sem processo nenhum, Zuca Viana com o irmão estavam na Beira d'Água sob a égide de outro escandaloso crime, o de *favorecimento pessoal*, já que há 07 dias comiam e dormiam na casa do Juiz, onde estavam homiziados, não obstante as reclamações dos parentes do morto no início do mês de janeiro de 1918.

[139] D. Rosa morreria anos depois no sertão, para os lados da divisa com a Bahia, depois de ter vendido a sua parte na Fazenda Pedra Grande. Morreu muito pobre e não se sabe onde ela foi sepultada. Do seu casamento com Vicente Belém não houve filhos.

Passada a semana, os homicidas cruzavam a Fazenda Santo Antônio buscando Palma, hoje Paranã. Zuca levou consigo a esposa e quem mais tinha.

D. Rosa Belém, viúva do morto, narraria esses fatos depois: "*E como fosse noite chuvosa e escura, os assassinos tomaram a porta do fazendeiro Josino Valente, cunhado do dito Almeida e que reside perto da fazenda deste e aí chamou diversas vezes pelo nome de Manoel d'Almeida e como o dono da casa não aparecesse pernoitou ele em uma casa aberta e só pela manhã do dia seguinte conheceu que estava em casa de Josino, ao qual apresentou contando o seu engano assim como o crime que havia praticado, seguindo imediatamente para a casa do Senr. Almeida, a quem deu conta do que havia feito. Sabe também que o dito Juiz tomou parte na deliberação do assassinato, mandou guiar o assassino por desvios a fim de que os parentes e amigos da vítima o não apanhassem. Que desse crime nunca se fez processo e somente meses depois mandaram intimar a ela informante para dar bens a inventário".*[140]

Diria mais a viúva que, "*com relação ao assassinato de Vicente Belém, pode afirmar terem sido cúmplices neste assassinato o Juiz Municipal e o Coletor Estadual desta Vila; que isso afirma porque sabe que na entre-véspera da morte de Vicente Belém, um dos assassinos do aludido seu marido havia passado a noite em casa do Senhor Sebastião de Britto, Coletor Estadual a que se refere, combinando sobre a morte do mesmo Vicente; que foram assassinos José e Antônio Vianna; que José e o Coletor desejavam roubar seu marido, um no que ele tivesse então e o outro no que ele deixasse para ser inventariado; que ainda corrobora a afirmação que acima fez o fato de haver José Vianna, conhecido por Zuca, ido à noite do dia seguinte ao do assassinato*

[140] Depoimento de D. Rosa Belém nos Autos do Processo em Juízo, no dia 07.01.1922 (Arquivo Histórico Estadual em Goiânia e fotocópias em poder do autor).

de seu marido à casa de Josino Valente, onde perguntou por Manoel de Almeida, Juiz Municipal, a quem encontrando relatou o seu crime; que esse Juiz em vez de prender o criminoso ainda lhe deu fuga, pois que lhe arranjou um guia para o levar a Santo Antônio, fazenda do Cel. Joaquim da Silva; que o guia cujo nome não sabe, não levou o assassino propriamente até Santo Antônio e sim às extremas desta Vila; que Sebastião de Britto e Manoel de Almeida com seu marido não eram inimigos de se deixarem de saudar, mas que não se gostavam porque seu marido acompanhava outra política; que soube haver João Francisco de Carvalho dito a seu amigo, que não sabe o nome, estar Sebastião de Britto e Zuca combinados para assassinar Vicente Belém; que ainda pode dizer ser verdadeira a imputação da cumplicidade das autoridades aludidas, visto até hoje não se ter feito o processo respectivo; que deu para ser inventariado tudo quanto seu marido havia deixado e que mesmo assim o Coletor e o Juiz, mais especialmente o Coletor, como lhe disse Aristóteles Leal, não se tinham dado por satisfeitos (...)"

"Que o assassino Zuca Vianna em tudo foi auxiliado pelo Senr. Manoel d'Almeida, então Juiz Municipal do Termo, que fornecera aos assassinos até os cartuchos, e, depois do assassinato e de ter saqueado os bolsos da vítima, que conduzia algum dinheiro, e tentarem roubar-lhe a casa, retirou-se para a fazenda Beira d'Água onde residia o Juiz Almeida. [141]

Diante do fatídico, os parentes de Belém buscaram uma posição em Abílio Wolney, que os observou que a situação estava com os adversários, nomeados pelo Governo, que lhe negavam tudo. No entanto, advogaria a causa do inventário do morto, seu grato amigo.

Era obedecerem as leis, *mesmo que injustamente aplicadas, para que os homens injustos não desobedecessem*

[141] *Idem.*

as leis justas. E vão nessa filosofia, mas o certo é que o Coletor e o Juiz decidiram "empacar" o arrolamento, certos de que Abílio entraria no circuito.

Viremos a página no tempo, enquanto as coisas fermentam...

Começa o ano de 1918.

No Diário, escreve Abílio Wolney:

"Janeiro, 01 – Terça. Entra o novo ano e, apesar de notar um desequilíbrio mundial assinalado pela conflagração que se propagou a todo o universo, tenho fé de poder continuar nos trabalhos encetados; as nossas fontes de renda já são mais fortes, não precisamos incomodar tanto aos nossos sócios capitalistas. O programa deste ano é o seguinte:

"Janeiro – Concluir a limpa das canas, plantar mandioca e fazer latada para as videiras. Fevereiro - Plantar feijão e moer um pouco para aproveitar o mercado. Fazer a ponte do Marimbú. Março – Concluir o plantio do feijão e começar tirar madeira para o Açude da água de regra e lenha para moagem. Abril – chegam as madeiras para a tirada da água, a lenha e madeira para tanque. Maio – Fazer o açude e tirar a água. Junho, Julho e Agosto - Moer cana e empreitar derrubadas. Setembro – Fazer farinha e se for possível ir ao Rio. Outubro – Preparar terras para o plantio de cereais. Novembro – Capinas e plantas. Dezembro – Conclusão de plantas e capinas.

"Janeiro, 02 – Quarta. Wolney volta do Duro junto com o professor João Corrêa, almoçam aqui e seguem para o Açude. Compadres Domingos e João Rodrigues e Salvador Rodrigues estiveram aqui conversando sobre o assassinato de Vicente Belém.

"Janeiro, 03 – Quinta. O João de Mello aqui esteve

tratando do assassinato de Vicente e receoso de ser perseguido pelos parentes da vítima.

"Janeiro, 04 – Sexta. Aqui vieram tio Francelino, meu Pai, minha Mãe, Dr. Abílio, Alzira, Diana, Dianinha Nepomuceno, Palmyra, Wolney e o professor João Corrêa. À tardinha, chegou Norberto Gonçalves. Abílio e Alzira pernoitaram, os demais voltaram. Ontem à noite em altercação o Mestre Amâncio deu uma facada em Floro, filho de Luiz Pedreiro. Amâncio está oculto, as autoridades fizeram corpo de delito.

"Janeiro, 06 – Domingo. O Dr. Abílio passa para o Santo Antônio pela manhã a convite do Cel. Silva; com ele vai José Gomes. Wolney volta do Açude. À tarde esteve aqui o compadre João Rodrigues e informou-me que o Zuca seguiu do Santo Antônio em direção a Palma, eu porém penso que tenha ido para Conceição dos Araújos.

"Janeiro, 09 – Quarta. Meu Pai passou para o Duro e eu fui passear em casa do compadre Domingos Francisco, de tio Francelino e na Viela; dali vim com meu Pai até aqui onde encontramos Benedito Pinto e Josino que tinham vindo conversar comigo acerca do caso Zuca – Vicente.

"Janeiro, 18 – Sexta. Segui com a Constantina para o Rio da Conceição a visitar os pais dela e ali pernoitamos.

"Janeiro, 19 – Sábado. Pela manhã visitei os moradores do Rio da Conceição e, às 3 horas da tarde dali saí chegando aqui às 8 da noite.

"Janeiro, 28 – Segunda. Candinho e o Professor João Corrêa passam do Açude para o Duro. Coquelin passa da Conceição para o Açude. Recebo carta de João Belém pedindo-me informações acerca do assassinato de Vicente Belém. O Mestre Amâncio, acompanhado de Joaquim Cavalcante e Felippe, chegou

aqui.

"Fevereiro, 01 – Sexta. Plantamos um pouco de cana forrageira, limpamos os mudubins e começamos limpar as parreiras. Josino veio procurar remédio para a filha, fui com ele do Açude para consultar ao Dr. Abílio, criei as fórmulas e ele voltou.

"Fevereiro, 12 – Terça. Voltei do Nogueira e Chegando no Duro às 9 horas encontrei o Cel. Raymundo Augusto Maranhão, emissário eleitoral do Dr. Bulhões e estive com ele até às 4 da tarde e cheguei aqui às 5 ½ .

"Fevereiro, 13 – Quarta. Volto ao Duro para estar com o Maranhão, que requereu certidão da lista dos eleitores ao Juiz Municipal.

"Fevereiro, 15 – Sexta. Desci para ferrar crias no Nogueira. Passei no Duro para ver meus Pais e filhos. Voltei do Nogueira para pegar animais a fim de continuar o campeio. Wolney foi para o Duro. Fiz uma corda de laçar gado.

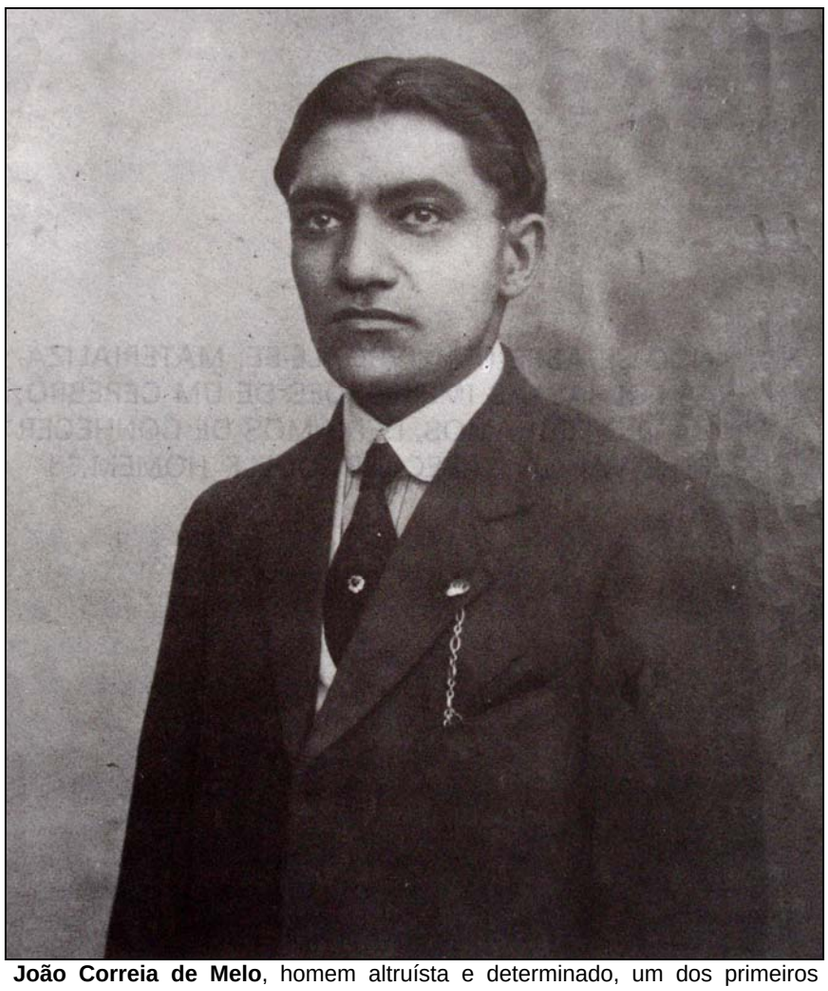
"Fevereiro, 22 – Quinta. Encontrei um positivo de Casimiro nos comunicando a resolução de ir a Capital entender com o Governo acerca da nossa situação política; Janjão já havia convidado a compadre João Rodrigues e a Benedito a fim de confirmarmos acerca da resposta a dar. Chegando, notei a falta do compadre Domingos e Janjão mandou convidá-lo. Chegado o compadre Domingos resolvemos dar ao Compadre Casimiro amplos poderes de representação e fizemos por meio de um mandato escrito. Meu Pai propôs que se quotizasse para auxiliá-lo e Janjão subscreveu 200 $s., Benedito 100 $s, João Rodrigues 10 $s, Compadre Domingos 50 $s e meu Pai 300 $s. Candinho remeteu em carta 100 $s. Do Duro mandei Alexandrino passar na Boa Vista, morada de Compadre Domingos, para trazer Candinha e sua companheira Leonor e aqui chegando à noite as encontrei. A Candinha vem ficar em casa da Maria até que eu faça uma casa

para ela no Cedro.

"Fevereiro, 23 – Sexta. Volto ao Duro, despacha-se o positivo de Casimiro e vou pernoitar no Nogueira. Começamos a tirar caibros e tabocas.

"Março, 01 – Sexta. Dizem ter havido eleição para presidente e vice presidente da Rep., Senador e Deputados Federais, votando os eleitores em cartório. Acabamos de tirar mais de 200 caibros de pau Pereira, 10 frechaes e 40 dúzias de taboca, tudo ficou junto e os caibros descascados.

"Abril, 06, – Sábado. No Duro substituo as linhas apodrecidas da casa velha. Às 5 horas meu Pai parte para o Jardim. Às 2 da tarde sou avisado no Duro da estada aqui do João Belém, Eustáquio e Ernesto. Chego à noite e Wolney segue para o Duro."



João Correia de Melo, homem altruísta e determinado, um dos primeiros

professores da Vila do Duro e que formou gerações. Era casado com Mirêta Wolney, filha de Abílio Wolney. Esteve junto com o sogro em todos os momentos de resistência, como nos relatos deste *Diário*. Dianópolis deve muito a esse insigne mestre, que mais tarde seria também farmacêutico prático. (Foto de 29.09.1916 constante do livro *"As Raízes e os Pirncipais Eventos que Deram Origem a Dianópolis*, de Voltaire Wolney Aires)

Enquanto isso, na capital de Goiás, centro das decisões administrativas, o clã Caiado se reveza no poder.

Nos anos de 1917 a 1921, o Des. João Alves de Castro, bem integrado na família Caiado, chega à Presidência do Estado, graças às forças de Eugênio Jardim e do Deputado Totó Caiado, presidentes da Comissão Executiva, que influenciam diretamente no conchavo de apoio do governo federal. O Cel. Eugênio Jardim será daqui a pouco o sucessor de Alves de Castro na presidência do Estado

XI

A AUDIÊNCIA NO INVENTÁRIO – *O BARULHO*

"Maio, 9 – Quinta-feira. João Corrêa e Oscar estiveram aqui; o primeiro consultando-me sobre o inventário de Vicente Belém e eu fui de parecer que se fizesse a descrição a contento da justiça local para evitar maiores males."

O ano de 1918 teria uma trajetória bem diferente na vida de Abílio Wolney. No livro *O Barulho e os Mártires*, onde fizemos reproduzir a íntegra das peças do processo judicial iniciado com a Comissão do juiz Celso Calmon – depois anulado pelo Tribunal de Goiás e encerrado na Justiça Federal[142]com recurso para os Tribunais Superiores – parece ter ficado muito claro o intento da oligarquia Caiado em exterminá-lo ou relegá-lo ao ostracismo político.

E o palco seria mesmo São José do Duro, onde, além dos acontecimentos narrados, outras escuras reminiscências permaneciam longe no tempo, como um lastro, remontando à época do inventário de Manoel Ayres Cavalcante, sogro de Sebastião de Brito e do próprio Abílio, quando este opinava pelo

[142] No livro *O Barulho e os Mártires* transcrevemos também peças da Ação Penal pública movida contra o Juiz Celso Calmon, o Promotor Deocleciano Nunes e demais Comissionados, que aparecem em cena no final deste livro e em todo o entrecho do livro *A Chacina Oficial*. O Juiz Calmon chegou a ser preso preventivamente na antiga Capital de Goiás e depois condenado pelo Tribunal do Estado pelos fatos desencadeados com a sua *Comissão*.

arrolamento de todos os bens do finado, surgindo discórdia por parte de Brito, que achava dispensável meter a rol quinquilharias. Todavia, prevaleceu o parecer de Abílio, consoante com os demais sucessores do morto.

Agora no inventário de Vicente Belém, Sebastião era o Coletor Estadual. Ouvida, a Coletoria opinou pelo arrolamento de todos os bens, sem exceção.

O Juiz Municipal determinou que assim o fizesse.

O inventário não galopa com a mesma pressa dos cavalos dos matadores do *de cujus*. O Juiz despacha ordenando que a viúva ponha a rol um par de caçambas de potosi, um burro de arreio e outras coisas inexistentes, reputadas sonegadas no parecer do Coletor, para quem os bens não descritos subtraiam a incidência do imposto em prol da Secretaria de Finanças do Estado.

A viúva Rosa Belém foi avisada para incluir os bens faltosos e ficou sem saber o que fazer diante do despacho do Juiz, pelo que recorreu a Abílio Wolney, pedindo-lhe advogar a causa com o fito de convencer Manoel de Almeida de que a descrição de bens era verdadeira.

Abílio, que já vinha contrariado no alistamento eleitoral e em processos de vários correligionários seus, assume o patrocínio da causa, convicto de que, além de tudo, era mais uma injustiça o que faziam com a viúva, mulher pobre, analfabeta, e passando necessidade desde a morte do marido. Queria os autos do inventário com carga para estudar melhor, nos seus termos, mas o Escrivão Aristóteles Leal disse que o Juiz só autorizava com procuração da viúva.

Segundo o jornalista e escritor Luiz Carlos Bordoni, o tão zeloso Coletor *"Sebastião de Brito, num passado*

recente, fora daqueles fiscais encarregados de tributar a exportação de gado, mas sempre fazia o jogo dos fazendeiros (O Posto Fiscal do Duro ficava no caminho para Barreiras-BA, por onde passavam as boiadas de outros municípios do norte). Se a manada era de mil, ele registrava 200 cabeças e abria a porteira (...).

"Abílio, como advogado da viúva de Vicente, tentou resolver o caso do inventário na base da velha amizade, mas Sebastião entregara-se ao caiadismo de corpo e alma (...)."[143]

Parece que sim. No arrolamento dos bens da viúva de Vicente, Brito mostrava-se um fiscal de rendas rigoroso, o que fazia com que o inventário se arrastasse de modo que as autoridades interessadas pudessem esvaziar o patrimônio da viúva e depois lançarem dúvida sobre a atuação de Abílio, fomentando ainda mais o clima de idiossincrasia.

Diante das pressões e ameaças dos parentes do morto, o Juiz Almeida resolveu marcar para 16 de maio uma audiência, em meio àquele ambiente *de disse me disse*.

Maria Jovita Leal Wolney havia admoestado o filho para que não intercedesse no inventário de Vicente Belém, sob pena de muito contrariá-la, pois Abílio mesmo estava vendo a situação.

Mataram Vicente Belém em dezembro e já era maio sem a viúva poder vender um bezerro, no aguardo de decisão judicial muito simples, pois o inventário teria um rito de

[143] (*Jornal Opção,* de 3 a 9 de novembro de 1996, pág A-13). Parênteses inserido pelo autor.

arrolamento sumário por ser diminuto o patrimônio a inventariar – inferior à modesta quantia de 2:000$000(Dois contos de réis).

E como era de se esperar, o patrocínio de Abílio Wolney gerou ecos que verberaram na Capital, com prévios comentários de que o advogado incutia na inventariante a idéia de não pagar o imposto *causa mortis*, um crime contra o erário, e que Theodolino[144] e Olympio Belém, gente de Abílio e irmão e sobrinho do morto, prometiam vingança contra o Juiz e o Coletor pela morte de Vicente.

Por seu turno, Abílio Wolney, juntamente com o seu pai, havia realizado um encontro com João Rodrigues de Santana, Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, Domingos Francisco Diniz e João Batista Leal, homens de São José do Duro, colimando outorgar poderes, agora a Casimiro Costa, para rebater as fofocas politiqueiras perpetradas na Capital Goiás Velho, já que as autoridades da Vila preparavam o momento adequado para o enquadramento do ex-Deputado Abílio Wolney, na forma orquestrada com a Capital.

No mês de março de 1918, Casimiro Costa havia partido levando em companhia o seu genro Coquelin Ayres Leal, a fim de entabular as questões visando acalmar o ambiente na terra de São José. Afinal, em Goiás Velho Abílio não deixou só inimigos. Tinha gente influente que poderia falar por ele, embora uma minoria.

Estando lá, Casimiro Costa obtém um início de sucesso e de retorno traria expedientes endereçados pelo Governo às autoridades municipais, embora soubesse de antemão que o Juiz Manoel de Almeida e o Coletor e chefe político Sebastião de Brito não cederiam.

[144] Theodolino ou o velho *Santo* Belém, como era conhecido.

E de fato, os familiares de Vicente Belém queriam vingança contra o Coletor e o Juiz, imputados como mandantes do assassinato. Vai-se fomentando a intervenção, o desforço pessoal, mas o Cel. Joaquim Wolney chamou os parentes do morto aconselhando que não retaliassem, pois seria pior.

Abílio Wolney matutava, cogitando antes de agir. Peitar Manoel de Almeida seria uma solução de força, que supunha necessária, mas o Governo agora o cercava dentro da Vila com prepostos nomeados Juiz, Coletor e Delegado.

Não imaginava maiores conseqüências decorrentes de qualquer ação sua, supondo que apenas responderia a um processo criminal por *desacato*, caso investisse contra Manoel de Almeida. E pelo crime de *Desacato*, a pena poderia ser cumprida em liberdade ou, pela quantidade em tese, ficaria alguns dias preso e depois seria solto, melhor que tolerar aquela situação.

Inebriado na psicologia do ambiente da Vila, parecia traído em suas próprias forças, esquecendo-se que, ao ter deixado a Capital, sobre a sua fronte pairavam sinistros vaticínios, por ordem da oligarquia Caiado.

E analisava, nos pródromos de uma luta maior, que representaria para o seu espírito o prólogo dos mais dolorosos e mais tristes sofrimentos...

Desde que retornou para São José do Duro, vivia no âmbito daqueles caprichos devido a questões politicas. Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa depôs em juízo *"que Abílio Wolney, lhe falando um dia a propósito dos embaraços que o Juiz Municipal lhe criava, disse que não desejava vir mais a audiências do mesmo Juiz porque estava vendo o desfecho um dia entre eles, pois, nem firma sua o Juiz deixava reconhecer e que João Rodrigues Sant'Anna, seu cunhado, lhe afirmou ser isso verdade*

porque assistiu; que Abílio Wolney, lhe escrevendo um bilhete a propósito desses fatos, lhe dissera que sabia que a pena de seu crime era de uns meses, que a testemunha não lembra agora, mas que estaria disposto a cumprir mais do que essa pena contanto que isso revertesse em bem da mocidade...”[145]

No Duro agora, vivia-se um crepúsculo, ao qual sucederia profunda noite, e dentro nela seriam desfechados acontecimentos espantosos.

Manoel de Almeida dava os seus despachos há doze quilômetros da Vila, na sua fazenda Beira d’Água. Se o freguês tivesse pressa, que fosse lá... Vez em quando vinha à Vila fazer audiências e conveniências.

Designada para o dia 16 de maio de 1918, a audiência do inventário de Vicente Belém seria mesmo atabalhoada, como nos conta o próprio Abílio Wolney:

“Maio, 15 – Quarta-feira. Comecei a transplantar mudas de café para o novo canteiro e fui ao Duro. Em casa recebi carta do professor João Corrêa me comunicando não haverem o Coletor e o Juiz aceito a descrição de bens feita por Dona Rosa Belém. Chegando no Duro, junto com o Corrêa nos dirigimos a residência de Dona Rosa e de volta passamos em casa do companheiro Campos e do companheiro Domingos. Pernoitei no Duro.

“Maio, 16 – Quinta-feira. Tornei pela manhã a fazenda de Dona Rosa para que a mesma me passasse procuração para tratar do inventário e ali encontrei Theodolino Belém e Olympio Belém. Feita a procuração fiz igualmente o necessário requerimento e voltei acompanhado dos dois Belém.

[145] Depoimento constante dos autos do Inquérito Policial presidido por Celso Calmon.

"Ao entrar na Vila, o Juiz estava nas salas das audiências e como fosse o seu costume negar-me (as coisas mais justas e legais), propositalmente, entrei ligeiramente e segurei-o exigindo saber se despachava ou não o meu requerimento. Desta vez fui atendido, o Coletor, por seu turno, resolveu concordar com a descrição e o inventário ficou feito e julgado às 5 horas da tarde.

"Fiz ver aos senhores Manoel de Almeida e Sebastião de Brito que qualquer mal que promovessem contra nós seriam eles punidos; que respeitávamos o governo, não trocaríamos um só tiro com a força pública, mas eles responderiam por tudo.

"Meus parentes e amigos foram ao meu socorro e não (houve) fatos delituosos".

Analisemos o certame daquele dia. Na porta da Casa de audiências, três montarias em arreio. Uma delas era de Theodolino, cunhado, e outra do sobrinho afim da viúva, Olympio Belém. Olympio ficou de sentido na porta dos fundos, mas ele e o tio foram sofreados pelo Cel. Joaquim Wolney a não lincharem seu Manoelzinho, como era conhecido o Juiz Manoel de Almeida. Queriam a homologação do inventário diante da situação da viúva, que para completar estava muito doente.

Semi-analfabeto e desajeitado, o Juiz Municipal quis dar alguma solenidade e declarou aberta a audiência, concedendo a palavra ao advogado da viúva para falar sobre a impugnação dos sonegados apresentada pelo Coletor.

Com uma entonação, agora moderada e formal, o advogado Abílio começa por ponderar que, sendo a inventariante de maior idade e herdeira universal, passando por necessidade desde o mês de dezembro pretérito, fez a descrição e avaliação dos bens, conforme a lei, em sede de inventario amigável, não

havendo falar em sonegados, porquanto não descreveu o burro de montaria do falecido em razão do animal estar inutilizado, visto ter sido baleado no dia em que assassinaram Vicente.

Quanto aos demais bens exigidos pelo Coletor eram bagatelas e quanto a outros, que nunca existiram, se preciso os deixassem em rol, pois a viúva estava disposta a pagar o imposto, contanto que o Juiz homologasse o inventário naquele dia.

E que a viúva não compareceu à audiência porque estava gravemente enferma e acamada, o que ele próprio Abílio atestaria como médico prático, se fosse o caso.

Nesse ínterim, o Juiz tomou a palavra de volta como que interceptando a fala do advogado, e arrematou enfático que tudo faria *a muque*, coagido pelos Belém e por ele Abílio, gerando uma alteração de vozes do lado de fora da Casa de Audiências, onde os Belém diziam estar armados, porque também da parte do Juiz e Coletor havia gente armada a punhal e revólver[146], algo que, além da ocasião, revelava-se um costume da época.

O Coletor Sebastião de Brito morava ali ao lado. Ouvindo o *barulho*, e com o positivo de Voltaire Ayres Cavalcante, aproximou-se portando um revólver e um punhal e já denunciando ter-se deparado com os Belém armados a rifles na entrada da Casa de Audiências.

Para dar maior tônica, *"disse que se não lhe deixassem entrar pela porta, entraria pela janela para socorrer Manoel de Almeida".*

[146] Depoimento do novo Juiz Municipal em Juízo, José Francisco de Campos.

"Vendo Sebastião pela janela da Casa e ouvindo isso, Abílio disse que precisava dele ali também e veio à porta da rua e deu o braço a Sebastião para entrar".[147]

Com aquele *barulho*, alguém foi ao *Casarão* avisar ao Cel. Joaquim Wolney que o seu filho estava em questão com Manoel de Almeida, e então D. Mariazinha reclamou apavorada que havia advertido o filho para não se envolver no *caso Vicente Belém.*

O velho Wolney – que não tinha conhecimento prévio da decisão do filho – cruzou rápido o largo da Vila, atravessando no meio daquele tanto de gente na porta do Cartório e, empolgando uma pistola *mauzer*, invadiu o recinto da audiência, supondo o filho em apuros.

Entretanto, ao chegar deparou com a filha Anna Custódia Wolney, que para ali também havia acorrido na companhia da prima Auta Ayres, mulher de Sebastião de Brito, a qual aproximou-se do pai pedindo nada fazer, pois todos ali eram pais de família. Segundo a versão de inimigos políticos dos Wolney, constante de processo judicial, aparentando nervoso, o velho teria bradado com a *parabélum*[148] na mão, dizendo a Manoel de Almeida:

– Outrora fui obrigado a usar esta contra Agenor Cavalcante, *"aquele cachorrinho que você mandou me insultar muito tempo" (sic)*, e agora, se preciso, farei uso dela para defender meu filho de qualquer mau que queiram fazer contra ele. E não vacilo *em arrancar os miolos* do Brito, um sobrinho ingrato e traidor, que por aqui chegou espirrado de Conceição do Norte, apenas com a roupa do corpo, a quem demos moradia e Abílio lhe confiou a Farmácia; *um freguês* que viveu às nossas custas por

[147] Depoimento de Felismina em Juízo.
[148] Certa pistola automática de procedência alemã.

anos, tendo feito o que fez com uma coitada, na ausência de meu filho![149]

Diante de todos, o Coletor teria redargüido algo heróico às colocações do Cel. Wolney:

"– Pois dispara-me ela, estou disposto a morrer com o Almeida(...). Olha, retire-se, o senhor é um homem velho e eu respeito os seus cabelos brancos".[150]

Nesse instante, Abílio Wolney segurou firme no braço de Sebastião de Brito, tomando-lhe o revólver e o punhal, sem maiores dificuldades, enfatizando:

– Vamos sem armas por enquanto! Nada quero senão vê-los obrigados a cumprir os seus deveres legais. Nada mais que isso!

[149] Paráfrase de depoimentos no processo judicial de 1918/19, copiado para o arquivo do autor.
[150] Depoimento testemunhal em Inquérito Policial de 1918/19.

Anna Custódia Wolney Leal, irmã de Abílio Wolney.

Ainda, segundo depoimentos de adversários dos Wolney, Santos Belém[151], outro irmão do morto inventariado, também estava na porta da casa de audiências e dizia: "*quem está aqui é o Mamédio[152], que não veio fazer sangue e sim despachado de um inventário*", depois falando à mãe do Escrivão Aristóteles, ali muito aflita, que "*apenas queria fazer a queixada de arara preta (que era Manoel de Almeida) comer cartuchos sem água porque ele havia mandado matar o seu irmão Vicente Belém e agora queria acabar com os bens da viúva do mesmo*".[153]

Assentado na cabeceira da mesa, o Juiz Manoel de Almeida bradou e ameaçou tomar providências legais com relação àquilo que já se configurava uma invasão ao prédio do Cartório e um desacato à sua autoridade, daí porque escreveria denunciando ao Governo, salvo se lhe cortassem o dedo, e ordenou que o Cel. Joaquim Wolney se retirasse do recinto, visto que ele nada tinha naquela audiência, era um invasor, responderia por isso. Mas só a pedido de Abílio e de Anna Custódia o velho disse *"atendido"* e saiu acenando com a cabeça.

Antes de sair, o Coronel chasqueou que Almeida e Brito lhe dessem graças, pois foi ele quem desviou os Belém do intento de os matarem ali mesmo.[154] E que apressassem a marcha

---

[151] Segundo me informou Raul de França Belém (sobrinho-neto de Vicente Belém), Santos Belém na verdade era o próprio Theodolino Belém, que tinha o apelido de "Santo Belém" ou "Velho Santo" e era irmão de Vicente.

[152] Mamédio seria outro irmão de Vicente Belém. Ao que tudo indica, Santos Belém (ou Theodolino Belém) fazia referência ao irmão para reforçar a sua atuação, parecendo que Mamédio também estivesse ali, mas as testemunhas não confirmam a presença deste último naquele momento.

[153] Depoimento constante do Inquérito Policial presidido pelo Juiz Celso Calmon em 1918/19.

[154] Fragmentos do depoimento de José Francisco de Campos em Inquérito Policial. A tradição oral que chegou até nós dá conta de que a viúva D. Rosa e os Belém teriam mandado vingar a morte de Vicente Belém, como era de praxe naquela época, sob pena de desonra perante a opinião pública. Zuca Viana e o irmão, foragidos, teriam sido procurados por mais de um ano.

do inventário, pois a trama estava descoberta e a viúva não seria roubada! De fora, ficou a observar pela janela o que se dava lá dentro.

No auge da confusão, Abílio Wolney dizia que *muitas denúncias seus adversários locais, sem prestígio popular, davam para inutilizá-lo politicamente, aproveitando da situação que lhes era favorável*[155], e advogava em alto e bom tom:

– Vocês foram de acordo em matar um grande amigo meu, tanto que Almeida, além de acoitar os assassinos por oito dias, os deu fuga e nunca tratou de *processá-los, querendo agora a todo transe proceder à arrecadação dos bens do casal, sendo que a herdeira inventariante fez uma descrição legal*; e o que podem me acusar de desacato a um Juiz como você, um sujeito sem nenhum preparo*, diante de uma arrecadação ilegal, que representa continuidade de perseguição política?*

– É bom lembrá-los que os seus nomes deviam figurar entre os cúmplices do assassinato do inventariado, e agora querem servirem-se da autoridade para prejudicarem a viúva a quem vocês roubaram o marido, seus gatunos! E Isso digo por ter provas que ainda posso fazer em Juízo".[156]

– Assassinos, vocês são assassinos e gatunos![157] E vivem no capricho de me perseguirem, bem como aos ligados a mim!

E pontofinalizou:

---

[155] Paráfrase de depoimento de Abílio Wolney nos autos do processo da Justiça Federal em 1922.

[156] Texto quase idêntico às palavras ditas por Abílio Wolney no seu interrogatório em Carta Precatória da Justiça Federal no ano de 1922 (Veja o nosso livro *O Barulho e os Mártires*, onde estão transcritas as peças do inventário de Vicente Belém e do processo da Justiça Federal.

[157] Tirado do depoimento de José Francisco de Campos em Juízo, no dia 17.05.22.

– Este arrolamento só interessa à própria pessoa da viúva, pois o morto não deixou descendentes nem ascendentes vivos. Sendo ela herdeira universal do marido, permite-lhe a lei descrever os bens do casal, cabendo à Fazenda Pública apenas calcular o imposto que ela quer pagar! E ela paga agora mesmo o que vocês quiserem! Esse não é o problema! O que vocês querem mesmo nós já sabemos, mas isso não vai ficar assim!

O Escrivão Aristóteles José Leal, mordaz inimigo dos Wolney, soltou a seguinte:

– Eu ouvi Abílio Wolney dizer ao juiz: *"eu não te disse miserável que um dia nós havíamos de ajustar as nossas contas!" e perguntou-lhe se fazia naquele dia ou não o inventário de Belém, ao que então Almeida respondeu que faria...*[158]

Sobre o inventário, relembrou Sebastião de Brito ter apontado, dentre outros, como sonegados, *um par de caçambas de potosi, um burro, um tacho de cobre e uma alavanca de ferro*, conforme seu parecer nos autos, datado de 11 de maio de 1918.

Agora opinaria:

"– Em vista da alegação da viúva, sou de parecer que se aceite a presente descrição".[159]

As horas vão e a audiência não termina, no aguardo de que o Escrivão Aristóteles lavre todos os *Termos* nos autos.

---

[158] Depoimento do Escrivão de Órfãos do Duro, Aristóteles José Leal, no Inquérito Policial presidido por Celso Calmon em 1918/19.
[159] Transcrição do último parecer do Coletor Sebastião de Brito nos autos do Inventário em 1918.

O agente de correio Thomé Celestino de Abreu, amigo próximo do Juiz Almeida e do Coletor Sebastião, ao se aproximar gerou suspeita. Um prato cheio para dizerem que Santos Belém, cunhado da viúva, mandou ficasse ele de pé do lado de fora, exposto ao sol e debaixo de ordem, até o final da audiência.

Noutra versão, constante de processo, Thomé Celestino teria mesmo era ficado assentado na porta da Casa de Audiências e Auta Ayres, esposa do Coletor Brito, a lhe oferecer café.

Antônio Martins Resende, também gente de Almeida, teria sido afastado da porta dos fundos, sob a suspeita de estar armado.

No largo da Vila, os poucos residentes foram logo para ver do que se tratava aquele "*barulho*", daí a expressão que ficou na história, até porque as alterações de tal natureza no sertão eram mesmo conhecidas como *"barulho"*.

E para ali acorreram também o Major Cândido Nepomuceno de Souza, João Correa de Mello, o menor Oscar Wolney, José Anízio Costa, Olympio Belém, Igyno, Firmino, Fructuoso, Domingos Alves, José Roxo, que eram do grupo político de Abílio Wolney. Outros como João Baptista Leal e o Dr. Abílio Faria, o primeiro cunhado e o segundo genro de Abílio Wolney, também foram estar na porta da Casa de Audiências, sem armas e deixando claro que se faziam presentes para evitar qualquer desenlace fatal.

Segundo depoimentos de pessoas ligadas ao grupo de Sebastião de Brito e Manoel de Almeida – *e o juiz Celso Calmon praticamente só ouviu em seu Inquérito inimigos dos Wolney* – estariam armados João Correia de Mello, José Anízio, um camarada de Cândido Nepomuceno de Souza e Domingos Alves dos Santos, surgidos durante o transcurso do dia, os quais,

segundo eles, teriam se somado aos Belém, sob o argumento de estarem ali para, caso necessário, defenderem os Wolney.

Como anotado, às 5 horas da tarde terminou a audiência, tendo sido aceita a descrição dos bens com o respectivo recolhimento do imposto *causa mortis* e concluído o inventário, hoje equivalente ao rito do arrolamento sumário. Finalizado o certame, Abílio dizia levar os autos com carga porque no seu requerimento constante deles havia pedido a juntada de procuração e vista do processo, o que foi deferido em despacho escrito do Juiz, desmentindo os que afirmavam ter o processo sido retirado ilegalmente do Cartório, além de que, após homologado, o arrolamento passava a ser um documento pertencente à viúva, conforme a legislação da época. [160]

Testemunhas divergentes afirmaram em depoimentos judiciais – no processo da Justiça Federal, em 1922 – *"não ter havido armas da parte de Abílio nem dos Belém".* Tampouco *"ofensas físicas ou lutas corporais, apenas forte altercação de parte a parte e que ao retirar-se o Coronel Abílio com sua gente, ficaram na casa da audiência o Juiz com seu escrivão e mais pessoas a eles interessadas como Thomé Celestino e outros, sem coação",* o que de certo modo coaduna com a versão de Abílio Wolney, segundo o qual o desforço contra o Juiz se deu *"em segredo e repentinamente, 'a muque', sem ferros ou armas"*, no momento em que este estava a sós na casa de audiências, horas antes de iniciada.[161]

A altercação *a posteriori* é que teria sido de público, no transcurso dos trabalhos da audiência.

[160] Requerimento e despacho constantes de fls. 76(82) dos autos do Inventário de Vicente Belém em 1918.
[161] Depoimento nos autos do processo da Justiça Federal em 1922.

De outro lado, houve quem dissesse ter Abílio Wolney batido com o coice da carabina na mesa do Juiz Municipal, ordenando-lhe concluísse o inventário. Todavia, não há notícia desse fato em nenhum dos quase *vinte depoimentos* coligidos no caderno do processo judicial do juiz Celso Calmon, recém encontrado.[162] E olha que, como observado, a grande maioria das testemunhas ouvidas eram inimigas dos Wolney, a propósito do magistrado.

Ouvida novamente, a viúva do morto tratou do ocorrido repetindo que "*ferramentas velhas, quase sem valor*, eram vindicadas pela justiça local, e mesmo depois de descritas, *o Coletor continuou a alegar sonegados, pelo que ela informante mandou chamar um seu cunhado, para representá-la no processo do inventario e não tendo esse chegado até a manhã do dia 16 de maio, para o qual fora intimada, a fim de assistir a arrecadação dos seus bens, constituiu seu procurador o Sr. Abílio Wolney, advogado residente nesta Vila, que imediatamente dirigiu-se da sua fazenda para essa Vila, acompanhado de seu cunhado Santos Belém e Olympio Belém*[163]*, que ali chegaram inesperadamente e receo-sos de que o seu procurador fosse, como seu marido, vítima de uma cilada, acompanharam-no*[164]*.*

Caía a tarde. Ao crepúsculo, Manoel de Almeida retornou para sua casa na Fazenda Beira d'Água. *O Coletor e o funcionário do Correio Thomé demoraram-se ainda por mais de uma semana na Vila, folgadamente.*

Abílio retornou à Fazenda Buracão, onde de há muito estava morando com o pai. Mais tarde, narraria o fato, dando a sua versão, em carta ao Senador Gonzaga Jaime, publicada a

---

[162] Inquérito Policial e Processo presididos pelo Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama em 1918/19, que vão reproduzidos *ipsis litteris* em nosso livro *O Barulho e os Mártires*.
[163] Olympio Belém era sobrinho de Santos ou "Santo" Belém (Theodolino).
[164] Depoimento de Rosa Belém em juízo no ano de 1922.

27.09.1918, *no Rio Jornal*, editado na cidade do Rio de Janeiro, *in verbis*:

"Compareci na audiência de 16 de maio para ver se defendia a viúva de um amigo, Vicente Belém, assassinado traiçoeiramente a mandado deles, tanto que os assassinos muito conhecidos não têm processo. Queriam no inventario deixar a viúva limpa; opus-me e como o Juiz estivesse armado me aproximei dele para poder me defender. Neste entrementes entrou o Coletor armado de revólver e punhal: quando o vi assim, em um lance arranquei o revólver da cinta do Juiz e peguei o braço direito do Coletor o qual, reconhecendo minha superioridade em força, ficou quieto. Passado esse incidente, continuaram o inventário até a conclusão. Não depus ninguém: depois desse incidente tiveram eles aqui 16 dias, retirando-se quando José Hermano arquitetou o plano de pedir força e criar a monstruosidade conhecida. Conceição, 09 de Junho de 1918".

Em carta ao seu primo Coquelin Ayres Leal, datada no Buracão de 6 de junho de 1918, Abílio Wolney realça a sua versão:

"Estava a enformar rapaduras ontem quando tive a alvissareira notícia da estada de Casimiro na Vila. Com essa notícia, o Jayme, seu portador, entregou-me a tua de 30 de maio que devorei.

"Corri ao Duro cheio de prazer por vê-los restituídos ao seio da família sem desconsiderações.

"Estive com Casimiro, conversamos até as 7 da noite e ele narrou-me tudo o que viu e ouviu. Completei o que ele viu e não compreendeu.

"Homem sincero e não afeito às hipocrisias da época, ele não podia compreender tudo o que viu e ouviu.

"Estou satisfeito; agora ele viu.

"Fazem dez anos que suporto perseguições e insultos para ver se dessa tolerância nos resultaria a compaixão dos perseguidores vendo seus desejos saciados, mas tudo foi debalde: o que fazíamos por tolerância e amor à paz e tranqüilidade geral era tomado por covardia, desfibramento, falta de meios de reação, medo, enfim.

"Quando vi que estávamos às bordas do abismo insondável da descrença de todos e vi que eram preferíveis as conseqüências da reação, reagi.

"Reagi sem empunhar ferro, usei do muque moderado, sem um bofetão sequer, peguei os gajos com a mão e eles viram que não valia a pena estrebuchar, aquietaram.

"Não pratiquei um ato irrefletido; não tenho dele o menor arrependimento, não acho que fiz de menos nem de mais. Posso ter errado: se errei, só o tempo o poderá dizer, antes porém desse pronunciamento não me convencerei.

"Não comuniquei minha resolução a ninguém para não ter cúmplices; a empresa estava nas minhas forças.

"Aqueles que levarem a tolerância e amor à vida ao ponto de permitir verem-se despojados dos bens, da honra e até da vida, que reprovem meu procedimento.

"Casas de Candinho[165] foram ao prego, Janjão[166] pagou exportação que não devia, a vida de meu pai foi

[165] Cândido Nepomuceno de Sousa era cunhado de Abílio Wolney.

posta em almoeda, o camarada de Zezinho[167] *e Vicente*[168] *pagaram com a vida sua dedicação a nós. Não satisfeitos de terem roubado a vida de Vicente, queriam limpar a viúva!*

"Coquelin, meu querido amigo, se eu consentisse nem os meus deviam confiar mais em mim, nem crer em mim.

"A nossa tolerância tem sido excessiva, tem autorizado a audácia do inimigo – embarguei.

"Para sustentar os embargos, não desejo incomodar os mais velhos; contido, os mais moços e amigos de porte, sustentaremos.

"Muitos olhos, muitos ouvidos, pouca boca: prudência e resolução pronta. Nem aí nem aqui devemos agüentar mais um insulto.

"Respeitamos muito dentro da lei e dos bons costumes, mas do nosso direito não cederemos uma linha.

"Tu já és pai de família, tens preparo e traquejo da vida, tens ponderação, prudência e coragem, portanto, enquanto andarem pelas regiões da diplomacia, vá com os velhos, mas o dia que precisar reagir, tome a frente e me avise.

"Nada de abismar-se e muito menos de acovardar-se.

---

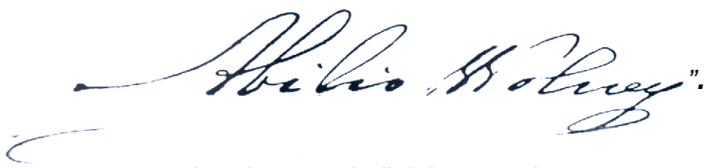
[166] João Batista Leal, também cunhado de Abílio Wolney.

[167] Segundo o Prof. Osvaldo Póvoa, obra citada, era um baiano de nome João, assassinado em Conceição do Norte por Leopoldo Hermano, com um tiro de carabina. Ato contínuo, Leopoldo tentou assassinar Zezinho, desfechando contra ele, que estava na porta de sua casa, também um tiro, tendo errado o alvo.

[168] Vicente Pedro Belém, assassinado por adversários políticos do Cel. Abílio, cujo inventário foi o estopim das lutas que se desenrolariam em São José do Duro.

"O mundo é dos fortes, dentro da razão.

"Um abraço efusivo do teu amigo sempre.



Em depoimento judicial posterior, no ano de 1923, Abílio Wolney diria ainda que *"confirmava tudo quanto havia dito quando foram inquiridas a testemunha Felismina e a informante D. Rosa, cujo resumo é que a discussão havida com o Juiz Manoel José d'Almeida e Coletor Sebastião teve por base o assassínio de seu amigo Vicente Belém por eles mandado executar, tanto que nunca trataram de processo contra os mandatários José Nunes Vianna e Antonio Nunes Vianna. Disse e declarava que ainda pode provar hoje de modo insofismável tudo quanto tem afirmado."*[169]

Voltemos.

Acabado o *Barulho*, Brito e José Hermano bolam uma retirada da Vila para criar uma situação mais grave.

Ouvido no Inquérito Policial em 1918, Josino de Abreu Valente disse *"lhe parecer que os fatos ocorridos em maio (daquele ano) já tinham sua procedência de inimizade política".*[170]

Complicavam-se na Capital os contatos pacificadores de Casimiro Costa.

[169] Interrogatório de Abílio Wolney no processo da Justiça Federal, 1923.
[170] Depoimento de Josino de Abreu Valente no Inquérito Policial em 1918.

O Juiz e o Coletor, ajudados por José Hermano, Escrivão da Coletoria, rompiam noite adentro lavrando a denúncia ao Presidente do Estado e ao Secretário de Finanças[171], dando cores próprias ao ocorrido, onde terminaram pedindo fossem-lhes asseguradas condições para o desempenho das suas funções, embora Abílio Wolney houvesse deixado claro que só queria o andamento do inventário que, embora a muque, estava resolvido.

Incumbiram José Hermano de ir ao Rio de Janeiro reforçar junto aos representantes federais do Estado os pedidos de garantias ulteriormente feitos em ofício enviado via Barreiras-BA.

O Delegado Joaquim Martins Rezende, que morava na fazenda Vazante, há 30 quilômetros, e só vinha à Vila em situações extremas, também encaminhou denúncia à Capital, conforme haviam orquestrado.

Em 20 de maio de 1918, o Coletor Sebastião de Brito lavrou laboriosa denúncia ao Presidente do Estado, Des. João Alves de Castro, onde conclui dizendo estar *"esperando ser tomada na devida consideração essa afronta que os mais altos poderes do Departamento de Estado sofreram representados na minha humilde pessoa como empregado que se tem esforçado no cumprimento dos deveres que lhes foram confiados,* ***e como um simples soldado que com disciplina e lealdade tem sabido defender a bandeira do glorioso Partido Democrata****,* ***apelo para os sentimentos de justiça que sempre presidiram os atos de V.Ex.ª. É escusado ponderar a V.Ex.ª que deve haver a mais rigorosa escolha, da preferência, na escolha das autoridades***

[171] O Secretário de finanças era o Cel. Olegário Rodrigues Delfino, da oligarquia, que foi comunicado por denúncia bem urdida de Sebastião de Brito em 20 de maio de 1918.

e até praças que forem determinados para apurarem as responsabilidades dos culpados aqui".[172]

Telegrafaram de Barreiras para Goiás Velho e para o Rio de Janeiro, onde estava o Cel. Eugênio Jardim, Senador Federal e cunhado de Totó Caiado, solicitando a nomeação urgente de um Juiz togado, para apurar um assalto ao Cartório. Avisado de tudo, o Dep. Totó Caiado fez gestões junto ao outro cunhado, Des. João Alves de Castro, Presidente do Estado, para a imediata nomeação da Comissão de Inquérito.[173]

Sebastião de Brito e Manoel de Almeida se recolhem na fazenda Beira d'Água, deste último. Por vários dias mantêm gente armada, criando uma situação como se estivessem na iminência de sofrerem ataques, requestando defesa.

Para não deixar as coisas arrefecerem, Manoel de Almeida vai com Sebastião de Brito até Natividade, entregando ao juiz de direito da comarca as denúncias que foram repassadas ao Presidente do Estado, não antes de confabularem com o Intendente Deocleciano Nunes, ex-senador estadual e situacionista.

---

[172] Cópia da original em poder do autor (Grifado).

[173] **Totó** ajuda a eleger o cunhado, Des. João Alves de Castro, casado com Theresinha de Ramos Caiado, para novo presidente de Goiás, governando de 1917 a 1921. João Alves de Castro outrora foi amigo de Abílio, mas, primeiramente, acima de tudo e abaixo de Deus, era casado com a irmã de Caiado. Em 1918, Leopoldo de Bulhões perde a senatoria para Hermenegildo Lopes e, com a morte do coronel Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, em março de 1920, a oposição e o Partido Republicano em Goiás são sepultados com ele. Sai um cunhado de Totó e entra outro cunhado na presidência do Estado. Eugênio Jardim (como dito era casado com Diva Caiado, irmã de Totó e viúva de Ovídio Abrantes, filho de Braz Abrantes) substituirá João Alves de Castro, cujos irmãos Joviano, Agenor e Abílio também são casados com irmãs de Totó e vão estar presentes na representação federal.

Sobre aqueles acontecimentos, o Chefe de Estado-Maior do Exército, Major Álvaro Guilherme Mariante também relatou em 1919 ao Ministro da Guerra o seguinte:

A pressão local contra Abílio Wolney havia chegado a tal ponto que a ele "Wolney e seus amigos era recusado o direito de ligar suas filhas pelos laços do matrimônio. A filha de Abílio está ainda hoje casada apenas na igreja, pois o Juiz distrital, a conselho dos chefes políticos locais, recusam-se a fazer o casamento civil (número treze, página duzentos e trinta e seis). E o mesmo fato se observa com outra moça da vila, filha de um seu amigo. E nem assim a atitude hostil de seus inimigos consegue demovê-lo do propósito de fugir à luta partidária e deslocar-se exclusivamente à lavoura, esperando ser esquecido por seus adversários (numero catorze, página quarenta e sete).

"Chegou, porém, um momento em que a calma do homem ponderado e refletido sentiu-se profundamente abalada. A vinte e nove de janeiro de mil novecentos e dezoito era assassinado o pequeno comerciante Vicente Belém, amigo da família Wolney. Diz-se que o móvel do crime foi o roubo e que um dos assassinos, Jose Nunes Viana, dirigiu-se à fazendo do Juiz Municipal Manoel de Almeida, chefe da facção política situacionista, expôs-lhe o ocorrido e, em lugar de ser preso por aquela autoridade, recebe dela um guia que o conduz para a cidade de Palma (número quinze, pagina quarenta e nove). E, como era de esperar, os criminosos ficaram impunes (numero dezesseis, pagina quarenta e nove). A viúva, Dona Rosa Ribeiro Belém , procede a inventario dos bens deixados por seu marido. Entretanto as autoridades locais, Coletor Sebastião de Brito e Escrivão Aristóteles Leal, criam-lhe embaraços e declaram-lhe positivamente que haviam de persegui-la e arrebatar-lhe os bens por ter sido seu marido amigo da família Wolney.

"Urgia, pois, que Abílio tomasse a peito a causa da

viúva de seu falecido amigo. E foi o que fez conseguindo uma procuração para proceder ao inventário (numero dezesseis, pagina quarenta e nove). Não era mais possível recorrer aos meio legais pois as autoridades fugiam ao cumprimento dos mais rudimentares deveres, como ficou já demonstrado. A Abílio Wolney restava um único e extremo recurso a violência. E foi a arma de que lançou mão. Estava assim atingido o desideratum de seus inimigos. O Juiz Municipal Manoel de Almeida e o Coletor Sebastião de Brito, especialmente este, não aceitavam a descrição de bens apresentada pela viúva e por seu procurador Abílio Wolney.

"A este afigurava-se que o intuito das autoridades era despojar sua protegida do pequeno pecúlio que lhe deixara o marido e isto tão somente por ter sido Belém seu amigo. Arrastado por essa atitude de seus inimigos, Abílio Wolney no dia dezesseis de maio de mil novecentos e dezoito, munido de procuração que lhe passara a viúva Belém e acompanhado de parentes dela, apresenta-se na sala de audiências do Juiz Municipal Manoel Jose de Almeida. Não era, sem dúvida, pacífica a sua atitude. Ia praticar atos de violência contra as autoridades locais e da responsabilidade que lhe adviria desse modo de proceder, não fugiria, nem fugiu, como mais adiante se há de verificar.

"Os tópicos de documentos designados pelos números dezoito, dezenove, vinte e vinte e um, uns favoráveis a Abílio outro desfavoráveis na descrição que nos foi feita por diversas pessoas, permitem reconstituir com bastante fidelidade o que então se passou. Abílio Wolney, armado e acompanhado de capangas parentes da viúva Belém, comparece à residência do Juiz Almeida e intima-o a dar despacho a requerimentos que haviam sidos apresentados e a julgar o inventario nas condições por ele desejadas. O Juiz, embora estivesse também armado, sente-se sem forças para reagir, e, com o escrivão resolvem ceder as imposições de Abílio. Nesse ínterim, avisado do que se passava em casa de seu amigo Almeida, corre a ela o Coletor Sebastião de Brito, também armado e disposto a proceder com

violência. Abílio trava-lhe o braço e subjuga-o.

"À mesma casa chegam também outras pessoas amigas de Abílio, entre elas seu pai Cavalcante Wolney. Trava-se então forte discussão entre os presentes, arrancam-se revólveres, trocam-se ameaças violentas. E o incidente termina com a vitória de Abílio e seus amigos, mais numerosos e mais enérgicos.

"Segue-se então longa série de combinações que unem os inimigos da família Wolney. Adversários da véspera dão-se as mãos na campanha de aniquilamento de Abílio, de seu pai e de seus parentes e amigos. Às autoridades desacatadas juntam-se pessoas estranhas ao incidente, e, entre elas, como mentor intelectual, surge a figura de Jose Hermano, indivíduo intrigante e falso e por isso, mal conceituado na região. A conselho deste o desacato toma forma de deposição das autoridades. Estas dizem-se depostas e abandonam seus cargos (número vinte e dois, pagina quarenta e nove).

"E assim pintando as negras cores o incidente é comunicado aos políticos situacionistas em telegrama urdido com o mais flagrante maquiavelismo. Uma carta de Jose Hermano a Sebastião de Brito (numero vinte e três, paginas sessenta e nove e setenta e um) é o documento mais cabal da perfídia com que agiam os inimigos de Abílio sob a inspiração de Hermano. Nela se lê o telegrama em que o incidente, adulterado e exarado é narrado nos seguintes termos ao Senador Eugenio Jardim:

"Duro, dezessete, cinco, novecentos e dezoito. Coronel Eugenio Jardim. Senado Federal Rio. Hoje Abílio Wolney gritando ter deixado a enxada pela carabina invadiu esta vila hora audiência juízo municipal acompanhado turma bandidos nos fez prisioneiros obrigando-nos praticar atos ilegais prejudiciais ao Estado apontando nossas cabeças armas embaladas roubou autos prometeu nos assassinar caso protestarmos continua aumentando grupo malfeitores anular qualquer ação justiça. Popu-

lação alarmada pedimos enérgicas providências garantir autoridades agredidas e ameaçadas. F... Juiz Municipal. F... Tabelião ad-hoc. F… Coletor Estadual.

"Preparada assim a farsa, não tardam a unir-se aos sertanejos inimigos da família Wolney os adversários que Abílio adquirira em sua vida política (numero vinte e quatro, pagina setenta e três) e o próprio Governo do Estado. Um emissário enviado à capital do Estado não logra ser atendido pelo governo (numero vinte e cinco, pagina cinqüenta e um) e Abílio Wolney, seu pai e outras pessoas envolvidas no incidente ocorrido na sala de audiências do Juiz Almeida vão ser processados".[174]

No mesmo mês de maio de 1918, dias após o *Barulho*, Abílio Wolney parece acreditar que o incidente seria contornado, buscando dialogar com o primo e Coletor Sebastião de Brito na tentativa de convencê-lo a não se retirar do seu posto, pois o próprio Sebastião sabia-se seguro, o ocorrido teria sido uma reação à própria tática dele e do juiz Almeida. Vejamos no Diário:

Maio, 18 – Sábado. Meu Pai, tendo passado madrugada para o Açude, voltou à hora do almoço e almoçou conosco. Joaquim e José de Cerqueira, tendo sabido do que ocorreu no Duro, foram ali e passaram por aqui. À tarde, aqui esteve o professor João Correa, também Norberto Gonçalves e José de Sousa. Mais tarde chegaram Wolney e José Anísio.

Maio, 19 – Domingo. Pela manhã Wolney com a Constantina , Miretta e Alzira seguem para o Duro para reunirem-se ali com Anna Custodia e minhas filhas, e irem para a festa do compadre João Rodrigues. Às 4 e 1/2 chega aqui o Sr. Benedito Araújo, primo de Abílio Araújo e insiste comigo para ir com ele à festa do companheiro João Rodrigues, ao que acudo e vamos. Dali

[174] *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra,* idem.

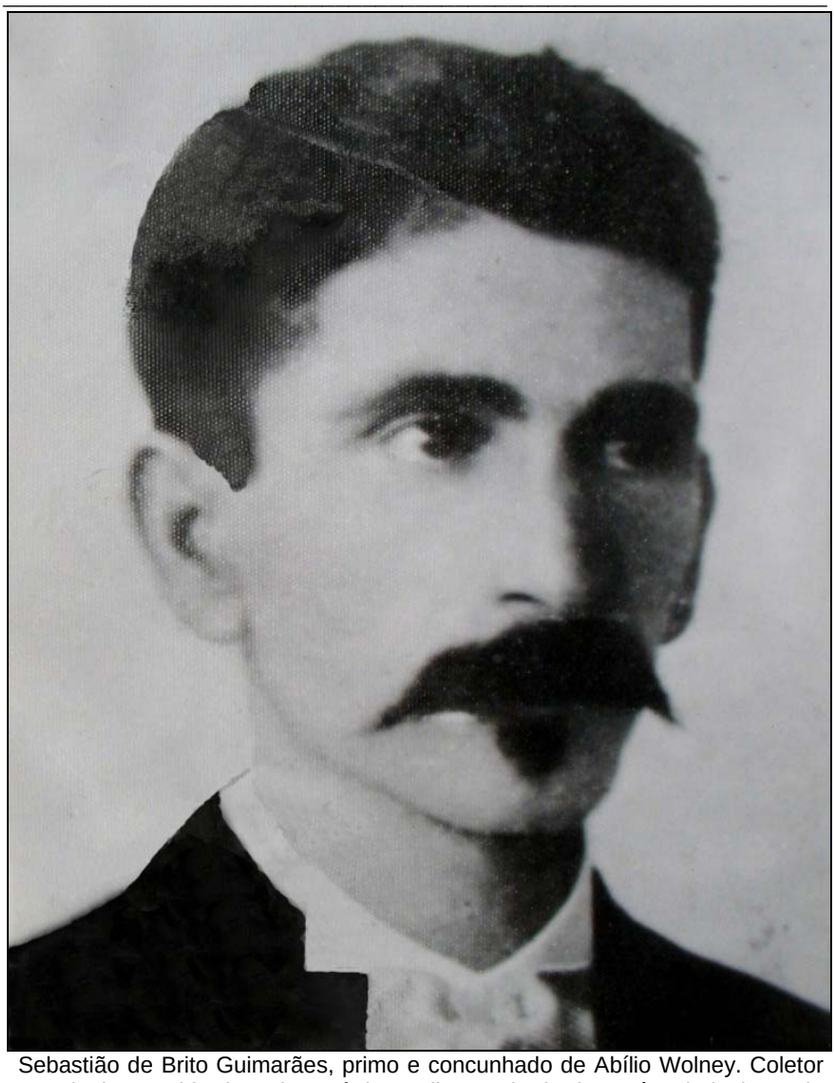
voltamos as 2 da manhã com a Constantina; Miretta e Alzira voltaram com Wolney para o Duro.

Maio, 23 – Quinta-feira. Deixei o pessoal continuando a tirada de madeiras e coivaras e fui visitar Josino Valente e Benedito Pinto; em casa de Josino estavam Confúcio e Sebastião. Desse passeio voltei para o Duro onde pernoitei e soube do propósito do Coletor de retirar-se e fechar a repartição; para evitar o grande prejuízo que essa medida acarretaria, por intermédio de Janjão perante Francellino e Confúcio consegui que ele prometesse não fazê-lo.

Maio, 24 – Sexta-feira. Ontem chegou um positivo de Boa-Sorte com a notícia da morte do Sr. Joaquim Américo, vítima de um tiro, após ter assassinado uma mulher. Demorando no Duro, ali chegaram às 11 horas João Belém, Ernesto, um filho do João, Pedro Guará e mais um outro; vieram em socorro de D. Rosa, que estava a ser limpa pela justiça; mal que atalhei em tempo. Ali estive com eles até 5 horas, e eles voltaram à Pedra-Grande e eu parei aqui.

Maio, 26 – Domingo. Passo o dia aqui fazendo diversos serviços. À tarde, Messias veio me dizer a mandado de Benedito Pinto que o Juiz havia renunciado o cargo, por isso não passava o expediente a outro. Jayme, Wolney Netto e Zuquinha vieram passear aqui.

Maio, 30 – Quinta-feira. Fui ao Duro e de volta passei em casa do Coronel Francellino com quem conversei acerca dos fatos de 16 deste e dispensa dele do cargo de escrivão interino.



Sebastião de Brito Guimarães, primo e concunhado de Abílio Wolney. Coletor Estadual protegido do Cel. Eugênio Jardim, cunhado de Totó Caiado (Foto do livro *Crônicas de Outros Tempos*, de Osvaldo Povoa, exposta no Museu Municipal de Dianópolis).

O Juiz Municipal Manoel de Almeida.

XII

A COMISSÃO DE INQUÉRITO É NOMEADA

Transbordada a intolerância no palco do Vilarejo, vamos ver que personalidades da Capital aguardavam mesmo um fato dessa magnitude, espreitando o momento adequado para levarem os planos a efeito. De lá havia retornado Casimiro Costa em 25 de maio, frustrados os seu envides, o qual consignaria depois em ofício ao Presidente do Estado:

"Exmo. Sr. Desembargador João Alves de Castro. Conforme disse a V. Exa. fui a essa Capital exclusivamente fazer um apelo ao seu governo a respeito do modo de agir das autoridades daqui do Duro, e, que apesar da força particular que temos, nunca opusemos embora aos seus desmandos, mas que cansados de suportar, pedíamos a sua intervenção, ao que V.Exa. bondosamente respondeu-me que não podia intervir em negócios políticos, mas que prometia não concorrer para perseguições. Pelo que consiste dos nossos intuitos a respeito do seu Governo, fiquei satisfeitíssimo, pois essa sua promessa para nós vale tudo. Eles procuram por todos os meios nos incompatibilizar com o seu governo denunciando-nos de quando em vez. Nunca fizemos oposição a V.Exa. e nem desejamos fazer, pois além de tudo, liga-nos a sua pessoa velhos laços de amizade, favores e obediência à sua sabia

direção, portanto custarão nos arrastar para o abismo que de há muito nos preparam. Agora mesmo no Duro, em uma audiência, em que se tratava de um inventario de uma pessoa de nossa amizade, por motivos de perseguição à mesma, houve dissensão entre autoridades e partes, o que foi suficiente segundo me consta, para que as autoridades que vivem a procurarem pretexto conosco levassem ao seu conhecimento, segundo me informaram, uma denúncia com cores negras, a fim de verem se obtém do governo uma intervenção de força armada, quando aqui e ali vai no seu estado normal sem a mais pequenina alteração, a não ser que, o Coletor, conforme seu costume, veio para a Vila onde reside deixando ali encarregado que está funcionando. Foi tão injusto o proceder do Coletor, que, convidando o escrivão para assinar na denúncia, este exonerou-se por ser homem de responsabilidade e ver que nela não havia senão um pretexto para o fim já convencionado entre ele e o Juiz, prontificando-se a assumir o exercício de verdadeiro substituto que era pois nada havia que o impedisse, a não ser o pretexto já dito, mas não foi aceito, pois assim não lhes convinha.

Dessa Capital trouxe idéias e recomendações para fazer um acordo com o Sr. Manoel de Almeida, (apesar de saber que ele não aceitaria) mas aqui chegando e sabendo da denúncia que já havia dado, não pude mais dar passos neste sentido e aguardamos a ação justa do seu Governo no qual confiamos inteiramente. Prontifico-me mais uma vez a prestar os meus serviços no sentido do conservar o bem geral destes dois municípios, inclusive o de estabelecer o Serviço de Arrecadação ***já tão viciado*** *e desorganizado com o prejuízo do Governo, e, ao contrário de outros que exigem forças e mais forças, conseqüentemente sacrifícios e disposições para o Governo, só exigirei a presença de fiscal de sua inteira confiança".*[175]

[175] Ofício datado de 09/06/1918 (*Apud* "Correio Oficial" de 14.05.1919, pág. 19, com menção na Mensagem Presidencial, *in* "Correio Oficial" de 14.05.1919, p. 91). Grifada a expressão *Serviço de Arrecadação* ***já tão viciado***...

Em Goiás Velho, os políticos que corvejavam a situação começaram a agir dentro do que seria a razão da lei, realçados no fatídico.

Afinal, Abílio havia se esquecido que Manoel de Almeida não era só aquele *Manezinho*, dali mesmo da corrutela, como tal conhecido desde a infância. Era o Juiz Municipal, com o aporte que lhe deu o Governo.

Emergia uma condição legal de se aplicar a mão de ferro do Poder da Capital, porquanto Abílio insurgia com o que seria a força privada, delimitando o lugar, que agora ganhava alguma notoriedade, já não era mais insignificante, afrontava a ordem legal vigente. Estava na berlinda.

Mas *o prestígio dos Wolneys ia de Pirenópolis ao extremo-Norte! não seria fácil demolir o que tinha sido construído numa existência!* [176]

E assim, não era sabido se queriam o homem ou se queriam a ordem. Abílio era poderoso, tinha amigos, prestígio, valor, coragem, exerceu cargos relevantes, presidente da Assembléia, Deputado em três[177] legislaturas, Deputado Federal eleito e depurado. Precisavam de um trunfo e agora estavam com tudo à mão. Afinal, diziam, havia tripudiado sobre a Justiça do Duro e do Estado.

No seu Diário, anota Abílio Wolney:

Junho, 30 – Domingo. Regressei do Rio da Conceição aqui chegando à noite. Wolney disse-me que Veríssimo da Mata havia passado de volta da Bahia.

[176] Conforme Zoroastro Artiaga, no livro *História de Goiás*.
[177] Em três ou apenas duas Legislaturas, como já observado.

Julho, 3 – Quarta-feira. Meu Pai chegou de Conceição ontem e hoje veio nos ver demorando aqui até as 4 ½ da tarde. Em Conceição, fizeram-lhe honrosa manifestação e um bota fora de 46 cavaleiros.

Julho, 10 – Quarta-feira. Avisado pelo Dr. Abílio de que Amélia, mulher de Benedito Pinto, estava em perigo de vida, fui vê-la, levando Miretta, e em caminho soube que havia falecido. Chegando à residência de Benedito e não tendo carpinteiro cuidei de fazer o caixão, serviço em que fui auxiliado por Josino, Voltaire e outros.

Julho, 11 – Quinta-feira. Às quatro da manhã vim com o préstito fúnebre até o cemitério da Viela onde chegamos às 6 e 10 minutos e o enterro realizou-se às 7 e ½. Amélia deixa dez filhos - Joaquina, Antonio, João, Francisco Liberato, Arthur, Benedito, Amélia, Pery, Mariêtta e Herculina; esta com um mês de nascida. Amélia Costa Póvoa me tocava em parentesco distante mais eu a estimava mui sinceramente como a seu digno esposo desde nossa cidade e com ele partilho o seu justo pesar. Pelos filhos de Amélia e Benedito farei tudo que me for possível no sentido de guiá-los a bom caminho. Voltei ao Buracão.

Julho, 14 – Domingo. Passei o dia aqui e à tarde meu Pai passou para o Açude demorando-se um pouco e me dando notícia do engenheiro francês Fraud, que anda em pesquisas mineralógicas.

Julho, 15 – Segunda-feira. Wolney chega do Duro e eu vou aos Prazeres visitar Benedito Pinto e os filhos e ali pernoitei instruindo-o sobre o inventario que tem de fazer dos bens do seu casal.

Julho, 16 – Terça-feira. Às 6 da manhã deixo a casa de Benedito e passo em casa de Josino onde demoro até 9 horas chegando no Duro 10 e ½. Benedito disse-me ter dado a Abílio 1:000$000 pelo tratamento de Amélia e de Tia Sancha.

Candinho chegou de Campinas com minha tia às 12 horas e depois de estar com o Dr. Fraud com ele regressei. Em caminho, próximo à ladeira da Fazendinha, encontrei meu Pai com quem estive em conversa um pouco.

Julho, 17 – Quarta-feira. Paramos a moagem e começou-se a preparar a oficina para fazer farinha. À noite caiu a casinha provisória que construímos em 1915. O engenheiro francês Frot, de passagem para o Estado da Bahia, pára aqui um pouco, almoça conosco e vai até o lugar onde pretendemos tirar água, a qual ele calculou em 6 a 7 cavalos de força e 30 litros por segundos. Aconselhou-me o emprego da roda Pelton. Antoninho e Messias vieram informar-me de que o Juiz de Conceição negou o cumpra-se à precatória requisitória de avaliação do inventario de Amélia. Amanhã devo ir com eles ao Duro para interpor recurso para o Juiz de Direito da Comarca.

Estando Presidente do Estado o Desembargador João Alves de Castro[178], de cuja intimidade desfrutara Abílio Wolney – pois era padrinho de sua filha Alzira Wolney – mas de quem se achava afastado desde a ascensão política do cunhado Totó, que por sua vez era presidente do Partido Democrata – do Governo – e principal articulador da política estadual.

O Cel. Totó Caiado, agora mais rico e poderoso, estava em pleno exercício do seu terceiro mandato de Deputado Federal (1915-1920), tendo em todos os flancos de Poder alguém de casta na oligarquia.

[178] O Des. João Alves de Castro fora eleito Presidente do Estado de 1917 a 1921. Terminado o seu mandato, o substituiu na presidência do Estado o Cel. Eugênio Rodrigues Jardim (1921-1923). Como já anotado, os dois Presidentes eram casados com irmãs do Deputado Federal e depois Senador Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado), que praticamente os elegeu com seu poderio político e econômico.

Pressionado por Totó Caiado, que lhe deu subida ao poder e que não perdoava as desavenças e a ousada oposição do ex-Deputado Abílio Wolney, o Presidente Alves de Castro resolve agir no caso do Duro: Tropa militar para restaurar a ordem. Já havia dito quando da visita de Casimiro Costa ao Palácio na Capital que *"não podia interferir em assuntos políticos, e que prometia não concorrer para perseguições"*. Então os adversários sofriam uma perseguição qualquer – lembra-nos Osvaldo Póvoa.

O Des. João Alves de Castro tinha uma apreensão psicológica da situação. Mas agora estava no aquário da oligarquia. Conhecia bem o caráter do Cel. Abílio Wolney, amigo leal de outros tempos. Enviar um Juiz comissionado ao Duro seria razoável, mas o fato de lhe exigirem um contingente armado de quase 100 policiais era sintomático. Sim, Abílio errou, usou de muque contra o juiz municipal. Todavia – indagando de si para consigo – sabia do intento do cunhado e dos correligionários de Partido, que lá puseram o juiz e o coletor(chefe do partido Democrata) justamente para perseguir os Wolney.

Abílio Wolney, como Totó, era Coronel da Guarda Nacional, mas, em sã consciência, não tinha como lançá-lo no enxurro do *coronelismo* dos mandões. De Prenópolis a Boa Vista nunca se soube de uma indelicadeza sequer dos Wolney, quanto mais atos de arbitrariedade e violências.

Na oligarquia goiana, a "lei" era a *afilhadagem* dos Caiado dando as regras no Governo. Era o coronelismo da capital, onde os chefes imperavam com os coturnos da Força Pública. A eles tudo era permitido; aos inimigos e adversários não restava alternativa.

Abílio Wolney sempre foi eleito com boa votação no Estado, inclusive expressiva também na Cidade de Goiás. onde vivia nas idas e vindas do Duro. Tinha correlegionários em Arraias, Taguatinga e uns poucos em Natividade, Conceição do Norte e

para os lados de Porto Nacional, Bela Vista. Seria um "coronel da capital e do norte". Em quais cidades citadas imperou o "coronelismo" dos Wolney? A única atuação revolucionária de que participou até ali foi justamente a do Movimento de 1909, articulado por Leopoldo de Bulhões e capitaneados por Eugênio Jardim e Totó Caiado.

Abílio Wolney, seria, então, o "Coronel" da minúscula São José do Duro, com menos de 30 casas, quase que uma hipótese geográfica? Sim, o foi juntamente com o pai, fazendo uma dupla de *"influentes e poderosos pela capacidade de trabalho, de construir riquezas, de engrandecer o município".*[179]

– *São José do Duro*, com menos de 30 casas em torno do largo, a maioria delas da própria família Wolney, ou nada disso: era apenas um político almejando carreira, por caminhos de fidelidade, e bradando pelo norte esquecido.

E naquela contingência, fatos que poderiam ser corriqueiros, como o de maio de 1918, resultavam em recontros entre o Governo e o "subversivo". Se Abílio fosse correligionário dos coronéis da Capital, o desfecho seria bem diverso.

Por certo Alves de Castro lembrou-se de Pôncio Pilatos. Em que apuros se via tendo que tomar uma medida que a posição requeria e a oligarquia queria. Era entregar o homem, o pai de sua afilhada Alzira Wolney, menina que ele praticamente acabou de criar. Sim, ela veio para Goiás naqueles idos em que Abílio se separou da esposa Josepha, pejado de vergonha com a traição do agora Coletor Sebastião de Brito, chefe do Partido Democrata no Duro. Foi como o próprio Des. João Alves de Castro narrou depois numa entrevista jornalística:

[179] PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-Feira Sangrenta*, 4ª ed., p. 107.

"Com relação à família Wolney, que se acha envolvida nesses acontecimentos, devo ainda declarar que para com ela tive sempre gestos de verdadeira amizade e grande apreço, tendo-me incumbido, de 1906 a 1913, da educação de uma filha do coronel Abílio Wolney, aliás minha afilhada, e tendo acolhido em minha casa, onde morou por algum tempo, a pedido de seu pai, coronel Cavalcante Wolney, mesmo depois de me haver retirado do Estado, o jovem Wolneyzinho (...) Destes fatos são testemunhas toda a população de Goiás e todos os que freqüentavam a minha casa nesta Capital. Ainda o ano passado, antes de maio, recebi carta amistosa do coronel Wolney, dela sendo portador o coronel Casimiro Costa."[180]

Política era assim mesmo – como nuvem – a cada momento estava de um jeito. Estava aí o Des. João Alves de Castro muito bem aliado ao Dep. Totó Caiado e ao cunhado deste, Senador e Cel. Eugênio Jardim.

Entretanto, voltando as vistas para o passado, João Alves de Castro se recordava que foram justamente o depois cunhado Totó e o agora concunhado Eugênio que, na Revolução de 1909, os expulsaram de Goiás para depois o receberem de volta, não antes da sua adesão à família e ao novo Partido que criaram. Agora Alves de Castro tinha que se afastar dos velhos amigos, que se fizeram oposição. Estava no Poder, e o poder é doce enquanto dura...

A propósito, disse o mesmo João Alves de Castro na referida entrevista:

"Pelo meu temperamento, pela minha índole, pelo meu caráter e por educação, sempre fui contrário às violências e

[180] Entrevista publicada no *Jornal do Comércio* de 10.02.1919, no Rio de Janeiro, e transcrita no livro *Expedição História nos Sertões de Goiás*, 1937, págs. 134/135, de Guilherme Ferreira Coelho (obra já citada).

ao desrespeito dos direitos de quem quer que seja. A melhor prova que posso apresentar deste meu modo de proceder está justamente no meu longo passado, cheio de serviços públicos e no fato de ser insistentemente chamado a administrar Goiás por aqueles mesmos que, em 1909, organizaram uma revolução contra o Governo de que eu fazia parte e em virtude da qual fui obrigado a retirar-me de Goiás."[181]

De outro lado, o Presidente Alves de Castro tinha medo de um levante da oposição, a despeito da aparente fragilidade política de Abílio Wolney, que havia encerrado o último mandato de Deputado Presidente da Assembléia. Temia os amigos políticos deste, alguns em Goiás e outros no Rio, além de políticos da Bahia, que exerciam mandato federal.

Contudo, o seu Governo terminou por nomear uma Comissão para, oficialmente, processar e julgar os fatos deduzidos nas denúncias levadas a efeito por Sebastião de Brito, Manoel de Almeida e outros:

"Urgia uma providência capaz de normalizar a situação aí. Resolvi, por isso, aplicar o artigo 115 da Constituição do Estado que assim dispõe: 'Quando em algum município se perpetrarem crimes que, por sua gravidade, número de culpados ou patrocínio de pessoas poderosas, tolham a ação regular das autoridades locais e exijam investigação mais acurada e pronta, o presidente determinará que para ali se passe temporariamente algum dos Magistrados do Estado e proceda a rigoroso inquérito, formação de culpa e pronúncia dos criminosos, com recurso necessário para o Superior Tribunal de Justiça'".

O Presidente da Comissão havia que ser um Juiz de Direito. O municipal não servia. Mas surgiam dificuldades no encontro de um magistrado que aceitasse a Comissão. Consultado

[181] Idem.

o Dr. Marinho Falcão, Juiz de Direito de Posse, que estava na Capital, este recusou-se, alegando estar adoentado. O Presidente Alves de Castro então combinou com o cunhado Totó Caiado que se entendesse com o Dr. Odorico Gonzaga, então Juiz de Bela Vista, que também se achava na Capital, o qual logo recusou a missão alegando compromissos de pauta sobrecarregada na sua comarca.

A verdade é que, *sabedores de que conflitos envolvendo os Caiados sempre terminavam em chumbo, os Juizes goianos não quizeram ir ao Duro cumprir a missão.*

O Presidente do Estado telegrafou então nos seguintes termos ao Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, Juiz de Direito de Pouso Alto[182]:

"*Goiás, 12 de Julho de 1918: – tendo sido desacatado, em S. José do Duro, o Juiz Municipal, que se viu forçado a dar um despacho por algumas pessoas sob as ordens do Cel. Abílio Wolney, e sendo o caso de ser aplicado o disposto no art. 115 da Constituição do Estado, tenho o prazer de convidar a V. Ex.ª para essa Comissão. Espero do seu patriotismo a aceitação dessa incumbência. Já seguiram 40 praças do Batalhão de Polícia para o Norte, que deverão aguardar ordens em Arraias e com o Juiz seguirão mais 10 desta Capital. Peço resposta urgente e, no caso de ser afirmativo, pode V. Ex.ª partir imediatamente para esta Capital a fim de ultimar as providências para a viagem. Saudações"*[183].

No dia 14, a resposta do juiz-polícia: *"Acabo chegar de uma **diligência**. Aceito a honrosa comissão que V. Ex.ª acha de me convidar. Aproveitando da oportunidade, cumprimento a V. Ex.ª pelo aniversário do seu fecundo e honesto governo.*

[182] Hoje Piracanjuba-GO.
[183] Acervo do autor.

Seguirei por estes dias. Saudações. Celso Calmon – Juiz de Direito."

No dia 15 de julho, o Presidente expediu o Decreto nº 5.797/1918:

"O Presidente do Estado, tendo em vista as informações que lhe foram ministradas por diversas autoridades da vila de S. José do Duro, e Considerando que aí se perpetraram crimes contra o livre exercício das autoridades constituídas; Considerando que são autores desses crimes justamente as pessoas mais poderosas dessa localidade; Considerando que as autoridades locais se acham coactas e impossibilitadas de aplicarem a lei aos culpados; Considerando que esses crimes são dos que exigem investigação mais acurada e pronta repressão: Resolve determinar que, temporariamente, se passe para essa Vila, atualmente termo da comarca de Natividade, o Juiz de direito da comarca de Pouso Alto, Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama e que proceda a rigoroso inquérito, formação de culpa e pronúncia dos culpados, com recurso para o Superior Tribunal de Justiça, tudo nos termos do art. 115 da Constituição do Estado. O Secretário do Interior e Justiça assim o entenda e faça executar. Palácio da Presidência do Estado de Goiás, 15 de julho de 1918, 30.º da República. (aa) J. Alves de Castro – Dr. Americano do Brasil."[184]

[184] Acervo do autor.

Des. João Alves de Castro, cunhado de Totó Caiado e Presidente do Estado de Goiás, de 1917 a 1921. (Fotografia do Palácio Conde dos Arcos, antiga sede do Governo na Cidade de Goiás)

XIII

A EXPEDIÇÃO SAI DA CAPITAL – A VIAGEM

No dia 31 de julho de 1918, o Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama galgava o pórtico do palácio do governo na Capital, aparamentado com um paletó estilo casaco inglês. Ao entrar, foi recebido pelo cerimonial do Presidente João Alves de Castro, que em gabinete o aguardava.

Exigindo rigor no cumprimento da lei, o Presidente insinuava ao magistrado acerca do seu futuro no segundo grau do Tribunal de Justiça do Estado, como Desembargador.

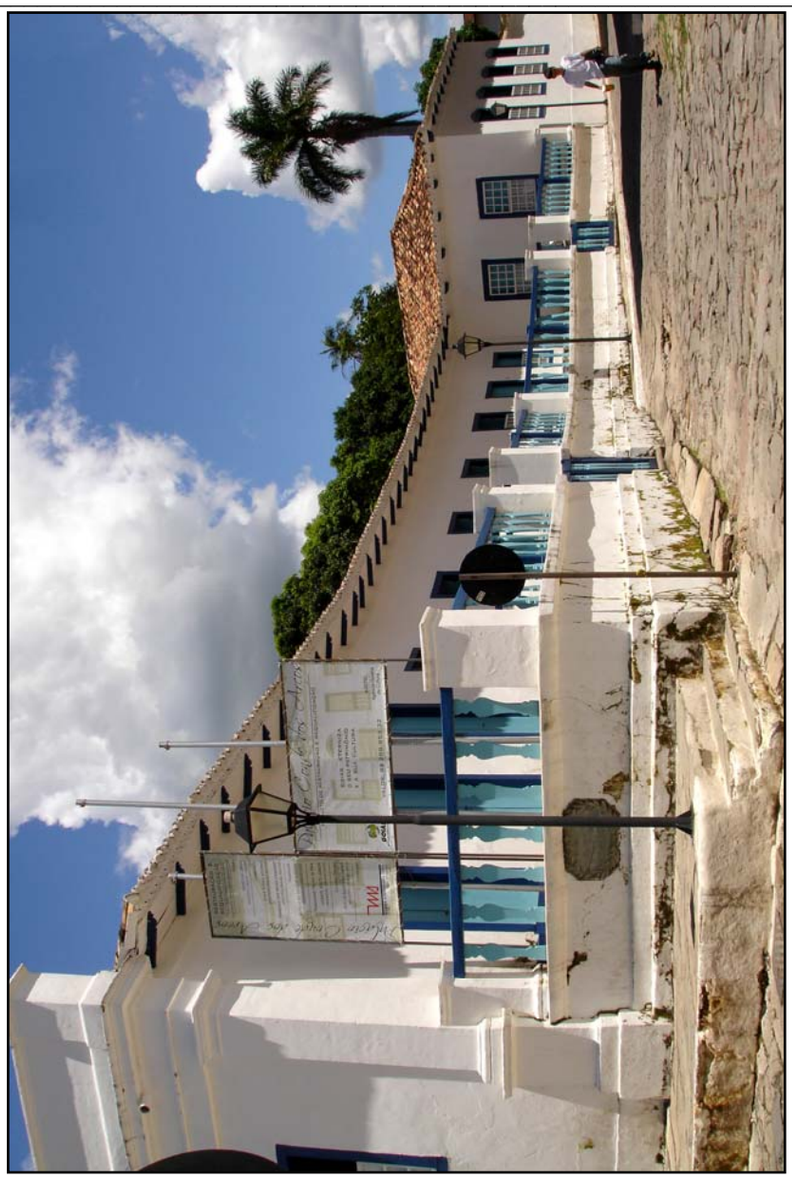
A Cidade de Goiás

Ruas estreitas, chão de pedra, velhos casarões, igrejas coloniais... Estamos em Vila Boa de Goiás, antigo arraial de Sant'Ana que germinou no Vale do Rio Vermelho, aos pés da Serra Dourada, no início do século XIX.

Abramos as portas da Cidade de Goiás para o Juiz Celso Calmon entrar pelo Tribunal de Justiça-Forum[185] e sair pelo Palácio Conde dos Arcos – sede administrativa da antiga Presidência do Estado.

[185] Hoje Fórum Des. Emílio Francisco Póvoa.

FORUM



Lateral direita e frente do antigo Palácio do Governo. Ao fundo, Igreja da Boa Morte (Fotos do autor).

> Calmon, valorizando-se, ponderava que o Duro seria um grande desafio. Era longe e um território sob o domínio do ex-Deputado Wolney, inimigo do Governo. Diria ainda, depois, que *a sua comissão era de imparcialidade, era de Juiz alheio às paixões locais, era de rigorosa justiça,* arrematando que ***"essas palavras ouviu sempre do Exmo. Desembargador João Alves de Castro, do Senador Eugenio Jardim e do Deputado Ramos Caiado (sic)."***[186]

Recebeu das mãos do Presidente as representações de Manoel de Almeida e Sebastião de Brito, bem como o decreto da sua nomeação, além de algumas cartas particulares, sendo uma do coronel Casimiro Costa e partiu.

Sendo o Presidente egresso do Tribunal de Justiça do Estado, onde tinha assento na cadeira de Desembargador – de momento na senda política – surgiu breve discussão com o Juiz comissionado sobre a competência ou não da justiça estadual para julgar o crime de desacato e coação às autoridades de São José, inclusive pela conexão com eventual sonegação de tributos, restando debatida ainda serem ou não afiançáveis os delitos, para o efeito do procedimento almejado.

– Parece tratar-se de crime político, da competência da Justiça Federal – falou preocupado o Presidente.

O Magistrado, todavia, redargüiu serem *"inafiançáveis os delitos pela soma das penalidades a aplicar, sendo o processo e julgamento dos crimes políticos, que interessam aos Estados, da competência da justiça local, porque apesar de revogado o art. 83 da lei 221, de 1908, apenas o fez*

[186] Palavras textuais do Juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, constantes de Relatório que fez ao Governo do Estado em 1919, depois da Chacina dos Nove. A época era bem própria: O juiz seguia os conselhos de um Desembargador Presidente, de um Senador e de um Deputado Federal, o primeiro o último cunhados do segundo. O Poder tripartido estava unificado e híbrido.

implicitamente, nada dizendo a respeito, quando o devia fazer como lei interpretativa que é nesse ponto, sendo corrente que desde que não haja a intervenção armada da União, nos casos que interessam aos poderes dos Estados, a competência é da justiça local."[187]

Por fim, restou confabulado objetivamente que a lei era o Governo!

Celso Calmon era natural do Espírito Santo, onde num período de turbulência foi chefe de polícia. Ainda sem prestígio na carreira em Goiás, alguém lembrou do seu autoritarismo boçal, com o que foi achado a dedo pela oligarquia. Queria mostrar serviço. Viera deportado para Goiás, espirrado da *Revolução de Colatina*, onde tomara armas contra o governo no seu Estado, por ter discordado do tratamento especial que as autoridades da sua terra davam aos mineiros, investindo-os em cargos públicos razoáveis, em detrimento dos filhos da cidade.

Depois o Governo de Goiás realmente o promoveria ao cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça goiano, na forma prometida, o que se daria no final dos anos 20[188].

O Magistrado era deveras inusitado. *Como Juiz, como chefe de polícia e mais tarde como desembargador, seus*

---

[187] Discussão imaginada pelo autor em paráfrase do Relatório Celso Calmon. Em *O Barulho e Os Mártires* vamos ver que a competência seria da Justiça Federal e que a história teria sido outra, caso o processo e julgamento ficasse, como depois ficou, a cargo da União.

[188] Celso Calmon foi a Desembargador, mas ficou pouco tempo no cargo, em favor do qual trocara vidas de inocentes, como a dos *Nove do Tronco* e daqueles que foram massacrados em Lagolândia, município de Pirinópolis, na ação policialesca de 1925, que comandou contra os seguidores de Santa Dica (Veja a respeito o Cap. XVIII). Uma das primeiras providências tomadas por Pedro Ludovico em 1930 foi colocá-lo em disponibilidade, livrando-se dele em Goiás. Calmon voltou para sua terra, no Espírito Santo, onde morreu no ostracismo.

atos eram comentados como partidos de um indivíduo intolerante, arbitrário e às vezes burlesco.[189] Quem o conheceu, dizia parecer um régulo, a cultuar rigoroso formalismo e solenidade nas audiências, onde se postava entronizado, a consagrar o princípio máximo da autoridade. Era o tipo talhado para trilhar rumos preestabelecidos, para reforçar, a coice e a tiro d'armas, a soberania da "lei", expressa na imbecilidade triunfante de um soba qualquer.

O Major do Exército, Álvaro Guilherme Mariante, em *Relatório ao Ministro da Guerra*, narraria em 1919 o seguinte:

"A cumplicidade do governo do Estado nos acontecimentos que se vão desenrolar começa a ser patenteada na escolha do pessoal que constituiu a comissão. É necessário, pois, entrar em detalhes sobre as pessoas que dela fazem parte. O Juiz Doutor Celso Calmon Nogueira da Gama é Magistrado exorbitante e violento. Disso dão complemento testemunho os tópicos números vinte e seis e trinta e um (páginas setenta e nove, cento e um, cento e onze a cento e vinte e um) da meticulosa exposição que nos foi apresentada pelo doutor Mandacaru Araújo e o depoimento (número trinta e dois, páginas duzentos e trinta e três) do soldado Jose Rodrigues da Cruz, além de muitas outras informações que nos foram prestadas.

"Tais documentos valem pela mais completa psicologia do Juiz Calmon. E não só exorbitante e atrabiliário é o referido Juiz; é também ébrio e ébrio contumaz como se vê dos tópicos citados. E que este Juiz foi especialmente escolhido em Goiás por inimigos de Abílio, demonstra-o a carta do Senador Eugênio Jardim (número vinte e quatro, página setenta e três) cuja ortografia, como a de todos os documentos de que tiramos cópias, foi respeitada com a máxima fidelidade.

[189] Francisco de Brito, *Memórias de Outro Tempo*, pág. 82.

"O doutor Francisco Mandacaru foi o escolhido para funcionar como promotor. A atitude por ele assumida junto ao Juiz Calmon tornou-o amigo de Abílio Wolney e a mais poderosa testemunha da tragédia de São José do Duro. Entretanto, ao ser escolhido para trabalhar no processo, Mandacaru era suspeitíssimo para trabalhar no processo. Mandacaru era suspeitíssimo para o exercício de uma missão de justiça em que era acusado Abílio, pois traços de inimizade separavam os dois cidadãos.

"No tempo em que Abílio labutava na imprensa o doutor Mandacaru foi alvo de campanha que o primeiro lhe moveu. Daí a desafeição entre eles existente (número trinta e três, página noventa e três). E disso tinham plena ciência não só o Juiz Calmon como o próprio Governo do Estado. Era pois um inimigo do acusado que vinha servir como Promotor no processo que instaurava.

"Uma outra personagem que representava papel saliente na Comissão e que depois se tornou célebre nos sucessos do Duro é o alferes da polícia goiana Ulisses de Almeida. Este indivíduo era fiscal da intendência na capital do Estado quando foi nomeado alferes da policia especialmente para vir a São José do Duro. Ulisses, como declara o Deputado Estadual coronel João Batista de Almeida, chefe político situacionista em Santa Maria de Taguatinga, é criminoso no estado do Piauí, de onde fugiu para Goiás; por influência do Deputado Federal Antônio Ramos Caiado (inimigo de Abílio) foi nomeado alferes para vir ao Duro e, ainda mais, antes de sair da capital declarou que ao regressar traria no alforge a cabeça de Abílio Wolney.

"Dessa declaração teve conhecimento o próprio Governador do Estado, doutor João Alves de Castro (número trinta e quatro, página cento e quarenta e nove; número trinta e sete A, página cinqüenta e um e número quarenta e um, cento e cinqüenta e sete). E os acontecimentos vieram posteriormente confirmá-la. Além desses alferes, acompanhavam ainda a comissão com uma força de cinqüenta praças, o tenente Antônio Seixo de Brito e os

Alferes José Dantas e Catulino Viegas. Destes, apenas o penúltimo não foi ao Duro. E não foi porque houve denúncia de que esse oficial trazia cartas de apresentação aos inimigos (pois assim eram denominados os membros da família Wolney) e com eles se correspondia (número trinta e seis, página cento e três).

"Conforme ainda informação do Deputado João Batista de Almeida, esse oficial, ao regressar a Goiás, foi preso e excluído da polícia (número trinta e cinco, página cento e cinqüenta e dois).

"Vimos um ofício do secretário do Governo do Estado a um dos oficiais da polícia; nele se declarava que a força que era posta à disposição do Juiz Calmon, ***cumpriria todas as ordens que dele recebesse.***[190]

"Era pois com tais elementos e com disposições de tal jaez que vinha da capital do Estado para o sertão goiano uma comissão incumbida de exercer atos de justiça. E não é tudo. A esses elementos juntavam-se outros não menos ameaçadores à causa da família Wolney. Em caminho engrossavam o cortejo adversários políticos e inimigos pessoais de Abílio e de seu pai; Sebastião de Brito e Manoel de Almeida, autoridades que se diziam depostas por Abílio, e José Hermano, como os outros inimigos dos Wolneys e mentor intelectual das intrigas do sertão.

"A marcha dessa Comitiva para o Duro é mais um atestado das disposições hostis que a dominavam. Faziam-se marchas de guerra em território inimigo. A tropa era fracionada em pelotões que marchavam por lances: o primeiro fazia a vanguarda e só avançava quando o segundo lhe chegava ao alcance; com o terceiro vinha o Juiz Calmon; o quarto fazia a retaguarda.

[190] Grifou-se.

"Nos estacionamentos eram tomadas medidas de segurança estabelecendo-se sentinelas a duzentos metros de distancia (número trinta e sete, página cento e nove)".[191]

Para a jornada da Comissão, os aprestos necessários. Carregavam dentre outras coisas, barracas, duas canastras com guarnições para cama, três cargueiros que transportavam munições, armas, e gêneros alimentícios.

Naquele 31 de julho de 1918, encerravam-se os trabalhos do período legislativo e a via pública em Goiás Velho assistia a um movimento incomum. Da Rua da Abadia, onde ficava a Assembléia Legislativa, o povo se engrossava rumo à Praça da Igreja do Rosário, logo ali[192]. Do outro lado da cidade estava o Palácio Conde dos Arcos, na Rua da Fundição, junto à Igreja da Boa Morte, tendo a Força Pública Estadual com sua banda, para a revista e continência de praxe.

Como que destacado, um Pelotão de dez praças e um Oficial de polícia, cuja tropa engrossaria o contingente de 40 homens, que dias antes o Governo havia feito seguir para o Norte, a fim de atender no Duro.

Para Promotor de Justiça o Presidente nomeou o agrônomo e advogado provisionado, Dr. Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo, um jovem baiano, amorenado, alto e esbelto, usando um cavanhaque, que quase lhe ocultava na fisionomia séria a natural simplicidade e moderação de que era portador.

Para Escrivão foi escolhido Guilherme Ferreira Coelho, Escrivão de Polícia da Secretaria de Segurança Pública.

---

[191] Relatório constante do nosso livro no prelo *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra.*

[192] Na Praça da Igreja do Rosário fica a esquina do antigo prédio do Tribunal de Justiça.

O comando geral da Força tinha as funções exercidas pelo 1º Tenente Antônio Seixo de Britto. Os diversos destacamentos estavam sob as ordens dos 2.ºs Tenentes Benedito Avelino de Jesus, Catulino Antônio Viegas, Ulysses Jaime, José Joaquim Dantas e José Francisco de Salles, selecionados com um "certo critério" indicado na sede do Batalhão, na Cidade de Goiás.

E logo a Comitiva saía pelos becos e arruados da vetusta Vila Boa, semelhando uma coorte com o centurião na vanguarda, ladeando o Magistrado e sua equipe que vinha mais recuada. Atravessou as ruas da Capital como em passeata solene naquela manhã, ganhando a estrada rumo a São José do Duro, uma travessia calculada para 906 quilômetros.

Militares em frente ao Palácio do Governo na Cidade de Goiás em época ignorada.

Militares em desfile na Cidade de Goiás num evento cívico. A ponte é sobre o Rio Vermelho e a passeata faz lembrar a saída da Comissão Celso Calmon da Capital rumo a São José do Duro (Fotografias em acervo do jornalista Marco Antônio Veiga de Almeida).

Ao entardecer, Juiz de Direito e Comissionados foram dar à margem esquerda do Rio Uru, onde pernoitaram, conforme narra o então Escrivão da Comissão, Guilherme Ferreira Coelho,[193] vendo "*as grimpas da Serra Dourada, já clareadas pela lua, que parecia brincar no céu por entre nuvens em movimento. Toda a Comitiva se locomovia à procura de Curralinho, hoje Itaberaí, onde chegou, depois de poucas horas de trajeto para em seguida dar em Jaraguá, onde tiveram a noite na Fazenda das Estacas".*

[193] O prof. Jacy Siqueira anotou, atualizou e publicou a 2ª ed. do livro *Expedição Histórica nos Sertões de Goiás*, 1937, de Guilherme Ferreira Coelho.

"À saída da cidade, um panorama agradabilíssimo. Além, muito distante, iluminadas pelos primeiros clarões do dia, as criptas da Serra Negra, nome que lhe é propício por assemelhar ao verde-escuro das densas matas que a cobrem, em parte, com o negrume das noites de tormenta. Aquém, a grande nuvem produzida pela evaporação das águas do Rio das Almas que, como um iceberg monstro, acompanhava a descida das correntes". E ao cair da noite, foram dar numa bela fazenda, vendo *a lua com seus argênteos raios dourando aqueles já solitários ermos e no terreiro da casa alguns cães de caça ladravam com a aproximação e no curral o velho vaqueiro colocava nos apartadores o gado ali recolhido. Um velho sertanejo os veio encontrar e dar-lhes o favor que solicitaram para o descanso.*

No outro dia, alcançaram São José do Tocantins[194], local em que, à Comitiva, incorporaria o Promotor Público efetivo da Comarca de Posse e comissionado no Termo de São José do Duro, Dr. Francisco de Borjas Mandacarú e Araújo. Aí deram um compasso de onze dias aguardando o membro do Ministério Público, que retornaria de uma viagem.

Chegando o Promotor, *a Comitiva, agora acrescida de vinte e tantas praças, ali encontradas, de dois empregados do Promotor e deste, rumara para Cavalcante a cento e oitenta quilômetros em frente.*

Era estação das secas e *as labaredas devoravam as pastagens.*

Pernoitaram em Veredinha, bifurcação das estradas para Muquém e Cavalcante. *"Uma noite de intranqüilidade a que transcorreu ali; os animais afugentados e em disparada, deixaram o encosto, procurando as imediações das barracas da Comis-*

[194] Hoje Niquelândia-GO.

são no acampamento e alguns cincerros lhes foram arrancados, ouvindo-se pela madrugada o retinir dos mesmos, à grande distância, nas saliências dos terrenos fronteiros. Eram os índios Canoeiros que se haviam aproximado e praticado uma das suas brincadeiras, como se expressam os moradores daqueles sítios".

Ao amanhecer, o som da corneta anunciou o reinício do caminhada.

"Transpostos os rios Bagagem, Tocantins e a grande Serra de Cavalcante, que ficam de permeio entre essas localidades, com alguns pernoites, noites nos campos, ora à beira de um regato, outras vezes à margem da estrada, penetraram em Cavalcante".

"Ao destacamento juntaram-se outras praças, encontradas, em descanso, quando convergiam para Arraias, em vista das ulteriores determinações. Reabastecida a Comitiva dos gêneros necessários à alimentação da força, rumaram para a vila Chapéu. A denominação de chapéu procede de haver sido encontrado, no lugar, o chapéu de um homem louco, devorado pelas onças".

Ali estacionaram três dias, vendo alongar-se, severo e majestoso, o imenso Vale do Paraná. Em frente, na trajetória traçada, estava a cidade de Arraias, onde chegaram e ficaram nove dias.

A escolta policial era composta do grosso da tropa da Capital e dos elementos apanhados nas cidades por onde passava, tanto ou mais violentos que os jagunços das conflagrações.

XIV

A EXPEDIÇÃO CHEGA A ARRAIAS

Em Arraias[195], 40 praças do Batalhão da Polícia aguardavam, formando agora um contingente de mais de 60 policiais.

Ali, um incidente: O alferes Juca Dantas foi excluído da Expedição, sob suspeita de que trazia cartas de apresentação aos Wolney e com eles se correspondia. O juiz Calmon o mandou de volta para demissão da polícia.

Os soldados trajavam fardas negras com listras avermelhadas nas calças e botas pretas. *"Das blusas luziam os botões amarelos, platinas vermelhas e colarinhos de pé, virados no pescoço. O quépi, da mesma cor tocado de vermelho. O cinto preto, com chapa ou fivela, de metal, reluzindo ao sol. Alguns, outros não. Portavam a "comblain" de um tiro só, com sabres na ponta,* arma brutal, que deixava um rompo no indivíduo, sem

[195] A cidade de Arraias, hoje no Estado do Tocantins.

chance de sobreviver*. Os sargentos alçavam a "mannlichers". Os alferes, ou oficiais, empolgavam os mosquetões curtos"*[196], tendo suas mulheres na retaguarda para os serviços de comida e roupa.

No embornal, água capitosa.

A Imprensa do Governo batia pesado no ex-Deputado nortense, dando uma interpretação própria aos fatos, visando legitimar uma qualquer atuação porvir da força pública. Em São José do Duro Abílio Wolney sabia da movimentação vendo claros os propósitos da oligarquia e seus partidários, narrados no jornal oficial *O Democrata*, que qualificava como bandidos os homens de valor do norte.

O grande Moisés Santana, amigo e colunista de Abílio Wolney no Jornal *O Estado de Goiás*, era o único a ousar na imprensa novamente denunciando os situacionistas, agora na sua investida para eliminar Abílio.

Enquanto isso, Abílio Wolney anota em seu Diario:

"Agosto, 9 – Sexta-feira. Ontem mandei um cargueiro para Norberto para trazer sal de Barreiras. O Dr. Abílio *e Wolney devem ter partido hoje para o Bonfim. José Dinis, de partida para S. Marcelo, veio despedir-se de mim e por ele escrevi a meu xará Abílio Araújo*[197]*. Tia Francisca veio aqui pela primeira vez.*

Agosto, 10 – Sábado. Este ano tem sido excepcional; tem chovido em todos os meses da seca como em junho,

---

[196] Do livro *Abílio Wolney, Um Coronel da Serra-Geral*, de Nertan Macedo.

[197] Aqui se percebe o afunilamento dos contados com o xará Abílio de Araújo ou Abílio Batata em Formosa do Rio Preto-BA, de quem Abílio Wolney contratará jagunços para enfrentar a polícia dos Caiados, do que trato no livro *A Chacina Oficial.*

julho e continua por este mês. Chuvas finas de mangas e estas em alguns lugares caem pesadas.

Agosto, 11 – Domingo. Fui ao Duro passando pela casa do companheiro Domingo, de Janjão e Tio Francelino. Messias, de volta de Natividade, trouxe os autos de recurso aprovando o procedimento do Juiz de Conceição, que deixou de cumprir a requisitória do 3.º supp.ª do Juiz de Órfãos, Juiz Amaro de Sousa. Do Duro veio comigo José Gomes, para ajudar-me na fatura de farinha.

Agosto, 13 – Terça-feira. Fui ao Duro para interpor recurso do despacho do Juiz de Direito no caso da negatória de avaliações do inventário de Amélia em Conceição[198]*.*

Agosto, 15 – Quinta-feira. Fui ao Duro e dali Cheguei até a Beira d´Água. Contratei o casamento de minha filha Custodianna com Antonio Póvoa, cujo casamento deverá realizar-se a 28 deste.

Agosto, 16 – Sexta-feira. Levei Custodianna e Mirêtta para o Duro a fim de cuidarem do enxoval da primeira. Meu Pai passou para o Jardim e dali irá até o Fundão buscar umas pedras que devem conter um mineral.

Agosto, 19 – Segunda-feira. Fui ao Duro e ali encontrei o Aureliano Figueiredo, naturalmente assuntando o que há acerca de preparativos bélicos. Diz este que a força esperada está em Arraias e que compõe-se de 45 praças[199]*. Aqui chegando à tardinha encontrei João Magalhães, cunhado de Abílio Araújo, que vem chegando com negócio de fazendas.*

---

[198] Esposa de Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa.

[199] Depois se verificaria que a tropa foi engrossada para muito mais homens, inclusive jagunços a ela agregados.

Agosto, 20 – Terça-feira. Fui visitar aos amigos Ermínio dos Reis, Chico Bahia, Francelino Marques, D. Rosa Belém e Nicolau do Bonfim. Chegando, ao entrar do sol, encontrei meu Pai de volta do Jardim.

Agosto, 21 – Quarta-feira. Assentei o monjolo, que funcionou bem. Fui ao Duro ver Abílio Faria e Wolney, que chegaram do Bonfim. Recebi cartas comunicando a vinda do Dr. Celso Calmon, Juiz de Pouso Alto, comandando força para este lugar.

Agosto, 22 – Quinta-feira. Completo hoje 42 anos. João Magalhães voltou pessoal para trazer alguns artigos de sortimento. Benjamim Ayres nos avisa por positivos da estada da força, que deve acompanhar o Juiz de Direito até aqui, em Arraias. Meu Pai vem visitar a João Magalhães e encontra o positivo aqui e daqui respondemos as cartas e eu escrevi ao alferes Juca Santos.

Agosto, 23 – Sexta-feira. Apresenta-se aqui, vindo de S. Marcelo, junto com José F. Dinis, o Sr. Antonio, dizendo ter vindo de Sta. Anna dos Brejos. Estiveram aqui a passeio o Dr. Abílio, Janjão, João Corrêa, Confúcio e Oscar. Estão aqui de pernoite José Padre, e seu genro Luiz Fia. Também aqui esteve o Jovelino Américo que tratou comigo de vir fazer uma casinha para assentar a nossa tenda de ferreiro.

Agosto, 25 – Domingo. Contrato o casamento de Alzira com Norberto em presença do Pai e do irmão.

Setembro, 08 – Domingo. Ao entrar do sol chega um positivo dos nossos amigos Coronel Chico Rocha e Dr. Francisquinho pedindo informes seguros acerca do caso Duro e nos oferecendo seus valiosos préstimos.

Setembro, 9 – Segunda-feira. Pela manhã segui para o Duro a fim de responder as cartas dos nossos amigos

Rocha e dali fui pernoitar na Beira d´Água em visita a meu genro e filha pela primeira vez; ali não encontrei Benedito, que tinha ido para o Santo Antônio.

Setembro, 11 – Quarta-feira. Chega o correio que me traz cartas do Marechal Abrantes, Dr. Jayme e "O Democrata", de 31 de julho, que faz um apanhado dos homens de valor no Norte, aos quais qualifica de bandidos. Estes papéis meu Pai me trouxe e combinamos de ir juntos aos "Prazeres", amanhã.

Setembro, 12 – Quinta-feira. Pela manhã segui para o Duro dali para a Beira d´Água ou Prazeres, onde conferenciamos com Benedito Pinto assentando no nosso modo de agir com relação à força esperada.

Setembro, 13 – Sexta-feira. Pela manhã meu Pai passa para o Jardim. À tarde, chegam cartas de Conceição noticiando a chegada do resto da força em Arraias.

Setembro, 14 – Sábado. Meu Pai volta do Jardim passando por aqui ao romper do dia.

Setembro, 15 – Domingo. Vou ao Duro e volto à noite. Antoninho chega dos Prazeres para ficar comigo uns dias. Meu Pai com minha Mãe, e o Dr. Abílio com Alzira e muitas pessoas da família passam para o Açude de retirada para evitar desacatos de soldados.

Setembro, 16 – Segunda-feira. Pernoitam comigo diversos amigos, que vêm prestar-me seu apoio. Janjão e Anna Custódia, retirando-se também para o Açude, pernoitam aqui. A Vila está ficando deserta.

Setembro, 17 – Terça-feira. Pelas 8 horas, meu Pai passa para o Duro para trazer alguns trens que lhe faltam e de volta por aqui vai com ele Janjão e Anna Custódia.[200]

Setembro, 18 – Quarta-feira. Tio Francelino e Confúcio desejam ir ao encontro do Juiz, vêm me consultar e eu aprovo.

Setembro, 19 – Quinta-feira. Acham-se em nossa casa diversos amigos em minha defesa.

Setembro, 20 – Sexta-feira. Minha filha Alzira dá à luz um filhinho a que o pai deu o nome de Wolney Bisneto; fui vê-la e à minha Mãe, que luxou o punho direito. Dispersaram-se hoje os nossos amigos.

Setembro, 21 – Sábado. No Açude, pela manhã, resolvo ir a Barreiras passar telegramas acerca do caso do Duro; volto ao Buracão, preparo-me e parto à tarde junto com Voltaire e Alexandrino. Pernoitamos nas Duas Pontes.

Setembro, 22 – Domingo. Continuo viagem indo pernoitar na cabeceira do Rio Limpo.

Setembro, 23 – Segunda-feira. Do Rio Limpo vamos a Vereda, onde pernoitamos.

Setembro, 24 – Terça-feira. Ao meio dia, chegamos em Barreiras encontrando gente em armas para repelir o Sr. João d´Alencar. Passo telegramas aos Drs. Bulhões, Jayme, Emilio, Geraldo Rocha e Coronel Antônio Geraldo.

[200] Anna Custódia Wolney, que recusou esponsais com Sebastião de Brito.

Setembro, 25 – Quarta-feira. Meus amigos Coronel Francisco Rocha e Dr. Francisquinho dispersam o resto do pessoal.

Setembro, 26 – Quinta-feira. Visito a usina Carvalho, onde funciona máquina de descascar arroz e desfibrar algodão.

Setembro, 27 – Sexta-feira. Vou ao Mimo, fazenda do Coronel Castelo Branco, junto com Antonio Pamplona. À noite, despeço-me dos meus amigos e pernoito do lado de cá.

Setembro, 28 – Sábado. Venho pernoitar na Ponta d´Água.

Setembro, 29 – Domingo. Da Ponta d´Água, viemos à campina do Rio-Limpo.

Setembro, 30 – Segunda. Do Rio Limpo, venho ao Açude, onde encontro compadre Casimiro, Anísia, Luis e compadre João Rodrigues, os 1.ºs vindos de Conceição. Informam-me eles que a Comissão do Duro já viaja de Taipas para cá. Pernoito com eles."

Marchando vinha a Comissão Celso Calmon. Ao passar por Arraias, ouviu boatos sinistros, havendo os que propalavam ter na Vila do Duro grande número de jagunços originários dos sertões do Estado limítrofe da Bahia, sendo adestrado, diariamente, por gente de Abílio Wolney, o que ainda não era fato, todavia gerando temor e insegurança, como narra o Escrivão da Expedição, Guilherme Ferreira Coelho:

"Motivaram tais notícias a desinteligência entre o Juiz e o Promotor comissionados e isto porque, num chá que foi oferecido em casa de um dos chefes locais haver, quando em palestra, a autoridade se referido, ao comentar as asseverações

relativas ao que se passava na vila do Duro, que seguiria tranqüilo, a despeito das ameaças dos jagunços baianos. Zangou-se o Promotor, filho do grande Estado da Bahia, com as expressões "jagunços baianos", usadas pelo Juiz, como se elas suas fossem.(...)

"Em ato contínuo ao incidente, o Juiz, após o retardo de alguns instantes, retirou-se para casa, onde esperou pela volta do Promotor, a quem disse, ao chegar, não motivara seu silêncio, por ocasião da desfeita, um ato de covardia e, sim, uma obediência à sua educação e servindo essas palavras de introdução, em regra, recebeu ele, – Promotor – calado, uma soleníssima descompostura.

"Em vista das notícias alarmantes, que se tomavam por verdadeiras, foi a força ali concentrada dividida em três pelotões e com todas as precauções reencetaram a marcha, acompanhando-os, a alguns quilômetros, diversos cavalheiros que, por seu intérprete, fizeram a despedida.

"Norma outra tomou a viagem. Não mais se ouviram, à noitinha, as maviosas canções com que os deleitava o Dr. Promotor de Justiça, Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo. Agora, uma marcha de campanha: reconhecimentos, ligações, sentinelas e tantas outras precauções que semelhantes condições criam".

Fato é que ainda não havia jagunços baianos, mas gente armada da própria localidade, como alguns parentes, vaqueiros e outros empregados das Fazendas. [201]

Num outro incidente, querendo demonstrar a independência do seu *munus*, o Promotor de Justiça, já na fazen-

[201] Os jagunços baianos só surgiriam em janeiro de 1919, por ocasião dos presos no *tronco*, do que trato no livro *A Chacina Oficial*, que é uma seqüência desta modesta obra.

da Taipas[202], imediações do Duro, admoestou um empregado seu por haver prestado um serviço ao Dr. Celso Calmon, sem a sua permissão. Melindrado, grande foi a indignação do Magistrado, que passa a cogitar da substituição do Promotor, assim que chegasse ao Duro.

Amanhecia, com as cores vibrantes do arrebol...

Os Wolney estavam informados de todos os passos da Comissão. Não faltaram os amigos que os telegrafaram via Barreiras-BA e de São José do Tocantins, além de avisos dos que passavam pela Vila.

Saindo de Taipas, a Expedição rompe no ondear dos tabuleiros e morros amplos, quando enfim depara – erguida no cabeço do cerro a meia encosta – a casa do Juiz Municipal Manoel de Almeida, na Fazenda Beira d'Água. Enfim, já estavam os comissionados bem dentro no município de São José do Duro, embora afastados alguns quilômetros da Vila, onde planeja para o outro dia a chegada definitiva.

Os arreios são afrouxados. Alguns que vinham a pé folgavam com os Oficiais e a maioria da tropa na parte alta do penedo. Lá embaixo, o riacho cristalino descia, defluindo do fio d'água que lhe dava cabeceira no buritizal[203].

No altiplano, em frente à casa da Fazenda, foi posta a vanguarda dos atiradores.

[202] Antiga Fazenda dos Wolney, hoje município de Taipas-TO.
[203] Córrego da Caetana.

Caiu a noite. Os oficiais acomodaram-se como podiam, cercados pelos praças em vigília no acampamento a céu aberto, naquele *último pouso para alcançar o Duro*[204].

Conta o Escrivão da Expedição que *"uma linha extensa de combatentes estendia em frente à fazenda, obedecendo às nossas maneiras de precauções em marcha.*

"À uma hora da manhã, quando tudo era silêncio, um grito de alerta partiu da sentinela avançada e com ele reboou pelo espaço em fora, o estampido de um rouco tiro de comblain.

"Os últimos fogos, em frente às barracas, apagaram-se como que magicamente e os ruídos do carregar das armas, o preparo para a luta foram coisas que se processaram dentro de um minuto.

"Vi essas mulheres estenderem-se aos lados de seus companheiros, como verdadeiros municiadores nas esquadras de fuzileiros e mergulharem seus olhares perscrutadores na escuridão da noite, indagando sem o mínimo receio.

"Achava-me estirado ao solo ao lado do Juiz, entrincheirado numa depressão do terreno, tendo aquele por abrigo a canastra que conduziam seus livros de direito.

"Procedidos os reconhecimentos e verificadas as razões do alarme voltam o silêncio e tranqüilidade ao pouso, por se tratar de uma partida de gado em disparada à procura da fazenda.

[204] Alguns aboletaram-se sob a fronde de uma gameleira, árvore ainda hoje existente no local, de onde, para baixo, se percebe os restos dos alicerces da casa que foi do Juiz Municipal Manoel de Almeida.

"Levantaram-se as mulheres e suas línguas de trapo entram em ação, tagarelam: Comentam o incidente dizendo que se sentiriam felizes encontrando a morte brigando ao lado do companheiro e estimarem a vida grosseira que levavam, tudo após o decurso de mais de noventa dias de jornada, que faziam a pé, por caminhos ínvios, cheios de privações, que passavam alegres, cantando, sem uma recriminação sequer, exceção feita apenas quanto ao escasseamento de gêneros alimentícios, que reclamavam e temperavam com precisão nas arranchações."[205]

No seu Diário, anotava Abílio Wolney:

"Outubro 1º. – Terça. Chego no Buracão e pela tarde começa a chegar amigos para saberem das coisas. Antônio Pedro já estava desde 30.

Outubro, 2 – Quarta-feira. Ontem à tardinha Chegou meu Tio Alexandre, Coquelin e mais 7 companheiros. Continuam chegando alguns amigos. Meu Pai e Luis Leite vêm passar aqui.

Outubro, 3 – Quinta-feira. Continuam chegando alguns amigos.

Outubro, 4 – Sexta-feira. Fomos informados da chegada do Juiz e da força, ao meio dia, tendo o promotor Mandacaru ficado atrás. Juiz, oficiais e força arrancharam no Sobrado de minha propriedade. [206]

---

[205] Obra citada, pág. 203.

[206] O *Sobrado* foi demolido em 1951, no início da gestão do Prefeito Dário Rodrigues Leal (1951-1955), que o fez a pedido dos familiares dos mortos no *Tronco*, que diziam querer apagar a imagem da tragédia. (A boa intenção, todavia, foi um equívoco, que só hoje se percebe). Contou-me minha mãe Irany Wolney Aires que bem antes da demolição o seu pai o doou ao genro, Prof. João Correia de Melo, casado com Miretta Wolney Melo, assim que vieram com os filhos da Bahia para o antigo *Duro* – já então Dianópolis desde 1938 – e a pedido

XV

A CHEGADA DA COMISSÃO NO DURO

Enfim, chega a Expedição ao Duro no dia 04 de outubro de 1918. Entrava o Juiz, ao que parece metido nos coturnos com a Força. Vinha altivo, ladeado pelo Escrivão, um empregado particular, o guia Braz, o Juiz Municipal Manoel de Almeida e o Coletor Sebastião de Britto – este acompanhado de sua esposa Auta Aires[207], uma filha e uma empregada.

Atrás vinha o contingente policial fardado.

Num primeiro momento, Calmon encenou, para a própria tropa, que os funcionários da Justiça e do Fisco, o Agente do Correio, o Juiz e o Coletor estavam garantidos nos seus cargos.

do doador, os quartos onde se deram a *Chacina de 1919* viviam fechados. Não podia ser pintado para não encobrir as marcas empretecidas de sangue velho, como testemunho do que fizeram com os reféns. O *Sobrado* foi demolido à revelia de Abílio Wolney, por determinação municipal, inclusive no dia da derrubada do prédio Abílio estava ausente, em périplo pelas Fazendas Buracão, Jardim e outras.

[207] Auta Aires e Sebastião de Brito eram – ambos – primos de Abílio Wolney, além de que, como vimos, Auta era irmã de Josepha Aires, a primeira esposa de Abílio Wolney e deste era prima carnal.

Com efeito, uma surpresa o desapontava: dava com uma Vila deserta...

"Informado de tudo, Abílio Wolney, seus parentes e alguns amigos, por medida de prudência e talvez mesmo de segurança, pois já se sentiam ameaçados, retiraram-se da vila para a fazenda Buracão, sete quilômetros a leste de São José do Duro".

O próprio Cel. Wolney, pai de Abílio, se convencera desse alvitre e há dias estava com os familiares no Buracão, onde seu filho e ex-deputado praticamente residia na labuta do grande projeto de lavoura de cana, mandioca e outros gêneros, além da pecuária.

Dentre os familiares estava o médico, Dr. Abílio de Faria, casado com Alzira Wolney, irmã de Abílio; Cãndido Nepomuceno de Sousa (Candinho), genro do velho; João Batista Leal, esposo de Josina Wolney, filha do Coronel, além da sua esposa, D. Maria Jovita Leal Wolney.

A mudança da Vila se fez imperiosa diante das ponderações dos amigos Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa e João Rodrigues de Santana, face a iminência dos previstos abusos de soldados.

Os demais moradores, amedrontados, achavam-se refugiados em outros municípios. Ali por perto, apenas o coronel Aureliano de Azevedo e poucos mais que se achavam próximos.

O magistrado tratou de aquartelar a força no *Sobrado*, de propriedade de Abílio Wolney, do qual se apossou sem maiores formalidades, mentindo ter alugado de alguém, que não o dono. Acontonava com sua tropa na residência de Abílio Wolney. *"As roças de pasto a ele pertencentes foram também*

ocupadas. E tudo isto sem a menor consulta ao proprietário e sem a mínima satisfação anterior ou posterior à invasão da propriedade alheia.

"Abílio pensou, a princípio, protestar contra esses atos. Silenciou, porém, a conselho de amigos, para continuar na atitude calma e paciente que havia adotado (número trinta e oito, página cinqüenta e um)."[208]

Tempos depois, Abílio Wolney narraria em documento oficial tais ocorrências, *ipsis litteris*:

"Até 1918, o pessoal de trabalho era numeroso e seus adversários locais começaram a denunciá-los de estarem formando reduto de cangaceiros, e lá veio uma Comissão chefiada pelo bacharel Celso Calmon Nogueira da Gama (nome da dinastia tão grande quanto sua perversidade) e prestigiada por 50 policiais.

Sabedora da aproximação dessa escolta sinistra, toda a família Wolney retirou-se para a fazenda Buracão, alojando-se nos seus vastos aposentos e preparando-se para a defesa se necessária.

A Comissão Celso marchou até chegar sem o menor embaraço, quando podia ter sido dizimada. Mas os Wolneys queriam um juiz que apurasse a verdade e assentaram de não lhe criar o menor entrave.

A Comissão, chegando, manifestou logo seus propósitos de desrespeito e arbitrariedade, ocupando sem entendimento algum com seus proprietários, que estava há 7

[208] Idem.

kilometros de distância, todas as suas propriedades desta cidade, então Vila".[209]

Em futuro Relatório, diria o próprio Juiz Celso Calmon: "*nessa casa não só ficou toda a força como também eu e os demais companheiros, exceção apenas do primeiro Promotor nomeado, de quem ligeiramente desejo me ocupar para dizer somente – que me tornei suspeito para servir nessa comissão com esse funcionário por ter o mesmo procurado se constituir meu inimigo, dificultando por essa forma o começo dos meus trabalhos naquele termo".*[210]

No Diário, Abílio Wolney anota:

"Outubro, 5 – Sábado. Benedito Pinto, vindo da sua residência – Prazeres – encontra-se aqui com o Dr. Abílio, Luis Leite e companheiro Casimiro e juntos vão ao Duro visitar o Juiz, do qual trazem boa impressão. Meu Pai também veio até aqui e regressou com os companheiros. Liberatinho veio com o Pai e de volta foi esperá-lo na Água-Boa.

Outubro, 6 – Domingo. Soubemos da chegada do Dr. Mandacaru pela manhã, desavença deste com o Juiz, que mandou tomar-lhe as armas, detê-lo e despacho de um positivo, João Francisco e 2 soldados à paisana para Barreiras a passar telegramas.

Outubro, 7 – Segunda-feira. Vêm do Açude meu Pai, Wolney, Dr. Abílio e compadre Casimiro com Anísia e Coquelin. Daqui Casimiro e Anísia seguem para a Água Boa, Dr. Abílio, *Coquelim e Wolney foram visitar o Mandacaru".*

---

[209] Trecho do documento datilografado por Abílio em 1940 e dirigido ao Prefeito Municipal de Dianópolis.

[210] Relatório de Celso Calmon, constante do livro *Expedição Histórica nos Sertões de Goiás*, de Guilherme Ferreira Coelho, anotado e atualizado em sua 2ª edição pelo escritor e prof. Jacy Siqueira.

Aqui acaba o Diário de Abílio Wolney, dando a entender que suas últimas páginas foram arrancadas e destruídas. Se o foi, não se sabe por quem e nem por qual razão.

Mas supõe-se...

Logo na chegada da Expedição, Sebastião de Brito foi para o *Casarão* da sogra, D. Joaquina Fernandes, com quem não se dava politicamente, pois esta era irmã do Cel. Wolney, cuja casa era separada por uma viela do *Sobrado*, cedendo a sua casa para residência provisória do Juiz Celso Camon, que ali ficava durante o dia e à noite se recolhia ao Sobrado. A casa de Brito ficava ao lado da igreja, do outro lado da grota que dividia a Vila ao meio.

Precavidos da situação efetivamente posta, agora sim os Wolney cuidam em arregimentar mais homens para a defesa. Em pouco tempo já eram 80 homens armados de carabina no Buracão. Os próprios amigos João Rodrigues de Santana, que morava em sua fazeda Água Boa, e Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa, que também morava em sua fazenda – Prazeres – que eram da paz e nada tinham a ver com a situação, foram de parecer que os tropeiros, agregados, vaqueiros e jagunços ficariam ali na fazenda e só seriam utilizados em caso de ataque da força pública contra as famílias que estavam no Buracão.

Na Fazenda Pedra Grande, os parentes dos Belém esperavam o Promotor Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo para colocá-lo a par dos fatos a serem investigados. Igual expectativa estava no Buracão, onde Abílio Wolney esperava o Promotor para uma sindicância de tudo o que se fazia na Vila

desde antanho, a fim de que a Denúncia não fosse apenas pelo crime de Desacato e Coação contra o Juiz Municipal e o Coletor, mas também pela Prevaricação destes últimos e pelo assassinato de Vicente Belém. Talvez, o Promotor resolvesse instaurar o inquérito nunca feito pelas autoridades.

O problema é que o Promotor de Justiça tinha malquerença com Abílio Wolney, por conta de ataques que sofreu no jornal *O Estado de Goiás*.

A respeito, diria o Major do Exército Álvaro Mariante, por ocasião da *Intervenção Federal* decretada em Goiás, no Relatório ao Ministro da Guerra datado de 28.04.1919:

"O doutor Francisco de Borja Mandacarú Araújo foi o escolhido para funcionar como Promotor. A atitude por ele assumida junto ao Juiz Calmon tornou-o amigo de Abílio Wolney e a mais poderosa testemunha da tragédia de S. José do Duro.

"Entretanto, ao ser escolhido para trabalhar no processo, Mandacaru era pessoa suspeitíssima para o exercício de uma missão de justiça em que era acusado Abílio, pois traços de inimizade separavam os dois cidadãos. No tempo em que Abílio Wolney labutava na imprensa, o doutor Mandacarú foi alvo de Campanha que o primeiro lhe moveu. Daí a desafeição entre eles existente (número trinta e três, página noventa e três). E disso tinham plena ciência não só o Juiz Calmon como o próprio Governo do Estado. Era pois um inimigo do acusado que vinha servir como Promotor no processo que se instaurava"[211].

Todavia, o destino dava uma guinada, pelo menos neste particular. Consumada a intriga dentro da Comissão, exsurgia o vulto altruísta de Francisco de Borjas Mandacaru, acima

[211] Longo e pormenorizado Relatório de 1919, publicado em nosso livro *O Duro e a Intervenção Federal*.

dos ressentimentos e das quizilas políticas. Viera almejando a imparcialidade nas coisas da Justiça, dentro da consideração de que a questão envolvia destinos humanos, liberdade e vida...

Foi assim que na tarde do mesmo dia em que chegou a Comissão, chegou o Promotor de Justiça, embora intimado pelo Juiz, diante das desinteligências do caminho, a não entrar no Duro.

Estava visto. O crime de *desacato* contra o juiz municipal era punido com simples detenção e tendo os indiciados endereço certo, sendo primários – o Cel. Wolney havia sido absolvido anteriormente – responderiam em liberdade, pagariam uma multa substitutiva da pena, se esta houvesse, ou teriam direito ao *sursis*.

Mandacaru sabia disso, pois seria o Promotor responsável pela lavratura da Denúncia Criminal e vai entrar na Vila, custe o que custar.

E entra, no intuito de promover a justiça...

Todavia, o Juiz Celso Calmon manda prendê-lo e desarmá-lo, bem como aos seus acompanhantes, e todos ficam sob guarda do Alferes Ulisses, com sentinelas à vista.

Era o preço da sua insubordinação aos propósitos do Magistrado, que mais tarde determinou o pusessem em liberdade, mas sem armas, mandando o afastassem da Vila, sendo levado para o vizinho arraial de Taipas, até a formalização de sua substituição e segunda ordem.

Nada mais da tropa se referir ao *Doutor* Francisco Mandacaru. Apenas Mandacaru.

Demitido e dizendo-se irresignado com a violação

da independência do seu Ministério Público, corajosamente o Promotor de Justiça forjou um ato público de desagravo, bastante sintomático do que seria a Comissão:

Dois dias depois de preso e solto, lá vinha o Promotor de Justiça peitando tudo e entrando de novo no largo da Vila, ladeado por seus empregados, ***"cavalgando um burro de oito palmos de altura, cria da Lagoa Dourada, no Estado de Minas, sem chapéu, envolto na bandeira nacional e tendo a Constituição Estadual na mão, em atitude de apresentação"***, conforme palavras do Escrivão Guilherme Ferreira Coelho.[212]

Nos faz lembrar estas estrofes do poeta da liberdade, rimando na premonição do que se daria meses depois na velha São José do Duro:

"E existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e covardia!
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
(...)
"Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra,
E as promessas divinas da esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!..."[213]

A história o diria depois: algo como o completo desrespeito à Lei Federal e à Constituição Estadual. Estava claro

[212] Texto extraído do citado livro *Expedição Histórica nos Sertões de Goiás*, 1937.
[213] Poema *"O Navio Negreiro-Tragédia no Mar"* de Castro Alves.

que o Promotor se negava aos propósitos do Magistrado, ora Juiz, ora acusador, outrora Delegado de Polícia e já agora Inquisidor.

Seqüestros a preço de vida, que vão culminar no pelourinho do *tronco*. O sudário negro dos inquisidores vai cobrir o rosto de inocentes na terra de São José.

Aguardemos...

Enquanto isso, os membros da Comissão ridicularizavam o Promotor, espalhando *"sofrer ele das faculdades mentais".* Espalhavam essa conversa a mando do Juiz, que determinou fosse um positivo a Barreiras a fim de telegrafar para a Capital e ser tele-grafado sobre o nome do substituto.

Agora, quem quisesse falar com o Promotor seria por tempo curto, depois de vencerem guardas à porta de um cômodo de prisão no *Sobrado*, debaixo de ordem.

Na Capital, o Presidente aconselhou-se com o seu "estado-maior", que o recomendou fosse nomeado e comissionado novo Promotor o Cel. Deocleciano Nunes da Silva, de Natividade, ex-Senador Estadual, representante nortista do Partido do Governo e gente de confiança da oligarquia Caiado.

O Cel. Deocleciano era Intendente de Natividade e teve que se afastar do cargo para ser designado Promotor de Justiça no caso do Duro. Não havia como recusar o múnus, diante das injunções situacionistas.

Calmon tomava as providências para substituir Mandacaru, telegrafando ao Presidente Alves de Castro nesses termos: "*Julgo-me suspeito para funcionar nesta comissão com o promotor designado, pedindo a V. Exª. não só grandes desculpas como, também, para optar pela minha permanência ou pela do promotor. Os oficiais e as praças estão cumprindo as ordens com*

a maior satisfação".

Do Governo, a resposta em 12 de outubro: "*Por decreto de ontem foi o Dr. Mandacaru de Araújo exonerado do cargo de promotor de Posse, em comissão nessa Vila. Peço indicar com urgência quem possa substituí-lo, a fim de ser nomeado promotor da Posse e comissionado aí".*

Os poucos circunstantes do arraial aos poucos se aproximam. Olham com desconfiança o esquadrão de soldados. Não entendiam bem aquilo que se transformou numa praça de guerra e nem aquele ato de desagravo encenado pelo membro do Ministério Público – aquele impoluto Promotor de Justiça.

Francisco de Borjas Mandacaru e Araújo, algumas décadas depois do *Barulho* do Duro. (Foto do acervo de Frederico Garcia Wolney)

No Duro, Calmon determina o retorno de Mandacaru sob escolta até Arraias, dali a São José do Tocantins, já exonerado da comarca de Posse.

Era o primeiro mártir, e em vida, na passagem de São José do Duro, sacrificado pelo ideal de ser correto e pagando o preço da perda do cargo no Estado.

O que fazer agora? Como outros, voltar para a vida simples no campo[214].

Antes de partir, Mandacaru mandou avisar oficiosamente a Abílio os propósitos da Comissão – prendê-lo e matá-lo juntamente com o pai, lavrando-se Auto de Resistência. De Arraias, livre da escolta, teria escrito a Abílio Wolney detalhando o motivo da sua desinteligência com o juiz Calmon.

Da cidade de Goiás teriam vindo avisos de amigos e um especial do cauteloso e justo Des. Emílio Francisco Póvoa, que como Abílio conhecia bem a maldade da oligarquia Caiado.

Dias e meses vão e, reorganizada a Comissão com o novo Promotor auxiliar, inaugura-se formalmente o Inquérito para apuração dos crimes praticados por Abílio Wolney, o pai e outros. Presidindo o Inquérito Policial, o Juiz Comissionado, que solenemente dizia obedecer as leis em vigor, impôs segredo de justiça na apuração, como num sistema de inquisição.

Quase 20 testemunhas serão ouvidas a portas fechadas, com a inquirição única do magistrado, cujos depoimentos transcrevo no livro *O Barulho e os Mártires*.

---

[214] Meses depois – em março de 1919 – o Promotor de Justiça Mandacaru retornava à desolada Vila do Duro, por ocasião da *Sindicância Federal* levada a efeito pelo Major Álvaro Mariante: *"Aguardavam-nos aí o Dr. Mandacarú Araújo, que veio ao nosso encontro..."*. Vinha dar o seu testemunho sobre a investida da oligarquia goiana.

Mais uma vez, traz-se à colação o relato do Major do Exército Álvaro Guilherme Mariante em 1919, segundo o qual:

"Aos gestos violentos e ameaçadores do Juiz e às disposições da tropa que o acompanhava, de que vem tendo pleno conhecimento a família Wolney, junta-se outro fato não menos ameaçador à sua tranqüilidade e não menos comprometedor dos desígnios do governo goiano: É um artigo inserto no jornal governista O Democrata, de trinta e um de julho de mil novecentos e dezoito. Aos qualificativos que esse artigo empresta ao ex-Deputado goiano junta-se a ameaça com a força estadual, e, mais ainda, com a própria força federal (número trinta e nove, página cento e cinqüenta e cinco).

"Não era tão simples o espírito de Abílio e a convivência que tivera em outros tempos com os homens de outros meios não lhe deixava dúvidas sobre os propósitos da Comissão. *Além disso, ele não ignorava que seus inimigos aliciavam gente – jagunços.*

"De seus próprios empregados alguns já haviam fugido ao serviço e juntavam-se a outros no interior da vila. A propaganda nesse sentido era intensa: fazia-se ela em nome do doutor Calmon. Abílio mostrou-lhe que não ignorava esses fatos e deles deu-lhe aviso em amistosas cartas de que nos forneceu cópia (número cinqüenta e nove e sessenta, páginas duzentos e sete e duzentos e onze)". [215]

"Cartas trocadas entre adversários de Abílio mostram em reticências comprometedoras a preocupação de atraí-lo, como aos seus, para o interior da vila, onde ficariam mais ao alcance da polícia. Uma outra, de Sebastião de Brito a seu irmão Serafim e a seu cunhado José Hermano, datada de junho de mil

[215] Fonte já citada.

novecentos e dezesseis mostra à evidência que já nessa época a tragédia estava em plena elaboração e que os adversários políticos de Abílio na Capital, mancomunados com seus inimigos do sertão, empenhavam-se em levá-lo à cena; é a mais eloqüente profecia dos projetos que mais de dois anos depois tiveram efetividade (número quarenta e três, página cento e sessenta e três). Outras ainda declaram positivamente que os Wolneys não pensam em fugir à ação da justiça.

"Examinando-se a correspondência trocada entre a família Wolney e seus amigos, vê-se claramente a disposição em que estavam de respeitar a ação da justiça, não obstante a atmosfera de prevenções e de receios que se vinha mais e mais avolumando.

"É exato que dessa correspondência resulta a disposição para a luta a que não fugiriam se a facção oposta lhes trouxesse o ataque. Era o exercício do direito de defesa que se preparava. Dessa correspondência apenas uma carta de Abílio Wolney ao Dr. Francisco Rocha, médico e Deputado Estadual baiano residente em Barreiras, pode ser comprometedora a seu autor.

"Refere-se ela à realização do ideal de anexação do nordeste de Goiás à Bahia, projeto afagado por Abílio e outros sertanejos que com ele nutrem a esperança de que esta (a Bahia) melhores cuidados dispensaria à região do que o Estado de que faz parte integrante. Vimos, porém, que esse projeto nascido do esquecimento em que vive o norte goiano, não encontra repercussão capaz de lhe dar vida.

"Tais eram, em síntese, as disposições das duas facções opostas: inimigos da família Wolney trabalhavam à sombra, visando-lhe o extermínio. Wolney e seus amigos procuravam dignamente evitar o conflito que lhes parecia iminente.

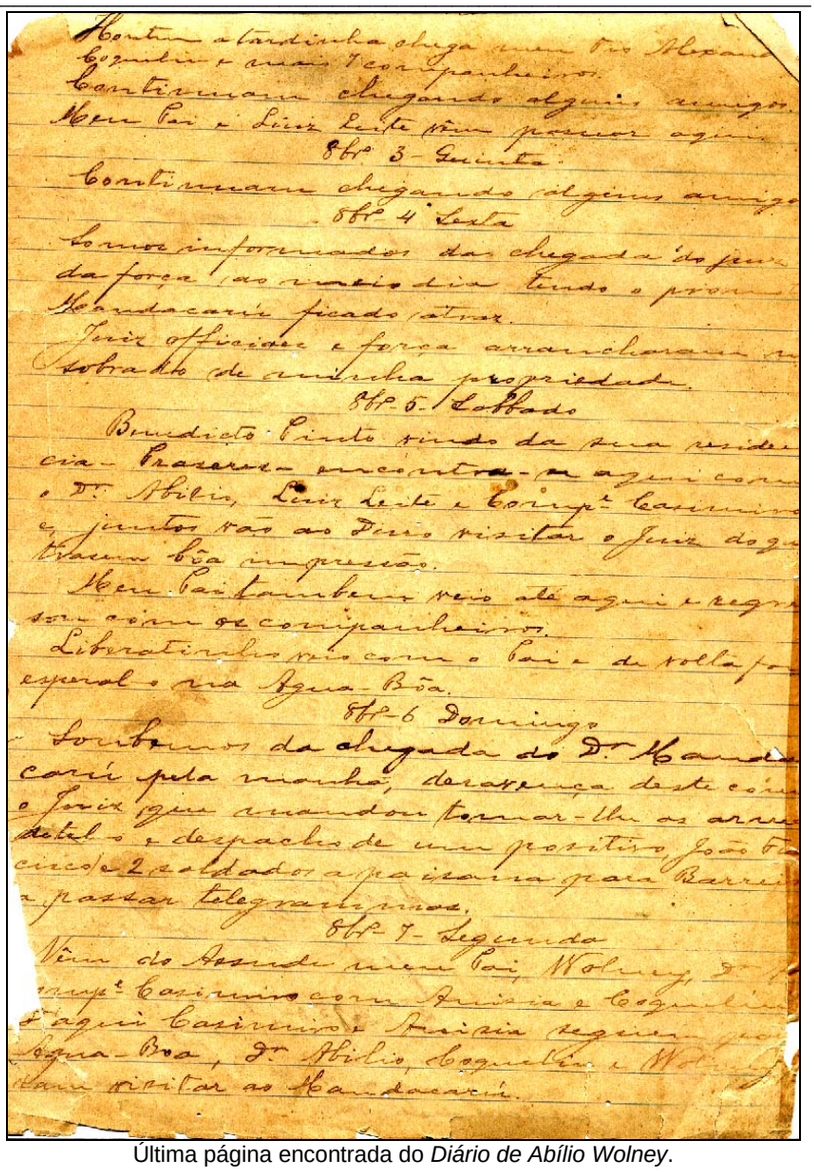
"Instalado na Vila desde que chegou o Juiz Calmon não se apressa em dar início ao processo. Diz o doutor Mandacaru (diria bem depois)[216] *que essa demora tinha um duplo fim: primeiro, realizar o trabalho no governo do doutor Rodrigues Alves que daria apoio ao governo goiano; segundo, captar a confiança da família Wolney para melhor executar a missão de extermínio que constituía o ponto capital de seu programa (número cinqüenta e três, página cento e quarenta e três) e há indícios freqüentes da exatidão desta segunda afirmativa, pois não só inimigos da família Wolney, como o Juiz Calmon empregavam todos os meios para arrastá-lo para dentro da Vila.* [217]

Poucos dias se passaram e todas as suspeitas revelaram-se bem fundadas. No livro *A Chacina Oficial* é que tratamos pormenorizadamente dos acontecimentos que se seguiram a essas suspeitas, como um novo período na longa história de São José do Duro.[218]

Todavia, adiantamos no Capítulo seguinte a narrativa feita pelo próprio Abílio Wolney, que em síntese descreve o que aconteceu na seqüência dos fatos.

---

[216] Parênteses do autor.
[217] Texto extraído do livro no prelo *"O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra".*
[218] Veja o nosso livro O Barulho e Os Mártires, onde estão reproduzids tods os depoimento, pareceres, decisões e demais peças do processo judicial de 1918.



Último a tardinha chega aqui o Sr. Alexandre Coqueiro e mais 7 companheiros.
Continuam chegando alguns amigos.
Meu Pai e Luiz Leite vão passar aqui.

8bro 3 - Quinta.

Continuam chegando alguns amigos.

8bro 4 - Sexta

Somos informados da chegada do pessoal da força ao meio dia tendo o pronunciado Mandacaru ficado atrás.
Juiz officiou a força arrancharem-se no sobrado de minha propriedade.

8bro 5 - Sabbado

Benedicto Pinto vindo da sua residencia - Prazeres - encontra-se aqui com o Dr. Abilio, Luiz Leite e Comp.e Casimiro e juntos vão ao Dito visitar o Juiz dando boa impressão.
Meu Pai também veio até aqui e regressou com os companheiros.
Liberatinho veio com o Pai e de volta passou esperol a via Agua Boa.

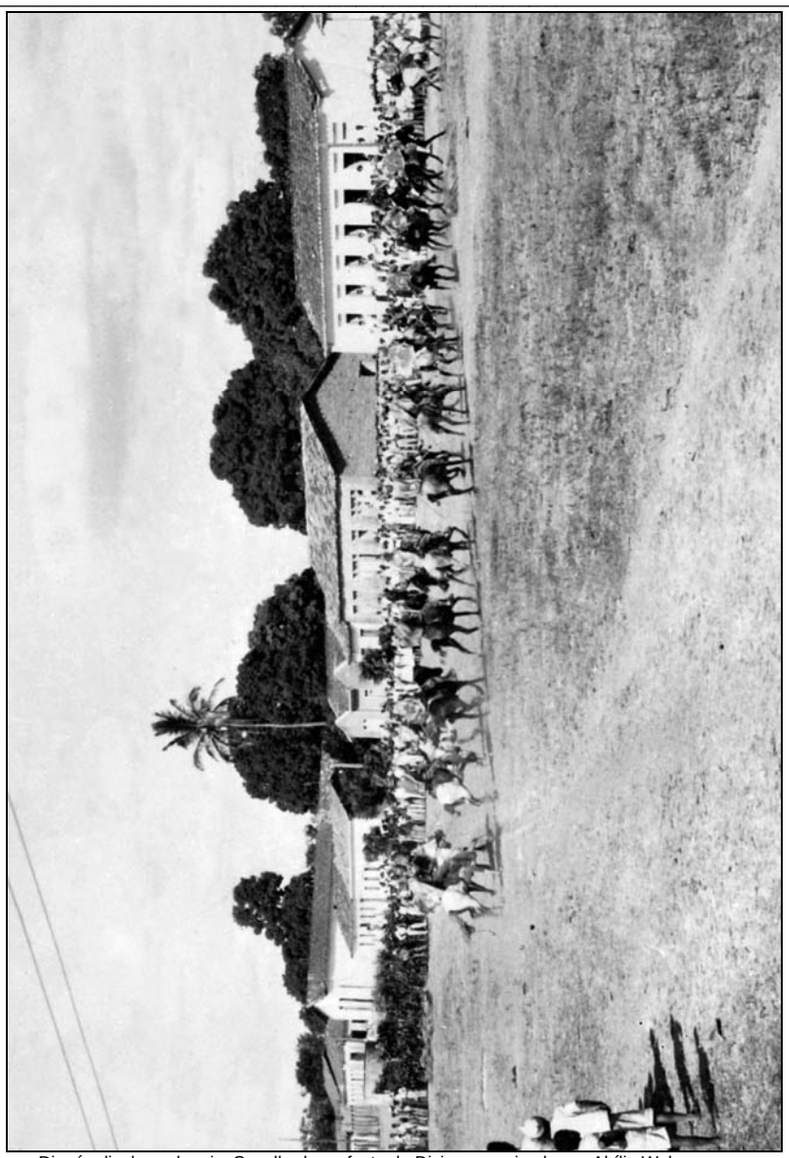
8bro 6 Domingo

Soubemos da chegada do Dr. Mandacaru pela manhã, desavença deste com o Juiz que mandou tomar-lhe as armas detal o, e despachou um portador, João Francisco e 2 soldados a pé para Barreiras a passar telegramas.

8bro 7 - Segunda

Vem do Assude meu Pai, Wolney, Dr. Abilio, Comp.e Casimiro com Prisia e Coqueiro.
Hoje Casimiro e Prisia seguem para Agua Boa, Dr. Abilio, Coqueiro e Wolney vão visitar o Mandacaru.

Última página encontrada do *Diário de Abílio Wolney*.



Dianópolis, bem depois. Cavalhada na festa do Divino organizada por Abílio Wolney.

XVI

ABILIO WOLNEY NARRA A CHACINA DE 1919

A Comissão Celso Camon estava pronta para consumar a missão de matar os Wolney e lavrar "Auto de Reistência".

O tempo passa, os meses vão. Era chegada a hora de concluir 'os trabalhos'. A força policial está ávida para a investida.

O Presidente do Estado, Des. João Alves de Castro pede licença e, como era de costume, vai para o Rio de Janeiro gozar com os seus, deixando a dúvida se teria ido tratar-se, descansar ou precisamente ver-se isento perante a opinião pública das arbitrariedades que seriam levadas a efeito pela Comissão que nomeou.

Numa peça escrita e inédita relata Abílio Wolney o que se sucedeu a partir de então.[219]

[219] Trata-se de uma peça rara, que descobrimos em 2005, no acervo de Noélia Costa Póvoa. Abílio Wolney havia retornado a São José do Duro em 1938, portanto dois anos antes de datilografar o expediente em apreço. Em 1939 o município passou a se chamar Dianópolis. Como disse antes, cuidaremos da fase posterior a 1919 em livro próprio. O documento em apreço foi datilografado por Abílio Wolney em 1940 – portanto produzido mais de 20 anos após os acontecimentos de de 1919 – é o único no qual Abílio Wolney

A propósito, como anotamos no livro *"No Tribunal da História"*, Abílio Wolney se sentiu traído por Bernardo Élis, que do bloco de cartas manuscrito no pensionato nada aproveitou em seu livro *O Tronco,* senão a narrativa do esconderijo dele Abílio numa estiva de farinha, por ocasião do ataque da polícia dos Caiados.

Vamos ao documento, ao que tudo indica oficial, já que dirigido ao Prefeito de sua Terra, Veríssimo da Mata, cujo teor é o seguinte:

"Senhor Prefeito,

(omissis)

A HECATOMBE DE 1918–19

narra, dentre outras coisas, a *Chacina de 1919*. Um manuscrito que ele teria dado a Bernardo Élis em meados de 1950, contando aquele episódio, nos foi sonegado nas visitas que fizemos ao Escritor por volta de 1991/92, sob a evasiva de que o teria emprestado a outro Escritor que o extraviara.Aliás, este documento que transcreveremos, sendo pelo menos 10 anos mais antigo do que aquele que Abílio Wolney teria redigido num pequeno bloco de cartas ao Escritor goiano parece mais fidedigno, já que feito com vagar, quando aqueloutro foi manuscrito em uma Pensão, próxima ao Liceu de Goiânia, de certo modo improvisado e posto com aquilo que ele se lembrou de improviso, sem condições de tempo para maior reflexão – pois o fizera numa noite naquele pensionato, sem ter acesso a anotações pormenorizadas, que sempre guardou em arquivo no velho *Duro*, não obstante a destruição de diversos documentos seus pela milícia da oligarquia na Revolução de 1919. Agradeço à estimada conterrânea e prima **Noélia Costa Póvoa Araújo**, pesquisadora que me cedeu os originais deste documento. Noélia Póvoa é uma dianopolina ilustre. Cursou o Primeiro e o Segundo Grau (Magistério) no Colégio João d'Abreu. Aprovada no Concurso Público para Professora do seu Educandário não assumiu de início o cargo, sendo depois contratada como professora primária. Em Brasília trabalhou no ambulatório médico da BENECAP em 1965. É filha de outro grande homem de Dianópolis, o ex-prefeito João Joca Leal Costa, de quem herdou esse valioso documento. Atualmente faz parte das seguintes Instituições: 1) Sub-Comissão Municipal de Resgate à História Viva do Tocantins; 2) Conselho Municipal de Turismo de Dianópolis; 3) Tesoureira da Associação Dianopolina de Artesãos; 4) Secretária do Clube da Melhor Idade *"São José"*. É casada com o Dr. Wilson Antônio de Araújo (Candinho), este que ao longo de 27 anos exerceu o Ministério Público como Promotor de Justiça, depois promovido a Procurador de Justiça, em cujo cargo aposentou-se. Noélia é autora de artigos e poemas, alguns já editados, e dona de importante acervo histórico em documentos antigos.

Os Caiados dominavam então na política do Estado. Abílio Wolney[220] havia feito contra eles forte campanha pelo "ESTADO DE GOIÁS", periódico de sua propriedade, montado na Capital do Estado. Vendo, porém, que naquele tempo sua atuação seria improfícua quão perigosa, entregou a direção do periódico a seus amigos, fechou seu escritório de advocacia e voltou ao Município de sua residência abandonando a política por completo, voltando suas vistas para os problemas locais.

Em complemento à idéia de estradas carroçáveis de seu pai entendeu de abrir uma estrada de automóvel para Barreiras.

Organizou com seu dito pai uma sociedade para fins industriais e de lavoura.

Começou construindo em 1915 a ponte, sobre o Rio Ponte, com capacidade para passagem de veículos pesados; essa ponte construída sob sua direção pessoal ainda está perfeita, servindo ao público.

Depois fundou a fazenda de lavoura "Buracão", montando ali o primeiro engenho de ferro para moer cana de que fez grande plantação e sua lavoura prosperou.

Até 1918, o pessoal de trabalho era numeroso e seus adversários locais começaram a denunciá-los de estarem formando reduto de cangaceiros, e lá veio uma Comissão chefiada pelo bacharel Celso Calmon Nogueira da Gama (nome da dinastia tão grande quanto sua perversidade) e prestigiada por 50 policiais.

[220] Aqui Abílio Wolney fala na terceira pessoa do singular, mas referindo-se a si próprio.

Sabedora da aproximação dessa escolta sinistra, toda a família Wolney retirou-se para a fazenda Buracão, alojando-se nos seus vastos aposentos e preparando-se para a defesa se necessária.

A Comissão Celso marchou até chegar sem o menor embaraço, quando podia ter sido dizimada. Mas os Wolneys queriam um juiz que apurasse a verdade e assentaram de não lhe criar o menor entrave.

A Comissão, chegando, manifestou logo seus propósitos de desrespeito e arbitrariedade, ocupando sem entendimento algum com seus proprietários, que estava há 7 kilometros de distância todas as suas propriedades desta cidade, então Vila.

Tratou de abrir Inquérito em segredo de justiça.

Durante esse intervalo reconheceu que sua força seria insuficiente para atacar a fazenda Buracão e, para cumprir as ordens que trazia, que deviam ser premiadas com uma cadeira no Tribunal Superior do Estado, lançou mão do ardil:

Conhecedor das idéias de defesa exclusivamente dos Wolneys, certo dia, pela manhã, acompanhado do Oficial de polícia Catulino, do seu Escrivão e de um Soldado se dirigiu à Fazenda onde foi recebido com a distinção que devia merecer um comissionado daquela ordem; lá almoçou com a família, palestrando afavelmente e incutindo no espírito de todos que a missão que trazia era de apurar a verdade e que aquela visita, com o acolhimento respeitoso que tivera, dos trabalhos que presenciara, lhe certificavam da injustiça das acusações.

No seu retorno, pela tarde, foi acompanhado por diversos membros da família até perto desta cidade; estes, sobretudo, retornaram à fazenda encantados com a bondade do Juiz e exigiram de Abílio Wolney a dispersão do seu pessoal de defesa, o que este fez constrangidíssimo, pois reconhecia a

falsidade das afirmações.

Logo que o Juiz teve certeza de que a defesa da fazenda estava desorganizada, preparou o ataque, que se realizou pelas 4 horas da manhã do dia 23 de dezembro de 1918, no momento em que o Cel. Wolney, despreocupado, partia para uma caçada.

A fazenda estava indefesa. Ao cercá-la, dois disparos apenas se ouviram e foram aqueles com que a força, no pátio da casa, prostraram O Cel. Wolney e seu companheiro de caça João Caboclo!

O autor destas linhas escapou metido num grande depósito de farinha; todos os mais foram presos, homens e mulheres.

Depois destas, seguiram-se as prisões de todos os homens de destaque desta localidade. Os principais foram metidos em um tronco de jatobá; outros em quartos estreitos e infectos, e nessas prisões todos eles foram fuziladas a tiros de revólver no ouvido; o dia que o POVO revoltado reclamava os prisioneiros.

Depois de algum tiroteio, os covardes correram, deixando os cadáveres insepultos.

Os fuzilados no tronco foram os Majores João Baptista Leal, Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa, João Rodrigues de Santana, o estudante Wolney Filho, o ourives Messias Camello, os jovens Salvador Rodrigues, João Póvoa e Nilo Rodrigues[221]*;*

[221] Eram irmãos e filhos do também mártir Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa (nota do autor).

Oscar Leal, filho de João Leal[222], foi assassinado com um tiro de revólver na prisão em que se achava na casa do Oficial Antônio Seixo de Brito.

Numerosos outros assassinios foram perpetrados, em número de 71 pelo interior do Município!

Tudo isso a política do Caiadismo aprovou e ainda premiou.

Mas o homem visado por Antônio Ramos Caiado – Abílio Wolney – estava vivo e, na impossibilidade de tirar-lhe a vida, foi organizada nova Expedição chefiada pelo bandido Antônio César de Siqueira, arvorado em Cap. de polícia, para confiscar os bens da família e dos seus amigos; e o confisco foi feito durante mais de três anos![223]

Parodiando a historia, direi: César romano foi pobre para Cecília rica; voltou rico de Cecília pobre. O nosso césar mirim veio pobre para Douro rico e voltou rico de Douro pobre, graças ao Caiadismo!

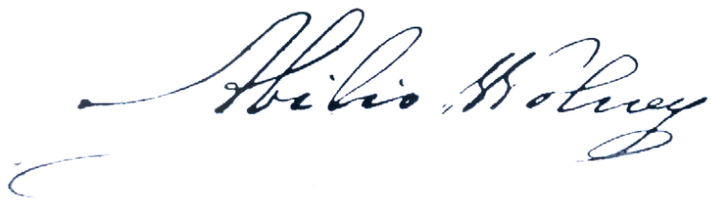
Terminou assim a epopéia 18–19; os foragidos começaram a voltar às suas propriedades arruinadas; deles, o último foi Abílio Wolney, que chegou a esta cidade no dia 8 de Outubro de 1938."[224]

---

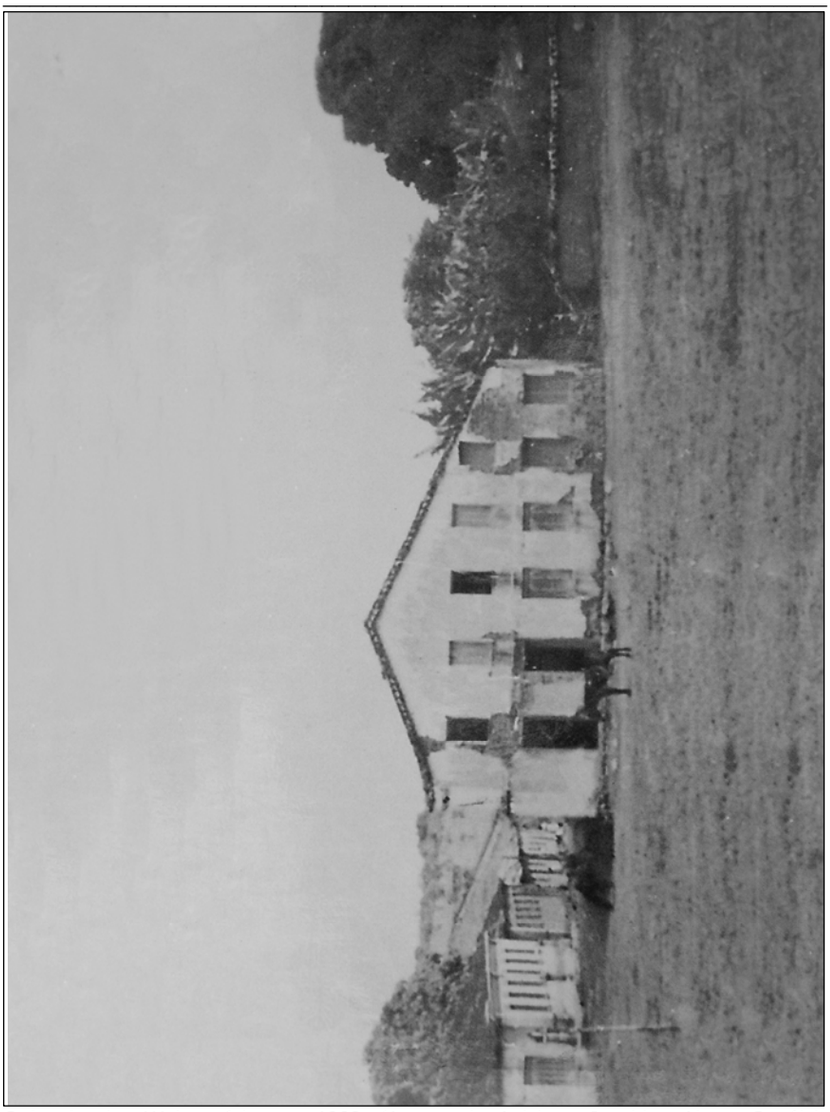
[222] João Baptista Leal morreu no tronco e o seu filho menor Oscar Leal, logo em seguida.

[223] Sobre o Capitão Siqueira, emérito rapinante, veja a introdução do Cap. XVII adiante.

[224] **Vejam a seguir duas fotografias do velho *Sobrado***, construído em 1902, antiga residência do pai e depois de Abílio Wolney, local onde os mártires foram sacrificados. Foi demolido em 1951, a pedido dos familiares das vítimas. No local hoje há um lote baldio. A foto a seguir foi restaurada por Voltaire Wolney Aires e vem na capa da 1ª edição do seu

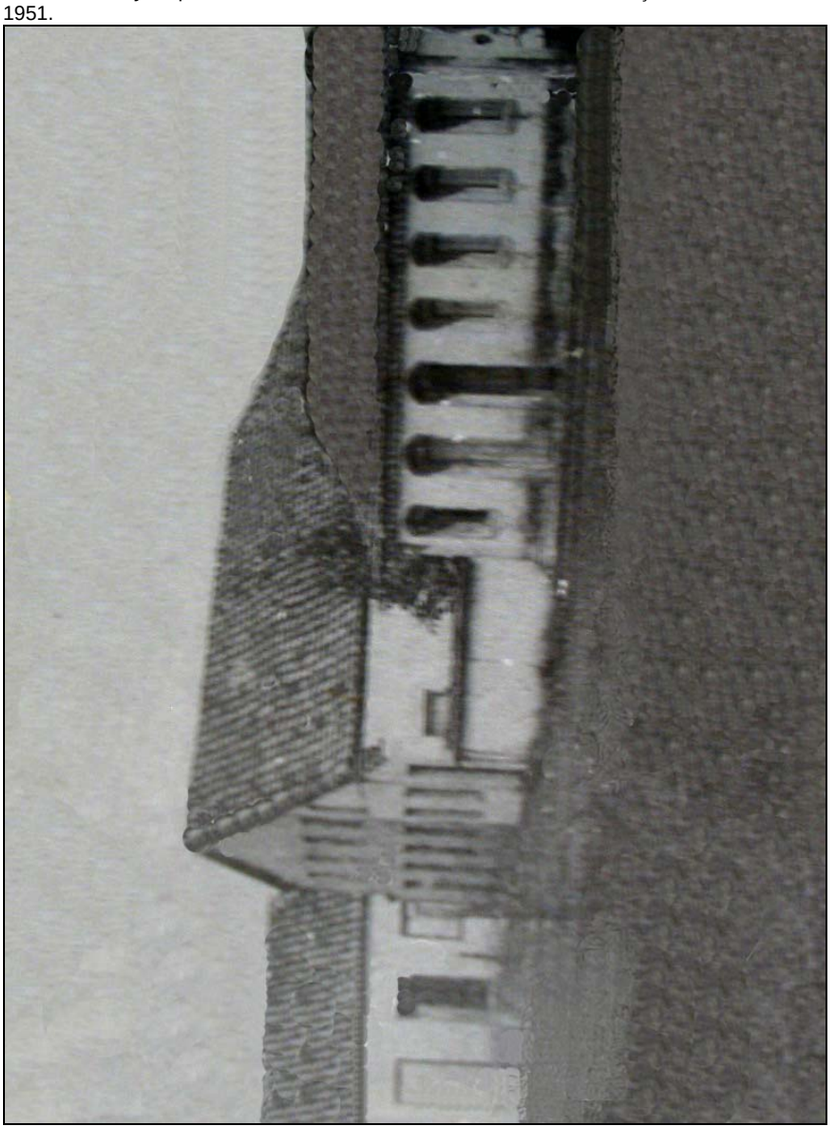


livro *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores.* Esta mesma fotografia está no *Palacinho*, o Museu Historio do Estado do Tocantins, em Palmas. O original dela foi cedido pela Profª. Anisiana Jacobina Aires Sepúlveda (Nizinha). **A segunda fotografia** é uma vista em través do *Sobrado*. Ao lado está a anexa e atual casa de D. Carmen Jacobina Ayres, viúva de Celso Ayres Cavalcanti (Confúcio). O último portal, à direita, parece um acréscimo, apenas na parede frontal, jungido a um muro reformado. Na foto anterior, mais antiga, há um espaço aberto justo aí. (Fotografia do acervo de Liberato Ayres Cavalcante – Tio Bera).



Sobrado *dos Wolney feito em 1902. (Acervo de Anisiana Jacobina Airaes Sepúlvida(Nizinha), constante da capa do livro Abílio Wolney Suas Glórias Suas Dores, de*

Voltaire Wolney. Aqui os reféns foram sacrificados em 1919. A edificação foi demolida em 1951.



Través do Sobrado construído pelos Wolney em 1902.(Acervo de Liberato Aires Cavalcante)

Os mártires João Rodrigues de Santana e seus dois filhos Salvador(22 anos) e Nilo Rodrigues de Santana(16 anos), mortos no tronco em 1919. Abaixo a viúva Ana. Mataram também Nazário do Bonfim, de 19 anos, camarada da família (Fotografia do acerco de Joaquim de Abreu Valente – Quinca).

XVII

NOVOS COMBATES. A REVOLTA DO “DURO” CONTINUA.

Em 1919, batida, a polícia dos Caiados fugiu do recontro em São José do Duro, onde havia assassinado o Cel. Wolney, pai de Abílio, e depois mais 09 pessoas (no tronco), um menor e jagunços.

Decretada a Intervenção Federal em 1919 mesmo, com toda a movimentação de Batalhões que viriam do Rio de Janeiro, Salvador, Aracaju e Juazeiro, para a concentração e seqüente avanço de Barreiras-BA para São José do Duro, no Relatório ao Ministro da Guerra o Major do Exército Álvaro Mariante[225] concluía:

"A Vila de S. José do Duro é hoje o reduto em que Abílio, cercado dos poucos parentes e amigos que lograram escapar à sanha carniceira, volta, acabrunhado pelos mais fundos pesares, a seu trabalho pacífico e honesto.

"Procuramos sondar-lhe as intenções e sua feição franca e sincera prontamente desvendou seus desígnios. O laborioso sertanejo e os amigos que o cercam não confiam no atual governo de seu Estado. A ação de autoridade e força estaduais é uma constante ameaça àquela gente, por eles tão fundo apunhalada. E, disse Abílio Wolney com sobranceira lealdade:

'Às autoridades de Goiás eu não me entrego: Fujo ou brigo. Prefiro abandonar tudo quanto possuo ou morrer lutando, a entregar-me à polícia de meu Estado e morrer com o pé no tronco'.[226]

---

[225] NETO, Abílio Wolney Aires, *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra*.(íntegra)
[226] Texto original com grifo do autor.

"E demos-lhe razão. Justiça e garantias pede ele e garantias e justiça não lhe podem dar os autores do grande crime e os que por ele são responsáveis. Só o Governo Federal inspira-lhe confiança. E esta afirmativa tivemo-la não apenas diretamente do próprio Abílio Wolney, como em farta messe de documentos anteriores a nossa peregrinação pelos sertões

"Recapitulando agora depois de compulsar os documentos colhidos, longe do teatro dos fúnebres acontecimentos que nos foi dado estudar e pondo em exercício a máxima imparcialidade e o mais acrisolado sentimento de verdade e de justiça, podemos concluir em síntese:

"A – Os lamentáveis acontecimentos de São José do Duro derivam da ação política e administrativa dos atuais dirigentes do Estado de Goiás;

"B – Há indícios de que ao Governo do Estado cabe grande responsabilidade no fúnebre desfecho do conflito;

"C.– A autoria da polícia goiana nos assassinatos de Buracão e São José do Duro é irrefutável;

"D – A ação de autoridades estaduais orientadas pela facção política dominante no Estado é perigosa e pode ser contraproducente;

"E. – A ação de autoridade federal estranha ao conflito ou a simples presença da tropa do Exército naquela região pode, bem orientada, fazê-la voltar ao trabalho pacífico e produtivo.

"Tais são, Ilustríssimo Senhor General Ministro da Guerra, as conclusões a que chegamos no fiel desempenho da árdua missão que Vossa Excelência nos confiou. Capital Federal, vinte e oito de abril de mil novecentos e dezenove. – Álvaro

Guilherme Mariante, Major Adjunto do Estado-Maior. – Valentim Benício da Silva, primeiro Tenente auxiliar do Estado-Maior. Conforme, P. Milanez. Confere. – Valeriano Lima, chefe de seção. – A quem fez a requisição."[227]

Fato é que, Abílio Wolney, arrazoado na lavra conclusiva da Intervenção Federal em Goiás, não vai se entregar ao Governo dos Caiado, prosseguindo em atitude de oposição e resistência com homens armados.

Carecendo viver e subsistir, responderia a violência com a violência, como pensava.

Em novembro de 1920 Abílio Wolney começava a fazer uma estrada de automóvel para Barreiras-BA, no lastro da mesma de carros de bois, construída juntamente com seu pai em 1915.

Os inimigos políticos da Vila, que haviam fugido com a polícia em 1919, passaram a morar na vizinha Natividade, sob a proteção da 4ª Companhia de Polícia Estadual ali sediada, que na prática passará a ser o Quartel General para novas investidas policialescas.

Em Natividade estava o Cel. Deocleciano Nunes, ex-Senador Estadual e correligionário da situação, que atuou como Promotor Público em substituição a Mandacaru, no caso do Duro e já agora chefe do Partido Democrata e responsável por implementar a política situacionista na região.

Em Natividade estavam também o Delegado Joaquim Martins Resende, o Coletor Sebastião de Brito e o juiz municipal Manoel de Almeida, este na Fazenda Pé do Morro. Enfim, trasladava-se do Duro para Natividade os mesmos prepostos do

[227] Relatório publicado em 10 de julho de 1919.

Movimento de 1919, que continuariam sendo utilizadas pela oligarquia para fomentar dali um *clima de terror e violência no município de São José do Duro, submetendo-o a uma fase que se inaugura com apreensão, insegurança e truculência.*

A Companhia de polícia não faria nada diretamente, diante do barulho da Imprensa do Rio de Janeiro, que poderia repercutir contra os suseranos da capital goiana. O chefe local, Deocleciano Nunes, cuidaria com as autoridades do Duro ali de porem a efeito tocaias e outros expedientes com os quais iriam minar as últimas forças de Abílio Wolney.

Abílio Wolney farejava tudo e se reforça na defensiva com gente de confiança, certo que os jagunços da refrega de 18/19 já tinham demandado suas terras. Andar armado em São José do Duro passou a ser um *ensaio geral, a precaução contra as ciladas*, numa localidade pisoteada pela "lei" da oligarquia e embora alforriada com a Intervenção Federal, ainda não havia recebido da União medidas de segurança concretas.

Como vimos, entre 1919 e 1921 estava Presidente do Estado o Des. João Alves de Castro, cunhado de Totó Caiado que nomeou a Comissão do Crime do Duro.

Entre 1921 e 1923 outro membro da oligarquia estava na Presidência do Estado – o Cel. Eugênio Rodrigues Jardim, que prosseguindo o governo do concunhado, e sob as rédeas da oligarquia, por assim dizer *"decretou a sentença de morte de Abílio Wolney"*, só faltando pagar prêmio para quem conseguisse mata-lo.

Não conseguindo capturar Abílio, lá prosseguia o ousado ex-Deputado, de posse do Duro e blindado pela União. A polícia goiana começa então a agir de emboscadas, sentinelas e à espreita, porquanto fora escorraçada em 1919 pelos homens contratados por Abílio Wolney.

Conta-nos Osvaldo Póvoa que a primeira atuação criminosa do grupo de Natividade veio quando *"José Pinto de Cerqueira Póvoa, mais conhecido como Zuza Pinto, residia na fazenda Água Boa. Corria o dia 13 de junho de 1921, dia de Santo Antônio, data festejada por Joana da Oração. Zuza Pinto vai à festa, mas ao regressar cai numa emboscada no lugar denominado Piaus, perto da fazenda Água Boa, há poucos quilômetros da Vila do Duro.*

Antônio Póvoa, irmão da vítima, procura descobrir o autor do crime e descobre que é Herculano Quirino, jagunço agregado para engrossar as fileiras da milícia goiana em 1919 no Duro, de onde Quirino fugiu e estaria morando com o juiz municipal Manoel de Almeida na Fazenda Pé do Morro, município de Natividade".[228]

Agasalhado com Manoel de Almeida e com a complacência ou mesmo a conivência da Companhia Estadual em Natividade, Quirino veio como pistoleiro matar gente no Duro.

No Duro, a força particular de Abílio Wolney, formada por parentes e cabras armados, é posta em ação. Antônio Póvoa e João Correia – genros de Abílio – e outros saem para "prender" Herculano Quirino e descobrem que ele já não está na Fazenda Pé do Morro, escondido por seus protetores do outro lado do Rio Palma, até a poeira abaixar.

No dia 20 de novembro de 1920 o grupo de Abílio Wolney vai à forra, na lei de talião. No encalço do assassino de Zuza Pinto*, "o seu irmão Antônio Pinto de Cerqueira Póvoa, João Correia e os companheiros Norberto Frigi e Gustavo Tancredo vão*

[228] PÓVOA, Osvaldo Rodrigues, Quinta-Feira Sangrenta, 4ª ed., p. 107. O texto segue lançado em itálico e não entre aspas, muitos tópicos há paráfrases postas pelo autor.

fardados e armados até a fazenda São Pedro, perto do Rio da Palma, como se fossem um piquete de soldados, que se dizia por ordem do Delegado Regional de Natividade.

Antônio Povoa, fardado de coronel patriota, dizendo-se comandante da escola, pede a Valeriano Luís e este aceita a incumbência de atrair Herculano Quirino para o porto; quando este está atravessando o rio numa canoa, é fuzilado pelos falsos soldados que o aguardavam.

No Duro estava juiz-suplente José Francisco Campos, que, após a conclusão do Inquérito que apurava a morte de Zuza Pinto, mandou expedir Carta Precatória a Natividade, onde residiam os supostos autores intelectuais do crime, indicados como o ex-juiz do Duro Manoel de Almeida, Eliseu Valente, cuja autoria não ficara esclarecida, além do executor Herculano Quirino e um seu cúmplice de nome José (que seria José Coriolano) ou Pedrão e nunca localizado.

Por longo tempo a Carta Precatória é retida em Natividade, pois a própria polícia era cúmplice.

Com as mortes de Manoel de Almeida e do executor Herculano Quirino, o juiz manda arquivar o processo."[229]

Depois da chacina de 1919, Zuza Pinto, da descendência de Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, morto no tronco por ser amigo de Abílio Wolney, era a primeira vítima dessa fase marginal de atuação tacanha dos prepostos da oligarquia.

GUERRILHA EM TAIPAS

[229] Idem.

A Fazenda Brejo ficava próximo ao distrito de Taipas-Conceição do Norte, por conde se chagava a Natividade. Leopoldo Hermano, que ajudou o juiz Manoel de Almeida e Sebastião de Brito na lavratura da Denúncia ao Governo do Estado em 1918, por conta do Barulho do Duro e um dos aliados da polícia que perpetrou a Chacina dos Nove, arquitetava mais uma contra gente de Abílio Wolney, na certeza de que o seu ato seria referendado pela Polícia guiada pelo Dr. Deocleciano Nunes em Natividade.

Vamos ao caso:

"José de Almeida Leal (Zezinho), primo de Abílio Wolney pernoita na Fazenda Mirador, entre Conceição do Norte e a cidade de Barreiras-BA.

Sai cedo para atravessar o rio mas antes de chegar lá, ouve descarga de armas de fogo no Mirador. Zezinho muda o itinerário, indo atravessar o rio em outro lugar.

Voltando de Barreiras, passou a investigar a respeito das descargas dadas por Agenor estavam ligadas aos irmãos Tertuliano e Joaquim Nicolau de Oliveira, donos da Fazenda Brejo, em Taipas, onde mantinham alguns homens armados para matarem Zezinho de emboscada preparada por Leopoldo Hermano, que seria acobertado pela polícia goiana em Natividade, localidade próxima de São José do Duro.

O boato corre e Zezinho pede socorro ao Cel. Abílio Wolney, que lhe envia um grupo armado sob o comando de Antônio Povoa, Zeca Piauí e João Magalhães, além de Lindolfo Leal.

Os chefes se reúnem e deliberam atacar a fazenda Brejo, Taipas e a fazenda Retiro, que seriam pontos de concentração de mandatários dos Coronéis de Goiás Velho para investidas surpresas, naquela campanha de atentados contra

familiares e aliados de Abílio Wolney. De resto a Companhia de Natividade, sem mostrar as caras, cobriria por trás a ação terrorista.

A melhor estratégia de defesa seria o ataque. Abílio queria evitar que o inimigo partisse dos lugares próximos e chegassem ao largo do Duro.

Foi assim que o "pelotão" de Abílio Wolney foi receber a trupe subserviente à oligarquia nos seus pontos de concentração. O parente Lindolfo José Leal, com oito homens, se incumbiria da fazenda Retiro, do adversário Agenor Teles de Faria, na margem direita do Rio Palmeira; o primo Zezinho, com 27 homens atacaria a fazenda Brejo, dos adversários e irmãos Nicolau de Oliveira, ficando a cargo de Antônio Povoa, com Zeca Piauí e Anisimiro Leal Costa(parente de Abílio), João Magalhães e outros, num total de quinze homens, o ataque ao povoado de Taipas.

À hora aprazada tem inicio o tríplice ataque.

Vencidos dois flancos, o terceiro resiste com os irmãos Nicolau de Oliveira, Chichico (gente do juiz Almeida), Deoclides Magalhães, Abilio Braga, Manoel Visita e Venâncio.

Por volta das 16 horas a resistência ainda é forte e um ferido do grupo atacante geme embaixo de um pequizeiro.

Outros fatos se sucedem em outros pontos com mortes e combates na noite desse mesmo dia...

Do quartel de Natividade a força político-militar encontra o ambiente propício para agir. O Delegado do Barulho do Duro, Joaquim Martins Resende e o tenente Pereira, com vinte homens, sendo dez soldados, seguem de Natividade para Taipas, perto do Duro, e vão matar gente.

E assim, por volta do dia 10, Eliseu Aguiar, acampanhado de José Aguiar, seu filho, e de um sobrinho, João Aguiar, se dirige ao lugar denominado Saco, onde matam José Tito, gente do grupo de Abílio Wolney.

Dias depois, o piquete da polícia estadual se desloca de Natividade "em diligência" para a Fazenda São Francisco. Por ordem do tenente Pereira os soldados José Maria e Joaquim Teles vão acompanhar a travessia das bagagens de Domício. Os soldados, postados na margem oposta do rio, ao verem a aproximação de civis armados, descarregam suas armas sobre eles. João cai morrendo, enquanto José, embora ferido, consegue fugir. Mais tarde é encontrado nas vizinhanças da fazenda São Pedro e é fuzilado pela Polícia dos Caiado na 4ª Companhia sediada em Natividade.[230]

Perdia o grupo de Abílio Wolney, mas reagia.

CONFRONTO ARMADO NA FAZENDA SANTA ROSA

O tríplice ataque às fazendas Brejo, Retiro e ao povoado de Taipas causou muita preocupação aos poucos viventes de São José do Duro, temerosos da polícia, sempre a polícia.

De fato, no final de março de 1922 chegam notícias de que o capitão Antônio Rodrigues Pinto, delegado Regional, acompanhado de um forte contingente policial prepara-se para ir à zona do conflito onde instaurara um inquérito. Essas notícias levavam à conclusão de que a Vila do Duro seria novamente atacada.

[230] Ibidem.

Urgentes providências são adotadas por Abílio Wolney, e no dia 31 de março de 1922 cerca de 100 homens, quase todos a pé, marcham ao encontro da polícia, na técnica de que a melhor defesa era o ataque. Polícia no Duro era carnificina, não viram!

Da fazenda Jardim, de Abílio, conforme previamente combinanado, parte o parente Zezinho Leal com os seus para reunir-se aos demais na fazenda Porto Franco.
No dia 2 de abaril chegam à fazenda Brejo, onde enconram indícios recentes da passagem da polícia. Em maracha batida, seguem lno rastro da força. Perto da fazenda Santa Rosa, estacionam.

Joaquim Amador se certifica de que a tropa está estacionada na fazenda. O coronel Abílio Wolney confabula com o seu estado-maior e decide que o ataque será desfechado às 5 da manhão, dia 4.

Muitas vacas estão encurraladas e os bezerros amarrados às cercas. Alguns homens, entre os quais Zeca Piauí,
Anisimiro Leal Costa e Teódulo Fernandes de Oliveira (Teodinho) estão entrincheirados perto do curral. Como os bezerros estivessem forçando os relhos e batendo na cerca, Anisimiro corta os relhos durante a noite. O cerco começa a apertar, enquanto o Ce. Abílio exige:

– Mais perto, mais perto!

Está chegando a hora de desleitar as vacas. O soldado lAmaro segue para o curral, alpóia a mão no moirão da porteira e percebe que os bezerros estão soltos.

– Hum! Este leite tem água!

– Tem água não, tem é bala!

Foi Zeca Piauí quem exclamou e deu início ao tiroteio.

Foram duas horas de fogo violento. O capitão Pinto manda tocar retirada. O tenente Pery vem às pressas de sua trincheira e lconfabula com o capitão.

O tenente Pery tenta convencer o capitão de que tem condições de resistir, mas este está irredutível. Nega-se mesmo a ceder alguns soldados para acompanha-lo à trincheira onde diexara a túnica com três contos de réis no bolso, além de outros valores.

Saem apressadamente por um ponto vulnerável e são perseguidos pelos atacantes, que haviam armado uma emboscada para eles numa passagem, comandada por Coquelin Ayres Leal (primo de Abílio), mas este, não ouvindo mais tiros, depois de algum tempo, deixou a passagem, que era o que a polícia esperava e fugiu.

Dos atacantes saíram feridos três plessoas, entre elas um irmão de João Canguçu e José de Etelvina.

Novamente Abílio Wolney perdia. Pelo menos conseguia por fora novamente a polícia dos Caiados.[231]

[231] Ibidem.

XVIII

A 4ª CIA. DE POLÍCIA É TRANSFERIDA PARA SÃO JOSÉ DO DURO. NOVOS COMBATES

Matar o ex-Deputado Abílio Wolney passou a ser uma questão de honra para a oligarquia Caiado. São José do Duro não

interessava à Capital, mas a genialidade do seu coronel sertanejo ameaçava o sistema, por qualquer surpresa vinda da Capital Federal, numa Revolução de âmbito nacional, onde subisse ao poder um Governo que deporia a oligarquia, o que só se daria adiante em 1930.

O fato da Intervenção Federal de 1919 ter resultado num minucioso relatório pedindo providência em favor de Abílio e condenando os atos do Governo do Estado não intimidava o poderio dos títeres vilaboenses, que por assim dizer arrostavam as *"conclusões"* do Ministério da Guerra.

Nesse ambiente, onde a milícia goiana matava covardemente e com este mesmo advérbio fugia escorraçada, surge o riste do Presidente Eugênio Jardim, sequioso de uma tréplica fulminante contra Abílio Wolney, que se fizera 'inimigo da ordem' e do sistema.

Em junho de 1923, o Presidente Eugênio Jardim reestrutura a 4ª Companhia de Polícia – então estabelecida no vizinho município de Natividade, de onde, como vimos, acolitava os adversários dos Wolney com suporte militar nas conflagrações que se seguiram à chacina de 1919 – e manda seja ela transferida para São José do Duro.

Os jornais situacionistas da Capital embalavam o eloqüente discurso de *'exterminar o banditismo do norte'*, ou melhor, de São José do Duro.

Para comandante-em-chefe designou o Capitão Antônio César de Siqueira, um sujeito de estatura baixa, magro, sempre metido na farda de oficial, exibindo a pistola no coldre e uma espada nobre, que quase lhe roçava os pés. Quanto a outros qualificativos, os seus atos falarão por si mesmo, daqui a pouco.

A Companhia do Capitão Siqueira foi estruturada a

partir de elementos da confiança do seu comandante, somados ao grosso de um contingente aliciado entre as pessoas do povo nos municípios contíguos, contanto que afinados com o governo, era lógico.

Exemplo deles era Jovelino Américo, que fugiu do Buracão para a Vila com o propósito de delatar a iminente investida dos homens de Abílio Wolney no Barulho de 1919.

O ex-Senador Estadual Deocleciano Nunes – aquele que foi Promotor no processo Celso Calmon – cabo eleitoral da situação em Natividade dava o seu abalizado palpite nas gestões da Cia., cujos antecessores do Capitão haviam sido removidos por conta dele.

Da vida pregressa do Capitão comissionado se tinha a notícia de um homicídio que praticou contra um namorado de sua irmã no Rio de Janeiro, onde morou. Queria ele poderes 'plenipotenciários' para atuar no Duro, que pela distância de tudo exigia a sua liderança como oficial cônscio e preparado na carreira.

"Tão logo chegou a Natividade, depois de mandar prender Zeca Piauí na Fazenda Pé do Morro, o capitão libertou-o, pois sabia ser o mesmo inimigo do Cel. Abílio, servindo-se de sua experiência e inimizade para usá-lo como aliado na perseguição ao inimigo.

Manda libertar Zeca Piauí e Francisco Rodrigues e faz deles "militares", dando a Zeca uma farda de sargento.

Desloca-se a companhia de Natividade para o Duro, onde o comandante conclui os preparativos para sair à caça de Abílio e seus homens. Integrando-a, estão, ainda, alem dos já

mencionados, Nego Veio, Vitor e Jacó, também cangaceiros nordestinos, todos feitos "soldados da polícia".[232]

Abílio Wolney já havia dito ao Major do Exército:

'Às autoridades de Goiás eu não me entrego: Fujo ou brigo. Prefiro abandonar tudo quanto possuo ou morrer lutando, a entregar-me à polícia de meu Estado e morrer com o pé no tronco'

E ao longo de quatro anos havia resistido, mas agora era imperioso fugir, pois não tinha estrutura de pessoal para arrostar o novo Batalhão militar, que vinha de muda para o Duro. Dos rebanhos de gado que tinha e que herdou do pai, muito havia gastado na paga de jagunços e homens para proteção a refregas, naquela vida de combater para não morrer, mas ainda havia muito gado em proporção. Estava exausto daquela vida sem paz, mantendo gente armada, ociosa, pagando jagunços, articulando movimentos de rebate à oligarquia. Sua mãe estava velha, doente, refém do próprio filho; sua irmã viúva, os amigos desertados e a praça lúgubre com aquele Sobrado, um mausoléu doloroso, em frente à própria casa. Ali gritaram os mártires de 19, o seu irmão Wolneyzinho, todos atirados e depois sangrados como um cordeiro imolado.

E assim o menino que foi Deputado, o Coronel Abílio, partia, ou melhor, fugia apressado para não assistir outra chacina, para não morrer. Atravessou o anfiteatro da Serra Geral, cruzou os gerais, subiu o alcantil e chegou em Barreiras, depois da divisa de Goiás com a Bahia. Em Barreiras deixando-se ficar à espera do primo Coquelin Ayres Leal, que semanas antes tinha ido ao Piauí agenciar homens para o confronto com a nova Força Pública da oligarquia goiana.

– Vamos ao couto desses calhordas!

[232] PÓVOA, Osvaldo Rodrigues, obra citada, p. 110.

Sempre na estratégia de que a melhor defesa era o ataque, e sabedor de que o Capitão Siqueira avançaria sobre Barreiras no seu encalço, Abílio Wolney, com jagunços, faz fileira com amigos e parentes corajudos e sai da cidade baiana para interceptar a cambada de Siqueira bem distante da urbe.

Era o dia 4 de abril de 1922.

No Capão do Jerônimo surge o combate. Tiros de rifle, comblains, cartucheiras. Os homens de Siqueira assestam metralhadoras, revólveres e é bala de todo lado. No saldo entre mortos e feridos morreu o sargento Matias, o jagunço João Canguçu e uma mulher.

"Depois de breve contato no Galho da Prata, uma sangrenta luta na Ponta d'Água. Os jagunços estão decididos a não permitir que a polícia passe daquele ponto; estão reforçados pelos homens aliciados por Coquelin no Piauí.

Durante horas trocam tiros e já há muitos mortos espalhados pelo cerrado. Do lado da polícia alguns feridos, e do lado de Abílio Wolney, vários jagunços mortos.

Em dado momento um vaqueiro encoirado deixa ver sua silhueta contra o horizonhte, correndo rumo a Barreiras. O "sargento" Zeca Piauí vê aquele vaqueiro em fuga e se recorda dos conterrrâneos vaqueiros de Pernambuco.

– Não atirem no vaqueiro!

E o vaqueiro some no cerrado. Mal sabia que aquele vaqueiro encoirado era seu inimigo Abílio Wolney...

Segundo o tenente Otacílio, o combate da Ponta d'Água, embora de menor duração, foi o mais violento. Do lado da

polícia hão houve perdas mas do lado contrário ficou um saldo "de maior número de jagunços mortos".[233]

Terminado o confronto em território afastado, o Capitão Siqueira sentiu que o Cel. Abílio mesmo fugindo, ainda brigava e sobrevivia, não obstante as perdas.

"Siqueira decide voltar ao Duro e preparar-se para uma operação mais longa e delicada por envolver estados vizinhos. Trata de reforçar a polícia contratando civis para a missão, programa envolvendo áreas da Bahia e do Piauí. Eliseu de Almeida Valente, Florentino Martins de Sousa, Joaquim Martins de Sousa, mas dezoito civis com os respectivos armamentos.

Desde que chegou ao Duro, Siqueira se estabeleceu na casa de residência de Abílio Wolney, invadida sem qualquer formalidade. *No grande cômodo onde funcionava a farmácia de Abílio, Siqueira montou uma grande loja, tendo Eliseu Valente como seu empregado, quanto loja foi. Esse fato já foi suficiente para que a população começasse a desconfiar desse curioso espécime de militar comerciante. Com efeito, estabeleceu o monopólio comercial na Vila. Ninguém podia vender senão a ele, nem comprar senão dele. Quem é que ia levantar objeções ao capitão Siqueira? Quem? Havia soldados tropeiros, soldados vaqueiros, soldados pagos pelos cofres públicos pra desempenho das várias tarefas que o comércio exige.*

A 4ª. Companhia era abastecida, todo mundo era abastecido pela loja do capitão Siqueira. Soldado, se quisesse ver a cor do dinheiro, tinha que comprar alguma coisa em sua loja e vender com prejuízo ao primeiro que quisesse comprar, interceptando discretamente os fregueses nas ruas.

[233] Ibidem.

Gado não faltava, estava aí o gado do Cel. Wolney, do Cel. Abílio e de quem lhe desse na telha, pois ele não tinha que dar satisfações a ninguém. Os soldados vaqueiros estavam aí exclusivamente para campear o gado alheio. Para abastecer a tropa e a população em abatidas, em média, duas reses por dia, tudo vendido, tudo embolsado, gulosamente, voluptuosamente, pelo Capitão Siqueira. Tropas e mais tropas carregadas de couros para Barreiras, tropas e mais tropas carregadas de mercadorias para a loja do Capitão Siqueira.

Estava o Capitão Siqueira, nomeado pelo Presidente do Estado, Cel. Eugênio Jardim (1921-1924), cunhado de Totó Caiado, para a missão de aniquilar agora o que restou do poder econômico dos Wolney, pois politicamente Abílio parecia morto. O seu pai havia sido assassinado em 1918. Siqueira *"veio com "poderes discricionários", pois é, "poderes discricionários" para consumir e vender o gado dos Wolney e dos amigos destes; formar sua tropa de muares com animais roubados aos inimigos ou a quem quer que fosse sem ser molestado por ninguém; pressionar e chantagear.*

Durante mais de dois anos, o que sobrara do saque dos jagunços na refrega do Duro em 1919 foi sugado avidamente pelo Capitão Siqueira, preposto da oligarquia Caiado.

Manoel Frigi e Estevão Elesbão, nativos das cercanias do Duro, vieram pedir garantias ao Comandante Siqueira. O primeiro tivera dois filhos que lutaram ao lado de Cel. Abílio, embora ele mesmo nunca tivesse se envolvido em coisa nenhuma, do mesmo modo que Estevão Elesbão, o qual simplesmente fora vaqueiro de Abílio.

Sob o pretexto de sair do perímetro urbano sem ser molestado por soldados, o Cap. Siqueira determinou que o Sargento Manduca conduzisse Manoel Frigi até fora da vila, no que devia ser auxiliado pelos soldados Antônio Rocha, Manoel

Pedra e Chico Mourão, que o executaram, assim que se afastaram da Vila.

Do mesmo modo foram fuzilados ou sangrados Estêvão Elesbão Marcolino, José Horácio (filho de Manoel Frigi), Tiago, Manoel Três Paus e muitos outros, pelo fato de serem suspeitos de amizade com Abílio Wolney. Os seus corpos seviram de pasto aos urubus e cães vadios.

Além dos militares já referidos, fazia parte do esquadrão da morte o soldado Joaquim Teles, uma presença constante nos atos violentos.

Muitas vítimas eram conduzidas para fora da vila com simulação de que iam sendo levadas para julgamento em Natividade. Fora, mandavam que elas corressem e atiravam pelas costas. Às vezes atiravam nas pernas e quando os infelizes caíam acabavam de matá-los a punhal. Cerca de 15 a 20 pessoas foram executadas por ordem do atrabiliário capitão, autêntico jagunço fardado.

Era um homem truculento. Certa feita, no fogo do Bom Jardim, quando dava combate a homens do Cel. Abílio, comandados por Aldo Borges e Lindolfo Leal, os seus soldados andaram querendo fraquejar. Siqueira os impelia para a frente a golpes de espada."[234]

Casimiro Costa, amigo de Abílio, mudara-se da vizinha Conceição do Norte para Barreiras-BA, levando a família, a exemplo do que fizeram muitos chefes de família, temerosos das perseguições desencadeadas contra pessoas de destaque, mesmo que não houvessem participado dos tristes acontecimentos de São José do Duro.

[234] Idem, ibidem.

Afonso Santana e Diana Leal se recolheram à Fazenda Tucuns e dali foram dar em Taguatinga, embora nada tivessem com os ódios políticos envolvendo o Duro. Era correr para não ser roubado pela polícia do Capitão Siqueira.

Casimiro quer vender um imóvel e gado para custear o estudo dos filhos deportados em Barreiras, pelo simples fato dele ter sido mediador na tentativa de evitar o Barulho de 1919. Siqueira nega a autorização, alegando que os bens dele estavam embargados. Casimiro manda ofício àquele que era a última esperança de justiça na Capital – o Des. Emílio Francisco Póvoa, consultando se estava obrigado ou não ao embargo de Siqueira. Em razão da urgência, porém, Casimiro se vê obrigado a pagar oito conto de réis (equivalente na época a 300 bois) ao Delegado Aquino, intermediário na quadrilha de Siqueira e tudo ficou resolvido. Casimiro vendeu o imóvel e parte do seu gado.

No início de 1925 Casimiro Cosa recebia do Des. Emílio Póvoa a resposta de que não havia qualquer embargo e que gestões estavam sendo tomadas quanto ao crápula de farda. Mas Emílio Povoa era um num colegiado de Desembargadores, cuja maioria estava nas mãos da oligarquia Caiado.

Sabedor de que Siqueira está em marcha para o Piauí, o Cel. Abílio segue para Floriano onde se oculta sob o nome de Aveiros Cavalcante e fica sob a proteção de seu primo Dr. José Messias Cavalcante, Juiz de Direito dessa comarca. Ao penetrar no Piauí, em fins do ano de 1923, a polícia goiana esteve na iminência de entrar em choque com a piauiense naquela zona, pois esta desconhecia oficialmente a existência de um convênio.

Nas proximidades do Corrente, o capitão Siqueira acampa com sua tropa e envia como emissário o tenente Salvador José Ribeiro com um ofício ao comando local da polícia, ficando desta forma o assunto esclarecido e o capitão Siqueira pôde chegar ao Corrente sem embaraços.

Ali procura por Aldo Borges que fugira com o Cel. Abílio e que soube estar homiziado na vila. Aldo, porém, fugira para Parnaguá e o Capitão Siqueira segue no seu encalço. Efetivamente ele está sob a proteção de José Honório Granja e da própria polícia...

Em Floriano, os comentários que circulam, que são veiculados pela imprensa piauiense, acabam por induzir o Cel. Abílio a deixar o Piauí e voltar à Bahia, sendo recebido pelo Cel. Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, onde permanece por algum tempo.

No Corrente, o capitão Siqueira se entende com o Juiz de Direito, Dr. Raimundo Lustosa Nogueira com o fim de fazer provisões para abastecimento de sua tropa na fazenda Pérsia, de propriedade daquele magistrado.

José Honório, informado de que o capitão Siqueira passaria por aquela fazenda, cede trinta homens armados a Aldo Borges, que, numa garganta de serras, fica três dias emboscado aguardando a passagem do Capitão Siqueira. Este, porém, quando fora interrogado por José Honório sobre seu itinerário, desconfiara de um ardil e rumara para Formosa passando por fora.

Perdendo a emboscada, Aldo Borges – jagunço de Abílio Wolney – depreda e saqueia a fazenda Pérsia, manda um recado desaforado ao Dr. Raimundo Lustosa Nogueira e segue atrás de Siqueira, interceptando-o pouco acima de Formosa, no lugar denominado Bom Jardim. Com auxílio de Lindolfo Leal, sustenta um intenso fogo com a polícia, sai ferido para Corrente, onde fica sob a proteção dos Cavalcante.

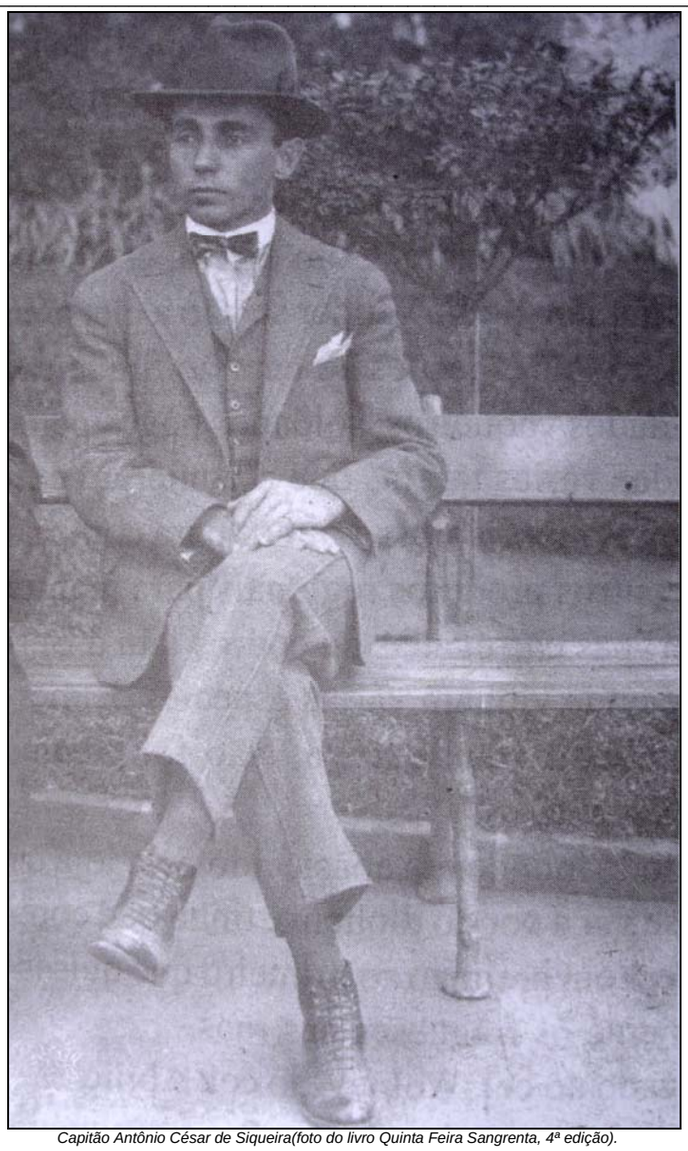
Desiludido e decepcionado com as autoridades e a polícia do Piauí, o Capitão Siqueira, após passar um extenso telegrama ao Presidente João Luis Ferreira, daquele Estado, do

qual não obtém resposta, regressa ao seu quartel na vila de São José do Duro no início de 1924, onde fica até abril de 1926.

Nesse período o comandante da 4ª Companhia se faz achacador, comete muitas arbitrariedades, pressiona, intimida e pratica extorsões, contando com o aval da farda.

Substituído pelo Capitão Agenor Santiago, Siqueira dá por cumprida a sua tarefa e parte, rico, deixando pobre o Duro onde ele roubou milhares de reses e onde, como comerciante e militar, fez muitos e escusos negócios."[235]

[235] Idem, idem.



Capitão Antônio César de Siqueira(foto do livro Quinta Feira Sangrenta, 4ª edição).

XVIII

OUTRAS OPOSIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ATÉ 1930

Na capital de Goiás os suseranos pareciam perpetuar-se no poder, vendo os anos passarem livres como as águas plácidas do Rio Vermelho. Plácido poder, porque nenhuma voz ousava se levantar contra o regime. Vermelhas as ações, porque de sangue e impunidade muito viveu a oligarquia...

O Cel. Eugênio Jardim sucedeu o concunhado Des. Alves de Castro para o mandato que iria de 1921 a 1923. Com problemas de saúde ele se afasta da presidência, voltando a ocupar o cargo de Senador. Seu mandato de presidente seria completado pelo adesista, Cel. Miguel da Rocha Lima, *pau mandado* no *cabo de chicote* dos sobas de Goiás.

Adiante, na sucessão de Eugênio Jardim, vai eleito Brasil Ramos Caiado (1924-1929), em cuja administração começarão a surgir as primeiras manifestações de descontentamento político, depois de quase 20 anos de familiocracia compactuada pelo silêncio das massas revoltadas, mas sem voz.

A INTERVENÇÃO FEDERAL DE 1919 COMO CONSEQUÊNCIA DA CHACINA DO DURO

É verdade também que nem tudo foi silêncio. A

primeira insurreição contra o regime caiadista ocorreu no Movimento de 1919 em São José do Duro, no recontro entre jagunços oficiais os jagunços do sertão, por conta da tramóia da oligarquia que, usando da "lei", mandou matar o ex-Deputado Abílio Wolney, seu pai e os homens mais importantes do lugarejo. Tendo Abílio escapolido, igual sorte não teve o seu pai, que como vimos linhas volvidas foi barbaramente assassinado pela polícia dos Caiado em 1918 e encoberto pelo sudário branco de um "Auto de Resistência". Em janeiro de 1919, a polícia mataria Nove homens presos num *tronco*, num seqüestro a preço de vida, caso Abílio Wolney não se entregasse (para morrer como o pai).

Essa conturbação de base política de oposição ao Governo – do que trato no livro *A Chacina Oficial* – desafiaria alguma providência da União, pela primeira vez na história da oligarquia Caiado. Tentando justificar o genocídio do Duro, cinicamente o próprio Governo do Estado pediu e obteve o decreto de intervenção federal em Goiás, que teve um efeito diametralmente oposto ao que desejava: resultou num minucioso Relatório do Major do Estado Maior do Exército, Álvaro Guilherme Mariante, cuja lavra *foi uma sentença condenatória da oligarquia Caiado*[236], embora sem imediato resultado prático na remoção das autoridades governamentais culpadas.[237]

O MASSACRE DOS SEGUIDORES DE SANTA DICA

Cabe destacar, também, o movimento liderado por Benedita Cipriano Gomes, conhecida como Santa Dica, em

[236] Palavras do Prof. Osvaldo Rodrigues Povoa, em carta dirigida ao autor em 2005.

[237] NETO, Abílio Wolney Aires, *O Duro e a Inrtervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra.* Em 1919, Batalhões do Exército se movimentaram para a divisa entre a Bahia e Goiás, acantonando as tropas na cidade de Barreiras-BA, rumo a São José do Duro, em razão da retaliação do ex-Dep. Abílio Wolney à polícia dos Caiado.

Lagolândia, município de Pirenópolis, que resultou noutra chacina em Goiás.

Estando Brasil Caiado no governo, foi mandado para Lagolândia em 1925 o juiz Celso Camon Nogueira da Gama, famoso esbirro da oligarquia.

Conhecido pela chacina do Duro em 1919, Celso Calmon dirigiu em Comissão um Batalhão de soldados da milícia goiana, *"que ficaram entrincheirados nos morros que circundam o povoado de Lagolândia e foram apontadas metralhadoras "Madsen", além de outras armas automáticas para varrer a localidade. Havia ali cerca de mil homens capacitados para a luta; os demais eram mulheres e crianças. O massacre durou cerca de 24 horas consecutivas".*[238]

O Movimento de Santa Dica tratava-se *"de uma revolta messiânica, nos moldes da Guerra de Canudos, ocorrida no sertão baiano, liderada por Antônio Conselheiro. Nos dois casos, encontramos a religiosidade popular servindo de instrumento de organização das camadas populares, que se levantam contra a ordem coronelísica instituída. As semelhanças com o movimento de Canudos fez com que Santa Dica fosse chamada "Antônio Conselheiro de saia" (Carvalho, in Revista Estudos, v. 20, n. 12, p. 2713)*

Santa Dica fundou um povoado às margens do rio do Peixe, conhecido como "Calamita dos Anjos". A comunidade estruturou-se em torno da propriedade coletiva da terra, de forma igualitária, atraindo em torno da propriedade coletiva da terra, de forma igualitária, atraindo ferrenha oposição dos coronéis da região. Santa Dica passou a ser descrita como histérica e desordeira, incitando a revolta entre os sertanejos. Ocorreu a

[238] AIRES, Voltaire Wolney, *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores*, 2ª ed., 2002, p. 114.

morte de onze sertanejos, sendo Santa Dica presa e condenada a nove meses de prisão." [239]

A QUESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO

A oposição ao caiadismo torna a se manifestar com o surgimento do caso que ficou conhecido como *"A Questão do Poder Judiciário"*. Foi entre 1926 e 1927, quando o Poder Judiciário de Goiás novamente considerou-se inapto para realizar suas atividades devido à interferência dos cabeças da oligarquia Caiado.[240]

"A Questão do Judiciário" foi outra polêmica central do final dos anos 20, *"quando se confrontaram dois Caiado: Mário Alencastro Caiado e Totó Caiado. Ao longo da construção da hegemonia caiadista, o tronco familiar de Antônio José Caiado (Torquato Ramos Caiado – Antônio Ramos Caiado) sobrepôs-se ao tronco de Joaquina Emília Caiado (Maria de Alcântara Alencastro – Mário de Alencastro Caiado). Apesar de Maria de Alcântara ter se casado com seu primo-primeiro, Luís Antonio Caiado, filho de Antonio José Caiado, esse tronco vinculou-se aos Alencastro, que não eram considerados plenamente Caiado. O poder político acumulado no Império e na transição para a República por Antônio José Caiado, avô de Mário e Totó, foi transferido e ampliado por Totó Caiado. O inicio dos problemas é anterior à questão do Judiciário (ocorrida em 1927), quando Mário Caiado informou o governo estadual da passagem de armas por Piracanjuba, em 1909, destinadas aos homens sob comando de Totó Caiado e Eugênio Jardim, no processo de destituição do grupo Xavier de Almeida. Outro episódio acumulou desavenças entre os dois grupos em 1926, por causa de um testamento, envolvendo a judicatura dos juizes Mário Caiado e Jarbas Caiado*

[239] ASSIS, Wilson Rocha, *Estudos de História de Goiás*, Vieira, 2005, p. 100/101.
[240] CHAUL, Nasr Fayad, obra citada.

de Castro, que redundou na divisão do Tribunal: ficaram quatro juízes contra a posição de Totó Caiado e apenas um a seu favor. Como escrever Joaquim Rosa, 'desse momento em diante o que menos interessava era o testamento'".[241]

Tais intrigas no cerne de oligarquia acabariam ocupando na imprensa *"várias edições do jornal O Democrata, na defesa de Totó Caiado, enquanto os juízes apresentavam a questão nos jornais do Rio de Janeiro. O Senador Totó chegou a usar a tribuna do Senado Federal para combater os juízes rebeldes. No começo de 1927, o Tribunal decidiu requerer a intervenção federal em Goiás, sob a alegação de falta de condições para o livre funcionamento do Judiciário, de desrespeito do Executivo às decisões da Justiça e de dilapidação das terras devolutas do Estado.*[242]

Porém, a influência nacional de Totó Caiado, como Senador por Goiás, sustentou as articulações no sentido de impedir a intervenção. Derrotada a intervenção, Totó Caiado ampliou de 5 para 9 o número de desembargadores, garantindo a maioria (5 x 4) a seu favor.[243]

Enfim, os pedidos de Intervenção Federal não tinham força para socorrer a coisa pública apossada, pois Goiás não despertava maiores interesses da União, era um Estado pobre, atrasado. E quando Caiado bradou por Goiás foi para denunciar os magistrados parentes que o contrariavam. Só mesmo

---

[241] RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral, *Coronelismo em Goiás: estudos dee casos e famílias*, p. 209 e ss.

[242] Idem. Miriam Bianca ali explica o mesmo que foi dito por Godoy Garcia: A questão das terras devolutas *"referia-se à aquisição, por preços simbólicos, das fazendas Tesouras e Aricá, por Totó Caiado, com base em lei aprovada durante o governo de Brasil Ramos Caiado. A lei que permitiu tal compra foi revogada assim que se legalizaram as escrituras de Totó Caiado"*

[243] Idem.

familiares para se digladiarem, pois outro juiz no Estado não teria coragem de enfrentar *Antônio Ramos Caiado*.

O reflexo direto dessa omissão do poder central quanto aos pedidos de Intervenção no Estado abria espaços para uma maior autonomia interna[244], sobretudo pelo fato da oligarquia Caiado ser hegemônica, com bem tecida *teia de aranha* nos poderes da República, da capital do Estado ao Rio de Janeiro. Vale lembrar que os políticos de Goiás pouco ou nada influíam nos caminhos da política federal, cujos cargos exerciam por personalismo e para assegurar interesses do grupo.

A figura goiana de verdadeiro compromisso com o Estado estampava-se em José Leopoldo de Bulhões, definitivamente vencido na Cidade de Goiás. Leopoldo foi uma notabilidade na vida pública: Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de São Paulo. Deputado Geral de 1881 a 1885. Em 1892 foi eleito Presidente do Estado, na primeira eleição direta para o governo de Goiás, não tendo assumido sob a alegação dos encargos de Deputado Federal entre 1891 a 1893; Senador de 1894 a 1902; Senador de 1909 a 1909; Senador de 1911 a 1918; Presidente da Associação Comercial; Presidente do Conselho de Contribuintes do Imposto de Renda. Foi nomeado Ministro da Fazenda em 1906, no governo de Rodrigues Alves. Em 1907 havia assumido a Diretoria do Banco do Brasil. Voltou a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda em 1909 na Presidência de Nilo Peçanha.[245]

---

[244] Segundo Itami Campos, obra citada.

[245] O nome de *José Leopoldo de Bulhões* foi atribuido a um Distrito no município de Silvânia, Goiás, em 8 de dezembro de 1931 por força do Decreto-lei nº 66.

E o correligionário José Leopoldo de Bulhões, no Rio de Janeiro, foi uma voz na imprensa em favor de São José do Duro, do que tratamos no livro *O Duro e a Intervenção Federal*.

Ministro, Deputado Federal e Senador **José Leopoldo de Bulhões** (corajoso político oposicionista e uma voz em favor do *Duro*).

XVIII

ABÍLIO WOLNEY E O COMBATE À COLUNA PRESTES. A COLUNA CAIADO E A COLUNA ABILIO WOLNEY

Na mesma época em que a oligarquia goiana procurava reprimir o movimento liderado por Santa Dica no povoado da Lagoa, em Pirenópolis, *"interveio em Goiás a Coluna Prestes. Como manifestação do tenentismo, a coluna pretendia moralizar a vida pública brasileira, pondo fim às fraudes eleitorais e à hegemonia dos grandes proprietários rurais. A coluna formou-se após as revolas tenentistas de 1924, dando inicio a uma guerra de movimento contra a república dos coronéis, representada pelo governo de Artur Bernardes. Liderado por Luiz Carlos Prestes, o movimento objetivava conscientizar as camadas pobres das injustiças do regime oligárquico, ganhando adesão das massas para a derrubada da ordem instituída. O movimento chocou-se várias vezes contra tropas oficiais e bandos formados por jagunços, a serviço dos coronéis. A coluna não sofreu uma única derrota graças ao brilhantismo de seu principal líder. A revolta tampouco alcançou seus objetivos de uma revolta popular ampla, desfazendo-se na Bolívia, em fevereiro de 1927.*

Em suas correrias pelo Brasil, a coluna Prestes fez parte de seu trajeto em território goiano, determinando que os coronéis da região se organizassem para combater o movimento. Sob a liderança da oligarquia dominante, formou-se a Coluna

Caiado. A coluna Prestes chegou a se articular com elementos insatisfeitos da política regional, mas a organização da coluna Caiado serviu para demonstrar a hegemonia dos Caiado no cenário político goiano."[246]

Segundo Osvaldo Póvoa,

Nos anos de 1925 e 1926 muitos municípios do antigo norte de Goiás viveram dias de pavor com as notícias da aproximação do que o povo denominava **os revoltosos**, grupo formado por militares e civis sob o comando de Miguel Costa, Juarez Távora, Carlos prestes e outros idealistas.

Este grupo revolucionário teve início com a união de força do Exército com oficiais da Força Pública de S. Paulo para mudar a política do Brasil que fazia trinta e cinco anos vivia sob o jugo do Partido Republicano em que só paulistas e mineiros eram eleitos, cresceu muito com a incorporação de pessoas que não se submetiam à rigorosa disciploina militar, cometendo crimes de toda natureza, inclusive assassinatos e estupros. As escolas fechavam, as famílias fugiam das vilas e cidades para se esconderem nas matas.

Através de ofício de 17 de novembro de 1925, o Delegado de Polícia do Porto Nacional relata as ocorrências ao Capitão Delegado Regional de S. José do Duro:

"Desde os Primeiros dias de outubro, conforme nos mandais dizer em ofícios de 3 e 10 do corrente mês que nos chegaram notícias da proximação das forças revolucionários vindas do sul do Estado e que alcançaram Natividade em marchas relativamente demoradas, onde estacionaram por alguns dias, chegando aqui a 15 do mesmo mês de outubro os primeiros e saíram a 25 os da última lturma. lSem meios de defesa, sem comunicações, segregado quase do resto do Estado, pois não temos nem estr4adas por onde chegasse proonto socorro, este não tivemos e por isso a população abondonou a cidade para onde voltaram as famílias logo as forças da revolução garantiaram-nos.

Houve as costumeiras requisições, precedendo-as a posse ***manu militari*** das fazendas que eram percoridas pelos soldados revolucionários e arrebanhada toda a cavalhada e muitos gados que deixaram pelos campos.

(...)

Foi nesse clima de pavor que a Vila do }Duro recebeu em setembro de 1925 a notícia de que os revoltosos marchavam em sua direção. A Vila, recém saída de uma chacina, estava sediando a 4ª Companhia da Polícia Militar do Estado de Goiás sob o comando do Capitão Antônio César de Siqueira que tomou as necessárias providências para interceptar os revoltosos em Santa Maria de

[246] ASSIS, Wilson Rocha, *Estudos de História de Goiás*, Vieira, 2005, p. 101.

Taguatinga, lincluisive requisitando os serviços do civil Francisco Liberato Povoa para servir como enfermeiro. No dia 29 de setembro de 1925 a vila de Santa \maria de Taguatinta foi atacada por 250 revoltosos, segundo informe do comandante da força policial. Comandavam este pequeno grupo os coronéis Juarez Távora e Siqueira Campos, enquanto o grosso da coluna revoltosa sob o comando do General Miguel Costa, do Coronel Carlos Prestes e do civil João Alberto Lins se desolocava rumo a Conceição do Norte. O General Miguel Cosa e o Coronel Carlos Prestes falam de modo sucinto dessa passagem em carta ao gaúcho Dr. Batista Lusardo:

"A 28, a Divisão deslocou-se para Natividade via Conceição, enqluanto que uma força do 3º Destacamento, sob o comando do Tenenten-Coronel Siqueira Campos era lançada como flanco guarda direito da Coluna nas direções de Santa Maria de Taguatinta e Duro. Cumpria ainda a esse flanco-guarda destacar sobre a fronteira baiana a fim de fixar ou localizar as avançadas inimigas, constituídas de um lado pela polícia goiana, saída do Duro e de outro, por forças federais vindas de Barreiras, na Bahia".

As notícias do choque dos revoltosos com a polícia em Santa Maria de Taguatinta fizeram com que as escolas suspendessem as aulas até a passagem da tormena em várias localidades. Do município da Palma um professor dava notícia de ter a cidade sido invadida em 1925 pelas hostes revolucionárias do Genral Izídio.

Passada a tormenta o Professor Cárdia relata em poucas palavras o que ocorreu no Município da Palma, que na verdade é uma síntese do que aconteceu por onde a chamada **Coluna Prestes** passou na sua caminhada de mais de trinta mil quilômetros por todo o Brasil:

"Aula Pública da cidade da Palma, em 27 de outubro de 1925. Exmo. lSr. Dr. Artur da Silva Jucá, DD. Secretário do Interior e Justiça. Saudações. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. Que tendo-se as hostas revolucionárias afastado deste município, onde fizeram muitas depredações, saqueando e incendiando propriedades de alguns fazendeiros, invadindo lares nos lqluais implantaram a desonra e o luto sem que ao menos coubesse às infelizes e indefesas vitimas de tamanho banditismo o sagrado direito de protestarem, V. bem V. Exa. Pelas ligeiras exposições que aqui faço os horrores que sofremos durante os longos e tenebrosos dias do corrente mês. Os prejuízos causados neste município são superiores a 100:000$000(Cem contos de réis). Aproveito a oportunidade para reafirmar a V. Exa. Os protestos de subida honra e distinta consieração. Saúde e Fraternidade. O Professor Aristides Mendes Cárdia".[247]

Por esse tempo, Abílio Wolney, pior do que no ostracismo político, ainda sofria acirrada perseguição da oligarquia Caiado, que não tendo conseguido matá-lo na Chacina de 1919,

[247] PÓVOA, Osvaldo Rodrigues, *Inconfidências de Arquivo(O Velho Norte de Goiás)*, Kelps, 2006, p. 181 *usque* 187.

queria o seu escalpo a todo preço, mais cedo ou mais tarde, como vimos antes.

Também em 1926, estando Presidente da República Arthur Bernardes, o mesmo anistiou Abílio Wolney, isentando-o dos processo judiciais formalizados pelo Governo goiano desde a Revolução do Duro.

O *perdão geral* de Arthur Bernardes, também dado a outros Coronéis da Guarda Nacional, vinha num ato pelo qual a União declarava impuníveis, por motivo de utilidade social, todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, fosse fazendo cessar as diligências persecutórias, fosse tornando nulas e de nenhum efeito as condenações.

Era o indulto com o qual Abílio Wolney se veria livre *sentença de morte* dada pela oligarquia Caiado, em razão da qual *"se havia refugiado na Bahia, depois no Piauí, onde chegou a mudar o nome para Aveiros Cavalcante e ali permaneceu, na cidade de Floriano, sob a proteção de um parente, seu primo, o juiz de direito José Messias Cavalcante. Chegou a ser sapateiro no Piauí. Na Bahia, permanecera algum tempo em Barreiras. Daí é que foi para o Piauí. Do Piauí volta para a Bahia.Ainda fugindo, fica em Pilão Arcado, sob a proteção do coronel Franklin Lins de Albuquerque".*

Agora anistiado e feito coronel-patriota no governo Bernardes, Abílio Wolney passa a residir definitivamente em Barreiras-BA.

A rigor, tal anistia foi um ato sobremaior no aspecto político e legal, mas juridicamente estéreo, salvo quanto a novos processos abertos *a posteriori* e até aqui desconhecidos pela história, porquanto o processo presidido pelo Juiz Celso Calmon já havia sido encerrado judicialmente por prescrição, portanto sem condenação contra Abílio Wolney. O Ato presidencial

serviu sim para consignar que os processos que tinham o dedo do Governo de Goiás cuidavam-se de perseguição política, é tanto que o Tribunal de Justiça bem antes, o anulou, entendendo se tratarem de *fatos políticos*, da competência da Justiça Federal, que o havia sepultado por sentença extintiva.

O Presidente da Republica havia concedido ao Cel. Abílio Wolnley a patente de Tenente-Coronel e Coronel-Patriota. O próprio Abílio *"formaria um batalhão de 1000 homens, devidamente fardados, municiados e instruídos, para dar combate à Coluna. Nessa época, andava fardado de tenente-coronel. A única diferença da sua farda para a dos militares regulares era as divisas pretas. A dos militares de carreira, eram brancas."*

Era a *Coluna Wolney*, assim designada por seu Comandante-em-Chefe, que jamais colheu desse levante patriótico qualquer dividendo, mesmo que político.

Com a missão de combater a Coluna Prestes e comandando um dos principais batalhões do Exército Brasileiro, segundo Jorge Amado no livro *O Cavaleiro da Esperança*, *"vamos encontrar Abílio Wolney no dia 24 de fevereiro de 1926 na cidade de Boa Vista, no Pernambuco, ao lado de outros, na linha de frente do seu Batalhão."*

Abílio Wolney, entretanto, usava da estratégia de mandar alguém delatar que o seu Batalhão estava no encalço da Coluna, de modo que os revoltosos fossem se afastando da localidade onde se encontrassem, evitando o choque armado.

Simpático à causa de Carlos Prestes e sabedor da necessidade da queda das oligarquias – pois era a maior vítima de uma delas –, Abílio Wolney também *sonhava conscientizar as camadas pobres do norte das injustiças do regime oligárquico*.

Todavia, Abílio Wolney aceitava a patente do

Governo Federal como Alvará de Soltura, visto como depois do Barulho de 1919 em sua terra, estava expatriado, e mesmo fora do seu Estado foi perseguido pela polícia dos Caiado, agora sob o comando do Cap. Antônio César de Siqueira, que vinha para eliminá-lo.

A República dos coronéis era um tacão – já o havia sentido. De Coronel, Abílio Wolney não tinha mais nada. Fugitivo, roubado, com seu pai, seu irmão, seus parentes e seus amigos assassinados em 1919, só tinha a notícia de que o Cap. Siqueira, vindo da Capital, estava de posse da Vila do Duro desde 1923, morando dentro do próprio Casarão dos Wolney, que invadiu, e levando o gado da família, praticamente todo surripiado pelo preposto do Governo.

Segundo Pang,[248] *"(....) no início de 1926, cerca de dez Batalhões patrióticos" foram organizados pelos coronéis da Bahia. Três deles tiveram um papel importante na campanha: o batalhão de Lavras Diamantina, comandado por Horácio de Matos (cerca de 1500 homens) o batalhão Franklin Lins, do Vale Médio do S. Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por recrutas de Barreiras e Goiás (cerca de 1000 homens). Essas unidades recebiam dinheiro e armas do Governo Federal, e os oficiais e todos os outros homens receberam postos como se fossem do exército."*

O Batalhão de Abílio só podia ser composto mesmo por homens do nordeste goiano e de Barreiras-BA, que era divisa. A ressalva é para observar a existência da chamada *Coluna Caiado*, Batalhão de voluntários recrutados nos municípios do sul pelo então Senador Totó Caiado.

[248] PANG, Eul-Soo, *The Politics of Coronelismo in Brasil: The Case of Bahia (1889-1930)*, p. 187.

Conforme o "Boletim Official" do jornal O Democrata nº 422, de 11/9/1925, mesmo não tendo se confrontado com os revoltosos, a participação dos seguidores de Caiado serviu como importante fator de recrutamento de eleitores para as eleições do Legislativo Estadual rumo à manutenção da oligarquia goiana. O referido jornal é citado por Itami Campos[249], para quem *"no que se refere ao combate à Coluna Prestes, em Goiás, são graves as acusações feitas ao Senador Caiado, por diferentes autores"*.

Numa carta da época, Abílio Wolney narra a seguinte ocorrência:

"Corrente 19-12-25.

"Antoninho, hoje ao entrar do sol recebi seu ofício de ontem procedente como devia. Antes do seu positivo chegava o Epifânio com a ordem do comando-em-chefe para que o Esquadrão seguisse para embarcar em Pontal e o Bm. patriota para Santa Rita; tudo sem perda de tempo. Os revoltosos tomaram Urussuly e devem estar em Floriano pelo que foi alterado o plano de defesa. Em vista disso V. despacho atrasados expressos que despachou para Vitória e Urussuly e volte com o resto do pessoal trazendo os do posto. Isto por aqui, por enquanto está em perigo. O Cap. Meirelles virá com a força dele para esta Vª. José Honório continuará em suas fazendas juntando seu gado. Calcule as despesas dos soldados que ficaram e dê o dinheiro preciso a fim de nada ficarem a dever. No dia que v. saiu piorei da caxumba, só hoje estou me levantando muito abatido. Lembrança a teu pessoal, de teu sogro amigo. ***Abílio Wolney".***

[249] Obra citada.

Combatentes da Coluna Prestes. Na primeira fila, o 1º homem à esquerda é Abílio Wolney.

O primeiro à esquerda é o Cel. Abílio Wolney e o terceiro é Coquelin Ayres Leal. Na fila de

traz, o primeiro à esquerda é o Prof. João Correia de Melo.

XIX

O AMIGO PEDRO LUDOVICO E A REVOLUÇÃO DE 1930

Ao final do governo de Alfredo de Morais, estava em curso o processo da Revolução de 1930, que extirparia a supremacia dos Caiado em Goiás.

Chegava-se ao ápice da Revolução Nacional, sob as rédeas de Getúlio Vargas.

Com a vitória da Aliança Liberal, a Junta Governativa Pedro Ludovico – Des. Emílio Povoa – Mario Caiado derrotou Totó Caiado, que se retirou da Capital do Estado.

Mario d'Alencastro Caiado era aquele juiz dissidente no *"caso judiciário"*, quando houve um racha dentro da família Caiado entre 1926 e 1927. A partir dali, Mário Caiado fundou, em junho daquele ano, o jornal *Voz do Povo*, que sustentou o combate ao grupo caiadista e aglutinou a oposição. Esta contou também com Americano do Brasil e Colemar Natal e Silva, membros da família Caiado por laços de casamento, e com o primo Claro Godoy, do mesmo tronco familiar de Mário Caiado.

O vulto altaneiro do Des. Emílio Francisco Póvoa pela primeira vez na vida não estava numa cadeira de Desembargador. Tomava assento numa cadeira colegiada com seus pares na Junta Governativa.

Emilio Póvoa assistira os desmandos na Capital – com muitos dos seus votos vencidos no Tribunal – no aguardo daquele dia memorável.

Nunca se dobrou para a oligarquia. Dentre outros pedidos de intervenção federal em Goiás, foi ele o autor de uma longa e fundamentada petição de Intervenção da União no Estado de Goiás, pois muitas decisões judiciais, especialmente as suas, não eram cumpridas pelo Governo e sua clientela. Justamente por causa daquele pedido de Intervenção, Emilio Povoa foi destituído do cargo de Presidente do antigo Superior Tribunal de Justiça de Goiás para dar entrada ao Des. Ayrosa Alves de Castro, primo do afamado Des. João Alves de Castro, cunhado de Totó Caiado.

Com certeza recordava-se de tudo, numa indignação sem mágoa. Chegado o momento, esperada há quase duas décadas. Era a hora da vitória da toga Justiça.

O seu anelo era a magistratura. Nela, em 1919, proferiu o memorável *Voto* condutor do *Acórdão* que anulou todo o processo da Comissão do juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, juiz mandado pelos Caiado para presidir a Comissão que culminou no massacre dos reféns na *Chacina Oficial de 1919*.

E Celso Calmon foi preso, processado e depois condenado, embora tenha conseguido se livrar de tudo no final dos anos 20, quando chegou a Desembargador, com o dedo de Totó Caiado.

Logo que Pedro Ludovico assumiu o governo monocrático, uma das primeiras providências que tomou em 1930

foi colocar o novel Des. Celso Calmon Nogueira da Gama em disponibilidade, uma espécie de aposentadoria compulsória, livrando-se dele em Goiás. Calmon voltou para sua terra, no Espírito Santo, onde morreu no ostracismo.

No seu livro *Memórias*, Pedro Ludovico expõe o drama, especialmente do Estado, naquela quadra da história:

"Embora me sentisse revoltado com a falsa democracia que existia em todo o Brasil e em Goiás, continuava afastado das lides políticas, para não provocar aborrecimentos ao meu sogro. Chegou a tal ponto a minha repugnância pela situação, que não mais resisti e tomei atitude. Meu sogro (Antônio Martins Borges ou Totonho Borges) não me impediu de assim agir. Eu, Ricardo Campos, Dr. Almeida Barros, advogado militante, Atanagildo França e Teódolo Emrich fundamos o jornal "O Sudoeste" e começamos a criticar os erros da política e da administração do Estado, onde imperava uma familiocracia. Basta lembrar que Antônio Ramos Caiado era Senador da República, Brasil Caiado, irmão dele, Presidente do Estado, Joviano Alves de Castro e Lincoln Caiado de Castro, Deputados Federais, respectivamente, cunhado e sobrinho-genro do Senador.

"Entrando na refrega política, como dizia, comi o pão que o diabo amassou. Apesar de nossas divergências, nunca fui inimigo pessoal do Chefe Caiadista de Rio Verde. Mantivemos sempre relações cordiais.

"Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. A maior parte do povo estava insatisfeita, mas só alguns pequenos grupos, na velha Goiás, em Rio Verde, em Inhumas, punham as mangas de fora, Não vou citar nomes porque cairia fatalmente em omissão de muitos que foram bravos. Pode ser que, no correr destas Memórias, fale em alguns.

"As eleições eram um escárnio, uma brincadeira.

Colocavam-se nos postos onde se realizavam os sufrágios, um Tenente da Polícia e dois soldados. Ao entrar, o eleitor recebia de um dos mesários um envelope fechado, que continha o seu voto e o colocava na urna. Muitas vezes, nem a esse trabalha se davam. Chamavam umas três ou mais pessoas, inclusive os transeuntes, que assinavam os nomes dos eleitores, para "efeito legal". Era o regime escandaloso das atas falsas. Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro.

"Não somente isso o que me indignava, sobretudo, a falta de garantias que sofriam os que não se conformavam com esse estado de coisas, as perseguições de que eram vítimas.

"Quanto mais o nosso movimento ganhava vulto, mais se acentuava a reação do absolutismo. Mesmo assim, quando havia eleição para qualquer cargo público, de Prefeito, Vereadores, Deputados, Governador ou Senador, dávamos sinal de vida. Não podendo entrar na sessão eleitoral, votávamos em Cartório, como uma forma de protesto. (...)

"Sabendo que aqueles votos em Cartório nada valiam, pois não eram computados, queríamos provar a nossa determinação de repelir uma eleição fraudulenta e escandalosa.

"Iam para Rio Verde os oficiais mais valente e violentos da Polícia Militar, que, felizmente, sempre manifestavam uma consideração à minha pessoa. O ambiente, dia a dia, mais se carregava.

"Abriram-se-me duas alternativas: ou mostrar forte ou abandonar a luta. (...)

"O destacamento policial se fortalecia, de meses em meses, com mais soldados que chegavam. As violências contra elementos do povo ocorriam constantemente."

E narrando outros fatos, continua Pedro Ludovico:

"(...) Estando já em minha casa, uma cunhada minha me alertou que um grupo de soldados, armados de fuzil, para lá se dirigiam. Estava só. Minha mulher foi encontrá-los à porta da rua. O tenente foi logo lhe dizendo que ela se considerasse viúva, pois ia matar-me e que me buscaria dentro da minha residência (...). Para que o incidente não se tornasse mais grave, fui passar alguns dias em Uberlândia, a pedido do meu sogro (Totonho Borges).

"Esse militar, conforme fui informado, meses depois foi fazer uma prisão em Catalão, matando um homem, deixando na orfandade dez filhos. Não guardei, nem guardo, nenhuma mágoa dele, mesmo porque estava cumprindo ordem superior, ficando certo disto depois que recebi uma carta de um alto representante do Judiciário Goiano, informando-me de que o Oficial tinha sido recomendado para assim proceder, a fim de me desmoralizar ou matar. Eventos que tais foram numerosos comigo, não valendo a pena recordar, a não ser os principais.

"O mandonismo caiadista convenceu-se de que era preciso uma atuação mais violenta contra os inadaptáveis do sudoeste, e, então, enviou para Rio Verde o Delegado Especial Erkonvaldo de Barros, acompanhado de 50 soldados. Afirmava-se que este homem fora indicado pelo Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Juvenal Lamartine, ao Senador Antônio Ramos Caiado.

"Tramava-se e se executava uma expedição punitiva contra os rebeldes que não queriam se submeter à política caiadista.

"Nos idos de 1929, tão logo chegado a Rio Verde, Erkonvaldo de Barros pediu a mim e ao meu sogro que

comparecêssemos à sua presença, porque tinha necessidade de conversar conosco. Não previmos que estivesse usando uma artimanha, para nos prender. Lá chegados, convidou-nos para acompanhá-lo à Cadeia Pública, onde instalara a sua Delegacia. Retirou-se, dizendo que voltaria logo. Depois de quatro dias, apareceu bêbado.

"Antes de entrar na sala em que nos encontrávamos detidos, ouvimos que ele espancava uma pessoa, que estava também presa. Imediatamente, soubemos que se tratava do advogado que havia requerido habeas corpus para nós e cuja concessão, horas antes, tinha sido deferida pelo Juiz José Ferreira de Azevedo, magistrado íntegro, com muito bom nome na Comarca. O advogado era meu velho amigo, muito corajoso, porque se não o fosse não teria ânimo para defender a nossa causa.

"Em seguida ao espancamento, surgiu Erkonvaldo diante de nós. Foi logo dizendo que tinha ordens negras contra mim. Não deixei que continuasse. Respondi-lhe que, se ele me tocasse com a mão, como acabara de fazer com o advogado, o mataria, não na prisão, porque não havia possibilidade, mas depois, em qualquer lugar onde o encontrasse. Esbravejou, repetindo que eu era um insolente, um atrevido, e que tinha ordens especiais contra mim, e se afastou, deixando-nos incólumes. Prendeu mais de vinte pessoas na cidade e, em seguida, partiu, na sua missão punitiva, para Jataí.

"Naquela cidade, próxima a Rio Verde, agiu mais violentamente. Encarcerou muitos membros da família Carvalho. Colocou-os e outros em uma única prisão, onde ficaram vários dias, fazendo as necessidades fisiológicas, uns na vista dos outros. Quando recebeu ordem do Presidente do Estado, Dr. Brasil Caiado, para liberta-los, tomou de uma chibata e deu em cada um uma chibatada. Retirou dois indivíduos humildes, presos por motivos fúteis, e os assassinou nas margens do Rio Claro, que

corre perto de Jataí. Fez isto apenas para apavorar o povo.

"Mandou surrar muitas pessoas que estavam presas e repetiu as mesmas violências na cidade de Mineiros. Mandou ou consentiu que três soldados espancassem, com o intuito de roubar-lhe uns diamantes, o sírio Elias. Mandou doze soldados à Serra do Cafezal, onde cometeu, pessoalmente, os maiores desatinos, maltratando e roubando muitos fazendeiros, entre os quais o Sr. Cândido da Costa Lima, conhecido por Candinho, do qual arrancou, um por um, numerosos fios de sua barba. (...) Tudo isto que estou relatando foi apurado em inquérito, após a vitória da Revolução de 1930.

"Meses depois fui à velha Goiás com os meus amigos Ricardo Campos e Belarmino Cruvinel. Ao passarmos por Campinas, hoje parte integrante de Goiânia, vimos um homem bem vestido, com dois soldados ao lado, arrancando pragas de uma das ruas da pequena cidade. Antes tomou uma dúzia de bolos de palmatória e, em seguida, fora obrigado a fazer aquele serviço. Tratava-se de um comerciante local que teve a petulância de não rezar pela cartilha do Caiadismo.

"A Revolução estava em marcha (...) No dia imediato à minha chegada a Uberlândia, parti para a mesma região de onde tinha vindo, chegando a Santa Vitória à margem do Paranaíba. Nesta pequena e velha cidade, encontrei-me com Oscar Bernardes, fazendeiro abastado, descendente de uma velha família mineira. Trazia comigo, além de alguns companheiros, que me esperavam em Uberlândia (habituados à luta armada, nos combates travados em Mato Grosso...), mais vinte rapazes, que, espontaneamente, a mim se ofereceram para lutar, entre os quais se destacaram Jedeon de Barros e Joaquim Roberto de Souza. Oscar me foi utilíssimo, tendo me arranjado cerca de 80 (oitenta) homens.

"Acompanhavam-me, entre os vinte de

Uberlândia, Jonas Mun e o enfermeiro Otto, ambos europeus, e que haviam lutado na guerra mundial de 1914. Jonas se tornou o meu chofer e foi de uma dedicação sem limites para comigo. Parti adoentado de Uberlândia. O enfermeiro Otto encarregou-se de dar instrução militar aos meus homens, durante dois dias.

"Atravessamos o Paranaíba em um barco, no Porto São Jerônimo, e depois de uma hora de marcha em território goiano tivemos o primeiro choque. A minha vanguarda encontrou-se em uma curva da estrada com um automóvel que conduzia seis soldados e um motorista. Não houve tempo para entendimentos e o tiroteio se estabeleceu entre os dois grupos.

"Logo depois os alcancei, verificando que um dos solados tinha sido ferido e se embrenhara em um cerrado próximo..."

"Seguimos para uma cidade próxima, antiga Capelinha, hoje Quirinópolis. Nas vizinhanças, havia um riacho e uma ponte, que deveríamos atravessar. Quando o fazíamos, tivemos que recuar, pois recebemos uma fuzilaria de quinze soldados, comandados por um sargento. Houve a luta, que durou meia hora, mais ou menos. A força policial bateu em retirada e nós entramos na cidade, conduzindo três feridos, um dos quais não suportou os ferimentos, falecendo pela madrugada. Fiz o que pude para salvar a vida de todos. Mas como não podia parar, continuei em direção de Rio Verde.

"Ao acamparmos perto de quatro quilômetros desta, verifiquei que dos 110 homens da nossa força 40 haviam desertado, após o segundo tiroteio. Restavam-me setenta.

"Às cinco da madrugada estávamos às portas da cidade. Era nossa intenção atacar o destacamento policial e tomar as suas armas. Entretanto, ignorávamos que as forças governistas ali tinham sido muito aumentadas, com soldados e paisanos.

"Continuando a marcha, fomos logo interceptados por uma intensa fuzilaria, a que resistimos duas horas. Terminada a nossa munição, o meu pessoal recuou, menos eu e dois companheiros, que se separaram de mim, cada qual procurando se salvar. Nós três não tínhamos possibilidade de alcançar os caminhões que nos conduziam.

"Ficando só, tentei abrigar-me, depois de arrastar-me pelo solo cerca de 50 metros, chegando a um pequeno bosque. Era tal a minha fadiga, que dormi imediatamente seis horas seguidas. Então, um menino, que estava à procura de um animal, me viu e foi avisar, na cidade, que havia um homem morto, onde se dera o combate.

"Poucos minutos depois, um grupo de 20 homens se acercou do lugar em que me encontrava, vindo atirando em todas as moitas. Despertei com os tiros e avistei o grupo. Levantei-me e um dos componentes, surpreso, me deu ordem de prisão. Havia vários amigos no grupo, forçados pela situação, a ficar a favor do Governo.

"Seguimos e, 15 minutos depois, atingimos a primeira rua de Rio Verde, onde o Tenente Catulino Viegas[250] *nos esperava. Foi muito delicado comigo, perguntando-me se queria ir a pé ou de automóvel. Com as vestes sujas como estava, preferi o automóvel.*

"Trancafiaram-me no pior xadrez. (...)

"No dia 24 de outubro, pela madrugada, entra no meu cárcere o Tenente Catulino e me declara que recebera ordem do Senador Ramos Caiado de me remeter para a velha Goiás.

[250] Aqui ressurge, em 1930, a figura truanesca de Catulino Viegas, já tenente, com a missão de prender e conduzir preso o revolucionário Pedro Ludovico.

Vesti-me com a única roupa velha e rasgada, que estava comigo. Ao deixar a porta da prisão, apareceram-me os Drs. Zaqueu Crispim e César da Cunha Bastos, dizendo aquele que tinha ordens de me conduzir a Goiás e que sentia muito prazer em abraçar um homem digno como eu. Foi um conforto para mim, encarcerado, havia 14 dias, e não sabendo do meu destino. (...)

"Tornei a ficar surpreso.

"Continuamos com destino à velha Capital. (...)

"Soube, posteriormente, que os soldados, portadores do recado do Dr. Jucá, tinham a missão de me assassinar e ao Ricardo. E tanto era verdade que, ao continuarmos a viagem, o Zaqueu mandou desarmá-los. (...)

"A dezoito quilômetros de Goiás, antiga Capital, surgiu um automóvel com três pessoas. (...)

"Só Zaqueu continuou, conduzindo-me e ao Ricardo. Depois de andarmos uns três quilômetros consultou-me se não me aborreceria se ele me levasse à presença do Vice-Presidente do Estado, já que o Presidente, Dr. Alfredo Lopes de Morais, achava-se licenciado e os então Senadores Brasil Ramos Caiado e Antônio Ramos Caiado, e mais parentes, tinham abandonado a Capital, tão logo souberam do êxito da Revolução. (...)

"Aconteceu, porém, ficar sabendo, uma hora depois, que uma coluna de revolucionários, comandada pelo Dr. Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas, vinda de Paracatu, cidade mineira, se aproximava da velha Goiás. Em conseqüência, impedi a remessa de forças de Itumbiara.

"Consultei alguns amigos se queriam comigo ocupar o Palácio do Governo. Dez concordaram e assim o

fizemos. (...)

"Decidiu o alto escalão revolucionário que deveria ser nomeada uma Junta Governativa, composta de três membros, para cada unidade federativa. Eu, o Desembargador Emílio Póvoa e o Juiz de Direito da Capital, Dr. Mário de Alencastro Caiado, fomos os escolhidos. Na hora da pose, quis ceder a cadeira do centro ao Desembargador Póvoa, não só porque era o mais velho, senão também um Juiz muito íntegro, que gozava de ótimo conceito. Por insistência de Carlos Pinheiro Chagas, tomei esse lugar. (...)

"A junta durou poucos dias, tendo sido eu nomeado Interventor Federal do Estado.

"Cumpre ressaltar, aqui, que este ilustre goiano muito nos ajudou no combate ao Caiadismo. Atuava com muita freqüência e ardor na imprensa carioca e goiana. Bom jornalista, conhecedor, destarte, de tudo que se passava no nosso Estado, não dava descanso à oligarquia que imperava em Goiás. (...)

"No dia 29 de outubro de 1930 assumi como membro da Junta Governativa, nomeada logo após a vitória da Revolução, o Governo deste Estado. Três semanas depois, tive o desprazer de ver separarem-se de mim os meus ilustres companheiros dos primeiros dias de governo, os Srs. Drs. Mário Caiado e Emílio Póvoa, por força do Decreto que me investiu nas funções de Interventor.

"O povo brasileiro, inclusive o goiano, vinha de uma luta cívica memorável, sem similar no registro da vida nacional. Goiás, como nenhuma outra unidade federativa, sentiu o peso de uma situação despótica e oligárquica, que tudo fez para sobrepujar as condições de insegurança em que se via envolvido o País. A pletora de mandonismo, o prazer sádico pela violência, o sentimento de irresponsabilidade predominavam tanto na

mentalidade dos situacionistas, que a insegurança se apresentava a todos e sob todos os aspectos. Insegurança na vida comercial, industrial e máxime na vida política.

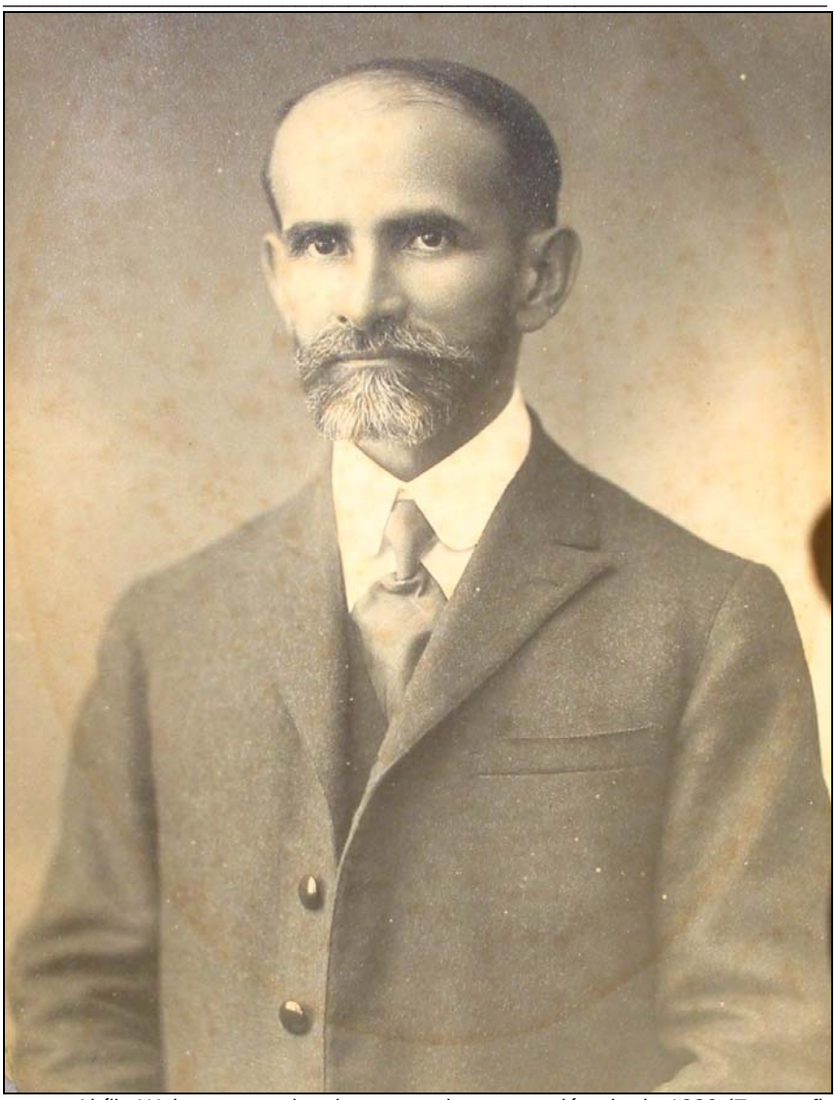
"O comércio e a indústria não podiam se desenvolver em virtude da falta de garantias que se lhes defrontava, sujeitos aos botes de qualquer aventureiro que ás portas lhes aparecesse, quase sempre amparado pelas boas graças dos poderosos. Os habitantes do hinterland se viam ainda mais ao alcance das acometidas dos mastins que infestavam o situacionismo.

"Nesse ambiente sombrio, corrupto, pressago, não havia possibilidade de progresso, de entusiasmo. Já ninguém queria se aventurar a estas plagas com a intenção de habitá-las, devido ao receio da intranqüilidade que, certo, o esperava. Aos que se davam à veleidade de manifestar uma idéia contrária aos imperantes, a estes nenhum direito, nenhuma lei, nenhum dispositivo legal lhes amparavam as pretensões. Eram irrequietos, turbulentos, visionários, a quem a própria justiça temia atender, de pés e mãos atadas como se via, donde a sua vacilação, a sua apatia dolorosa ante os recursos a ela dirigidos dos que sofriam. Felizmente, a revolta dos sonhadores que não se acomodaram com os mandões, encontrou eco na alma popular, permitindo que a revolução se tornasse triunfante e correndo com os vendilhões da Pátria e os conspurcadores do regime.

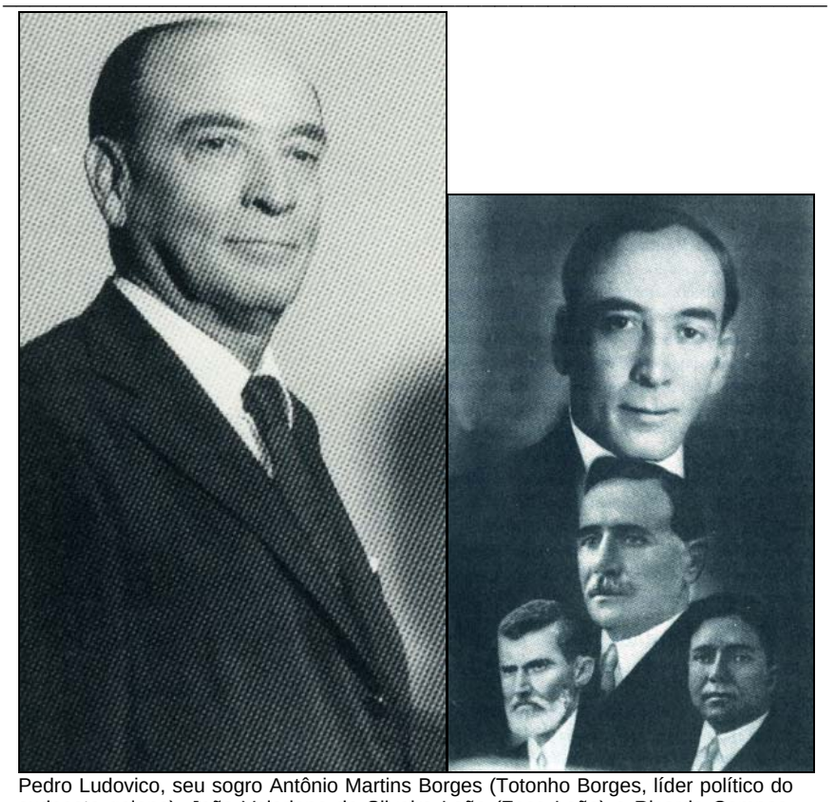
"Conquistei (a posição de interventor do Estado) à custa de sete anos de combate aos passadistas que nos asfixiavam com toda espécie de truculências. Conquistei-a conhecendo cárceres, cujos grilhões jamais puderam abafar a voz de meu civismo, o entusiasmo das minhas ideologias. Conquistei-a com um longo sacrifício de amigos e de minha família; com a invasão, por várias vezes, do meu lar por uma polícia celerada e sem freios, que se orientava pelas diretrizes torvas e criminosas de seus chefes.

"Conquistei-a finalmente pelo argumento máximo das armas, extremo a que chegam os espíritos resolutos contra os Governos tirânicos e violadores da soberania popular."[251]

[251] Memórias, Pedro Ludovico Teixeira, 2ª edição, Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973, págs. 18 a 19 e 26 *usque* 59. Desse mesmo livro vieram as fotografias acima.



Abílio Wolney, anos depois, provavelmente na década de 1930 (Fotografia do acervo do filho Joaquim Wolney)



Pedro Ludovico, seu sogro Antônio Martins Borges (Totonho Borges, líder político do sudoeste goiano), João Valeriano da Silveira Leão (Zeca Leão) e Ricardo Campos, correligionários políticos e oposição ao "caiadismo".[252]

[252] Fotografias extraídas do livro*Tempos Idos e Vividos. Minhas Experiências*, de Mauro Borges Teixeira, 2ª edição, páginas 43 e 61.

Des. **Emílio Francisco Povoa**, que terminou integrando a Junta Governativa na Revolução de 1930, quando caiu a oligarquia Caiado.

O antigo nordeste goiano sucumbiu em parte na resistência de 1919 em São José do Duro ou mesmo no ideal dos jagunços em levarem o ataque a Goiás Velho e tomarem o poder com as armas. Fê-lo Getúlio Vargas, com a tríade da Junta Governativa, depois singularizada em Pedro Ludovico Teixeira.

Os desmandos da oligarquia chegavam a termo. O holocausto dos *mártires* do Duro – do que trataremos em *A Chacina Oficial* – foi na história uma das sentenças condenatórias do próprio sistema que os matou naquele *pelourinho erguido para gáudio dos tiranos.*[253]

O Caiadismo foi o gestante do seu próprio fim, visto como os seus sequazes não tardaram muito a caírem em face da reação das massas anônimas e vítimas do seu sistema de mando.

A oligarquia propriamente durou de 1912 a 1930 – não obstante o exercício de cargos por Totó e o clientelismo que já vinha de décadas anteriores – numa sucessão familiocrata de cunhados de Totó Caiado, como o Des. João Alves de Castro, e a ocupação de cargos por quatro irmãos deste, além do outro cunhado, Senador Eugênio Jardim e diversos irmãos e parentes, muitos agregados pelo casamento, como já mencionamos.

"Alta noite do dia 24 de outubro de 1930, o tropel de cavalos riscando em trote largo com suas ferraduras novas apressadamente colocadas, tirando lajedos de Vila-Boa, não chamou a atenção de quase ninguém. Reinava a confusão na vetusta cidade, diante das notícias da queda do governo, no Rio de Janeiro. Os cavaleiros, o estado-maior do caiadismo, tomavam

[253] Frase de Voltaire Wolney Aires, no livro *Mensagens e Poemas do Além,* pág. 16.

o rumo da Fazenda Tesouras, de propriedade do suserano deposto".[254]

[254] Assim Joaquim Rosa descreveu a retirada dos Caiado da antiga Vila Boa, após a Revolução de Getúlio Vargas. A Junta Governativa assumiu o governo do Estado das mãos de Pinheiro Chagas, mineiro que veio garantir a vitória da Aliança Liberal em Goiás. (A citação consta de texto de Miriam Bianca Amaral Ribeiro no livro *Coronelismo em Goiás:estudos de casos e famílias*, págs. 232/233, coordenado por Nasr Fayad Chaul).

XIX

PRISÃO E OSTRACISMO DE TOTÓ CAIADO

Por ocasião da Revolução de 1930, o então senador Totó Caiado teve de fugir com a notícia da aproximação da coluna revolucionária, engrossada por homens do Exército brasileiro, cujo Estado Maior estava centralizado em São Paulo. O mano Brasil Ramos Caiado, que ocupava a presidencia do Estado, também se retirou às pressas do Palácio Conde dos Arcos, abandonando o governo da antiga capital de Goiás.

Como narra o escritor Cristovam Francisco de Ávila,

> Foi o próprio Antonio Ramos Caiado que relatou os maus bocados que teve de suportar com o seu irmão Brasil e seu filho Ubirajara. Dentre eles, consta o fato histórico incluído no processo de inventário feito por falecimento de sua filha Cory de Carvalho Caiado [...]. Passaram por duros momentos, sentindo a morte a cada instante, amoitados por dias seguidos entre os contrafortes da serra do Taquaral, dentro do município de Crixás, sem comida, sem agasalho, por terem saído às pressas, acossados que foram com a entrada das forças militares na capital do Estado.

O fato histórico relatado foi transcrito pelo escritor referido, haurido da edição de 11 de junho de 1978 do jornal *O Popular*, onde Totó Caiado, senador à época, narra, com outras palavras, que ele mesmo, acompanhado dos três irmãos, Arnulfo, Leão e Brasil, além do filho Ubirajara e do Dr. Juca, haviam refugiado inicialmente na fazenda *Tesouras*, sendo sabido que as mulheres da família ficaram *no convento das Irmãs Dominicanas.*

Parafraseando o próprio texto em remissão, percebe-se que Pedro Ludovico Teixeira, já nomeado Interventor em Goiás, sucedia a honrosa Junta Governativa, designada para os primeiros dias pós Revolução e que teria durado três semanas.

Dono do poder, o Interventor quer a ordem e manda apurar os abusos de quase duas décadas de mandonismo e violências.

Nos primeiros dias do regímen de Getúlio Vargas, os Estados da Federação são diretamente guarnecidos por Batalhões do Exército, a par a Polícia Militar reestruturada em cada ente da Federação.

Na Fazenda *Tesouras*, antes mesmo da entrada da força federal na Capital do Estado, Tóto havia reunido grande número de jagunços, bem armados para a reação.

Todavia, como se passassaram dias sem outras medidas coercitivas da Nova Ordem, parecia que, tomado o governo do Estado como corolário da Revolução de Getúlio Vargas, tudo acabaria em paz, razão porque Caiado dissolveu suas forças privadas, desguarnecendo a Fazenda.

Antes, porém, precaveu-se em dar sumiço ao irmão Brasil, retirado da Fazenda na companhia do outro irmão Arnulfo e do Dr. Arthur Jucá. É que Brasil Caiado, deposto do governo, era o segundo homem visado, por seu rastro mais recente de desmandos.

Do Palácio Conde dos Arcos, entretanto, é finalmente expedida a determinação: Uma Companhia de metralhadoras para o encalço de Totó Caiado e do Presidente do Estado deposto – Brasil Ramos Caiado. A ordem é prendê-los e trazê-los maniatados para ulteriores providências.

Foi assim que, num dia de novembro de 1930, um contingente de 80 homens armados segue para executar a prisão do chefe da oligarquia e com ele o irmão e quem mais houvesse.

De modo que, na data marcada para o avanço da força, estavam na Fazenda *Tesouras* apenas Totó, seu irmão Leão e seu filho Ubirajara, na ansiedade dos dias lentos que se sucederam, em meio ao sobrosso pela dimensão do levante nacional.

Sabedores da movimentação, os Caiado que ficaram põem em prática outro plano de fuga em busca de lugar inacessível.

Foi assim que, ao anoitecer deixaram a Fazenda debandando para os lados da Serra do Taquaral, dentro do município de Crixás. Antes, Totó chamou o vaqueiro do retiro do *Lago Bonito* para avisá-lo sobre o lugar onde se esconderiam, com ordens veladas contra qualquer

inconfidência.

A noite caiu de todo e com ela uma forte chuva. Os fugitivos, molhados, erravam pela escuridão caliginosa sem poderem acender um candeeiro, sob pena de serem descobertos pela Coluna Revolucionária que se movimentava para sitiar *Tesouras*.

Desse modo, os Caiado chegaram ao esconderijo no meio da mata virgem, e ali cuidaram em armar redes, protegendo-se com ponches – capas quadrangulares, de lã grossa, com uma abertura no meio, pela qual se passavam as cabeças.

A chuva caía incessantemente. Armaram redes, mas foi impossível dormir. *A água descia pelos punhos e os umidecia*. *Assim é que, já resfriados, decidiram construir um rancho de abrigo.*

Lá atrás, a Companhia de metralhadoras cercava pelos flancos da Fazenda *Tesouras*, que ganharam numa investida maciça.

Acossados pela Força Federal, os poucos jagunços que ficaram guarnecendo a fazenda foram facilmente rendidos. Manietados e debaixo de ordem foram coagidos a confessar o paradeiro de Totó Caiado. Resistiram de início, mas *a esposa do vaqueiro, amedrontada, terminou indicando o local onde se encontravam refugiados* Totó, o irmão Leão e o filho Ubirajara. Quanto a Brasil Caiado e aos demais, não tinham a mínima idéia do paradeiro.

Em marcha, a Coluna seguiu para o lado da Serra do Taquaral, como indicado. Debaixo da invernia, os policiais, ajoujados de mochilas e cantis, fazem um percurso

desconhecido e penoso. As patronas e cargueiros estão carregados de cartuchos e projéteis.

A tropa avança com suas matracas automáticas, à bandoleira, além de armas sobressalentes.

A noite virou rápida na peleja. No horizonte, prenunciava-se um arrebol apagado.

Tóto Caiado está pelejando dentro de uma *mata próxima* à serra de Crixás, onde tenta *obter cordas de fibras vegetais para a construção do rancho,* enquanto *Leão e Ubirajara obtinham a madeira necessária*.

Rompeu a aurora, sem albores, e com ela chegaram as forças do Exército sitiando. Dentre mais, um contingente de 80 soldados assestam metralhadoras em círculo da grande mata, estirando-se pela encosta da serra até o píncaro.

Bradam-se palavras de ordem.

Ubirajara é o primeiro a ser preso e solta um grito de alarme avisando ao pai Totó Caiado – metido lá para dentro – da presença da grande força federal. Simultaneamente é preso Leão Ramos Caiado.

O comandante da força quer os punhos do deposto Brasil Ramos Caiado. Intima os detidos a indicar o seu paradeiro, mas obtém a mesma informação de que o mesmo havia batido em retirada da Fazenda bem antes da fuga retardatária do grupo.

Aos gritos do filho, Totó Caiado embrenhou-se em fuga pelo matagal ensopado. Contudo foi abordado na saída da mata

por uma patrulha de soldados.

De arma na mão, Totó está na iminência de ser fuzilado, caso atire. Dá-se o fecho das metralhadoras engatilhadas. Severamente admoestado a depor a arma, rende-se ao comandante das forças federais, que vem com um certo Velasco na linha de frente, ambos da confiança de Pedro Ludovico.

Detidos, Totó Caiado, o irmão e o filho, são conduzidos molhados à Cidade de Goiás.

O retorno da Companhia Revolucionária à velha Capital é triunfal e humilhante. Os presos na vanguarda sentem pela primeira vez na história o tacão dos mais novos dominadores. O chão de Goiás, berço da *oligarquia mais violenta do início da República*, é novamente tripudiado pela cavalaria, num aporte de guerra.

Totó Caiado – de senador deposto a preso – vai trancafiado numa cela improvisada pelo *Exército, ficando incomunicável até para sua família*.

Por ordem do General Góis Monteiro, foi ligado o telégrafo direto do Rio de Janeiro para a Cidade de Goiás, obtendo todas as informações do recolhimento daquele que se tornara o homem mais procurado no Estado.

Velhos situacionistas, viventes à sombra da oligarquia derrubada, queixam-se à boca miúda vendo o mundo desabar nos becos e arruados da secular Vila Boa.

O Comando da Revolução toma a deliberação de recambiar os presos Totó Caiado, Leão e Ubirajara Caiado ao chefe de

Polícia no Rio de Janeiro, Capital Federal.

Na caravana, contudo, estão também políticos valorosos, vítimas de toda ordem de perseguições em Goiás, ao que tudo indica para um Inquérito dos desmandos na *Capitania dos Caiados*.

Em vagões da Estrada de Ferro seguem todos para o Rio de Janeiro. Totó, especialmente, está incomunicável para evitar medidas mais drásticas contra qualquer tentativa de fuga ou resgate a caminho.

Tal era possível e o alvitre se fez necessário, pois ao trilharem por Uberaba-MG, um dos vagões é assaltado por ladrões. Depois o trem segue num tráfego lento, mas constante.

Ao chegarem na Capital Federal, os presos são entregues aos cuidados do chefe de polícia, Dr. Batista Luzardo, para serem apresentados ao Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha.

Enquanto isso, Totó e os seus vão recolhidos num xadrez da Casa de Detenção na cidade do Rio de Janeiro.

Totó, que viveu sempre no camarote do poder, teria dias longos em dois anos de cadeia na Capital. De 1930 a 1932, experimentou pela primeira vez a enxerga sórdida de um calabouço.

Quem sabe aquele aposento sombrio, triste, lúgubre representasse para a sua consciência o prólogo de tristes meditações. Talvez no descesso, enfim, viesse a perceber, ainda a caminho, que não soube compreender as finalidades da missão do seu poder político e econômico, pois a ambição

de sumpremo mando parecia ter-lhe ensombreado os sentimentos.

Sua história estava igualmente cheia de traços brilhantes e escuros, demonstrando que sua personalidade de general manteve-se oscilante entre as forças do mundo e dos males que perpetrou com elas.

Com as suas vitórias eleitorais, nada ortodoxas, Totó garantia a integridade do clã Caiado, mas espalhava a miséria e a ruína no seio dos raros que ousavam discordar do seu sistema bem peculiar. Seus mandatos políticos foram laureados para o mundo, de tradições gloriosas, mas na prática – a história o revelou – foi homem traído em suas próprias forças.

Passados os dois anos de cadeia no Rio, Totó, retornou para o latifúndio da Fazenda *Tesouras*, onde entregou-se às lides do campo, enquanto o novo governo com Pedro Ludovico prosseguia na apuração dos abusos da oligarquia enxotada.

Fato é que, após a Revolução de 1930 e a perda da hegemonia política, os Caiado passaram a acompanhar a vida política do estado e do país como derrotados, embora não extintos. Experimentaram estar do outro lado, na oposição e sem voz.

Acabava em Goiás o jugo da prepotência. Fim do tempo em que a própria “Justiça ficava temerosa de enfrentar a indisposição e mesmo a ira dos déspotas, que não respeitavam sequer ordens judiciais”. Fim de um ciclo quando “o progresso se viu entravado pela coação reinante.

Agora a liberdade judiciária, a liberdade eleitoral e, por toda a parte, o progresso."

Entretanto, como diz o jargão popular: "mata-se o monstro, mas ficam os escombros", após a libertação e retorno de Totó Caiado a penates, estourava em São Paulo a Revolução Constitucionalista 1932, disseminada pelo território nacional. Em Goiás, a reação "dos escombros" ao governo Getúlio Vargas ficou evidenciada no complô dos Caiado recalcados em sua trincheira de antes. Assim, Pedro Ludovico mandou prender, na cidade de Goiás, todos os homens centrais da família, não tendo sido capturado Brasil Ramos Caiado, que como sempre logrou um esconderijo.

Banidos do cenário político, os Caiado estiveram no ostracismo entre 1930 e 1945. Depois ressurgiram alguns no período em que se organizariam como oposição, entre 1945 e 1964. Após o golpe militar de 64, com ele entra em ação alguns *filhotes* do caiadismo, que só décadas mais tarde terão, poucos, alguma expressão.

Quanto a Totó Caiado propriamente, teve a sua carreira política morta a partir de 1930, quando recolheu-se ao ostracismo.

Há mais de 70 anos o Estado de Goiás passou a viver sob a presidência da Lei – organizado o Estado Democrático de Direito – sem a necessidade da reação armada a governos que tais.

O prédio do antigo Tribunal de Justiça na Cidade Goiás foi nomeado *Fórum Des. Emílio Francisco Póvoa*, em homenagem ao raro jurista, cuja carreira íntegra

na vida pública foi selada como membro da Junta Governativa em 1930, ele que por mais de uma década resistiu às imposições execrandas da oligarquia deposta.

Pelo Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, Pedro Ludovico nomeou Comissão presidida pelo bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, tendo o prof. Colemar Natal e Silva como secretário para "proceder aos estudos atinentes à adaptação ou escolha de local para nele ser edificada" uma nova Capital de para o Estado. Como narra o prof. e escritor José Mendonça Teles:

> A idéia de mudar a Capital, que vinha desde 1753, com o primeiro governador da Província de Goiás, Dom Marcos de Noronha, não saía da cabeça de Pedro Ludovico. Homem culto, leitor dos clássicos, naturalmente conhecia a obra *O Príncipe*, de Maquiavel, que recomenda, ao conquistar uma cidade, o seguinte: *matar o inimigo, trazê-lo para trabalhar ao seu lado, ou mudar a cidade*. Optou pela última construindo uma nova cidade, que se tornou capital, deixando Vila Boa em situação de terra arrasada, pois trouxe para Goiânia, além do funcionalismo os templos sagrados da cultura: Lyceu, Escola Normal e Faculdade de Dilreito.[255] Sabia que se continuasse a governar na antiga capital, teria forte oposição de seus adversários. Melhor seria desagregá-los, dividi-los. A mudança da capital foi o caminho buscado para garantir a república conquistada. [256]

Vencido o caiadismo, fez-se necessário eliminar o fulcro do seu território. Dizia o nosso estadista que "a cidade de Goiás, com um século de existência nos anos 30, só possuía 10 mil habitantes, muitos problemas de

[255] *Crônicas Vilaboenses*, José Mendonça Teles, Edições Consorciadas-UBE-Goiás – 2005.
[256] *A Vida de Pedro Ludovico – Fundação de Goiânia*, do Prof. José Mendonça Teles.

saneamento, e seu índice de construção de casas era apenas de 12 por ano".

Quase 10 anos depois, no dia 05 de julho de 1942, inaugurava-se Goiânia, a nova capital de Goiás. Entretanto, o seu fundador sofreu reveses das forças torvas dos que não ousavam mostrar-lhe a cara. Diz ele em suas *Memórias*:

> Os habitantes de Vila Boa, daquela época, sabem que a minha vida esteve em perigo várias vezes, certos de que dois homens, em épocas diferentes, foram convidados para me assassinar. Ambos não eram pistoleiros, mas meus desafeitos, um pessoal e outro político [...]
>
> Procuraram por todos os meios evitar a edificação de Goiânia, com intimidações e emendas na Constituição Estadual. Houve uma pressão anônima, digna de se registrar: o missivista pediu-me que colocasse uma rosa branca em um vaso de barro existente em um dos alpendres do Palácio dos Arcos, e isto significaria que eu desistiria do projeto da mudança. Caso persistisse na minha idéia, que pusesse uma rosa vermelha e, então, eu seria assassinado[...][257]

A nova Capital foi feita. Pedro Ludovico passou a ser odiado na antiga capital e teve vilaboense que morreu sem nunca pôr os pés em Goiânia, como foi o caso de algumas senhoras Caiado, que amaldiçoavam o seu fundador. Goiânia, planejada para 50 mil habitantes ultrapassou a casa de um milhão de pessoas.

Já a Cidade de Goiás tem hoje 32 mil habitantes. Nesse espaço de 70 anos, houve um acréscimo de apenas 22 mil pessoas na sua população. Quase parou no tempo.

[257] *Memórias*, Pedro Ludovico Teixeira, 2ª Edição.

Em suas ruas estreiras, de pedras, ulula o vento nos becos empedrados e silenciosos.

O *Rio Vermelho*, onde Bartolomeu Bueno "incendiou" suas águas, como forma de atemorizar os índios e apoderar-se do ouro que existia à mão cheia, corta a vetusta Vila Boa ao meio, com suas águas diminutas e poluídas. [258] É a Goiás Velho, lápide de suseranos, jardim da flor Cora Coralina, que para honra do Estado, entra no Século XXI como Patrimônio da Humanidade.

Ali, não faz tempo, a casa que foi de Totó Caiado teve o seu interior completamente queimado, num incêndio inexplicável, torrando documentos e relicário do senador.

Quanto ao ex-deputado Abílio Wolney, desde 1938 havia retornado à antiga São José do Duro, renomeada Dianópolis, por sugestão dele próprio.

Trinta e dois anos depois da Revolução Nacional que derrubou a oligarquia Caiado, vamos dar com uma carta de Abílio Wolney ao amigo Pedro Ludovico, nas reminiscências das saudades envelhecidas rumo ao poente da existência...

Ei-la:

"Dianópolis, 20 de maio de 1962.

"Meu prezado amigo, Dr. Pedro.

"Nosso comum amigo Barbosa tem estado aqui há alguns dias na mesma convivência amiga e animada, nunca

[258] Paráfrase do livro *Crônicas Vilaboenses*, do prof. e escritor José Mendonça Teles, Edições Consorciadas-UBE-Goiás – 2005.

deixando de se referir entusiasticamente à sua pessoa que idolatra e, se em vez de retornar vai levando meu amigo Antônio Cearense, seu parente afim, que por minha vez lhe recomendo. Ele não tem o desenvolvimento de Barbosa, mas é um companheiro deste muito sincero e leal, um soldado no qual o Sr. pode confiar. Desço a estas minúcias porque compreendo que os homens do seu porte precisam de uma guarda de gente resoluta, sincera e leal.

"Passando em revista a história dos nossos homens públicos, de Couto de Magalhães até agora não vejo um que o tenha excedido ou ao menos igualado em Goiás. Fui devotado a Gonzaga Jaime, a Braz Abrantes e a Emílio Póvoa, pelos quais iria ao sacrifício, conforme me expus uma vez abalando daqui com um contingente armado e, aos 86 anos repetirei este feito, se necessário for ao lado de Pedro Ludovico.

"A bandeira das suas idéias está alteada num posto muito alto, logo em seguida à de Juscelino, o maior brasileiro vivo que conheço e, pondo na balança, não sei qual pesará mais: se o construtor de Goiânia, com minguados recursos, ou o de Brasília com o crédito nacional!

"Basta de tanta audácia do velho sertanejo que o admira.

***Abilio Wolney**".* [259]

[259] Depois da Revolução, Pedro Ludovico foi nomeado Interventor em Goiás por Getúlio Vargas, cargo que ocupou entre 1930 e 1945; governador pelo voto direto entre 1951 e 1955. Surgia um novo líder político, nascido na cidade de Goiás em 1891. Foi um político que marcou profundamente a história goiana deste século. Ele entrou na política pelas mãos do sogro, Antônio Martins Borges(Totonho Borges), opositor da oligarquia Caiado, que estava no auge do poder na época. Pedro Ludovido fundou o PSD em Goiás e construiu Goiânia. Elegeu-se senador e constituinte em 1946 e, posteriormente, conquistou mais dois mandatos de senador. Morreu em Goiânia no dia 17 de agosto de 1979.

XIX

A ORIGEM DO NOME "DIANÓPOLIS"

Em 1938, depois de quase uma década de auto-desterro, Abílio Wolney retornava da Bahia para *São José do Duro*, ano em que o município passou a se chamar Dianópolis.

Pesquisando sobre a origem do nome "Dianópolis", fomos para os lados do *Casarão.* Na esquina do antigo largo do *Duro*, na porta da sua casa, folgava à tarde, numa cadeira, a tia e madrinha Doralina Wolney Valente[260] com suas recordações da *Vila* de antanho. É com ela que fomos conversar, buscar outras cartas e fotografias, além das que me foram

[260] **Doralina Wolney Valente e Irany Wolney Aires** foram, dentre os irmãos e outros parentes, dignas referências à família Wolney. Com a morte de Abílio Wolney em 1965, coube à primeira criar e educar os filhos menores deixados pelo pai, hoje homens: Joaquim Wolney (funcionário público federal aposentado); Emílio Póvoa Wolney, Dorinha Wolney, Oficial do Registro de Imóveis, Mariazinha Wolney e Francisco Wolney. Dinha Dora guardou razoável acervo histórico dos nossos antepassados, hoje reunidos no Museu que leva o seu nome, sediado no *Casarão*. Após décadas de serviço público, aposentou-se no cargo de Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Notas de Dianópolis-TO. É mãe da atual Oficial do Cartório, Ronedilce Wolney Valente, do médico Dr. José Wolney Valente e da Advogada da União, Drª. Maria Jovita Wolney Valente, que ocupa cargo no alto escalão da República em Brasília-DF (um orgulho para Dianópolis).

fornecidas por minha mãe Irany Wolney. Buscar jornais antigos sobre a história do torrão natal.

Primeiro a benção e não demora – vamos direto ao assunto:

– Fico olhando para essa casa do meu avô, do meu pai, e choro de lembrar como tudo pôde acontecer daquele modo – diz ela saudosa e melancólica, lembrando que nasceu no ano de 1918, caminhando para os seus 90 anos de idade, mas é como se tivesse vivido naquela época. Afinal, além de Irany Wolney, foi ela uma das filhas que teve sempre muito próxima do pai Abílio Wolney, ouvindo dele mesmo a versão dos fatos daqueles tempos idos.

Em 1938, Doralina Wolney contava 20 anos de idade, tempo em que o seu pai Abílio Wolney findava o seu longo mandato de prefeito nomeado em Barreiras-BA.

Ao retornar para a nossa terra, – contou-nos ela – o veterano político, no tirocínio dos sexagenários, foi solicitado para uma reunião. Abílio Wolney receberia ali no *Casarão*, sua residência, uma comitiva dos homens do lugar, encabeçada por Coquelin Ayres Leal, seu parente, e pelo amigo Veríssimo Teixeira da Mata. Vinham tomar uma opinião, buscar uma sugestão para renomear a vetusta *São José do Duro*.

– Vocês sabem que a Vila de Santana das Antas passou a se chamar *Anápolis* - Cidade de Ana. A iniciativa foi minha, no findar do meu primeiro mandato de Deputado. Fiz em homenagem a Nossa Senhora Santana, avô materna de Jesus Cristo, da qual era devota Ana das Dores – das primeiras do lugar.

Todos gostaram muito. E ele prosseguiu:

– Vejam que coincidência: Temos por aqui quatro

Dianas, que depois da hecatombe do *Barulho* passaram a ser as mães dos filhos desta terra. A rima de *polis* com Diana vai dar um belo nome, cobrindo os escombros do passado, embora dele jamais possamos nos esquecer...

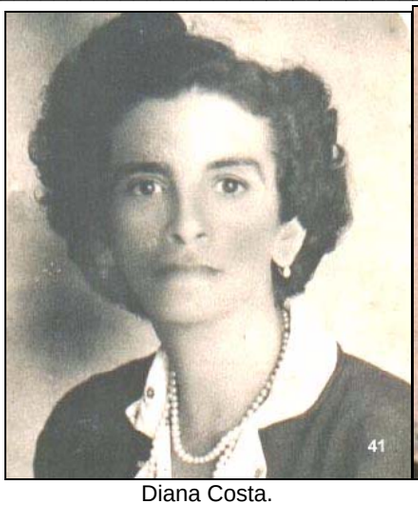
Embargou.

Olhando por cima dos óculos, um lornhão, concluiu feliz por merecer a distinção da consulta:

– *Anápolis* foi de Ana. *Dianópolis* é de Diana. Cidade das Dianas...

Risos!

Estava posta a homenagem às quatro Dianas, como eram carinhosamente conhecidas Custodiana Wolney Nepomuceno Araújo, filha de Josina Wolney, irmã de Abílio; Custodiana Leal Rodrigues, sua prima; Custodiana Costa Aires, sua parenta e filha do amigo de todas as horas, Casimiro Costa e ainda Custodiana Wolney Póvoa, filha do próprio Abílio Wolney, uma bela viúva que despertava os sentimentos de Veríssimo, também viúvo, embora o destino não viesse a uni-los. Homenageava-se ainda Anna Custódia Wolney Leal, irmã de Abílio, e no mais dava ao local um belo nome.



Diana Costa.

Diana Póvoa.

Diana Rodrigues.

Diana Wolney.

Veríssimo da Mata seria, no ano seguinte, o

sexto Prefeito da *Vila*, dentre os nomeados por Pedro Ludovico Teixeira, Interventor em Goiás. Com certeza, dentre as demais, o nome agradaria Diana Wolney, sua paixão platônica.

– Bom nome. Eu imaginava algo assim, disse o futuro alcaide.

Posso imaginar a satisfação de Coquelin Ayres Leal:

– Minha mulher foi a primeira professora aqui. Ela merece, como as outras também.

Agora se faziam necessários os papéis para levar ao Governo do Estado, onde à frente estava o seu amigo, por este tempo já em Goiânia, a nova capital, o que foi providenciado.

E logo veio o resultado. Por força do Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938, conjugado com os Decretos-Leis 557 e 808, de 9 de junho e 30 de setembro de 1938, respectivamente, a *Vila* do município de *São José do Duro* foi elevada à categoria de cidade. Em 1º de janeiro de 1939, deu-se a festividade solene de implantação e inauguração da Cidade Diana.

Na concepção poética, *Diana* quer dizer Lua. Em latim, significa "divina". Era a deusa da lua para os romanos, a deusa da caça que atirava suas flechas através das florestas da Grécia.

No pastoril, que é uma pequena representação dramática, composta de várias cenas (jornadas), durante as quais se sucediam cantos, danças, partes declamadas e louvações, e que se realizava diante do presépio, entre o dia de Natal e o de Reis, para festejar o Nascimento de Jesus, as *Dianas* são as personagens femininas, as pastoras ou pastorinhas.

Na mitologia, conta a lenda que havia um vale rodeado por densa vegetação de ciprestes e pinheiros,

consagrado à rainha caçadora, *Diana*. Na extremidade do vale havia uma gruta, não adornada pela arte, mas a natureza imitara a arte em sua construção, pois cravejara a abóbada de seu teto com pedras, tão delicadamente como se estivessem dispostas pelas mãos do homem. De um lado, jorrava uma fonte, cujas águas se espalhavam numa bacia cristalina. Ali, a deusa dos bosques costumava ir, quando cansada de caçar, e lavava seu corpo virginal na água espumejante.

Certo dia, tendo entrado ali com suas ninfas (divindades fabulosas dos rios, dos bosques e dos montes, representadas por mulheres novas e formosas), *entregou a uma delas o dardo, a aljava e o arco, a túnica a uma segunda, enquanto uma terceira retirava-lhe as sandálias dos pés. Então, Crácole, a mais habilidosa de todos, penteou-lhe os cabelos e Néfele, Híale e as demais carregavam a água, em grandes urnas. Enquanto a deusa entregava-se assim aos cuidados íntimos, Actéon, tendo-se separado dos companheiros e vagando sem qualquer objetivo definido, chegou ao local, levado pelo destino. Quando surgiu à entrada da gruta, as ninfas, vendo um homem, gritaram e correram para junto da deusa, a fim de escondê-la com seus corpos. Ela, porém, era mais alta que as outras e sobrepujava todas pela cabeça. Uma cor semelhante à que tinge as nuvens no crepúsculo e na aurora cobriu o rosto de Diana, assim apanhada de surpresa. Cercada como estava, por suas ninfas, ainda fez menção de voltar-se e procurou, impulsiva, as setas. Como estas não estivessem ao seu alcance, atirou água no rosto do intruso, exclamando:*

– Agora, vai, e dize, se te atreves, que viste Diana sem suas vestes (...)

Por volta de 1939, outra providência foi tomada por Abílio Wolney junto ao Ministério da Guerra, na tentativa de

trazer para Dianópolis uma linha aérea, como narra o Dr. João Rodrigues Leal em carta ao seu irmão Dário Leal:

"Quanto ao desenvolvimento que está sendo imprimido à nossa terra é motivo de satisfação para todos nós. Sobre o campo de aviação ... não há muito tempo tio Abílio teve esta idéia, submetendo mesmo à apreciação do Ministério da Guerra,(isto antes da criação do Ministério da Aeronáutica) uma petição para que o Correio aéreo Militar tivesse escala aí, isto é, que houvesse ligação aérea entre o Tocantins e S. Francisco. O pedido foi apreciado tendo uma solução contrária em virtude de acarretar gastos de material.... O material aeronáutico é todo importado, o que justifica plenamente o cuidado na sua conservação se fosse possível esta linha, realmente seria para este trecho alguma vantagem. Futuramente com o desenvolvimento da aeronáutica tal fato poderá se verificar, porquanto a tendência é sempre melhorar... (Rio, 29/IX/1941)."

Doralina Wolney Valente(Dinha Dora)

Prédio da Prefeitura(Intendência) de Barreiras em 1937. Dentre os da frente está o

Intendente Abílio Wolney.

XX

O LONGO MANDATO DE PREFEITO EM BARREIRAS-BAHIA

Caída a oligarquia Caiado em 1930, Abílio Wolney já se encontrava desde meados dos anos 20 no oeste baiano, onde foi prefeito de Barreiras entre 1932 e 1937.

Quando do pleito para Deputado Federal no longínquo ano em 1900, tivera votos para eleger-se Deputado Federal por Goiás e pela Bahia (tratamos disso quando da notícia da sua depuração também na eleição pela Bahia). Ali, no final dos anos 20, ao aconchego de amigos e políticos de Barreiras, torna-se Vereador e Presidente do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores).

Barreiras, a menos de 200 quilômetros de São José do Duro, fica situada na margem do Rio Grande, afluente do lado esquerdo do Rio São Francisco, sediando a região que compreendia Angical, Duro, Brejolândia, Catolândia, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibipetuba, Riachão das Neves, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho.

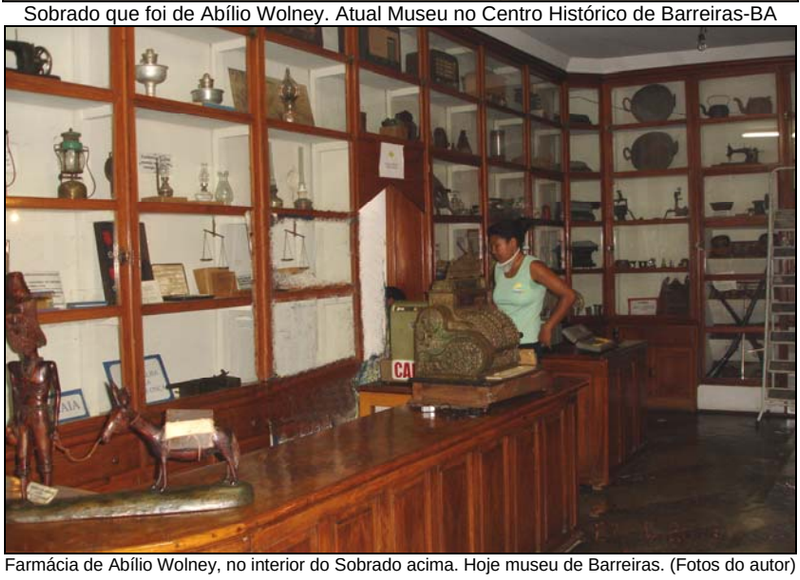
Logo que se fixou em Barreiras, foi acolhido por Geraldo Rocha, pelo Deputado Francisco Rocha e familiares, então donos da Companhia Sertaneja Agro-Pastoril S.A, que na verdade era um conjunto de empresas de vulto, inclusive a de energia elétrica. Abílio é escolhido para gerente do Escritório da

Companhia, que na época englobava também o maior complexo agropecuário do nordeste do País, e com a sua habilidade é convidado a dar solução para o problema da travessia do Rio Grande, que separava a cidade ao meio e não havia ponte. Surge então o plano da construção do *Ajoujo*[261], uma balsa, que presa a um cabo de aço que atravessava o rio, se move com a pressão da água contra a embarcação, que deslisava presa ao cabo, atracada por um sistema de correntes, sem a necessidade de remos. Era uma obra de engenharia, conforme nos contou a pedagoga e escritora Ignez Pitta de Almeida. A única viatura capaz de atravessar carros sobre o dorso do rio.

Por outro lado, Abílio Wolney abre em Barreiras uma grande farmácia, a "Farmácia Wolney", manipulando remédios e exercendo a medicina prática, autorizado que era pelos Conselhos de Farmácia e Medicina para ambas as profissões. Tinha como colaborador o grande amigo e depois farmacêutico João Gualberto, de quem batizou a filha Magaly Almeida Brum Ribeiro. A botica ficava no piso inferior do Sobrado que ali adquirira e onde passou a morar com a família, cuja construção está preservada integralmente graças aos cuidados da mencionada Ignez Pitta de Almeida, atual proprietária.

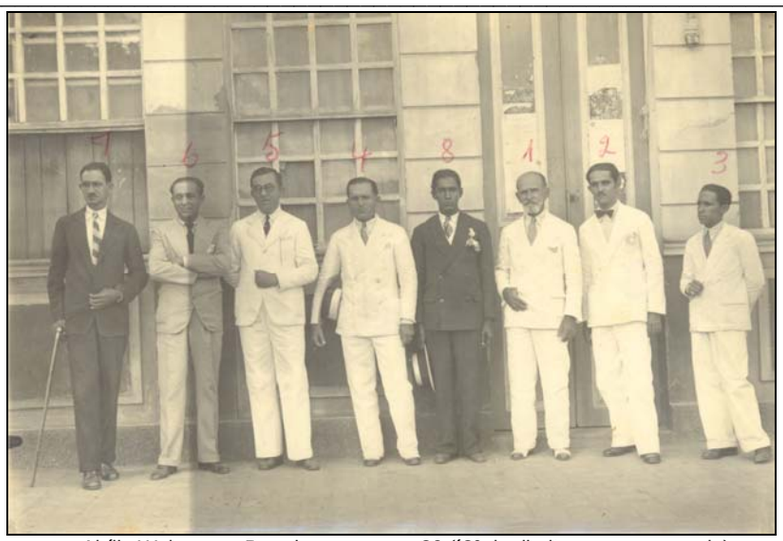
[261] Ajoujo, assim batizada por Abílio Wolney, já que se tratava – como no léxico – de uma embarcação de balsa e canoa constituída de duas a quatro canoas, tendo por cima um estrado de madeira (coxia) a elas fortemente amarrado, e que era impelida pela inclinação das correntes que a atavam a um cabo-de-aço.

Sobrado que foi de Abílio Wolney. Atual Museu no Centro Histórico de Barreiras-BA

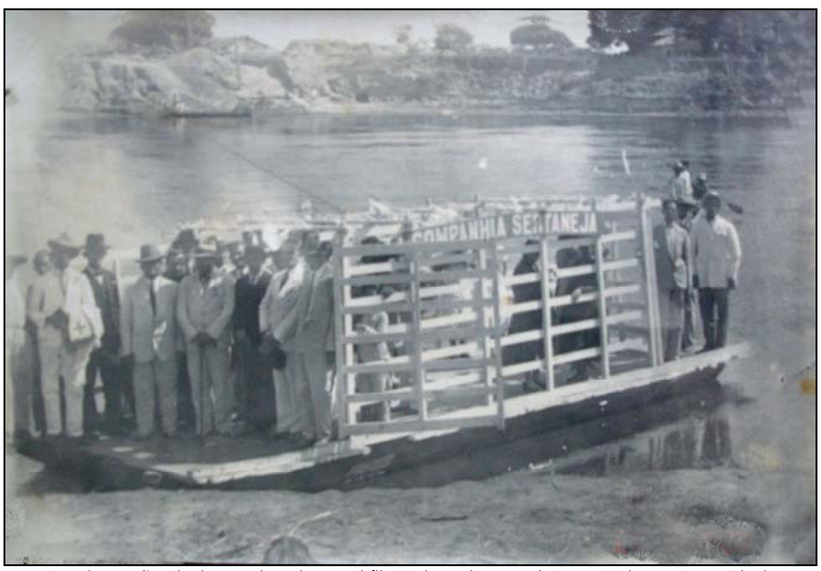


Farmácia de Abílio Wolney, no interior do Sobrado acima. Hoje museu de Barreiras. (Fotos do autor)

Acervo de Doralina Wolney Valente e Ignez Pitta



Abílio Wolney em Barreiras nos anos 30 (´3º da direita para a esquerda)



A embarcação Ajoujo, arquitetada por Abílio Wolney. (Acervo de Irany Wolney e Ignez Pitta).

Uma das fachadas da antiga Companhia Sertaneja no Centro Histórico em Barreiras-BA.

O jonal “O Tempo” de propriedade de Abílio Wolney, divulga projetos cheios de entusiasmo num tempo em que Barreiras era como uma ilha no oeste baiano. O projeto da criação do Estado do São Francisco é publicado mais uma vez. A Bahia é

a nova terra de Abílio Wolney. As edições de “O Tempo” dão a nota do novo cidadão baiano, com sua pena fulgurante.

O TEMPO

SEMANARIO POLITICO, NOTICIOSO E LITTERARIO

EXPEDIENTE

ANNO I | Gerente — JOÃO GUALBERTO D'ALMEIDA
Barreiras (Bahia,) 9 de Maio de 1937.

AS IDEIOLOGIAS

Cada dia se accentuam melhor, mais nitidas e positivas as duas grandes correntes que disputam o predominio mundial, orientando a humanidade, cada uma por seus postulados, que se não constituem originalidade na historia da nossa civilisação ao menos concretisam formulas renovadoras aperfeiçoadas, de velhos costumes; e são ellas o *Fascismo e o Communismo.*

Cada uma destas ideologias teu defensores illustres, e já teuão empolgado algumas nações, uma e outra contam com elementos fortissimos organisados nessas mesmas nações que já dirigem com poder governamental.

Cada uma tem, em cada nação o seu predestinado a oriental-a, e dissemos predestinados porque todos elles têm emergido do Povo sem nenhuma tradição Hierarchica para credenciaemha possuidores em tão alto grão de uma ideia avançada e formas persuasivas que em pouco tempo chegam a empolgar e orientar superiormente uma nação.

Parece até que finidos pacificados pelo fogo da grande guerra se houvessem apossado desses, que se tornaram predestinados, a frente dos quaes e em primeira linha destaca-se Mussolini como fundador do Fascismo e tão habil conductor de homens que em 20 annos restaurou o poder romano aniquilado ha mais de um seculo.

Em seguida, orientado pela mesma ideiologia avulta a figura de Hitler que dispondo de iguaes predicados levanta, como que por uma força magica, e ao mesmo tempo, essa Alemanha abatida pelo peso do mundo.

Ao lado destes, desfraldando uma bandeira decorada por por uma força de patriotismo invulgar surge a dupla de Carmona e Salazar no nosso querido Portugal, levanta-o e coloca-o ao lado da Italia e da Alemanha.

Demonstradas e provadas as grandes possibilidades realisadoras da ideiologia Fascista, diversas nações procuram seguir-lhes o exemplo, temperando o seu metal conforme as applicações que lhe devem dar.

Por outro lado se escuta aquelle ruido formidavel da queda do throno russo, producto de sublevações sem plano organisado, sabendo-se entretanto que o povo russo oprimido por um regimem despotico tentava quebrar esse jugo e foi abeberado das ideias ultra socialistas dos seus intellectuaes que formou-se uma corrente, sem orientação no começo, mas com a séde de demolição de tudo que até então a nossa civilisação occidental teu realisado, della aproveitando somente a parte industrial para fazer obra nova.

O Tzarismo foi banido de vez e os triumphadores, chegaram a se convencer de que corpo não anda sem opera sem cabeça, a lei immutavel do universo é essa, não ha por onde fugir, e depois de algumas exclusões surge Lenine que vem dar forma e orientação a ideiologia social desejada pelo povo, aglutina-se tudo que esparso se encontra para formar o Communismo.

Cont. na 2a. pagina

Exigencias fisca.

A execução integral das nossas leis e regulamentos fiscaes no nosso meio trará certamente graves prejuizos a nossa economia e, aniquilada esta, prejudicado igualmente será o fisco.

Ha poucos dias regressou desta cidade o distincto e zeloso fiscal das collectorias estaduaes Sr. Cel. Antonio Bueno, que aqui permanecera quasi um mez normalisando o serviço fiscal. A conducta desse illustre funccionario foi exemplar e digna não soente de elogios mas ainda de reconhecimento por parte do commercio.

O competente funccionario antes de exercer sua fiscalisação nas escriptas procurou investigar as faltas possiveis das mesmas e chegou a convencer-se de que em nenhuma havia dolo e sim erros; instruiu o modo de sanar esses erros e todos, sem relutancia e'o fizeram, e por essa maneira o zeloso funccionario cumpriu o seu dever e elevou as rendas.

Até aqui tudo muito bem, todos completaram seus pagamentos, todos normalisaram suas escriptas, mas muitos deixaram de o fazer porque ja haviam iniciado seu commercio sem conhecer o peso dos novos encargos, sem preferirem submetter-se a elles, por serem mais leves que os processos executivos a que ficariam sujeitos caso se negassem; solertes, agora, no fim do anno teremos numerosas pequenas casas fechadas e actividades desviadas.

Os nossos pequenos revendedores da cidade, o arraiaes, como por que no interior do municipio exercem estas actividades não podendo pagar os impostos e manter escripta, e porque não podem e já se fizeram nesse ramo de pequeno negocio apurarão o diminuto capital e migrarão, falseando ainda mais a nossa já desfalcada população.

A culpa não é do funccionario que applica a lei ou regulamento que dimana do poder competente mas, sim desse poder, que localisado em meio adiantado por elle molda as leis, que por igual são applicadas a remanscentes de commercio retardatario, atrasado como o nosso e atrasado ainda mais que o nosso.

O pequeno commercio do alto sertão onde tudo é difficil não pode supportar os mesmos encargos do commercio dos meios adiantados. Quem irá fazer a escripta do revendedor que compra nesta praça 5:000$ para revender em Varzeas, Bomfim, Rio Branco ou ainda, e é o caso frequente ao seringueiro pelos campos geraes!

Esse revendedor é sempre um quasi analphabeto e os lucros do seu negocio não lhe dão margem a pagar uma escripta.

O nosso meio, as nossas condições economicas, a nossa cultura ainda não comportam as mesmas exigencias que não faltas aos centros adiantados.

Meteorito Sta. Luzia

Por um communicado de Goyania, a nova Capital de Goyaz, para o Correio da Manhã cimos a saber que o rico Estado Central tambem teve o seu meteorito encontrado pelo agrimensor Manoel Gonçalves da Cruz na fazenda Paiva do municipio de Sta. Luzia, do qual tomou o nome.

Esse meteorito foi encontrado em 1928, e dirigida a noticia partiu do Rio de Janeiro o en-

Cont. na 2a. pagina.

Acervo de Doralina Wolney, Ignez Pitta e Magaly Almeida.

Juraci Magalhães, Interventor do Estado da Bahia, o prestigiaria nomeando-lhe Intendente de Barreiras, e uma nova e

razoavelmente longa fase na vida pública de se reiniciará para ele em outras terras.

Exerceria o longo mandato de prefeito nomeado entre 1932 e 1937.

Dentre as obras do Prefeito Abílio Wolney em Barreiras, destaca-se a construção da imensa ponte “São João”, que ligava Barreiras a São Desidério, São Domingos, Correntina e outras cidades naquela direção; o projeto de Irrigação, desenhado e ilustrado, hoje em funcionamento a partir da barragem situada em São Desidério, drenando mais de 3.000 hectares do semi-árido. A irrigação é toda por gravidade e desce em canais largos e fundos de cimento e através dos seus dutos, tudo pelo sistema de gravidade; o Projeto traçando a estrada de carro ligando Barreiras a Sítio do Mato, além do primeiro aeroporto de Barreiras e Projetos de inclusão social de famílias carentes, retirantes do nordeste.

Ponte São João, na saída urbana de Barreiras para São Desidério.

Sobre Juraci Magalhães, pode-se dizer que "*foi uma notabilidade na vida brasileira: general do Exército, Governador da Bahia, Deputado Federal, Senador da República, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Presidente da Petrobrás, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Ministro da Justiça e Ministro das Relações Exteriores, numa vida pública de 50 anos". Em uma entrevista que concedeu ao escritor Nertan Macedo em Petrópolis-RJ* [262], *responde ele:*

"– O Coronel Abílio Wolney era um caudilho que vivia em Goiás e se foi abrigar em pleno sertão da Bahia, na cidade de Barreiras. Quando cheguei aquele Estado, no ano de 1931, ele ali se encontrava.

"– Wolney adquiriu tal conceito na sociedade local, isto é, em Barreiras, quase na fronteira com Goiás, que quando assumi o Governo do Estado, como Interventor da Bahia, seu nome me foi indicado para o cargo de prefeito. Nomeei-o e não me arrependi. Fez uma administração exemplar."

"– Wolney era um homem de fala mansa, daquele 'saber de experiência feito' a que aludia Camões. Conversava de-sembaraçadamente sobre pessoas e fatos da sociedade que o tinha acolhido, e mesmo a respeito dos inimigos do passado, em Goiás, referia-se com respeito. Usava barba num tempo em que isto não era comum. Pelos adversários políticos locais, era estimado. Como você sabe, lá em Barreiras dominava a família Rocha, tendo como cabeça o doutor Francisco Rocha, e de 15 viriam mais tarde Antônio Balbino, Vieira de Melo e tantos outros.

"– Wolney falava com moderação mesmo sobre estes adversários políticos. Por sinal, um deles, o Vieira de Melo -

[262] Obra citada, pág. 61/64.

que mais tarde se casaria com uma neta de Wolney foi meu concorrente nas eleições de 1958 para Governador da Bahia. Perdeu. Mas eu o convidei para o cargo de Secretário de Viação, que aceitou, ocupou e desempenhou muito bem.

"– Depois de 1937 perdi Abílio Wolney de vista, mas dos contatos que tive com ele guardo ate hoje boas lembranças. Jamais esteve no Palácio do Governo para falar com o Interventor e fazer pedidos pessoais, para si, para amigos, parentes ou correligionários. Pedia, sim, para o município: estradas, escolas, verbas para iluminação pública, enfim, tudo quilo que o município necessitava. Era um homem honesto.

"– Eu tenho uma opinião diferente da que e geralmente aceita sobre os chamados 'coronéis' do interior. Conheci muitos deles, que foram exemplares chefes, políticos nos sertões, exercendo um benéfico patriarcado, dando tudo de si para bem servir coletividade. Ser chefe político em um município um ônus terrível que, geralmente, condena o indivíduo a uma pobreza definitiva. É claro que houve também os 'coronéis' que usavam o poder para exercer uma espécie de monopólio do comércio, marcada sua atividade pela prática de um nepotismo sem limitações. Mas, de regra, o chefe político fazia imensos sacrifícios, inclusive para custear as festas cívicas a que se obrigava, como um dos imperiosos deveres para manter o seu prestigio na coletividade a que servia.

"– A Revolução de 30 marcou o fim dos 'coronéis' caudilhos, mas os verdadeiros chefes políticos sobreviveram e continuaram servindo ao povo com abnegação, merecedores de respeito. Ainda hoje ha homens que já não se intitulam coronéis, mas que continuam com aquela vocação de servir ao próximo que os impõe para o exercício da liderança política, sempre tão exigente.

"– A sociedade evoluiu e hoje são raros os

homens de bem que aceitam se tornarem lideres da comunidade onde vivem. Há, atualmente, uma crise de liderança local, regional ou nacional, porque na verdade a capacidade de se devotar a causa púbica e cada vez menos encontradi9a. A atividade política encontrava uma farta compensação no respeito que esse trabalho cívico merecia por parte dos seus concidadãos. Um líder político era geralmente apreciado, respeitado e despertava gratidão. Hoje, a condição de homem público é quase pejorativa. Admite-se que o político procure obter vantagens pessoais no trabalho a que se dedica em favor da coletividade. Isso nem sempre e verdadeiro. Há homens que se sacrificam nas lutas partidárias; há, naturalmente, aqueles que aproveitam as posições para o enriquecimento ilícito e para o abuso da autoridade. Felizmente, porem, são exceções fáceis de identificar. Quando se noticia um caso de corrupção ou desmando político, a divulgação e ampla. Mas os sacrifícios cotidianos dos políticos honrados morrem no esquecimento.

"– Faça-se um inquérito para saber quantos lideres enriqueceram no exercício da atividade pública e há de se chegar a conclusão de que, em geral, morreram pobres, tendo sacrificado os interesses de suas famílias em favor da coletividade. Freqüentei honrados lares de chefes políticos em todo o Brasil e só guardei lembranças boas de sua generosa hospitalidade, testemunhando a excepcional capacidade de servir ao próximo de que eram dotados.

"– Lembro-me bem de que os lideres políticos pediam sempre muito, mas era muito raro que um pedido fosse feito em seu próprio beneficio. Um estudo sociológico da vida dos coronéis como Abílio Wolney há de revelar facetas muito interessantes e desconhecidas do publico em geral.

"– Muitas foram as vezes em que Wolney comparecia as audiências em Palácio, na capital da Bahia. Não me recordo de ter feito qualquer pedido pessoal para ele ou para a

família dele.

"– Eu acho que Wolney desempenhou um papel na sociedade onde viveu. Deve ter tido pecados, que Deus, na sua generosidade, ha de perdoar. Mas muito contribuiu para o bem da sociedade. Ele esta entre os 'coronéis' dignos, entre aqueles que jamais usaram o prestigio para tirar proveito pessoal. Wolney sempre pensou na coletividade e no interesse desta, os mais legítimos".

Numa das viagens que o então Intendente (Prefeito) Abílio Wolney fez ao Rio de Janeiro no início dos anos 30, participou de importante reunião com altos chefes militares, inclusive com o General Juarez Távora, Ministro da Viação no governo Vargas. A Juarez, Abílio sugeriu a criação dos Batalhões Rodoviários do Exército, e Juarez, aplaudindo a idéia, levou-a ao Ministro da Guerra, tendo sido a mesma aprovada. Foi daí que começaram a nascer as unidades militares rodoviárias, que tantos serviços importantes têm prestado ao Brasíli nas últimas décadas.

Ao fundo, Abílio Wolney em Barreiras-BA, nos anos 30. (Acervo de Ignez Pitta de Almeida).

XXI

PREFEITO EM DIANÓPOLIS

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1946, o General Felipe Antônio Xavier de Barros assumiu como interventor em Goiás e nomeou Abílio Wolney para o cargo de Prefeito de Dianópolis[263], sua terra de tantas lutas, onde vamos tê-lo também como integrante do Diretório Central do Partido Social Democrático (*PSD*) em outubro de 1947, em franca atividade partidária.

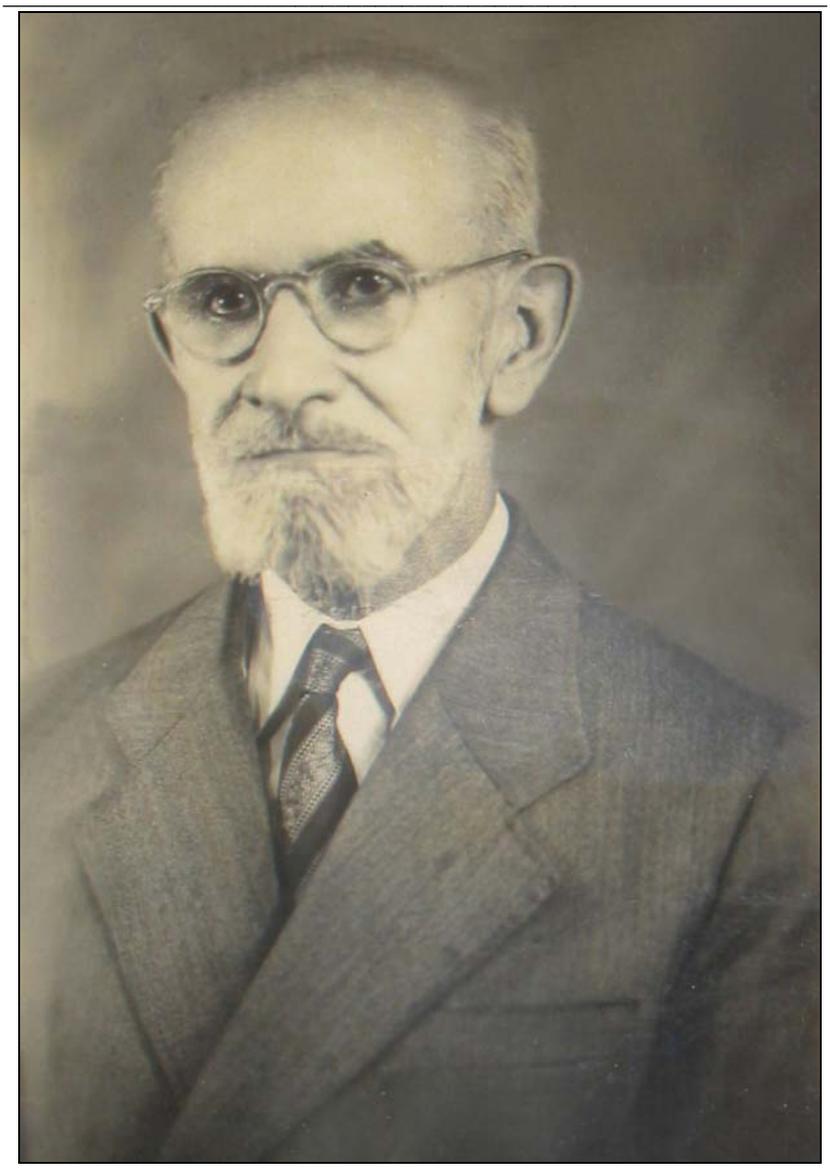
O seu prestígio político o retornava, septuagenário, às sendas da vida pública, agora no velho torrão de tantas lutas, já então renomeado para Cidade das Dianas.

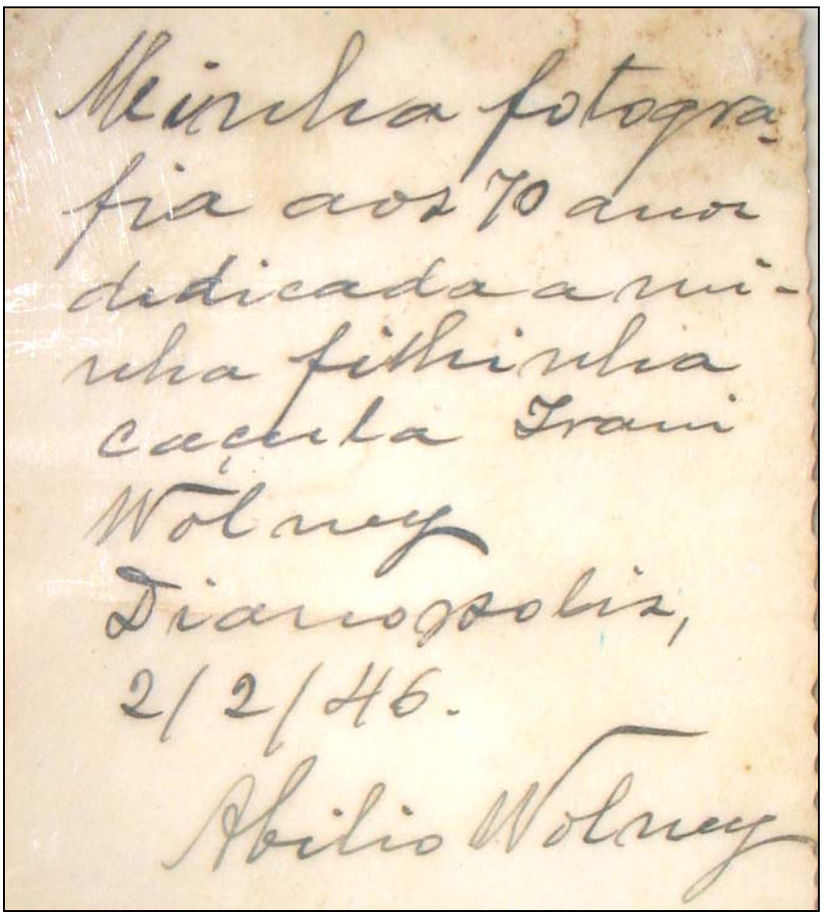
Ao tempo do *PSD* e da *UDN*, foi cogitado para ser presidente das duas agremiações ao mesmo tempo. Sob a sua supervisão, terminou colocando alguns correligionários para apoiarem o Dep. João d'Abreu e outros para ajudarem na eleição do Cel. Getulino Artiaga, cujos candidatos eram de facções diferentes, mas ambos merecedores do sufrágio popular – o povo decidiria nas urnas qual seria o melhor dos melhores.

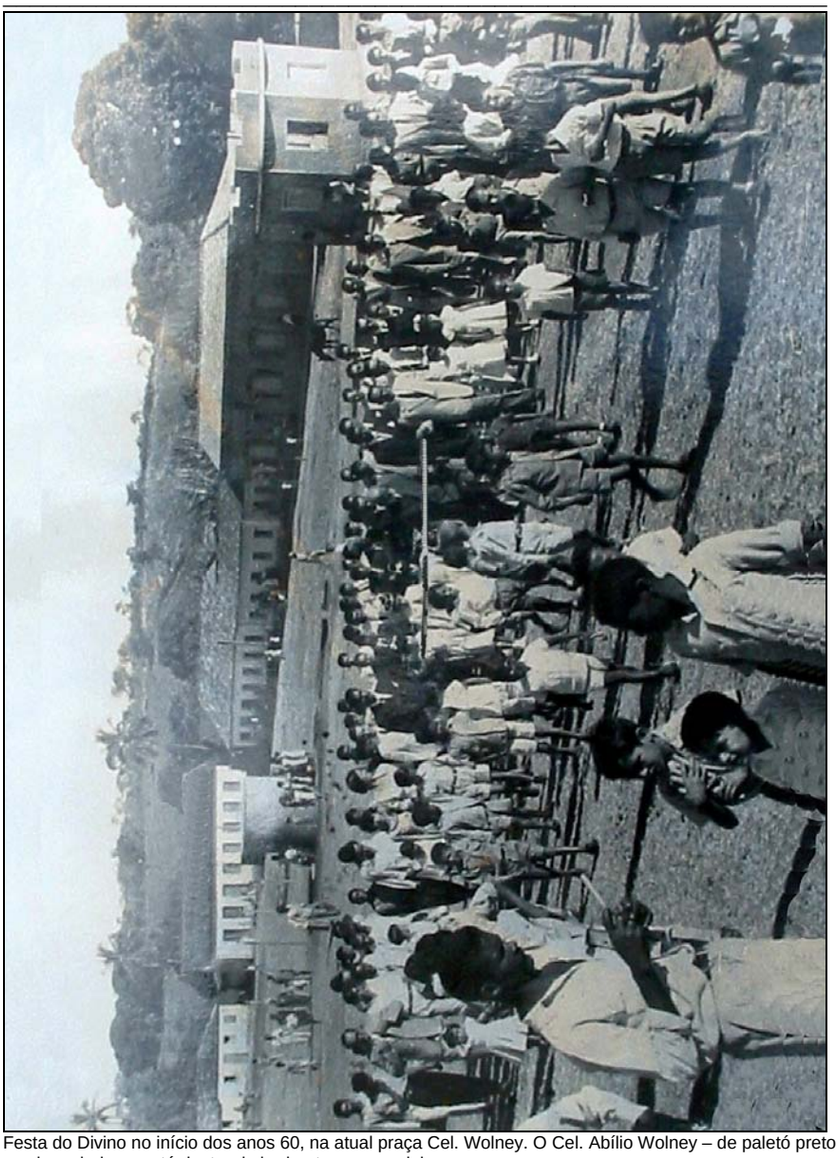
[263] Antigo São José do Duro e nordeste goiano, hoje sudeste do Tocantins.

Buscando atrair investidores para Dianópolis, no início dos anos 50 esteve no Rio de Janeiro. Com quase 80 anos, procurava alguém que estivesse interessado em se associar a ele numa empresa de exploração de ouro no velho Duro.

Em Dianópolis permaneceu até o dia 12 de setembro de 1965, quando, aos 89 anos de idade, retornou à Pátria Espiritual.




Minha fotografia aos 70 anos dedicada a minha filhinha caçula Irani Wolney
Dianópolis,
2/2/46.
Abílio Wolney



Festa do Divino no início dos anos 60, na atual praça Cel. Wolney. O Cel. Abílio Wolney – de paletó preto e cabeça baixa – está dentro do barbante que o rodeia.

ANEXO

ABILIO WOLNEY FAZ OUTROS REGISTROS HISTÓRICOS.

Como o objetivo maior deste livro foi trazer anotações de passagens históricas e registros feitos pelo próprio Abílio Wolney, transcrevo um documento datilografado por ele em 1940, que sem dúvida serve de base de muitos dados sobre São José do Duro:

"Senhor Prefeito,

Conforme o plano que adotei, quando convidado por V. Exª. para fazer parte do Diretório Municipal de Geografia deste Município, estava fazendo por partes a descrição histórica do mesmo. Assim comecei, mas as exigências do INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, para a realização do nosso Recenseamento em Setembro deste ano, não permite esse espaçamento, sob pena do Município que V.Exª. governa com tanto interesse ficar mutilado na história do Estado de Goiás.

Dos homens que sabem ler e escrever, neste Município, talvez seja eu o mais velho, e sobretudo o que sempre se interessou mais pelo conhecimento da história do mesmo.

Compreendo que para os novos rumos que o nosso Eminente Chefe de Governo quer imprimir à Nação, o conhecimento da mesma lhe é indispensável e que, para isso,

cada Governador Municipal deve contribuir com interesse e critério. Sei que muitas notas que vou fornecer já constam dos arquivos públicos, algumas talvez fornecidas por min, mas servirão estas para facilitar a busca de datas.

Sei que as descrições alongadas aborrecem, por isso procurarei sintetizar.

DIANÓPOLIS

Sita em território que pertenceu aos índios Xerentes, quando aldeiados em Missões pelo Conde dos Arcos, tinha a denominação de Douro, por estar na serra do Ouro. Extinto o aldeamento, seu território foi incorporado ao Município de Conceição do Norte, depois desmembrado para formar Município independente com o nome de Duro, que foi mudado para Dianópolis.

CONCEIÇÃO DO NORTE

Sua edificação de Arraial data de 1740, sobre terrenos auríferos que já estavam sendo explorados. Dom Luiz de Mascarenhas, quando da sua excursão pelo Nordeste deste Estado, assistiu à fundação do Arraial, que foi elevado à categoria de Freguesia pela Lei Provincial de 23 de julho 1835. Depois foi elevada a Vila pela Lei de 14 de outubro de 1854, tendo sido instalada em 1855.

Por aqueles tempos convergiram para os garimpos de Conceição diversos pesquisadores aventureiros, como os de todos os tempos, e, afinal, constituiram-se ali as famílias Ferro, Póvoa, Telles, Bandeira, Guedes, Bacellar, Azevedo e por último Leal Fernandes.

Os garimpos de Conceição foram bem ricos, não tanto quanto os de S.José de Tocantins, de Traíras, Água-Quente,

S. Felix e Cocal em cujo local, na extensão de 400 braças, os felizardos Diogo de Gouveia e Osório extraíram 150 arrobas de ouro, nem mesmo como os de Natividade e Porto Nacional, na Serra do Carmo, mas muito bons. Os garimpeiros de Conceição, como os das outras localidades cuidaram ao mesmo tempo da criação dos gados bovino, eqüino, suíno e galináceo.

Por esse tempo ainda pertencíamos à Capitania de S. Paulo (S. Vicente) e só pelo Alvará de 8 de Novembro de 1748 tivemos Província autônoma sob a administração o de D. Marcos de Noronha; esta foi instalada a 8 novembro de 1749.

Por esse tempo a Paróquia da Conceição o se limitava até os marcos, esteios de aroeira, fincados numa linda várzea a duas léguas para o sul desta Cidade. Ainda lá estão três destes esteios com 191 anos!

Destes marcos até os limites com o estado da Bahia dominavam os índios Xerentes aldeados em Missões, pelo Conde dos Arcos conforme já dissemos.

As minas auríferas das paróquias de Porto Imperial (Carmo), Chapada Natividade, Conceição e Arraias foram exploradas por aquele tempo As do Douro, só muito mais tarde oforam. Os Xerentes impediam a exploração e só mais tarde, pelo contato com os garimpeiros da Natividade (Almas) e Conceição conheceram eles o valor do ouro. Ademais os aventureiros procedentes da Bahia incitavam a descoberta de novos garimpos e, os próprios índios descobriram o filão mais rico até hoje conhecido na zona ao lado do qual fundou-se esta localidade – DOURO, DURO-DIANÓPOLIS.

Parte dos índios aldeados em Missões incorporou-se à nossa civilização; a outra parte retirou-se para as cabeceiras do Rio Sono. O aldeamento foi extinto e seu território incorporado à Paróquia de Conceição.

Esse garimpo principal foi comprado aos Xerentes pelo Major João Nepomoceno de Sousa, mineiro do Paracatu, e Manoel Nunes Viana, baiano, de Sento-Sé, que o exploraram com muito proveito, resultado daí a fundação desta localidade. João Nepomoceno era o intelectual da exploração, e por isso teve as honras de fundador do Arraial.

A depredação do meu arquivo pelos policiais do caiadismo priva-me de muitos dados importantes. Eu tinha toda a história de Goiás. Não posso precisar a data da criação do Distrito de Paz de Duro, penso, com boas razões, que foi na mesma data que Conceição foi elevada a Vila, pois conheço estas escrituras passadas aqui pelo Escrivão Manoel Felizardo de Sousa Ferraz em 1860.

Em 1884, o território do Distrito foi desmembrado do Município de Conceição e elevado à categoria de Vila, a qual, entretanto, só foi instalada em 1892 pelo mesmo Major João Nepomoceno de Sousa, seu digníssimo e ilustre fundador, que por essa ocasião já tinha como companheiro nas lides locais o Coletor Estadual Joaquim Aires Cavalcante Wolney e o ilustre advogado baiano Francisco Liberato da Silva Costa, recém chegado, homem de primorosa cultura e chefe de numerosa família, que imprimiram novos costumes à nossa sociedade.

Alguns dos principais de Conceição se transferiram para Duro, não só pela descoberta d novos garimpos como pela amenidade de seu clima e fertilidade de suas terras. Entre estes se destacavam o Te. Justino de Araújo Bacellar, o maior criador de gado bovino e eqüino daquele tempo, além de outras. Na sua fazenda Retiro se amansavam 500 bezerros e 250 poldrinhos. Salvador Francisco de Azevedo e Francisco José de Almeida, grandes negociantes para a praça da Bahia. Antônio Joaquim da Silva, pai do grande sertanejo Cel. Joaquim da Silva. Francisco Rodrigues, que deixou numerosa e distinta família.

João Nepomoceno de Sousa veio a falecer em 1894, aos 85 anos de idade, cercado de considerações, estima e deixando a sua obra realizada!

Sucedeu-lhe na diretriz das coisas locais o Cap. e depois Cel. Joaquim Aires Cavalcante Wolney, espírito empreendedor e realizador. Foi este que em 1891 fez a primeira viagem desta à cidade de Barreiras do E. da Bahia, com 5 carros de boi, abrindo 300 quilômetros de estrada carroçável, às suas expensas. Ainda foi ele de sociedade com o autor destas linhas que montou o encanamento d´água que serve a maior parte da população da cidade, em 1897, e ponte sobre o Rio Ponte em 1915, na estrada que se dirige para Barreiras, entregando-a ao trânsito público.

Depois da autonomia do Município os homens que mais se destacaram foi o próprio Wolney, seus irmãos Manoel Ayres, Eliseu e Alexandre, Domingos Francisco Dinis, João Rodrigues de Santana, Cândido Nepomoceno de Sousa, Francelino Teles de Faria, Manoel José de Almeida, João Batista Leal, neto de Justino Bacellar, Benedito Pinto de Cirqueira Póvoa, que chegou a ser o maior comerciante da zona, e Abílio Wolney, que chegou a ser eleito deputado por duas legislaturas, liderar e afinal presidir a Câmara dos Deputados deste Estado[264]*.*

[264] Aqui reside a nossa dúvida: Teria ele exercido dois mandatos de Deputado Estadual – pelo que dá a entender no que escreve – ou teria exercido três mandatos, como anotamos, referindo-se ao terceiro como o em que *"presidiu a Câmara dos Deputados do Estado*"? Com efeito, o livro "*O Legislativo em Goiás – Perfil Parlamentar I*, Vol. 2, editado em 1983 pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (escrito pelo Prof. Itami Francisco Campos e Arédio Teixeira), transcreve Atas dos seus anais dando conta de três mandatos de Deputado exercidos por Abílio Wolney, fazendo menção ainda a um 4º mandato de Deputado Estadual, para o qual teria sido eleito e depurado (aqui, a exemplo do que ocorreu em 1900, quando fora eleito Deputado Federal e também depurado pela oligarquia).

Em Conceição, das famílias que citei destacaram-se Serafim Teles, Custódio José de Almeida Leal e seu filho José de Almeida Leal, uma das mais possantes inteligências que a zona já tem produzido. Antonio Alves Bandeira, Benjamim Bandeira, Vitor Lino Pereira Póvoa, Fulgêncio Guedes, Manoel Teles, José Fernandes de Oliveira e Eliseu Antônio de Araújo.

Da gente mais nova posso citar: Luís Leite Ribeiro, filho de Porto Nacional, mas residente ali, um belo talento jornalístico; Cassimiro Costa, filho do advogado Francisco Liberato, genro de José Leal e progenitor de numerosa família, da qual se destaca o já considerado grande bacteriologista Dr. Alexandre Leal Costa residente na Bahia; Serafim e Custódio Leal, José Francisco de Azevedo, José Leal Filho, Salvador Guedes, Raimundo Fernandes e Coquelim Aires Leal, bela inteligência e grande educador.

Dianópolis perdeu muito com a hecatombe de 19[265], mas os descendentes dos extintos honram seus progenitores; deles destacam-se os irmãos Póvoa – Antônio, já falecido, Liberato, Benedito e Pery. Dos Rodrigues destacam-se Augusto, Herculano, Marcos e Pedro. Da família Diniz, José Francisco. Manoel Ayres e José Anísio Leal Costa,

Dos homens de outros pontos que tem contribuído e estão contribuindo para o progresso do município destacam-se: Silvino Conceição, Afonso Carvalho, Francisco Ribeiro, José Cândido Alves, Leonides Pereira da Silva, João Joca Costa, Coquelim Costa[266], hábil mecânico, João Nunes, Venâncio Morgado e os irmãos Moura; Anisimiro Costa, Ângelo Rego e os distinto professor Corrêia de Mello[267].

---

[265] A Chacina de 1919, conhecida como a *Chacina dos Nove* ou *O Barulho.*
[266] Tio *Coque*.
[267] João Corrêia de Melo.

COMÉRCIO *- As nossas primeiras praças comerciais neste Estado foram: Porto Imperial, hoje Nacional, Peixe e Palma. Para o Estado da Bahia eram Santa Rita, Barra, Feira de Santana e Cachoeira, onde vendíamos bois e comprávamos tecidos.*

O Rio Grande da Bahia ainda não era navegado. Barreiras não existia como nem se cogitava ainda da Estrada de Ferro, que mais tarde veio ligar a cidade de Salvador a Juazeiro sobre o S. Francisco .

Nenhum nordestino goiano leva mais suas boiadas a Mundo Novo, Jacobina, Morro do Chapéu ou Lavras. Resta Quintino de Castro de Natividade que ainda vai vender gado em Santa Rita ou Barra. O maior número está sendo vendido para as charqueadas de Barreiras e para os mercados do Piauí e Maranhão.

Barreiras, atualmente, está centralizando o comercio de diversos Municípios desta fronteira. A navegação do Tocantins, que havia caído, procura ressurgir agora com barcos motorizados.

OS INDIOS XERENTES[268]

Quando acossados pelas Bandeiras de Francisco d'Ávila, do lado da Bahia abandonaram eles os seus aldeamentos de Aricobé, Sapão, Rio Corrente e Alto Parnaíba, transpuseram o Planalto e ocuparam a fronteira goiana de Douro(Dianópolis) até S. Felix, sobre as cabeceiras do Rio do Sono; nesta zona tiveram tranqüilidade; puros ou mestiços, habitam-na até hoje.

[268] Tribo indígena que, juntamente com os xavantes, forma o maior grupo dos acuéns [V. acuém.], habita as terras entre os rios Sono e Tocantins (GO), e já está integrada na sociedade nacional.

CONFLITOS

A parte dos índios Xerentes que retirou-se do aldeamento de Missão, alguns anos depois, munidas a seu modo, voltou e atacou os aldeados, os quais tinham como Cap. o possante Lázaro e já possuíam armas de fogo. Sob seu comando entrincheiraram-se na Igrejinha e mais numas casinhas cobertas de telhas, donde se defendiam a tiros, mas os atacantes eram numerosos; o cerco já demorava três dias, os viveres e água já esgotavam, quando Lázaro se lembrou de subir a torre da Igreja, donde avistou o Cap. dos atacantes com suas vestes de comando, dando ordem de avançar. Dali do alto, com um tiro certeiro prostrou-o, e bastou. Os atacantes correrem conduzindo o cadáver do chefe e nunca mais voltaram.

Lázaro, que ainda conheci, veio a falecer em 1888 deixando sua aldeia incorporada à nossa civilização – não teve mais sucessor.

ASSALTO EM 1881

Aqui trabalhava Félix[269]*, ourives do seu ofício. Tinha uma irmã donzela que foi violada, e ele, que tinha inclinação para a pilhagem, ao invés de procurar os meios lícitos ou vingar-se do violador, ele que conhecia as reservas de ouro do lugar, optou por um assalto.*

[269] Sob a título *"Assalto em 1881"*, o Prof. Osvaldo Rodrigues Póvoa – que ao que tudo indica teve acesso a este documento ou a parte dele – escreve que "Félix Serafim de Belém, chefe dos bandoleiros que atacaram a vila de São José do Duro em 2 de fevereiro de 1881, com vinte e cinco jagunços, morou anteriormente na rua que se chamava Bate-Chinelo, depois Rua do Coité e atualmente Rua Coronel Wolney. Em setembro de 1879, vendeu a casa que possuía naquela rua e retirou-se para a Bahia.

Cá esteve observando o movimento da população local, sabia, como morador que já era que em certa época do ano os homens de certo prestígio se retiravam tratando de seus negócios e a localidade ficava indefesa.

Nessa quadra retirou-se, aliciou um pequeno grupo de salteadores na fronteira baiana e de surpresa atacou e roubou esta localidade conduzindo todas as reservas de ouro que encontrou.

Esse roubo causou grande retrocesso à localidade que prosperava, sobretudo à desconfiança de um novo assalto.

Félix conhecia tanto a gente local; sabia que o homem que podia repeli-lo era o Cap. Wolney que reservou seu assalto para a ocasião em que este costumava anualmente ir visitar seus parentes em Conceição.

Quando Wolney teve a notícia, e de lá, auxiliado por seu cunhado José Leal, às pressas, movimentou-se em defesa da localidade já não alcançou Félix. Os limites do Estado ficam próximos e ele os havia transposto levando a rica presa.

Mas os homens principais já haviam feito suas reservas em criação de gado bovino e eqüino que Felix não pode levar. Já tinham uma pequena lavoura fundada e a população suportou esse assalto sem decair.[270]

---

[270] Sobre Félix Serafim de Belém e seus *"bundões"* bandoleiros, a pesquisadora Noélia Costa Póvoa Araújo lembra de uma cantiga de algum trovador sertanejo ou das mulheres da Vila, que atravessou mais de um século e chegou até nós em dois quartetos:

A dois de fevereiro
Ali o madrugadão
O Félix deu no comércio

1888

Veio inesperadamente a liberdade da escravatura, liberdade que era desejada por todos os brasileiros de bom coração, mas que desconcertou a economia particular. Aqui, o serviço de garimpagem foi logo abandonado, assim como muitas lavouras de café e de cana; Manoel Nunes Vianna, já velho, mas apaixonado pela mineração, ainda foi trabalhar, quase só, em um novo garimpo denominado Garrafas, do município de Natividade, onde faleceu.

(Omissis)...[271]

"NOVO PERIODO DE GARIMPAGEM

Os sucessores das vitimas de 18–19, repatriados, mas empobrecidos, nem por isso perderam a fibra procedente das velhas estirpes; sabiam da riqueza aurífera do município e entenderam de explorar o seu principal filão, aquele que Nepomuceno deixara por falta dos meios para esgotar a água que afluía abundante; chegaram até o ponto, mas a água vertente novamente lhes embargou o passo, e eles tiveram que deixar o segundo MORRO VELHO a espera de capital e indústria.

Mas as coisas querem começo. Dessa tentativa surgiram os pesquisadores volantes e ainda são os descendentes

---

Com 25 bundão

As muié corria
De camisa e anágua
Dizendo corremo gente
Que o Félix chegou zangado.

[271] Foi deslocado daqui o texto que trata da Chacina de 1919 para o Cap. XVII.

dos Rodrigues que vão descobrir, à flor da terra, o Garimpo do St. Elias, que se pode afirmar: fez a renascença deste Município.

Não faltaram mais exploradores por toda parte a revolver as explorações aluvionais antigas e a encontrar novos depósitos.

A lavoura começou a se refazer sobre as ruínas de Siqueira, ao lado dos garimpos; os restos dos rebanhos começaram a ser cuidados carinhosamente e a saúde econômica do Município vai se restabelecendo em todos os seus órgãos; seu clima e sua posição geográfica lhe assegurem a centralização do comércio da zona garimpeira; seu Governador atual Major Veríssimo Teixeira da Mata é um homem probo, de largo descortínio, espírito são, desapaixonado, inclinado ao bem. Destes predicados já todos os seus governados conhecem a ele tem na população sua própria força; suas resoluções normadas pelos bons princípios de economia, de direito e de moral são acatadas; é o tipo de Governador que não carece de soldados para executar seus Decretos ou cumprir os que procedem das autoridades superiores; cada dianopolino é um soldado seu.

O nosso Delegado Municipal atual, Major Silvino Conceição, é outro homem que, sem ter cultura, sabe se impor pelo seu procedimento que lhe criara a necessária força moral; também este não carece de força pública. Quando tem de mandar fazer uma intimação ou mesmo uma prisão manda amistosamente convidar o acusado e este comparece sem recalcitrância, confiante nas suas justas decisões, que obedece.

O Coletor Estadual Antônio Leite e seu Escrivão Osório Coutinho são assim duas pessoas à parte da sociedade cuidando exclusivamente dos deveres fiscais, no que são restritos dentro da Lei, mas sem imcompatibilisarem-se. Mas, nem por esse catonismo deixam de ser estimados e obedecidos, porque são justos. O contribuinte vai à Coletoria sabendo que vai pagar o

imposto ou taxa orçamentária sem extorsão e eles também não carecem de policiais.

Por enquanto não temos Juiz em exercício, o que é de lamentar-se.

Depois de tantas hecatombes, dessa noite escura de 1918-19 até 30 e, num local de garimpagem que recebe constantemente brasileiros de diversos pontos do País parece um sonho tanta ordem, tão irrepreensível organização social e familiar.

Alço as mãos aos CÉUS em fervorosa prece pedindo a dilatação do nosso Governo Nacional com Getulio Vargas, do Estadual com Pedro Ludovico, do Municipal com Veríssimo da Mata.

A síntese da historia do Município é esta.

Vamos ver agora à sua corografia.

COROGRAFIA

Este município constitui uma faixa de terras entre os rios Palmeiras e Manoel Alves, respectivamente, pelo Sul e pelo Norte; a Oeste se limita com Natividade e Palma; a Leste com o Estado da Bahia pelo divisor das águas.

Do Planalto da Serra das divisões, o território do Município se projeta para o Vale do Tocantins com acentuada declividade, que se opera em degraus. O mais alto é o do plano compreendendo deste uma faixa estreita sem vertentes para o nosso lado até o primeiro degrau da Serra formado por escarpas altaneiras e belas, que do sopé à culminância medem de 200 a 300 metros. Nesta parte não tem habitantes por falta d´água; os animais que a habitam bebem nas nascentes baianas. Esta parte compõe-se de planícies cobertas de gramíneas, de tucunzais

rasteiros e de árvores de pequeno porte, entre as quais sobressaem as paineiras.

Os tucunzais devem cobrir a décima parte da faixa, senão mais. Se estendem de Sitio de Abadia ao Maranhão com ramificações para Piauí e Ceará; a fibra de tucum já é bem conhecida e estudada no Brasil. Só falta ser explorada para constituir uma fonte de riqueza pública. O tucum tem um caule subterrâneo que chega a atingir 3 metros e, nos anos de estiagem, em que a lavoura falha, os nossos patrícios sertanistas o arrancam, dele extraem uma fécula semelhante à de mandioca e preparam beijus com que se nutrem, servindo para misturar com as carnes de veado, emas e tatus.

PATAMAR DA SERRA E PLANÍCIE

É uma faixa de terrenos acidentados. Depois das escarpas da Serra, seguem-se os areais e as nascentes dos cursos d'água mais fortes. Depois dos areais, começam a aparecer as matas em terreno acidentado, mas muito fértil, até chegar-se à planície que se estende entre os rios Manoel Alves e Palmeiras até seus limites pelo Oeste.

GEOLOGIA

Parece-nos que a parte do planalto do Município representa a ultima camada da formação desta parte da terra. Nela não se encontra nenhum ves-(?) em arenitos se reconhece sua composição e aproximadamente se calcula sua espessura.

Os areais do patamar são produtos da sua decomposição e, à medida que as águas arrastam-nos, vai se descobrindo a terra vermelha, vestígios de metais, as pedreiras do

siluriano[272], em cujas grutas se encontra salitre e depois os filões e cascalhos auríferos, não só em toda Serra, que forma o segundo degrau, como por todo o baixo ou planície. Nesta parte, encontram-se alguns montes bem altos, isolados, notadamente o denominado TESTA BRANCA, cuja composição arenítica demonstra já ter feito parte do plano da cumeada, por onde começamos esta descrição.

MINÉRIOS

Nas escarpas da Serra encontra-se pedra-ume; nas grutas do siluriano, salitre de potássio; nesse mesmo siluriano, que aflora ás margens do Rio Ponte muita pedra calcária; noutro afloramento do siluriano nas fazendas Taipas e Engenho do Distrito de Conceição também pedras calcárias e bons mármores brancos, azulado e róseo; no morro TESTA BRANCA, lâminas brancas de 3 a 4 metros de dimensão e diversas espessuras; tem-se encontrado turmalinas, cristais de rocha pequenos e micas, também pequenas.

Aqui perto da Cidade, do Vale do Riacho S. Martins, afloram massas formidáveis de granitos. Em diversos lugares, o sílex, de que os índios se serviam como instrumento cortante, enquanto com o granito preparavam os machados para derrubada de árvores.

Neste Município, o minério que empolga é o ouro, que se encontra em filões, veeiros e cascalhos; nas explorações do ouro tem-se encontrado galena e piritas de enxofre.

As nossas minas conhecidas, na sua maior parte abandonadas por falta de meios de esgotar a água do lençol, que logo atingem, são: a dos Tapuios, filão riquíssimo, talvez um

[272] Verbete: siluriano (As rochas típicas do período siluriano encontram-se ao sul do País de Gales.). Adj. e s. m. 1. V. período -.(Obs. do autor).

segundo Morro Velho, que deu lugar à fundação desta cidade. Há 200 metros da mesma, para Leste, diversos outros convergentes para este, Businas, Lavrinhas, Fortuna, Pau Zunhado, S.Martins.

Na descambada do patamar da Serra St. Elias e Vazante, na planície, vamos encontrar os ricos cascalhos da Taboca, Riacho da Onça, todo o leito do rio Manoel Alves e diversos afluentes deste.

No Distrito de Conceição, as nomeadas e muito ricas lavras de Cajazeiras, Sapateiro, Coixo, Pindobas, Buraco do Moleque, Buraco de Francisco Manoel, Misericórdia, Suçuarana, St. Antônio, Gambá, S. Felipe, Curralinho, Maria Pinto e outros garimpos de menor valor, que não vale mencionar.

HIDROGRAFIA

Conforme já dissemos, os nossos cursos d´água perenes têm suas nascentes nos boqueirões da Serra das divisões. Pelo lado do Norte, o Manoel Alves, cujos tributários principais são: o Manoel Alvinho e o Mombó e, pelo lado Sul, o Palmeiras, cujos tributários principais são: Duas Pontes e Rio da Ponte. Ambos recebem numerosos outros riachos e córregos, que no seu curso do patamar da Serra são perenes. Logo que caem na planície, dá-se a infiltração e os pequenos riachos secam, ficando apenas poços, os olhos d´água e os rios principais.

Ao descer a Serra, todos os nosso rios formam cachoeiras, sendo a mais notável a do Manoel Alvinho com uma altura de cerca de 40 metros; diversas quedas de 5 a 10 metros no Manoel Alves e outras tantas no Palmeiras. Neste é maior o volume das águas, sendo por isso mesmo as nossas maiores fontes de energia.

FLORA E FAUNA

Na faixa do Planalto, conforme já dissemos, estão os extensos tucunzais rasteiros, de grande futuro, dado o valor de sua fibra. Os capinzais são quase desaproveitados pela nossa criação bovina pela distância a que ficam das aguadas.

As poucas madeiras de valor que por ali se encontram – sucupiras, vinháticos e barbatimões, e algumas outras, só poderão ser aproveitadas quando tivermos transportes baratos. Os frutos são poucos e de pouco valor; deles se nutrem os animais silvestres, que vivem ali, e são os veados campeiros, numerosos ainda, apesar de muito perseguidos pelos caçadores profissionais; as emas corredoras que perseguidas ainda com maior intensidade, não só matando as adultas para comer a carne, vender as plumas e as peles, como ainda apanhando as ninhadas de ovos. Não havendo uma medida coercitiva dessas caçadas dentro em pouco tempo essas espécies serão extintas.

Depois dessas duas espécies, vêm os porcos bravios denominados queixadas, que prosperavam nos tucunzais e buritizais, e mesmo por ser a carne mais saborosa, estão a ser extintos. Vem depois essa raia miúda, e nem por isso desprezível, dos tatus canastras, verdadeiros, pebas, chinas e bolas em grande número, apesar de serem os mais procurados pelos caçadores, dado o sabor de sua carne; os tamanduás-bandeira e mirim, as raposas, os guarás, os gatinhos cinzentos e os ouriços.

As aves propriamente são representadas pelas seriemas, araras, ararinhas e papagaios em grandes bandos; caracarás e pinhéns, gaviões, pêgas, cancãos e pica-paus; ainda lá estão as numerosas perdizes e codornas.

Os lagartos são representados pelas lagartixas; os répteis pela cascavel, jararaca e cobras de cipó.

O gênero apis é francamente representado: temos ali jataís, abelha branca, urucu, que chega a produzir 10

litros de mel na sua isolada colméia, borá, tataíra, sanharó, mandaguari, caruara, abreu, papa sebo, abelha de sapo, boca de barro e a cupinheira, a mais simpática das viajantes.

FLORA E FAUNA DO PATAMAR

Ao descer o primeiro degrau da serra, estão os areais recortados por numerosos brejos formadores das nossas principais nascentes. Mesmo esses areais são cobertos de capinzais agrestes, que alimentam o gado depois de queimados durante a estiagem.

Os brejados representam faixas verdes estendidas entre os areais. No centro das faixas, ao lado das correntes, erguem-se os buritizais, as mais lindas e altas palmeiras do Município. Entre estas palmeiras vicejam outras de porte menor como as buritiranas e os patibas[273], cingindo essas rainhas do nossos brejados.

Como que dignificando a dinastia, erguem-se também as pindaíbas, os landis, os orocais, muitas árvores cuja nomenclatura não conheço e fetos de alto porte.

Como que para dar realce a essa vegetação luxuriante, cujas árvores nunca se desnudam, formam-se as várzeas cobertas de uma gramínea especial, de sorte que do alto das escapas, obras das próprias correntes, se contempla com admiração aqueles brejos destacados, recebendo seus tributários com galhos da mesma árvore, cujos troncos estão erguidos na planície com os nomes de Palmeiras e Manoel Alves.

Não estão ali as melhores terras de cultura nem os melhores campos da razão de ser da nossa existência, adornada com festões de flores e cantada pela poesia que só a própria NATUREZA sabe escrever nas suas estrofes inigualáveis,

[273] Seriam o pati, o catulé, o coco-babão? (o autor).

gravadas em cada ser pequenino, em cada musgo, ou lichia, em cada inseto, libélula ou ave; em cada animal de porte.

Está ali o nosso centro circulatório a animar nossa existência.

A vegetação sobre os areais é encarquilhada. Numa ou noutra baixada erguem-se os jatobazeiros, pequizeiros e puçazeiros que fornecem tão nutritivos quão saborosos frutos; nos altos, as mangabeiras que, além dos frutos saborosos, nos fornecem precioso látex; as copaibas, oitis e sapucainhas.

Depois começam a repontar as terras férteis, os capinzais de jaraguá e gordura; os pequenos matos povoados de madeiras de valor como sejam: o PAU BRASIL, o jacarandá, araucárias, cedros, ipês, perobas, claraíbas, gonçalo-alves e marfins e garapas de grande porte; landis, angicos, angelins, camaçaris, tarumãs e jequitibás.

A flora da planície pouco difere. Apenas rareiam os buritizais, os landis, os jequitibás e perobas. Em compensação, os campos abertos, os vargedos; são dos melhores para a criação bovina e eqüina; para que ela se torne superior sob o ponto de vista pastoril, basta que o homem intervenha impedindo a devastação das pastagens pelas queimadas durante a estiagem, fazendo tanques e represas para não faltar água ao gado durante a mesma estação.

FAUNA

A do patamar e da planície se enriquecem com as antas, capivaras, suçuaparas, o nosso maior veado, o mateiro e o catingueiro; as onças pardas, pintadas e pretas; gatos pintados, pardos e afogueados, caititus, quatis, guaxinins, papa-méis, guarás, raposas, ouriços, cachorrinhos do mato, lontras e ariranhas, preás, cutias, pacas, mocós, ratos de diversos

tamanhos, morcegos pequenos e grandes, teiús, camaleões, lagartixas e calangos.

Quanto aos nossos veados, convêm citar uma particularidade que mesmo alguns cientistas não conhecem a vêm a ser que todos os machos, do catingueiro à suçuapara, do mês de janeiro para fevereiro de cada ano, perdem as pontas, que renascem um mês depois cobertas de uma película lanosa, que se rompe mais tarde dado o atrito que os veados operam de encontro às arvores.

Quando os veados percebem que as pontas estão prestes a cair se recolhem ... voltam ali diariamente para triturá-las até ingerir todas. Fenomenalmente algum caçador tem encontrado ponta de veado caída. E encontrando fica de espera, certo de que o dono tem de voltar e ele de empregar um tiro de perto, certeiro.

Temos também jabutis e cágados; os nossos jacarés são pequenos e fazem pouco mal.

Os nossos animais venenosos são os répteis, felizmente poucos – a cascavel, a jararacuçú, a jararaca, jararaquinha e a coral de pintas pretas; os sucuris são numerosos, especialmente nos pantanais, e causam danos à criação; as jibóias dão menor prejuízo; as caninanas comem muitos pintos e aves úteis. Se pudéssemos educá-las para só comerem ratos, aves daninhas e as cobras venenosas seriam de valor inestimável.

Além das aves já citadas, temos no patamar e na planície, com seus nomes vulgares, a acuan, alma de gato, sabiá, bem-te-vi, pássaro preto, angolão, corrute, mãe-da-lua, lambu, perdiz, (na chapada) jaó nas matas, mutuns – essas aves que às quatro horas da manhã anunciam a volta do sol; jacú, juriti, pomba denominada verdadeira, pombinhas cinzentas e pardas, tico-tico, araponga, joão congo de duas qualidades, tucanos de bico

vermelho, maiores, e de bico preto e branco, menores; periquitinhos verdes, testas e guerreiros, maitacas, ararinhas. Também não faltam nesta parte as lindas e tão alegres araras pretas, azuis, amarelas e vermelhas; as primeiras, as mais inteligentes, aprendem falar nossa língua; as vermelhas, as mais formosas e menos inteligentes.

Nossas aves aquáticas não são muitas. Temos o jaburu, tipo maior, socó, martim-pescador, patos e marrecas; garças brancas, pardas e róseas muito lindas, e quem-quens, e uma raia miúda de comedores de piabinhas, quando os lagos começam secar, que não sei classificar.

PEIXES(E OUTROS ASSUNTOS DA TERRA)[274]

Temos poucos. Das cachoeiras formadas, ao cair do segundo degrau da Serra para cima, só se encontram pacus, piaus, ladinas, piabas, traíras e iéiús. Depois das cachoeiras, aparecem os peixes do Paranã: piabinhas, caranhas, dourados, jaús, piratingas e outros peixes de menor importância, que não sei nomear. Ao lado deles e se alimentado dos menores estão as lontras e ariranhas; os jacarés já são maiores e vão se tornando ferozes.

Temos ainda o peixe elétrico, poraquê ou treme-treme. Quando a ciência descobrir a razão da eletricidade desse peixe, teremos talvez a mesma revolução que fez o petróleo. As energias de que ele dispõe devem estar no seu hábitat e lá a ciência deve ir procurá-las.

Voltemos ainda à terra: quanto à flora, deixei de mencionar os extensos babaçuzaes da fazenda Taipas e as macaubeiras que começam a aparecer depois dos areais e daí por diante são encontradas por toda parte. O valor destas duas

[274] Parênteses inserido pelo autor.

palmeiras é bem conhecido; basta mencionar sua existência. Entretanto não posso resistir ao desejo de dizer, da minha experiência, que a fibra da macaubeira é superior a todas as outras daqui do Nordeste do Estado; que sua cultura é de todas a mais fácil; que também temos piteiras, cuja fibra é bem conhecida e explorada em outros Estados; extensos caroatais produtores de frutos agro-doces e picantes muito apreciados e também fornecedores de boas fibras; que a mangueira-de-rim parece nativa, assim como as bananeiras de todas as qualidades conhecidas no Brasil; as mandiocas e as canas cultivadas; o amendoim e o gergelim; o girassol, as abóboras, os melões, os quiabos, inclusive aquele excepcional de metro de comprido; os maracujás, os gilós, os tomates, as jurubebas, caapebas, copaíbas, cajazeiras, cagaitas, sapucainhas, limões, cidras, laranjeiras, abacateiros, cacaueiros, jaqueiras, cajueiros, sapotizeiros, gengibre, ararutas, batatas, inhames, mandiocas, carás, taiobas, quase todas as plantas medicinais nativas do centro e do norte do País.

Volvendo à família das abelhas, temos a acrescentar jataí, bijuí, chupé, abelha-de-sapo, boca-de-barro e as famosas mumbucas e tiúbas, as maiores trabalhadoras e que chegam a produzir muitos litros de mel da colméia.

Entre as vespas encontra-se o maribondo inchú, que também produz mel e muitos dardos bem venenosos, que não sei classificar.

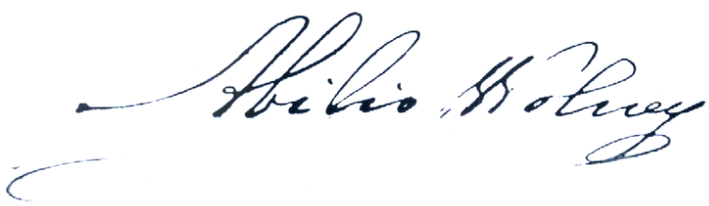
A classe dos aracnídeos é representada pelo escorpião e diversas aranhas, sendo a caranguejeira a maior e venenosa.

Bem compreendo, Sr. Prefeito, que este meu trabalho está muito longe da perfeição e, dois fatores para isso concorreram: a minha falta de preparo e o pouco tempo que me foi concedido. Fiz o que puder, dentro da possibilidade, para prestar

meu fraco concurso à administração de V. Exª. e também ao meu Estado natal. Se pudesse, teria engalanado estas páginas com as cores de maior realce; teria posto em cada frase uma flor de retórica; em cada palavra o perfume que trescala de tudo que viceja neste rincão brasileiro, do Estado de Goiás, coração e grande ESPERANÇA DO BRASIL.

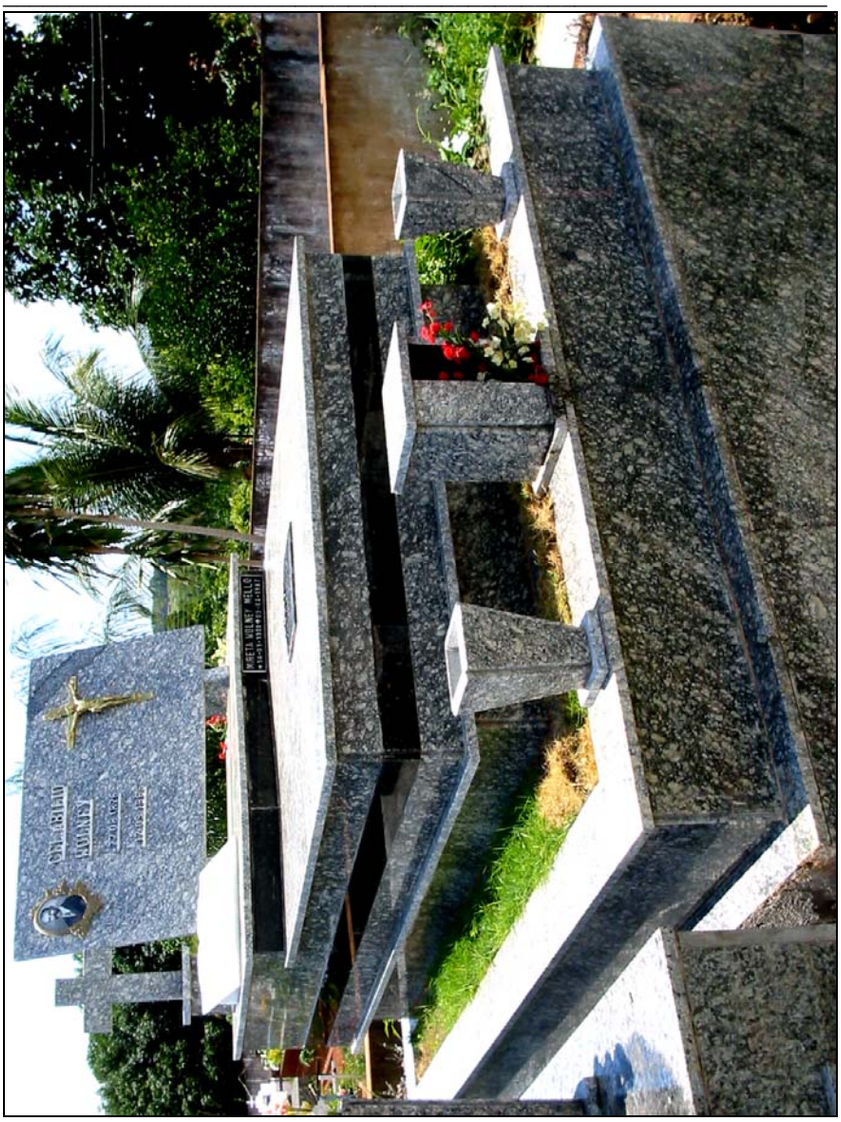
Dianópolis, 3 de abril de 1940.

Abílio Wolney" [275]



[275] A assinatura de Abílio Wolney acima foi inserida pelo autor. Insta observar que no texto transcrito os nomes de peixes, aves e plantas, como o próprio Abílio Wolney ressaltou, foram colocadas na linguagem popular, sem preocupação com o léxico, mas como eram pronunciadas nos anos 40, portanto há mais de 60 anos.

CELABILIO
WOLNEY
*22.08.1876
†12.09.1965


CEL. ABILIO
WOLNEY
1922-1974
1922-1974
SERGIO WALNEY WOLNEY
CAMPO GRANDE

H O M E N A G E N S:

1. Ao meu pai Zilmar Póvoa Aires, que me deu o primeiro emprego no seu Cartório, despertando-me para o mundo do Direito, educando-me e entregando-me para as carreiras jurídicas que Deus me fez seguir.

Zilmar Póvoa Aires em fotografia no portão de entrada do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, quando da posse do autor em 1999 para a carreira da Magistratura.

2. A Maria Margareth Wolney Aires

Maninha, nenhuma estrela em pleno azul cintila tanto; gema alguma tão preciosa existe, como a pérola que oscila no seu doce olhar de mãe carinhosa de Karen e Sheila. Quando tu chegaste na terra todos nós sorrimos e só tu choraste; agora, quando tua partiste, todos nós choramos e só tu sorriste. Logo nos encontraremos novamente, aqui mesmo ou por aí.

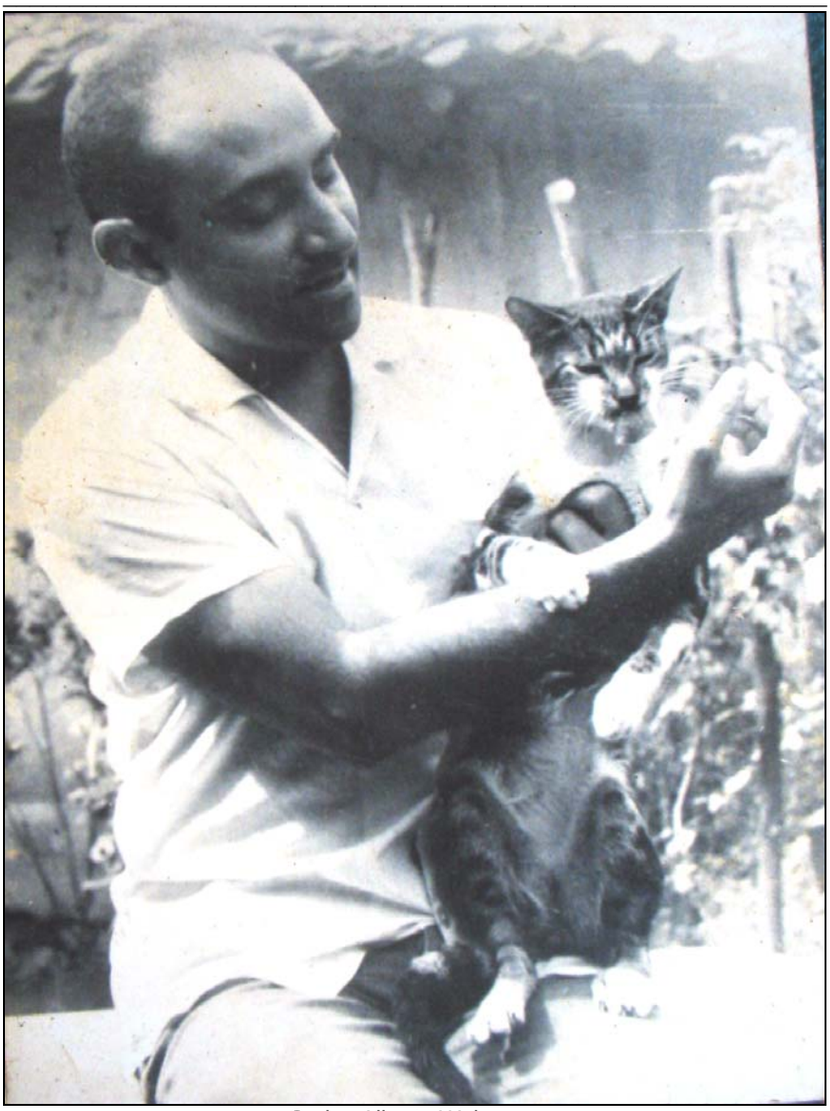
3. Ao Prof. Carlos Alberto Wolney

Meu primo e meu Professor de Português. Nele

via-se o borbulhar do gênio imortal, o ator da vida no teatro (à esquerda da fotografia), o mestre nas solenidades do Colégio João d'Abreu, ensinando gerações. Nos deixou cedo, embalado no poema-profecia de sua autoria, prevendo o seu próprio desenlace:

Quero morrer em noite de junho,
Subir com os balões... ser um deles,
Chegar no céu
E brincar de fogueira com os anjos.
Soltar fogos de artifício... jogar estrelas...
Espalhá-las no firmamento.
Serão sorrisos que darei à Terra.
E cantar
Soltando balões de nuvens brancas,
Destas que purificam o céu em tardes claras.
E os anjinhos negros soltarão bombinhas,
Vendendo pipocas e doces
Farão a alegria típica das noites terrenas.
Então... eu me lembrarei de espiar na janela
Para ver o que se passa no mundo...
E ao ver seus olhos brilharem na noite
Dois meteoros surgirão no espaço:
São minhas lágrimas de saudade de Ti...

Carlos Alberto Wolney.



Carlos Alberto Wolney.

Conta-nos Voltaire Wolney, na sua obra *"Colégio João d'Abreu – Amor História Educação"* que *"Carlos morreu exatamente em 12 de junho*[276] *de 1979. Sua voz cheia e forte ainda reboa no passado vívido do seu povo: no comando das quadrilhas, nos cantos litúrgicos e nas arrebatadoras aulas de História Geral; seus passos pequenos e ágeis ainda ressoam, ora entre as fileiras de alunos nas manhãs cívicas, ora nas longas procissões de domingo de ramos".*

Irmã *Amparo (Madre Aranzazu)*

[276] Época das festas juninas no Colégio João d'Abreu.

4. Ao Colégio João d'Abreu, por suas freiras, pela irmã Amparo, em quem homenageio os meus professores, que me educaram do primário ao segundo grau, venerando o Cristo Branco do Pátio.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES DOCUMENTAIS:

– DOIS DIÁRIOS E CARTAS DE PUNHO DO PROTAGONISTA.

– AUTOS DO PROCESSO DE 1918/1919, FOTOCÓPIAS DOS ORIGINAIS – EXTRAÍDAS JUNTO AO ARQUIVO HISTÓRIO ESTADUAL EM GOIÂNIA.

– JORNAL *ESTADO DE GOIÁS* DE ABÍLIO WOLNEY, ANO I, N. 7, P. 3, DE 19.02.1911 E EDITORIAL DE 12.06.1913.

II – LIVROS CONSULTADOS, REFERIDOS E CITADOS:

BIBLIOGRAFIA

AIRES, Voltaire Wolney. *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores*. 2ª ed. Palmas, TO : Editora Provisão, 1998 (ADOTADO EM VESTIBULARES DA UNITINS-PALMAS-TO).

_____. *Sertão Hostil*, Goiânia, GO : SE , 1992.

_____. *As Raizes e Os Principais Eventos que Deram Origem a Dianópolis*, Av. N. Senhora do Ó, 1782 : Dag Gráfica e Editorial Ltda, 1990.

ARTIAGA, Zoroastro. *Uma Contribuição Para a História de Goiás*. Goiânia, GO : Imprensa Oficial, 1943.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. Goiânia, GO : Imprensa Oficial, 1959.

AUDRIN, José Maria. *Entre Sertanejos e Índios Do Norte*. Rio de Janeiro : Editora AGIR, 1946.

CAMPOS, Francisco Itami *et* Teixeira, Arédio. *O Legislativo em Goiás. História e Legislaturas*. Vol. 1. Goiânia, GO: Edição Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Mesa Diretora 1995/96.

_____. *O Legislativo em Goiás – Perfil Parlamentar I*. Vol. 2. Goiânia, GO: Edição Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1983.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Poliítica)*: São Paulo: DIFEL, 1971.

CHAUL, Nasr Fayad.. *Caminhos de Goiás*: da construção da decadência aos limites da modernidade. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, Guilherme Ferreira. *Expedição Histórica nos Sertões de*

Goiás. Goiás Velho, GO: Oficina d'O Popular, 1937. (Organização, atualização e notas do Prof. Jacy Siqueira: 2ª Edição, Goiânia-GO : Biblioteca Virtual JS Editor, edição em CD, 2001).

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Rio de Janeiro : Livraria Laemmert, 1902.

GALLI, Ubirajara. *A História da Mineração em Goiás – Das Primeiras Lavras aos Dias de Hoje*. Goiânia, GO : Ed. Da UCG, Contato Comunicações, 2005.

GARCIA, José Godoy. *Aprendiz – Estudos Críticos*, Brasília, DF : Thesaurus Editora, 1997.

MACEDO, Nertan. *Abílio Wolney: Um Coronel da Serra Geral*. Goiânia, GO : Legenda, 1975.

MARANHÃO, Othon. *O Setentrião Goiano*. Goiânia, GO : Editora Piratininga, 1978.

NETO, Abílio Wolney Aires. *O Barulho e Os Mártires*. Anápolis, GO : SE, 2003 (no prelo).

NETO, Abílio Wolney Aires. *O "Duro" e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra*. Anápolis, GO : (inédito).

NETO, José Vicente de Oliveira (Cazuza). *O Vale de Um Rio Preto de Águas Cristalinas*. Campo Grande, MS : Editora Still, 1999.

PALACIN, Luis. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás*: o Padre João e as três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Ed. UFG, São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-Feira Sangrenta*. Goiânia, GO : Três Poderes, 1975 (Edição Comemorativa do I

Centenário de Emancipação Política de Dianópolis).

_____.*Quinta-Feira Sangrenta*. Goiânia GO : 4ª Edição do Autor Atualizada, Editora Kelps, 2002.

_____.*Inconfidências de Arquivo.* Goiânia : Kelps, 2006.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico de Goiás*. Rio de Janeiro : Master, 1999.

PANG, Eul-Soo. *The Politics of Coronelismo in Brasil: The Case of Bahia (1889-1930)*: Berkeley, Univeresity of California, 1970 Tese.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Família e Poder em Goiás*. Goiânia : Alternativa, 2003.

_____.*Dicionário Biobibliográfico do Tocantins*. Rio de Janeiro : Master, 2001.

TELES, José Mendonça. *A Vida de Pedro Ludovico – Fundação de Goiânia*. Goiânia GO : 2ª edição corrigida e ampliada, Editora Kelps, 2004.

VILLAÇA, Marcus Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. *Coronel, coronelismo*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1965.

Crônicas Vilaboenses, do prof. e escritor José Mendonça Teles, Edições Consorciadas-UBE-Goiás – 2005.

SÍNTESE BIOGRÁFICA DO AUTOR

ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO nasceu em Dianópolis-TO, no dia 07.10.63, filho de Zilmar Póvoa Aires e Irany Wolney Aires. Em sua terra natal cursou o 1º e o 2º Graus no Colégio João Abreu (Primário, Ginásio e Curso Técnico Em Contabilidade). Em 1989 foi para Goiânia-GO cursar a Faculdade de Direito na Universidade Católica de Goiás,

depois pós-graduando-se em Processo Civil pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Em 1993 ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás, tendo sido Promotor de Justiça nas comarcas de Formoso, Mara Rosa, Porangatu e Anápolis-GO até o ano de 1999, quando, já adiantado entre os figurantes da lista dos Promotores de 3ª entrância para Procurador de Justiça, resolveu prestar concurso para ingresso no Poder Judiciário, na Magistratura de carreira, sendo hoje Juiz de Direito titular da 2ª Vara de Família, Sucessões e Cível da comarca de Anápolis-GO, depois de ter judicado em Águas Lindas de Goiás e Petrolina de Goiás, cidades que lhe outorgaram Títulos de Cidadão aguaslindense e petrolinense, respectivamente. Fez parte da sua Carreira Jurídica os precedentes cargos de: 1. Suboficial do 2º Ofício de Notas, por nomeação indicada por seu pai Zilmar Póvoa Aires, titular do Cartório; 2. Escrivão concursado do Cartório de Família, Sucessões e Cível em Dianópolis-TO; 3. Assessor de Juízes no Fórum de Goiânia-GO, via concurso para o cargo básico de Escrevente; 4.

Técnico Judiciário e Assistente do Desembargador José Soares de Castro no Tribunal de Justiça em Goiânia-GO. No Magistério Jurídico Superior, foi professor universitário da Faculdade de Direito de Anápolis-FADA, onde lecionou em nove Cadeiras diferentes. Por duas vezes figurou como Nome de Turma de Formandos, por outras duas como Padrinho, noutra como Patrono, e nos demais semestres como Homenageado Especial, ao longo de oito anos de docência, onde foi também Professor acompanhante em monografias. Foi aprovado para o cargo de Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e para o Curso de Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis (aguardando convocação). Foi Professor em Cursinho é Presidente do Con-selho Deliberativo da APAC-Associação de Proteção aos Presos e Condenados, em cuja frente conseguiu a construção do Pavilhão *B* da Cadeia Pública de Anápolis, em condições mais humanas para a recuperação dos presos. É filiado à *ABRAME* – Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas e é pales-

trante em diversas Casas Espíritas de Anápolis, cidade que também lhe outorgou Título de Cidadão e uma moção de reconhecimento expresso da Câmara de Vereadores, pelos trabalhos como ex-Promotor de Justiça, bem como a comenda *"Gomes de Souza Ramos"*, concedida pelo Poder Executivo local. Da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás recebeu a moção n. 1.142/00, na proposição de reconhecimento expresso "*pela forma efetiva e eficiente, dedicada e competente, firme e corajosa; pelo esforço e empenho no exercício do seu cargo de Juiz de Direito, inclusive contribuindo significativamente no desenvolvimento de projetos comunitários locais"*. O autor publica simultaneamente os livros *O Duro e a Intervenção Federal* e *No Tribunal da História*. Tem no prelo os livros *A Chacina Oficial* e *O Barulho e os Mártires*. Já publicou em volumes e virtualmente, os livros *A Cidade de Ana* e *Memórias e João Rodrigues Leal*. Tem inéditos os livros *O Grande Alexandre Costa, Páginas de Filosofia* e *Lições Espíritas Cristãs* e *No Berço da Revolução de Comunista – Liga Camponesa,*

1962. Atualmente cumpre o biênio como Juiz Diretor do Foro e Juiz Eleitoral da 3ª Zona da comarca de Anápolis. É especializando pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas/Escola Superior da Magistratura, a caminho do Mestrado.